

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

VANDERLEI FRANCK THIES

**AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS INSTITUCIONAIS:
O CASO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)
NA COOPERSOL E NA COOPOVEC - RS**

**Porto Alegre
2015**

VANDERLEI FRANCK THIES

**AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS INSTITUCIONAIS:
O CASO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)
NA COOPERSOL E NA COOPOVEC - RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

**Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antonio
Conterato**

**Porto Alegre
2015**

CIP - Catalogação na Publicação

Thies, Vanderlei Franck

Agricultura familiar e mercados institucionais:
o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na
Coopersol e na Coopovec - RS / Vanderlei Franck
Thies. -- 2015.
186 f.

Orientador: Marcelo Antonio Conterato.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Agricultura familiar . 2. Mercados
institucionais . 3. Autonomia comercial. I.
Conterato, Marcelo Antonio , orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

VANDERLEI FRANCK THIES

**AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS INSTITUCIONAIS:
O CASO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)
NA COOPERSOL E NA COOPOVEC - RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 25 de março de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Sergio Schneider

UFRGS

Prof. Dr. Paulo Andre Niederle

UFRGS

Profa. Dra. Catia Grisa

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Ainda que com o risco de esquecimentos, sem ordem hierárquica e com a certeza de que as palavras não darão conta de meus sentimentos de gratidão, agradeço:

À UFRGS e ao PGDR, sobretudo aos professores e demais trabalhadores, pela estrutura e o agradável ambiente de estudo;

Ao meu orientador, professor Marcelo Antônio Conterato, pela orientação serena e segura;

Ao CNPq, pela concessão da Bolsa de Estudos, que viabilizou a realização do curso;

Aos colegas de aula das diferentes turmas e ao GEPAD;

À AREDE, à COOPERSOL, à COOPOVEC e à Prefeitura Municipal de Porto Vera Cruz, pelo apoio na realização desse trabalho;

Aos agricultores, pela generosa acolhida e a partilha de informações;

À Via Campesina e ao Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, por tantas lições;

Ao Programa Brasil e Argentina da Heifer Internacional, por todo apoio e pela possibilidade de interlocução com tantas experiências extraordinárias das organizações dos agricultores;

Ao Escritório Sandri Advogados, pelo empréstimo do espaço para trabalhar;

Aos familiares, em sentido amplo, por todo apoio.

RESUMO

Esta dissertação analisa os mercados institucionais através do estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz que se localizam na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Busca-se, através de estudo de caso, analisar as implicações que a inserção nos mercados institucionais, especificamente no PAA, gera nas dinâmicas de venda da produção e na autonomia comercial dos agricultores familiares associados da Cooperativa Mista Agropecuária e Economia Solidária (COOPERSOL) e da Cooperativa dos Agricultores Porto Vera Cruz (COOPOVEC). Essas cooperativas foram constituídas pela ação dos agricultores para fazer frente às dificuldades nos processos de comercialização, num contexto onde se observa a tendência de ampliação da presença dos impérios alimentares e de crescimento da externalização das práticas agrícolas. A pesquisa teve caráter quantitativo e qualitativo. A principal técnica de coleta de dados foi a entrevista. Também foi utilizada a revisão bibliográfica, consulta a diversas fontes de dados secundários e observação participante. Na região estudada observa-se ampliação da mercantilização da agricultura, sobretudo nos últimos 50 anos, com a introdução, em diferentes graus, da modernização da agricultura, que acentuou, nos distintos espaços estudados, a diferenciação da agricultura e entre os agricultores. Considerando as taxas de uso dos canais de comercialização, observou-se, neste estudo, que o ingresso no PAA se associa de forma diversa com a ampliação da autonomia comercial dos agricultores nas duas cooperativas pesquisadas. No caso da COOPOVEC observa-se ampliação da autonomia comercial dos agricultores após o ingresso no PAA e no caso da COOPERSOL isso não se verifica. Argumenta-se que esse efeito diverso se dá em função das distintas trajetórias históricas e dos distintos estilos de agricultura praticados por esses agricultores.

Palavras chave: Agricultura familiar. Mercados institucionais. Autonomia comercial.

ABSTRACT

This study analyzes the institutional markets through the study of the Food Acquisition Program - PAA in the municipalities of Santa Rosa, Tuparendi and Porto Vera Cruz that are located in the Northwest Rio Grande do Sul region. Through this case study, it seeks analyze that the implications of the inclusion in institutional markets, specifically the PAA, generate in sales dynamics of production and commercial independence of associated family farmers of the Agricultural and Solidarity Economy Cooperative (COOPERSOL) and the Farmers' Cooperative Porto Vera Cruz (COOPOVEC). These cooperatives were formed by the action of farmers to cope with the difficulties in the trade process, in a context where it is observed the trend of increasing presence of food empires and growth of outsourcing of agricultural practices. The research was quantitative and qualitative. The main data collection technique was the interview. Also we used the literature review, consulting with various sources of secondary data and participation observation. In the studied area is observed expansion of the commercialization of agriculture, especially in the last 50 years, with the introduction, in varying degrees, the modernization of agriculture, which accentuated in different spaces studied the differentiation of agriculture and among farmers. The research was qualitative and the main data collection technique was the interview. Considering the usage rates of marketing channels, we observed in this study that the entry in the PAA is associated differently with the expansion of commercial independence of farmers surveyed in the two cooperatives. In the case of COOPOVEC observed expansion of the commercial independence of farmers after entering the PAA and in the case of COOPERSOL this is not the happen. It is argued that this effect is different according to the different historical trajectories and the different styles of farming practiced by these farmers.

Keywords: Family farming. Institutional markets. Commercial independence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -	Evolução relativa da concentração da renda no Brasil e RS, considerando os 10% da população mais rica e os 40% mais pobres, nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	58
Gráfico 2 -	Evolução relativa da concentração da renda, considerando os 10% da população mais rica e os 40% mais pobres, nos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	59
Gráfico 3 -	Evolução do número de pessoas (milhões) vivendo em condições de pobreza e extrema pobreza no Brasil, tendo por base as necessidades calóricas, entre os anos de 2003 e 2013.....	60
Gráfico 4 -	Porcentagem da população brasileira e do RS vivendo em condição de pobreza e extrema pobreza, tendo por base a renda per capita, nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	61
Gráfico 5 -	Porcentagem da população de Porto Vera Cruz, Tuparendi e Santa Rosa vivendo em condição de pobreza e extrema pobreza, tendo por base a renda per capita, nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	62
Figura 1 -	Eixos de atuação do Fome Zero.....	63
Gráfico 6 -	Porcentagem da população brasileira urbana e rural vivendo em algum grau de Insegurança Alimentar, conforme a EBIA, nos anos 2004, 2009 e 2013.....	67
Quadro 1 -	Caracterização das diferentes modalidades do PAA....	69
Gráfico 7 -	Número total de agricultores (milhares) no Brasil que entregaram produtos para o PAA entre os anos de 2003 e 2011 e dados parciais de 2012 a 2014.....	71
Gráfico 8 -	Quantidade de alimentos adquiridos (mil toneladas) pelo PAA em todo Brasil entre os anos de 2003 e 2011 e dados parciais de 2012 a 2014.....	72
Gráfico 9 -	Valores aplicados pelo PAA (milhões de R\$) em todo Brasil entre os anos de 2003 e 2011 e dados parciais de 2012 a 2014.....	72
Gráfico 10 -	Gastos do PAA por modalidade, em milhões de reais, entre os anos de 2003 e 2010 em todo Brasil.....	73
Gráfico 11 -	Distribuição relativa dos gastos do PAA por região do Brasil entre os anos de 2003 – 2010.....	73

Figura 2 -	Mapa destacando a localização do COREDE FN no Rio Grande do Sul, identificando os 20 municípios integrantes e destacando os municípios onde foi realizada a pesquisa.....	77
Gráfico 12 -	Evolução da população total (mil habitantes) do COREDE FN entre os anos 1940 e 2013.....	78
Gráfico 13 -	Evolução da população rural absoluta (mil habitantes) dos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, entre os anos de 1970 e 2010.....	79
Gráfico 14 -	Evolução da participação relativa (%) do PIB regional no PIB total do RS entre os anos de 2000 e 2012	79
Gráfico 15 -	Evolução da participação relativa (%) do PIB dos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz no PIB do RS, entre os anos de 2000 e 2012.....	80
Gráfico 16 -	Evolução do IDHM médio no Brasil, RS e nos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	80
Gráfico 17 -	Porcentagem dos estabelecimentos de agricultores familiares e área apropriada nos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, em 2006	96
Gráfico 18 -	Distribuição relativa (%) dos estabelecimentos rurais por estrato de área nos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, em 2006.....	97
Gráfico 19 -	Evolução da área cultivada com lavouras temporárias (mil ha) nos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, entre os anos de 2000 a 2010 ...	98
Gráfico 20 -	Taxa relativa dos principais usos da terra dos agricultores familiares de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, no ano de 2006.....	99
Gráfico 21 -	Evoluções da área cultivada com soja, trigo, milho e mandioca nos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, entre os anos de 2000 e 2010 .	100
Gráfico 22 -	Variações do número de animais dos principais rebanhos de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, entre os anos de 2000 e 2009.....	101
Gráfico 23 -	Evolução da área total (em ha) cultivada com fumo e a participação relativa dessa área no total da área cultivada no município de Porto Vera Cruz entre os anos de 1994 e 2010.....	102
Gráfico 24 -	Taxa relativa de compra de insumos e uso de serviços das famílias associadas da COOPERSOL e da COOPOVEC	103
Gráfico 25 -	Participação relativa dos distintos tipos de tração nos estabelecimentos rurais dos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, em 2006	104
Gráfico 26 -	Composição relativa por faixa etária das famílias associadas à COOPERSOL e a COOPOVEC	120

Gráfico 27 -	Composição das famílias da COOPOERSOL e da COOPOVEC por grau de instrução.....	121
Gráfico 28 -	Condição dos associados da COOPERSOL e da COOPOVEC em relação ao acesso à terra.....	122
Gráfico 29 -	Taxa relativa de recebimento de assistência técnica por família, por cooperativa e por entidade fornecedora.....	123
Gráfico 30 -	Principais motivos declarados pelos agricultores para a entrada no PAA: COOPERSOL - 2014 e COOPOVEC - 2014.....	126
Gráfico 31 -	Nível de importância atribuído ao PAA pelos agricultores da COOPERSOL e da COOPOVEC.....	128
Gráfico 32 -	Percepção dos agricultores da COOPERSOL e da COOPOVEC sobre o nível de impacto na renda das famílias na eventual ausência do PAA - 2014.....	129
Gráfico 33 -	Percepção dos agricultores em relação à variação em sua autonomia comercial após o ingresso no PAA: COOPERSOL e COOPOVEC - 2014.....	130
Gráfico 34 -	Grau de satisfação dos agricultores com o PAA: COOPERSOL e COOPOVEC - 2014.....	131
Gráfico 35 -	Contribuição do PAA no aumento da área cultivada para venda das famílias da COOPERSOL - 2013 e da COOPOVEC - 2014.....	133
Gráfico 36 -	Relação entre o PAA e o principal motivo para buscar financiamento público conforme declaração das famílias da COOPERSOL - 2013 e da COOPOVEC - 2014.....	135
Gráfico 37 -	Tipo de variação no número total de canais de comercialização utilizados após a entrada no PAA pelos agricultores da COOPERSOL – 2013 e da COOPOVEC - 2014.....	140
Gráfico 38 -	Pretensão futura dos associados da COOPERSOL, em 2013 e 2014, de continuar, ou não continuar participando do PAA.....	145
Gráfico 39 -	Taxa de crescimento no uso dos canais de comercialização antes e após o ingresso no PAA - COOPERSOL 2013 e COOPOVEC 2014.....	146
Quadro 2 -	Classificação dos canais por nível e vinculação com diferentes graus de autonomia comercial dos agricultores.....	149
Quadro 3 -	Tipo de variação no uso dos diferentes níveis de canais para a COOPERSOL – 2013 e a COOPOVEC – 2014.....	153
Quadro 4 -	Tipo de variação nos diferentes graus de autonomia após o ingresso no PAA para a COOPERSOL – 2013 e a COOPOVEC – 2014.....	153

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Evolução da população dos Municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, entre os anos 1970 e 2013	78
Tabela 2 -	Taxa de uso de canais de comercialização antes do PAA, com o PAA e pretensão de uso futuro, onde ocorreram alterações negativas nessas taxas antes e depois da entrada no PAA – COOPOERSOL, 2013.....	142
Tabela 3 -	Taxa de uso de canais de comercialização antes do PAA, com o PAA e pretensão de uso futuro, onde ocorreram alterações positivas nessas taxas antes e depois da entrada no PAA – COOPOVEC, 2014.....	143
Tabela 4 -	Canais de comercialização utilizados pelos agricultores antes e depois do PAA e taxas relativas de uso de cada canal onde ocorreu variação negativa – COOPOVEC, 2014	144
Tabela 5 -	Número total de ocorrências de uso dos canais, segundo seus níveis e taxa de crescimento, antes e depois do PAA, para os associados da COOPERSOL - 2013.....	149
Tabela 6 -	Participação proporcional dos diferentes níveis de canais e respectivas taxas de crescimento, antes e depois do PAA, para os associados da COOPERSOL - 2013.....	151
Tabela 7 -	Número total de ocorrências de uso dos canais, segundo seus níveis e taxa de crescimento, antes e depois do PAA, para os associados da COOPOVEC - 2014.....	151
Tabela 8 -	Participação proporcional dos diferentes níveis de canais e respectivas taxas de crescimento, antes e depois do PAA, para os associados da COOPOVEC - 2014.....	152

LISTA DE SIGLAS

APP	Áreas de Preservação Permanente
AREDE	Associação Regional de Desenvolvimento
BCB	Banco Central do Brasil
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CDS	Compra com Doação Simultânea
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializados de Assistência Social
CREAI	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil
COREDE FN	Conselho Regional de Desenvolvimento Fronteira Noroeste
COOPERSOL	Cooperativa Mista Agropecuária e Economia Solidária
COOPERLUZ	Cooperativa de Eletrificação Rural Fronteira Noroeste LTDA
COOPOVEC	Cooperativa dos Agricultores Porto Vera Cruz
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FBSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FE	Formação de Estoque
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDESE	Índice Desenvolvimento Socioeconômico
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal -
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome
NSE	Nova Sociologia Econômica
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
POA	Perspectiva Orientada ao Ator
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SOBER	Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural
UNICOOPER	Cooperativa Central da Agricultura Familiar LTDA
UP	Unidade de Produção
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO: PANORAMA GLOBAL	27
2.1	Impérios alimentares, agricultura e alimentação	27
2.2	Agricultura familiar: aproximação conceitual	32
2.3	Mercantilização, mercados institucionais e canais de comercialização	38
3	POLÍTICAS AGRÍCOLAS E DE COMBATE À FOME NO BRASIL	49
3.1	Políticas públicas e políticas agrícolas no Brasil	49
3.2	A estratégia Fome Zero	57
3.3	O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	66
4	TRAJETÓRIA E CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DE PESQUISA	75
4.1	A região e os municípios pesquisados	76
4.2	A paisagem regional	81
4.3	Evolução e diferenciação dos sistemas agrários na região do COREDE FN	83
4.3.1	Sistema Agrário Indígena.....	84
4.3.2	Sistema Agrário Caboclo	87
4.3.3	Sistema Agrário Colonial	90
4.3.4	Sistema Agrário Atual e características agropecuárias dos municípios pesquisados.....	94
5	TRAJETÓRIA E CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS E UNIDADES DE PRODUÇÃO	106
5.1	COOPERSOL - histórico, objetivos e vinculação com o PAA	106
5.2	COOPOVEC - histórico, objetivos e vinculação com o PAA	113
5.3	Os domicílios e as unidades de produção consultadas	119
6	O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NOS MUNICÍPIOS DE SANTA ROSA, TUPARENDI E PORTO VERA CRUZ – RS	125
6.1	Percepção dos agricultores sobre o PAA	125
6.2	Alterações gerais nas UP	132
6.3	Participação no PAA e a dinâmica de comercialização	139
6.4	Participação no PAA e autonomia comercial	148
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	155

REFERÊNCIAS.....	161
APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA DE DIRIGENTES DA COOPERSOL E COOPOVEC	171
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO COOPERSOL 2013.....	172
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO GERAL – COOPERSOL 2014	176
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO APROFUNDAMENTO – COOPERSOL 2014	178
APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO COOPOVEC 2014.....	181

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como tema os mercados institucionais, sendo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) o objeto de análise. O estudo está inserido na problemática de ordem mais ampla denominada pela literatura como a mercantilização da agricultura. O espaço de realização da pesquisa foi a região Noroeste do Rio Grande do Sul, mais especificamente nos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz.

O impulso inicial para sua realização se deu em função da densa presença do PAA no conjunto de atividades de diversas organizações de agricultores e do grau de importância, atribuído por essas organizações, a esse programa. Observa-se que entre essas organizações são recorrentes ao longo da história as reclamações sobre a comercialização de seus produtos. A pouca capacidade de incidência na definição dos preços e a posição geralmente subordinada, marcadamente nos processos mais verticalizados de integração entre empresas e agricultores, são alguns dos exemplos apontados pelos agricultores para expressar seu descontentamento. Em sentido geral, entende-se que essas organizações reivindicam historicamente a ampliação do poder dos agricultores nos processos de comercialização, além de uma posição mais favorável em seus vínculos mercantis. Considera-se essa problemática de extrema relevância para a reprodução social dos agricultores e que ela tem centralidade na formulação de uma estratégia de desenvolvimento rural.

Mais especificamente, os elementos empíricos que provocaram as reflexões que geraram este projeto de pesquisa foram percebidos nos municípios de Irati e Inácio Martins, no Paraná. Lá observou-se, em termos de estratégias de desenvolvimento rural, que relevantes experiências de comercialização direta, realizadas pelos agricultores, como feiras, entrega de cestas de alimentos na casa de consumidores e a venda ambulante utilizando “caminhão feira” na periferia das cidades, foram desativadas após o ingresso dos agricultores no PAA. A observação desse processo despertou o interesse em analisar mais sistematicamente esse fenômeno.

Este trabalho tem como objetivo geral identificar as implicações que o ingresso no PAA produz em termos de mercantilização da agricultura familiar, procurando observar, especificamente, o que a participação nesse programa gera em termos de dinâmica de uso dos outros canais de comercialização. Ou seja, procurou-se identificar em que medida o ingresso no PAA se associa com a ampliação, ou redução, dos níveis de uso dos demais canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares, buscando verificar, sobretudo, se as

mudanças transcorridas apontam para a ampliação, ou diminuição, da autonomia comercial dos agricultores.

A relevância da realização deste estudo está associada à crescente vinculação dos agricultores familiares aos mercados, no caso do sul do Brasil e mais especificamente na região de estudo, de forma mais intensa nos últimos 60 anos. Os processos e dinâmicas de reprodução social da agricultura familiar estão diretamente ligados ao conteúdo dessa relação com o mercado, considerando que as maiores, ou menores, possibilidades dessa reprodução ocorrer estarem associadas aos vínculos mercantis estabelecidos por estes sujeitos. Por isso, a importância do tema da autonomia comercial, decorrente do maior ou menor poder e controle que os agricultores possuem sobre os canais de comercialização, se colocar como elemento central na análise das estratégias de reprodução social e, em sentido mais amplo, para o estudo do desenvolvimento rural.

A importância de avaliar as políticas públicas de apoio à agricultura familiar, entre outras razões, decorre da relevância desses sujeitos na produção de alimentos. Por isso, considera-se fundamental, tanto nas estratégias de desenvolvimento como nas de combate à fome, incluir ações de fortalecimento da agricultura familiar. Segundo Tonneau e Sabourin (2007, p. 282) a agricultura familiar tem contribuído para garantir a segurança alimentar em várias zonas rurais e pequenas cidades e, além disso, destacam que “Ela representa um projeto de inclusão social para aumentar o potencial produtivo e o papel social dos envolvidos [...] com capacidade de combater à fome.”

Os mercados institucionais, e especificamente o PAA, foram constituídos para enfrentar o estrangulamento dos pequenos agricultores nos processos comerciais, se apresentando como alternativa ao mercado de *commodities*. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) mais recentemente foi remodelado, garantindo uma cota mínima de compra exclusiva de produtos da agricultura familiar. Sob esse prisma também é importante sua avaliação, para verificar em que medida efetivamente eles se associam as estratégias de caráter mais empresarial de comercialização, onde o capital possui maior poder e controle sobre os canais de venda e os agricultores, em termos gerais, menor poder e capacidade de controle sobre a formação dos preços recebidos.

Buainain et al. (2013) nas conclusões de amplo estudo sobre a pobreza rural e desenvolvimento no Brasil, impulsionado pelo Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), destacam a natureza multidimensional da pobreza rural e em diversos momentos de suas conclusões e recomendações apontam a necessidade, entre outras ações, de

estímulos a inserção mercantil dos agricultores familiares nos moldes promovidos pelo PAA. Nessa mesma perspectiva, ao se referir ao PAA, Oliveira et al. (2013, p.2) afirmam que “[...] as políticas públicas constituem-se em importante estratégia para o desenvolvimento da agricultura familiar.” Ao analisar os fatores que afetam os atores sociais mais vulneráveis do mundo rural e a importância do apoio a diversificação dos circuitos de comércio para a construção de novas trajetórias de desenvolvimento Coradin e Niederle (2012, p. 5) afirmam que “[...] os novos mercados institucionais constituem uma alternativa de reprodução social face à vulnerabilidade e privação com a qual estes agricultores tem-se deparado.” Entende-se que isso reforça a necessidade da presença do Estado como sujeito ativo nos processos de controle e regulação do conjunto das dinâmicas comerciais e, em especial, as vinculadas a agricultura familiar.

Nessa perspectiva, no Brasil, mais recentemente, tem-se intensificado a constituição do denominado mercado institucional, como mais um dos mecanismos de comercialização para os produtos da agricultura familiar. Esse mercado é formado pelas compras contínuas, ou esporádicas, efetuadas pelo Estado (em seus diferentes níveis: federal, estadual ou municipal) para o abastecimento emergencial, em caso de calamidades, ou para o suprimento de escolas, populações carentes, hospitais, creches, etc. O PAA e o PNAE são expressões desse tipo de mercado.

Concorda-se com Schneider e Escher (2014) quando afirmam que as políticas brasileiras de apoio à agricultura familiar, adotadas a partir de meados dos anos 1990 e mais intensamente a partir de 2003, que combinam instrumentos tradicionais, como crédito e assistência técnica, com mecanismos inovadores de apoio aos agricultores, como apoio a comercialização, trouxeram resultados que serviram de referência para outros países. Seus resultados ajudaram a recolocar de forma intensa a discussão sobre o lugar e o papel da pequena produção agropecuária no processo de desenvolvimento rural da América Latina.

Entende-se que em relação às políticas públicas de apoio à agricultura familiar e de combate à fome, no caso brasileiro, o lançamento do PAA constitui um marco importante, pois com certo ineditismo ele promove a integração de iniciativas públicas para enfrentar essas duas demandas sociais bastante fortes. A primeira, de apoio à viabilização dos pequenos agricultores, através da compra de sua produção. A segunda, a necessidade de combate à fome, através da distribuição de alimentos à população em condição de insegurança alimentar.

Ao discutir a construção das políticas de desenvolvimento rural, na perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar, Tonneau e Sabourin (2007) destacam a questão da

autonomia dos agricultores. A autonomia também ganha relevância nas análises de Schneider (2009) ao argumentar sobre a capacidade de “resistência e oposição” dos agricultores familiares às formas de dominação e exploração hegemônicas. Segundo Schneider (2009, p. 11), existem sinais consistentes indicando a “[...] necessidade de construção de outra forma de desenvolvimento rural, que seja ancorado nos princípios da equidade, da sustentabilidade e da maior autonomia dos agricultores.” Cabe destacar que na justificativa de criação do PAA o tema dos atravessadores, sujeitos que se colocam entre o produtor e o consumidor, concentrando poder e reduzindo a autonomia dos agricultores, tem lugar de destaque.

Considera-se a ampliação da autonomia uma questão fundamental que precisa ser equacionada nas estratégias de desenvolvimento rural e, em sentido mais amplo, na construção dos projetos nacionais de desenvolvimento. Essa questão se desenrola no ambiente geral das disputas sociais, sendo também marcadamente controversa. Argumenta-se, neste estudo, que as ações, públicas ou não, que geram maior dependência aos agricultores tendem a estreitar as possibilidades de sua viabilização. Assim, o estudo dos diferentes mecanismos de inserção dos agricultores no mercado é uma atividade fundamental para a orientação e constituição de mecanismos de comercialização que efetivamente fortaleçam as dinâmicas descentralizadas, diversificadas e mais autônomas de produção e comercialização de alimentos.

A produção bibliográfica sobre o PAA tem destacado sua contribuição em diversos aspectos, como a geração de renda para os agricultores, ampliação da diversificação dos cultivos, acesso facilitado a novos canais de comercialização, estímulo a processos associativos, entre outros. Por outro lado, alguns estudos também apontam a insatisfação em relação ao tempo dos pagamentos, insegurança sobre a continuidade do programa, aos limites da cobertura e também críticas sobre o perfil dos agricultores beneficiados (CIRINO et al., 2013; FREITAS; NIEDERLE, 2012; GRISA et al., 2009; HOLANDA et al., 2013; MARINHO; FIALHO, 2012; OLIVEIRA et al., 2013; SALGADO et al., 2013).

Da sua constituição em 2003 até hoje, diversos estudos têm avaliado o papel e as contribuições dos mercados institucionais para o desenvolvimento da agricultura familiar. Destacam-se as contribuições de Schmitt (2005), Zimmermann (2007), Mattei (2007), Müller (2007), Vogt e Souza (2009), Deves (2009), Costa e Vieira (2009), Triches e Schneider (2010), entre outros. Por outro lado, observa-se que nenhum deles analisa diretamente as implicações para os outros canais de comercialização que podem estar associadas à

participação nesses mercados, sendo essa uma perspectiva analítica pouco desenvolvida, o que reforça sobremaneira a importância de nosso estudo.

Por outro lado, em termos de tendências globais, segundo Ploeg (2008) a generalização dos *impérios alimentares* e da *industrialização* representa forte ameaça para as diversas formas da agricultura familiar. Ameaçam os circuitos de comercialização mais curtos, onde o capital tem menos gerência e também as possibilidades do fortalecimento de formas de produção menos agressivas a natureza. Em conjunto, isso representa menores possibilidades para o desenvolvimento da agricultura familiar e para a constituição de sistemas alimentares sustentáveis, apontando para cenários de agravamento da situação da fome em nível mundial. Neste sentido também é relevante avaliar o PAA, visto que ele está associado às políticas emergenciais de enfrentamento as situações de insegurança alimentar.

Neste contexto é que configura-se este projeto de pesquisa, que tem como objetivo geral, analisar as implicações que a inserção nos mercados institucionais, especificamente o PAA, gera nas dinâmicas de venda da produção e na autonomia comercial dos agricultores associados da Cooperativa Mista Agropecuária e Economia Solidária (COOPERSOL) e da Cooperativa dos Agricultores Porto Vera Cruz (COOPOVEC). A pergunta geral do estudo foi: a ampliação dos processos de mercantilização, via mercados institucionais, através do PAA, é capaz de se concretizar em uma estratégia efetiva de reforço da autonomia comercial dos agricultores familiares associados da COOPERSOL e da COOPOVEC?

Os objetivos específicos do estudo são:

- a) identificar os canais de comercialização utilizados pelos agricultores antes e após a inserção no PAA, bem como as perspectivas futuras em relação ao uso desses diversos canais;
- b) analisar as variações qualitativas (tipo de canal) e quantitativas (taxa de uso) ocorridas nos canais de comercialização após o ingresso dos agricultores no PAA;
- c) analisar o papel desempenhado pelo PAA na autonomia comercial dos agricultores.

A partir destes objetivos foram formuladas as seguintes questões específicas de estudo:

- a) quais canais de comercialização eram usados pelos agricultores antes e quais seguem sendo usados após o ingresso no PAA?
- b) a participação no PAA gera ampliação ou diminuição no uso de quais canais de comercialização?

- c) a inserção no PAA gera maior autonomia comercial (entendida como a ampliação do uso de canais de comercialização em que os agricultores possuem maior controle e poder de decisão e diminuição do uso de canais em que esse poder e controle dos agricultores é menor) aos agricultores associados da COOPERSOL e da COOPOVEC?

Frente a esses objetivos, foram adotadas três hipóteses de trabalho. A primeira hipótese afirma que a inserção no PAA implica na ampliação dos processos de mercantilização dos associados da COOPERSOL e da COOPOVEC, entendida essa ampliação como o aumento no número total de canais de comercialização utilizados pelos agricultores.

A segunda hipótese preconiza que o PAA concorre com os outros canais de comercialização dos agricultores produzindo mudanças em suas dinâmicas comerciais, gerando alterações significativas na magnitude de utilização dos diferentes canais previamente utilizados.

A terceira hipótese afirma que, após ingresso no PAA, ocorrerá ampliação da autonomia comercial dos associados da COOPERSOL e da COOPOVEC, com aumento no uso de canais de comercialização onde os agricultores possuem maior poder e controle e diminuição no uso de canais onde os agricultores apresentam menor poder e controle.

Em termos conceituais e analíticos, na elaboração desta dissertação, o processo de mercantilização não foi considerado como algo necessariamente nefasto aos agricultores, mas como elemento integrante do processo histórico de constituição do que se denomina como agricultura familiar. Também não se consideram os mercados como estruturas dadas a priori, externas e sob as quais os sujeitos possuem pouca capacidade de incidir. Considera-se, em outra perspectiva, que os mercados são construções sociais, resultado da interação e das disputas entre os diversos atores e constituídos na interação das esferas econômica e social.

Neste sentido, em termos conceituais, essa abordagem é complementada pela Perspectiva Orientada aos Atores, que considera a capacidade de agência dos sujeitos, individual ou coletivamente, como elemento central da ação humana. Entende-se, neste trabalho, que os agricultores são processadores de informação e ativos produtores de estratégias e de ações nos ambientes econômicos, sociais e ecológicos onde estão inseridos. Nesses termos é que se insere a composição de diferentes estilos de agricultura, como expressão das distintas percepções, interesses e estratégias dos agricultores familiares na

busca de sua reprodução social. Assim, se considera neste trabalho, a diversidade de estratégias reprodutivas associadas aos mercados e as várias configurações de estilos de agricultura como matriz explicativa da diversidade da agricultura familiar.

Além disso, em termos analíticos de caráter geral, procurou-se usar como guia interpretativo na formulação desse trabalho, uma abordagem que contemplasse a importância dos processos macrossociais, como vetores de mudanças fundamentais no conjunto dos espaços sociais, mas que também contemplasse a capacidade de adaptação, negação e criação das forças locais frente a essas forças globais. Trata-se de um desafio analítico de grande monta, que remete aos limites e contradições da ciência de nossa época e que deve ser enfrentado pelo conjunto dos pesquisadores, sobretudo os dedicados às investigações do desenvolvimento rural. Entende-se sua importância e considera-se fundamental enfrentar esse desafio, embora se devam explicitar e assumir certos limites nessa seara, sobretudo aqueles estabelecidos pelos recortes temporais e de objetivos dessa dissertação e também os decorrentes da capacidade analítica do autor.

Tenta-se fazer frente a esses desafios analíticos, por um lado, em termos das transformações macrossociais, utilizando as formulações de Ploeg (2008, 2009), sobretudo as relacionadas aos impérios alimentares, as diferentes formas de agricultura, sua definição de agricultura familiar e de estilos de agricultura de Ploeg e Long (1994). Soma-se a essas formulações as contribuições de Conterato et al. (2011), Niederle et al. (2014), Conterato (2004, 2008) e Niederle (2007), especialmente as relacionadas aos processos de mercantilização. Também contribui, neste sentido mais amplo, a abordagem dos sistemas agrários, especialmente utilizada no capítulo 4, para apresentar em termos históricos os traços gerais da transformação da agricultura na região de estudo. Por outro lado, procurou-se enfrentar os desafios analíticos, em termos mais micro, utilizando as formulações sobre a Perspectiva Orientada ao Ator - POA, Long (2007), além das formulações sobre os processos de inserção nos mercados, estilos de agricultura e diversidade da agricultura familiar, considerando especialmente os trabalhos de Schneider (2009, 2010), Wanderley (2009), Conterato et al. (2011), Niederle et al. (2014), Conterato (2004, 2008) e Niederle (2007). Especificamente em relação aos canais de comercialização, utiliza-se as formulações de Waquil et al. (2010).

O espaço de realização da pesquisa foi a Região Noroeste do Rio Grande do Sul, delimitado pelo território do Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE Fronteira Noroeste, doravante denominado COREDE FN. Especificamente a coleta de dados se deu nos

municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, que são os municípios de procedência da maior parte dos associados das duas cooperativas pesquisadas. Em 2013 a população dessa região era de 200 mil pessoas, estando 35% dela concentrada no município de Santa Rosa. Em relação a dinâmica populacional, uma das tendências importantes dos últimos 50 anos é a sensível redução proporcional da população rural.

O PIB dessa região representava 1,79% do PIB estadual em 2012, o que colocava o COREDE FN na 12ª posição no ranking dos 28 COREDES do RS. Nesse mesmo ano o PIB de Santa Rosa representava 38,9% do PIB regional, enquanto que o de Tuparendi era de 3,26% e Porto Vera Cruz 0,54%, revelando também um quadro de forte concentração espacial das riquezas. No ano de 2012 a agropecuária participava com cerca de 15% do Valor Adicionado Bruto regional, a indústria com 28% e os serviços com 57%.

Em termos mais qualitativos e com caráter introdutório, a agricultura nessa região pode ser dividida em três grandes tipos. Um deles, que pode-se denominar de agricultura familiar, é desenvolvida em pequenas propriedades, com uso predominante de mão de obra familiar, com intensa inserção mercantil e internalização da modernização. Outro tipo de agricultura possui traços mais camponeses, usa mão de obra familiar, com menores graus de inserção mercantil e com incorporação parcial do processo de modernização. Por último, a agricultura que se pode denominar de patronal, que é desenvolvida em médias e grandes propriedades, usa mão de obra familiar e contratada, possui caráter mais empresarial, estando integralmente pautada pelos processos da modernização. O universo de pesquisa é composto por agricultores que, em termos gerais se localizam entre os dois primeiros tipos de agricultura e ao longo deste trabalho serão denominados agricultores familiares.

O processo de formação da agricultura regional, em termos ecológicos, se assentou sobre os Biomas Pampa e Mata Atlântica, que tem na região uma zona de transição. Além disso, ele foi fortemente marcado pela chegada de colonizadores nas primeiras décadas do século XX e pelo processo de modernização da agricultura, ocorrido a partir dos anos 1950. Trata-se de uma agricultura mercantilizada, com elevados níveis de externalização e integrada aos circuitos globais de produção, sobretudo nas atividades produtivas especializadas, como a produção de soja, milho, trigo, fumo, suínos, leite e, em menor escala, de aves. Em muitos espaços, de forma paralela a essa agricultura especializada e em outros espaços de forma combinada a ela, se desenvolve uma agricultura bastante diversificada, sendo esse os traços mais característicos do universo de agricultores pesquisado.

Em termos metodológicos partiu-se do entendimento de Schneider (2009, p.11) para quem o estudo da agricultura familiar “[...] requer uma análise sociológica multidimensional sobre a diversidade das formas sociais familiares, que pode começar pelo estudo da organização do trabalho e da produção e sua relação com a natureza”. Todavia, apesar de fundamentais, essas dimensões são insuficientes, sendo necessário também incluir o estudo dos diversos aspectos culturais e simbólicos, as variadas formas pelas quais participam da arena política e os mecanismos de interação com o “ambiente social e econômico” (SCHNEIDER, 2009). Na sua relação com o ambiente econômico, embora não pautados exclusivamente por suas variáveis, é que os agricultores vão se relacionar com os mercados, sendo esse o foco de análise desse estudo. Não se desconsidera a importância das demais dimensões. Estabeleceu-se esse recorte em função dos objetivos e das possibilidades de operacionalização do trabalho.

A pesquisa combinou aspectos quantitativos e qualitativos. O caráter quantitativo é expresso pela mensuração e análise de diversas variáveis, obtidas de fontes primárias e secundárias. Ao longo desta dissertação ganha relevo, sobretudo, a análise quantitativa das taxas de uso dos diversos canais de comercialização. Todavia optamos por não submeter essas variáveis a uma análise de caráter puramente estatístico, por entendermos que seria mais útil a elucidação de nossas questões a contextualização e a historicização dos processos. Aí ganha relevo o caráter qualitativo da pesquisa, que engloba o mundo das relações humanas, o universo dos significados, das motivações e das atitudes dos sujeitos (MINAYO, 2012).

As definições metodológicas mais específicas foram precedidas por uma aproximação com o empírico, através de visitas realizadas em meados de 2013. Nessa oportunidade pôde-se dialogar com alguns sujeitos envolvidos diretamente com a execução do programa e, desde aí, delinear mais adequadamente o método e as técnicas de coleta de dados. O estudo de caso se revelou como o método mais apropriado para a realização da pesquisa, em função dos objetivos estabelecidos cobrarem a observação aprofundada da dinâmica comercial dos agricultores familiares, especificamente analisando a variação dos níveis de uso dos diferentes canais de comercialização e a relação dessas variações com o ingresso no PAA. Além disso, a possibilidade de comparações entre diferentes casos contribuiu para a escolha desse método (TRIVIÑOS, 2012). A entrevista foi a principal técnica de coleta de informações utilizada neste estudo. Foram aplicados questionários estruturados - junto aos agricultores associados das cooperativas e questionário semiestruturado - junto a dirigentes, assessores das cooperativas e com alguns agricultores numa segunda rodada de coleta de informações para

aprofundamento. Além das entrevistas também realizou-se observação participante, com anotação em diário de campo – utilizado durante o acompanhamento de atividades das cooperativas e em momentos de entrega dos alimentos, além dos diversos momentos de convívio mais “informal” com os agricultores.

Também recorreu-se a dados secundários, tendo como fontes de consulta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), o Atlas do Desenvolvimento Humano - Brasil 2013 e o Atlas Socioeconômico do Governo do Estado do RS. Também fizeram-se diversas buscas e pesquisas no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Além dessas fontes buscou-se na produção bibliográfica já existente elementos que nos permitissem entender melhor os fenômenos em observação e qualificar o trabalho.

Em termos cronológicos a pesquisa foi iniciada em julho de 2013, quando realizou-se uma primeira aproximação com o campo, ainda no primeiro ano de realização do curso de mestrado. Posteriormente se estabeleceram os objetivos específicos e as hipóteses de trabalho. A proposta era realizar a coleta de dados em 2013 e 2014, para permitir, mesmo que num espaço de tempo relativamente restrito, a análise da evolução nos níveis de uso dos distintos canais de comercialização. Isso só foi possível para o caso da COOPERSOL, dado que iniciou-se a pesquisa com a COOPOVEC no ano de 2014.

Nessa primeira aproximação com o campo entrevistou-se um dirigente e um assessor técnico da COOPERSOL, conforme roteiro no Apêndice A. Em setembro de 2013 realizou-se teste e ajustes no instrumento de coleta de dados destinados aos agricultores. Ainda em setembro e em outubro de 2013 realizou-se a primeira aplicação desse instrumento junto a 23 agricultores associados da COOPERSOL, conforme roteiro Apêndice B. Essa amostra representou 25% dos agricultores participantes do projeto executado em 2012, sendo uma amostra não aleatória por cotas. Nesse processo de amostragem a população é segregada em diversos subgrupos, de acordo com as características da população e dos interesses do estudo (BARBETTA, 2011). Os elementos que levaram ao fracionamento do conjunto dos associados em subgrupos foram a localização da unidade de produção, priorizando-se os municípios de Santa Rosa e Tuparendi, o tipo de produto entregue no PAA, contemplando agricultores que fazem entrega de produtos diferentes, como carnes, derivados lácteos, frutas, hortaliças e panificados. Também considerou-se a experiência com feira para formar os subgrupos contemplados na definição da amostra. Nesses meses também acompanhou-se uma

assembleia da cooperativa, em cuja foi realizada a discussão e planejamento do projeto a ser executado em 2014 e 2015. Nesse período também acompanhou-se a entrega dos alimentos em Santa Rosa e Tuparendi, ocasião em que pôde-se dialogar com os integrantes da Pastoral da Criança, entidade responsável pela entrega das cestas de alimentos.

Esses dados iniciais referentes à COOPERSOL foram sistematizados e apresentados durante o Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, em julho de 2014, ocasião em que receberam-se importantes sugestões para a melhoria do trabalho. Partes dessas sugestões foram incorporadas ao estudo, como a de incluir no escopo da pesquisa o estudo de mais uma cooperativa, o que permitiria comparações. Assim, em agosto de 2014 foi feita a primeira aproximação com a COOPOVEC, que foi incorporada ao âmbito dessa pesquisa. Os instrumentos foram adaptados e em setembro e outubro de 2014 realizou-se a coleta da maior parte dos dados, em primeira rodada no caso da COOPOVEC, conforme roteiro Apêndice A e Apêndice E.

No caso da COOPERSOL tratou-se de segunda coleta de dados no ano de 2104. Para tal foram preparados dois questionários para os agricultores. Um para ser aplicado junto aqueles agricultores em que não se observasse encerramento ou abertura de novos canais de comercialização entre 2013 e 2014, conforme roteiro Apêndice C. O outro questionário, apresentado no Apêndice D, para ser aplicado junto aos agricultores onde se observasse esse tipo abertura ou encerramento do uso de algum canal no período 2013 e 2014. O objetivo desse segundo questionário tinha como objetivo, através de questões abertas, investigar os motivos que levaram a abertura ou encerramento de algum canal, bem como verificar as possíveis vinculações disso com o ingresso no PAA. A repetição da coleta de dados na COOPERSOL foi realizada em 2014, mas a qualidade dos dados foi parcialmente comprometida, em função de razões que serão detalhadas na Seção 4.1.

O processo eleitoral de 2014 dificultou a coleta de todos os dados em outubro, conforme o planejado, sendo concluído em novembro daquele ano. No caso da COOPOVEC foram aplicados questionários junto a 20 agricultores, o que representa 25% dos agricultores participantes do projeto executado entre 2013 e 2014. Essa também foi uma amostra não aleatória por cotas, conforme Barbetta (2011), utilizando como parâmetros para a formação dos subgrupos de agricultores os diferentes produtos entregues, o tempo de participação no programa, o envolvimento com a produção de fumo e a participação em feiras. Nesse período também entrevistou-se a pessoa responsável da cooperativa pela elaboração, execução e prestação de contadas do PAA, bem como um técnico da Prefeitura Municipal, que há vários

anos presta assessoria a COOPOVEC e um ex-presidente da cooperativa, conforme roteiro Apêndice A. Também acompanhou-se uma assembleia da cooperativa, em que foi realizado o planejamento do novo projeto, a ser executado em 2014 e 2015.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos, além dessa introdução e de considerações finais. No segundo capítulo apresenta-se um esboço geral sobre o ambiente das questões rurais e alimentares na contemporaneidade. Considerando essas marcas e tendências globais, localizou-se e conceituou-se a agricultura familiar. Nesse capítulo foram desenvolvidos os conceitos fundamentais utilizados para embasar o nosso estudo, como impérios alimentares, estilos de agricultura, mercantilização, mercados, mercados institucionais e canais de comercialização. A elaboração desse primeiro capítulo se deu fundamentalmente através da revisão de literatura.

No terceiro capítulo discutiu-se a questão do Estado e das políticas públicas, focando, sobretudo nas políticas agrícolas. Além disso, apresentou-se o contexto de criação, as justificativas e as estratégias do Programa Fome Zero e do PAA. Deste último realizou-se uma apresentação mais detalhada, visto ser o objeto de nossa análise. A elaboração desse capítulo também se deu basicamente através da revisão de literatura e também consultando fontes secundárias de dados.

No quarto capítulo realizou-se uma aproximação com o espaço de pesquisa, através da caracterização do ambiente regional e da apresentação da evolução e diferenciação dos sistemas agrários da região do COREDE FN, destacando alguns dos traços característicos da agricultura atual dos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz. A realização desse capítulo se deu através da revisão de literatura, consulta à fonte de dados secundários e também contribuiu para sua elaboração as incursões de campo realizadas durante a pesquisa e o conhecimento prévio da região estudada.

No quinto capítulo mergulhou-se no universo específico de pesquisa. Nele apresentaram-se alguns aspectos da trajetória histórica e objetivos das cooperativas estudadas e suas vinculações com o PAA. Também apresentaram-se, de forma pormenorizada, as características dos domicílios e das unidades de produção pesquisadas, destacando os traços mais gerais de sua conformação. A realização desse capítulo se deu basicamente através da análise dos dados coletados.

No sexto e último capítulo foram apresentadas e discutidas as características de caráter mais comercial dos agricultores consultados. A elaboração desse capítulo se deu basicamente através da análise dos dados coletados e também através da confrontação de parte deles com

resultados de outras pesquisas. São apresentadas as diferentes percepções dos agricultores sobre o programa, mas a análise privilegia a observação do uso dos canais de comercialização, procurando verificar as mudanças ocorridas após o ingresso no PAA e a perspectiva, em termos de ampliação ou diminuição da autonomia comercial, que essas mudanças apontam.

2 AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO: PANORAMA GLOBAL

Nesse primeiro capítulo apresentar-se-ão alguns traços das dinâmicas mais gerais que envolvem o conjunto das atividades agropecuárias em nível global. Com ele pretende-se esboçar, mesmo que de forma panorâmica, o ambiente geral, as principais tendências e as questões mais marcantes do contexto internacional. Sua importância está associada ao fato que, como tem-se visto, essas dinâmicas tendem a ocupar os diversos espaços rurais, em todos os lugares do planeta, mesmo que de forma diferenciada e em distintos tempos.

Assim, os espaços e os sujeitos especificamente pesquisados, em maior ou menor grau, poderão estar afetados por esses movimentos de ordem mais geral. Portanto, é de fundamental importância que essas dinâmicas globais sejam captadas, para serem compreendidas as possíveis interfaces, as prováveis conexões e sua maior ou menor presença no espaço de estudo. Pretende-se apenas, de forma panorâmica, esboçar os traços gerais deste quadro. A elaboração desse primeiro capítulo se deu fundamentalmente através de revisão bibliográfica.

2.1 Impérios alimentares, agricultura e alimentação

Os dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) sobre o número de pessoas que passam fome no mundo são alarmantes, pois totalizam centenas de milhões. Com isso, a produção e distribuição de alimentos colocam-se como questões cruciais da atualidade, pois a fome ainda é um tormento para parte significativa da humanidade. Na aurora do segundo milênio do calendário cristão, em que pese todos os esforços, a própria FAO (2009, p. 2) reconhece que “El hecho de que el hambre estuviera en aumento incluso antes de la crisis alimentaria y la crisis económica sugiere que las soluciones actuales son insuficientes [...]”.

É nesse cenário que a agricultura familiar ganha destaque, por sua significativa contribuição na produção de alimentos e sua importância estratégica para a superação da pobreza. (CIRINO et al., 2013; TONNEAU; SABOURIN, 2007). Ainda que com os grandes avanços da ciência e da técnica, os incrementos na produtividade agropecuária, a sofisticação dos meios de transporte e dos sistemas de conservação e estocagem de alimentos, a humanidade ingressa no século XXI com parte significativa de seus integrantes vivendo em condições de insatisfação das necessidades alimentares.

Para Ploeg (2008) vive-se a possibilidade de uma crise agrária, que teria na disponibilidade de alimentos, em quantidade e qualidade, uma de suas características. Segundo argumenta Ploeg (2008, p. 7) “Os mercados globais agrícolas e alimentares de hoje representam um novo fenômeno que tem fortes impactos na agricultura, onde quer que ela seja desenvolvida”. Na atualidade a constituição de *impérios alimentares*, que possuem características expansionistas, hierarquizadoras e produtoras de novas ordens materiais e simbólicas, é uma nova e poderosa forma de ordenar o mundo rural, estando diretamente associado a maiores ou menores possibilidades de viabilização da agricultura familiar.

Os impérios alimentares são representados pelas grandes corporações agroalimentares que procuram controlar os processos de produção, industrialização e distribuição de alimentos, desenvolvendo cadeias alimentares longas, o que gera a desconexão entre produtores e consumidores e destes com os ecossistemas. Nele predominam os alimentos industrializados, o consumo abusivo, as propagandas manipuladoras, a padronização e a massificação de produtos. Esse modelo dominante já apresenta mazelas, como os problemas relacionados à saúde pública, tal como a obesidade, desnutrição, riscos alimentares, problemas ambientais e exclusão de pequenos agricultores (PLOEG, 2008).

O avanço histórico da ação das corporações no campo, ou o desenvolvimento das relações capitalistas no campo, teve em Graziano da Silva (1981) um dos analistas mais proeminentes do caso brasileiro. Para esse autor o progresso técnico na agricultura gera o aumento da produtividade do trabalho, tendendo com isso a gerar excedentes de mão de obra no campo e a superação das formas artesanais de produção de manufaturas, típicas das formas ditas pré-capitalistas de produção. Na perspectiva desse autor essas formas tendem a ser gradativamente superadas em função do aumento e complexificação da divisão social do trabalho, o que gera a separação das atividades artesanais e agrícolas e a separação do campo e da cidade.

Na perspectiva de Graziano da Silva (1981) as atividades artesanais seriam transferidas para as cidades, onde seriam incorporadas pela produção industrial, em função de sua superioridade técnica. Posteriormente essas atividades retornariam ao campo, todavia agora como força que subordina, segundo a lógica e interesse industrial, os processos produtivos, gerando a industrialização gradativa da agricultura, reduzindo as possibilidades para a pequena produção rural. Neste sentido, o progresso técnico é impulsionado desde os interesses de classe, sendo o capital industrial seu protagonista, subordinando trabalho e natureza com vistas à obtenção e ampliação dos lucros.

Ao analisar as relações entre agricultura e indústria no sistema internacional Goodman et al. (1990) argumentam que a segunda age no sentido de subordinar a primeira, na perspectiva da transformação industrial da agricultura. Segundo os autores ocorre historicamente um processo de apropriação parcial, descontínua e permanente da produção rural e do produto agrícola através de dois movimentos paralelos, denominados de *apropriacionismo* e *substitucionismo*. O primeiro representaria a apropriação e substituição de elementos do processo de produção agrícola, sejam eles de trabalho ou biológicos, por máquinas e insumos industrialmente produzidos. Por outro lado, o desenvolvimento da indústria alimentícia possibilitaria, tendencialmente, a substituição da produção agrícola de alimentos pela produção industrial, sugerindo que a base rural dos produtos alimentares poderia ser eliminada e substituída por produtos industriais.

Para Ploeg (2008, p. 7) o modo de ordenamento engendrado pelos *impérios alimentares* “[...] reorganiza progressivamente grandes domínios do mundo social e natural, sujeitando-os a novas formas de controle centralizado e de apropriação massiva.” Segundo esse mesmo autor, no cenário internacional agrícola dos dias de hoje, a industrialização é uma das principais tendências. Ela implica uma desconexão entre produção e consumo, a imposição de fatores artificiais sobre os naturais nos processos de produção e expressa o controle imperial direto e crescente do capital sobre a agricultura e a alimentação humana em escala global. Os fatores de dinamização da industrialização são a agricultura capitalista e o império, que buscam afirmar-se hegemonicamente.

Na dinâmica econômica contemporânea, onde se move a agricultura mundial, a necessidade de capital de giro tende a crescer paralelamente a modernização, ou transformação capitalista da agricultura. A ampliação da densidade do capital nos processos de produção agrícola e agroindustrial amplia o papel dos bancos, que passa a ser crucial, em função de possuírem virtualmente o monopólio da possibilidade de disponibilização de crédito de curto e longo prazo (DELGADO, 2012). Assim, além da indústria, também é incorporado o setor bancário, ou capital financeiro, como mais um ator desse intrincado jogo global, onde se configura a constituição das modernas equações alimentares e as possibilidades, maiores ou menores, de espaços de viabilidade para a agricultura familiar.

Discutindo a dinâmica e as mudanças rurais nos sistemas agrícolas e alimentares mundiais Burch e Lowrence (2009) apontam perspectiva semelhante, ao destacar a importância crescente e o papel de maior protagonismo do capital financeiro, controlado por grandes corporações agroalimentares, na configuração de longas cadeias alimentares

conectadas globalmente. Além disso, a questão dos investimentos de grupos financeiros na aquisição de terras também ganha relevância como estratégia de controle desse meio de produção, para fins produtivos e especulativos. Segundo CODER/DISOC/IPEA apud Ferreira (2014, p.8)

A crise mundial do sistema agroalimentar provocou uma busca desenfreada por terras férteis ao redor do mundo. Alicerçados na clara percepção de que a terra é um bem finito e que a única forma de garantir segurança alimentar é através da apropriação ou controle direto dos meios de produção, grupos financeiros e governos estrangeiros têm investido na compra e/ou arrendamento de terras em países estrangeiros. Esta nova investida vem acompanhada de uma tendência de alargamento do uso da terra tanto para a produção de monocultivos como para fins meramente especulativos.

Por outro lado, outra tendência de caráter global é apontada Ritzer (1983) ao analisar a sociedade norte-americana. Ele utiliza o caso da rede de *Fast Food* McDonalds como metáfora de uma tendência geral em desenvolvimento, tanto do conjunto da sociedade, como nos sistemas alimentares. Essa tendência implicaria na ampliação da racionalidade dos processos, com o aumento da velocidade, eficiência, padronização e impessoalidade. Isso tenderia a produzir uma homogeneização e padronização da cultura e da vida, pois nesse modelo são enfatizados aspectos como a previsibilidade, calculabilidade e controle.

De acordo com Ward et al. (2010) os riscos associados à padronização alimentar têm gerado elevação dos níveis de ansiedade e insegurança. Para esse autor o aumento dos custos associados à globalização alimentar e a elevação da demanda de alimentos para a produção de biocombustíveis causa, tendencialmente, elevação dos preços dos alimentos, sendo essa uma variável fundamental na definição das dietas alimentares das famílias de baixa renda. Isso implica diretamente sobre a saúde das pessoas, suscitando importantes questões éticas e sobre o consumo de alimentos de origem local.

O tema da qualidade dos alimentos mostra-se bastante controverso, pois os alimentos possuem diversos atributos de qualidade e a variável selecionada para avaliar a maior ou menor qualidade depende de quem a seleciona e de seus interesses. Harvey et al. (2004) advertem para o perigo da aceitação acrítica dos parâmetros avaliativos da qualidade dos alimentos, colocando em evidência a importância das questões relacionadas a quem define e quais são os critérios.

Outras questões preocupantes também estão sendo abordadas pela literatura internacional ao analisar os sistemas alimentares contemporâneos. Conforme destacam Pretty et al. (2005) o tema da magnitude dos custos gerados com o deslocamento dos alimentos, ou *food miles*, e os impactos disso nos preços das cestas alimentares, alertam para a dimensão

global desses custos financeiros e ambientais, que são gerados pelos deslocamentos alimentares em cadeias longas.

Nestle (2013) destaca as implicações e os riscos à saúde associados às dietas industrializadas, apontando as diversas e ofensivas estratégias das indústrias de alimentos, que envolvem, entre outras ações, o *lobby* frente aos organismos públicos de regulação e controle de alimentos, elevados gastos de publicidade na conformação dos hábitos alimentares americanos, os conflitos de interesse no ambiente técnico e científico da nutrição, o uso de informações tendenciosas, etc. Também destaca as implicações e os dilemas éticos, econômicos e sociais associados às escolhas alimentares.

Nesse cenário o reconhecimento da importância das cadeias alimentares curtas tem ganhado destaque, sublinhando aspectos como a necessidade da reconexão entre a produção e o consumo local de alimentos. Impulsionado pelos problemas do modelo produtivista dos impérios alimentares uma nova geografia alimentar estaria surgindo. Nela ganha espaço a proposição e desenvolvimento de iniciativas de desenvolvimento local, onde são estimuladas e intensificadas a relação entre produção e consumo (ILBERY et al., 2005; TRICHES, SCHNEIDER, 2010).

Também expressando uma contraposição a esse modelo de controle imperial, das cadeias alimentares longas, da padronização alimentar e do consumo em massa Goodman (2003) aponta a existência na atualidade de fortes movimentos de mudança, forjando a denominação de *quality turn*. Esse estaria centrado na preocupação com os padrões alimentares, destacando a importância da segurança alimentar e da qualidade dos alimentos.

Segundo Leão e Maluf (2012), o enfoque da segurança alimentar possui diferentes vertentes. A mais promissora vem sendo desenvolvido internacionalmente pelos movimentos sociais desde os anos 1990, sendo articulada como resposta a conformação de um sistema alimentar global sob controle das grandes corporações. Seu sentido deriva e deve ser localizado no espaço das disputas de perspectivas globais de desenvolvimento. Ele envolve o acesso aos alimentos e ao mesmo tempo questiona os padrões inadequados de produção, comercialização e consumo, requerendo políticas que se sobreponham a lógica estritamente mercantil e privada.

Mais especificamente, a segurança alimentar e nutricional deve ser entendida como uma responsabilidade do Estado e do conjunto da sociedade, envolvendo dois princípios fundamentais, que são o direito humano à alimentação adequada e saudável e à soberania alimentar. A alimentação deve ser adequada à diversidade das circunstâncias sociais,

ambientais e culturais do conjunto do planeta. Também deve colaborar para a geração de seres humanos conscientes de seus direitos, deveres e responsabilidades, tanto as ambientais, como as relacionadas à qualidade de vida de seus descendentes (LEÃO; MALUF, 2012).

É nesse contexto que se insere o debate sobre agricultura familiar e as grandes questões alimentares contemporâneas. Segundo Schneider e Cassol (2013), no caso brasileiro, em grandes traços, a discussão atual gira em torno de duas grandes teses, sendo a primeira, expressão de formulações teóricas que resultam em uma defesa da agricultura familiar como sujeitos relevantes numa estratégia de desenvolvimento rural e, a segunda vertente que sustenta que não existiria espaço para a agricultura familiar reproduzir-se em condições sociais aceitáveis, em função do padrão tecnológico exigido pela atividade agrícola moderna. Este trabalho alinha-se à primeira tese acima enunciada.

Considera-se o fortalecimento da agricultura familiar como uma ação relevante para o desenho de políticas de combate à fome, em função de sua contribuição significativa para a produção de alimentos. Concorda-se com o argumento de Tonneau e Sabourin (2007, p. 282) para quem a agricultura familiar “[...] tem garantido a segurança alimentar em várias zonas rurais e pequenas cidades”. Além disso, destacam que “Ela representa um projeto de inclusão social para aumentar o potencial produtivo e o papel social dos envolvidos [...] com capacidade de combater à fome.” Isso será discutido mais detidamente na seção seguinte, os contornos e as configurações dessa forma de agricultura, dando destaque a seus vínculos mercantis, em função de ser este o foco de análise deste estudo.

2.2 Agricultura familiar: aproximação conceitual

O conceito de agricultura familiar irá perpassar o conjunto desse trabalho, tendo centralidade como instrumento de observação e análise da realidade. O objetivo dessa seção é apresentar, frente ao contexto introduzido na seção 2.1, os elementos fundamentais que marcam o debate em torno da definição conceitual da agricultura familiar. Também pretende-se posicionar e assumir um determinado significado, que deverá servir como suporte analítico e interpretativo para o conjunto deste estudo.

Existe vasta e diversa literatura nacional e internacional que versa sobre a agricultura familiar, em várias de suas dimensões. Por exemplo, discutem-se as diferenças de constituição e dinâmica entre a lógica do capital e a agricultura familiar, as contradições e conflitos da relação entre ambas, além das diferentes formas de organização do trabalho e da produção. Dentro dessas formulações de caráter mais geral se insere o tema da pequena produção rural,

do campesinato e da agricultura familiar. A própria denominação desses sujeitos expressa diferentes abordagens e formulações teóricas, além de serem instrumentalizadas por diferentes sujeitos nos processos de disputas políticas (SCHNEIDER, 2010). Frente às controversas formulações existe a dificuldade teórica em atribuir significado conceitual a agricultura familiar, existindo diferentes denominações, algumas delas inclusive contrapondo agricultura familiar e campesinato (WANDERLEY, 2003).

Uma das definições do que é agricultura familiar é estabelecida pelo Governo Federal, através do MDA. Segundo essa definição, são considerados agricultores familiares aqueles que atendem aos seguintes critérios: a família deve trabalhar na terra em condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário (assentado) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); residir na propriedade rural ou em local próximo; dispor de área inferior a quatro módulos fiscais; ter renda bruta familiar, nos últimos 12 meses de produção normal que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), inferior a R\$ 360 mil, excluídos apenas benefícios sociais e previdenciários e que, no mínimo, 50% dessa renda se origine da exploração do estabelecimento; trabalho predominantemente familiar, podendo contratar mão de obra externa em caráter temporário, ou permanente, desde que o número de pessoas contratadas seja menor que o de pessoas da família que trabalham na unidade de produção (BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB, 2014).

A apreciação da agricultura familiar neste estudo parte da constatação objetiva sobre sua densidade no Brasil. Os dados do Censo Agropecuário 2006 mostram que, nesse ano, existiam 5.175.489 estabelecimentos agropecuários, sendo que desses 4.367.902 poderiam ser classificados como de agricultores familiares. Esses estabelecimentos, 84% do número total, ocupavam área de cerca de 80 milhões de hectares (cerca de 24% do total). Envolviam 74% do pessoal ocupado no setor, contribuindo com 38% do valor da produção e 34% do total das receitas, embora recebessem somente 25% do financiamento público destinado ao setor agropecuário brasileiro (SABOURIN, 2009; SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

Portanto, trata-se de um grupo de agricultores numericamente muito expressivo, que ocupa um quarto das terras e é responsável pela geração de postos de trabalho para a maioria do pessoal ocupado no setor. Em termos produtivos responde por cerca de um terço da produção agropecuária brasileira, embora receba apenas um quarto do financiamento público destinado ao setor.

São recorrentes as discussões sobre o espaço de manobra desses sujeitos, a viabilidade de sua persistência, ou seu desaparecimento, o papel do Estado e das políticas públicas, a questão da terra, a relação com os mercados, além das possibilidades e estratégias de reprodução da agricultura familiar sob relações capitalistas de produção. Escaparia do escopo deste estudo recorrer toda a trajetória desse debate¹ e analisar as diversas variantes e as diferentes perspectivas teóricas, todavia é fundamental registrar alguns dos traços deste debate e estabelecer as referências teóricas e analíticas que serão usadas neste trabalho.

Os estudos sobre agricultura familiar no Brasil iniciaram-se somente a partir de meados dos anos 1990, embora esse grupo social já tivesse aparecido em outros estudos e pesquisas, todavia com referencial teórico fortemente vinculado às formulações clássicas sobre o problema agrário nacional e as dinâmicas de luta de classes no campo. Pretende-se, neste estudo, abordar a agricultura familiar como um dos sujeitos do mundo rural, compreendendo o rural como espaço de diversidade, composto por uma teia de relações sociais, políticas, econômicas e culturais, onde as transformações e mudanças ocorrem de diversas formas e modos (SCHNEIDER, 2009). Além disso, também como elemento de partida, considera-se que o agricultor familiar é um ator social, que possui capacidade de resistência e adaptação frente às forças avassaladoras vindas do mundo externo, ou da chamada sociedade englobante, em que estão inseridos (WANDERLEY, 2003).

A discussão teórica sobre a persistência da agricultura familiar se insere num contexto mais amplo, que tem a ver com as possibilidades, sob relações capitalistas de produção, de persistência das formas familiares de trabalho e produção. De acordo com Schneider (2010, p. 116)

A dinâmica socioeconômica dessas formas sociais no meio rural configura-se como uma projeção particular do conjunto das relações de produção e trabalho que existem e se reproduzem nos marcos de uma sociedade em que imperam relações sociais de caráter capitalista.

De acordo com Wanderley (2009, p. 15) a forma de se relacionar com o capital é o fundamento sob o qual se configuram as possibilidades de reprodução do campesinato, que se move numa “[...] polarização autonomia-subordinação, isto é, a busca incessante de um espaço de autonomia pelos camponeses, face aos mecanismos de subordinação do capital.” Sob padrões capitalistas de produção, argumenta a autora, o trabalho assalariado se define na

¹ Resgates da trajetória desse debate podem ser vistos em Abramovay (1998), sobretudo a Parte I, Wanderley (1985), Schneider (2009), principalmente o capítulo 1 E Sabourin (2009).

relação direta estabelecida entre o trabalhador e o capital, todavia e ao contrário disso, no caso dos camponeses, essa relação é indireta.

Portanto, uma das dimensões importantes a ser considerada para a explicação das diferentes configurações e modalidades de agricultura camponesa, ou familiar, deve ser buscada na forma de inserção, ou relação, desses sujeitos com os espaços, os atores e as dinâmicas externas ao seu mundo. Por outro lado, ao estudar o fenômeno da pluriatividade, Schneider (2009) adverte para a importância do estudo dos mecanismos e estratégias que os indivíduos e grupos familiares adotam para viabilizar sua inserção na divisão social do trabalho. Assim, também é fundamental para o entendimento das dinâmicas rurais, entender como operam e como sobrevivem as formas familiares nas sociedades modernas, aceitando que essas formas não vivem isoladas das dinâmicas sociais mais amplas, como o regime de acumulação do capital, mas como elas estabelecem interações e sofrem direta ou indiretamente os efeitos e pressões. O que o autor procura destacar é que as posições de classe típicas da relação capitalista, burguesia e proletariado, são insuficientes para explicar as dinâmicas sociais de grupos que não se identificam integralmente com essas posições de classe.

Assim, em termos teóricos, entende-se que o estudo das dinâmicas rurais contemporâneas deve contemplar a interação dialética entre essas duas dimensões da totalidade social, que são as dinâmicas macrosociais, impulsionadas desde os padrões societários globais, em nossa época hegemônicos pelo capital, e as dinâmicas de caráter microsociais. Não são esferas isoladas, mas mantêm permanentes vínculos de interação e determinação, gerando historicamente diferentes configurações e conformações sociais.

Neste sentido, devem-se evitar as análises puramente morfológicas, ou que limitem-se a delimitações estáticas, dado que a agricultura familiar sofre a incidência das transformações societárias de caráter geral. Logo, a agricultura familiar não está alheia a essas transformações exógenas e gerais da sociedade, sendo essa uma das razões da sua diversidade e heterogeneidade. Por isso, o estudo da agricultura familiar deve incluir a análise da totalidade das dinâmicas da mudança rural, sendo o inverso também verdadeiro (SCHNEIDER; CASSOL, 2013). No caso deste estudo, focar-se-á a análise numa das dinâmicas vivenciadas pela agricultura familiar, que são suas conexões mercantis.

Ao analisar as consequências da expansão das relações capitalistas de produção e da mercantilização da agricultura e do espaço rural Niederle et al. (2014, p. 209) afirmam que elas “[...] não implicaram em processos homogeneizantes e lineares, mas em uma diversidade

de padrões tecnológicos e institucionais de organização do trabalho e da produção, de inserção nos mercados e de representação ideológica.” Na seção 2.3 deste trabalho, avançar-se-á essa perspectiva de análise.

Compreende-se que é nesse espaço de diversidade de formas geradas pelos encontros e desencontros entre o capital e as famílias dos agricultores que devem ser procurados os sentidos e os significados da agricultura familiar e do campesinato. Para tal usar-se-ão as formulações de Ploeg (2008, 2009) sobre as diferentes formas de agricultura, quais sejam: a camponesa, a empresarial e a capitalista.

A forma camponesa de agricultura, segundo Ploeg (2008, p. 17) se caracteriza “[...] fundamentalmente no uso sustentado do capital ecológico, sendo orientada para a defesa e melhoramento das condições de vida dos camponeses”. Aponta também a multifuncionalidade, muitas vezes, como outra de suas características. Esse grupo usa mão de obra predominantemente familiar, sendo da família a propriedade dos meios de produção essenciais. Destina a produção ao mercado, a reprodução da família e da unidade de produção. Para ele uma característica fundamental desse grupo é a luta por autonomia. Nessa forma de agricultura se desenvolve a *pequena produção mercantil*², onde ao menos parte da produção é destinada à venda e, conseqüentemente, constitui-se como mercadoria. Já a força de trabalho e outros recursos produtivos (terra, sementes, conhecimentos, etc.) entram no processo de trabalho não como mercadorias, mas como valores de uso. A produção camponesa é identificada com reduzido grau de mercantilização (PLOEG, 2008, 2009).

Segundo Ploeg (2009), a modernização da agricultura, que será analisada mais detidamente nos Capítulos 3 e 4, implicou em aumentos significativos na escala de produção, em diminuição na absorção de trabalho agrícola e na substituição da lógica do aumento da produção via intensificação do trabalho pela lógica do aumento da produção via intensificação da tecnologia. Junto a isso, como pré-requisito e resultado, ocorre um abrupto e multifacetado processo de mercantilização, sobretudo da matriz de insumos. A reestruturação do processo de produção e a mercantilização formaram a base sob a qual emergiu o modo empresarial de produção agropecuária, todavia esse modo não fez desaparecer o modo camponês de produção.

Na forma empresarial de agricultura a produção é altamente especializada e totalmente voltada ao mercado, de quem os agricultores são fortemente dependentes, especialmente o

² A conexão estabelecida por Ploeg entre as diferentes formas de agricultura e as diferentes formas de produção mercantil que são apresentadas na sequência se apoiam em diálogo do autor com Bernstein (1977, 1986), Appadurai (1986) e Ellis (1988).

mercado de insumos. É uma forma de agricultura essencialmente baseada, embora não exclusivamente, em capital financeiro e industrial, na forma de crédito, insumos e tecnologias. Sua expansão se dá através do aumento de escala, sendo essa uma necessidade e uma de suas características mais fortes. Nessa forma de agricultura ocorre a *produção simples de mercadorias*, onde, a exceção do trabalho, todos os demais recursos entram no processo como mercadorias. Com isso, se introduzem as relações mercantis reinantes e a lógica do mercado no processo de trabalho. A produção agropecuária empresarial é identificada com uma elevada mercantilização (PLOEG, 2008, 2009).

A forma capitalista de agricultura, ou corporativa de grande escala, emerge sob a égide do modelo agroexportador. A produção é guiada pela obtenção e maximização do lucro. Engloba uma extensa rede de empresas agrícolas, que possuem grande mobilidade e utilizam basicamente força de trabalho assalariada. Embora existam diferenças entre países, essa forma de agricultura condiciona crescentemente setores essenciais dos mercados agrícolas e alimentares. Essa forma de agricultura representaria a *produção capitalista de mercadorias*, onde ocorre a mercantilização completa do processo de produção. A força de trabalho e todos os demais recursos participam do processo como mercadoria e todos os produtos gerados também circulam como mercadorias (PLOEG, 2008, 2009).

Essas diferentes formas de agricultura vão desenvolver diferentes mecanismos de relação com os mercados. De acordo com Ploeg (2008), a *forma camponesa* de fazer agricultura tem um modelo de relação com os mercados fortemente baseado em circuitos curtos e descentralizados, onde a produção e o consumo de alimentos têm vínculos mais locais e regionais, que tendem a fugir do controle direto do capital. A *forma empresarial* e a *forma capitalista* constituem um modelo centralizado, ligado ao consumo mundial e operando cada vez mais em escala global, sob o controle do capital, através de grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos. Esse segundo modo de ordenamento é denominado de *império*. Tende a tornar-se dominante e busca subordinar, conforme seus interesses, a produção e consumo mundial de alimentos.

A síntese conceitual daí extraída, com a qual se está de acordo, é que a agricultura familiar transita entre a forma camponesa e empresarial de agricultura. As três formas de agricultura são *movimentos inter-relacionados através do tempo*, existindo entre elas complexas interfaces, sobreposições consideráveis e altamente intrincadas, além de movimentos contraditórios (PLOEG, 2008, 2009). Apesar de certa fluidez conceitual que implica essa forma de definir a agricultura familiar, acredita-se que ela possui maior alcance

explicativo dos fenômenos sociais que as definições de caráter mais morfológico, pois as dinâmicas rurais contemporâneas e não somente elas, também são fluídas e contraditórias.

De forma associada e complementar a esse conceito de agricultura familiar utilizar-se-á também, neste trabalho, o conceito de estilos de agricultura. Schneider e Escher (2014) sinalizam que a utilização do conceito de estilos de agricultura pode representar uma possibilidade heurística com potencial para integrar aspectos da definição de campesinato e agricultura familiar. Essa mesma perspectiva analítica, baseada em Ploeg (2009), é endossada por Niederle et al. (2014). Em certo sentido, a hipótese de trabalho seguida por Wanderley (2009, p. 189) também aponta neste sentido, para quem “[...] teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de rupturas e elementos de continuidade [...]”, não necessariamente numa passagem absoluta e irreversível, entre a condição de camponês tradicional para o de moderno agricultor familiar.

De acordo com Ploeg (2009), a diferença entre as formas camponesa, capitalista e empresarial de agricultura reside essencialmente em como são produzidos, distribuídos e apropriados os valores. À medida que se complexifica e se amplia a inserção do agricultor na divisão social do trabalho, o traço que diferencia a dinâmica da agricultura familiar da camponesa é o caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais estabelecidas. Segundo Schneider (2010, p. 111), “[...] é o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente em relação à sociedade que lhe engloba.” Neste sentido, a relação dos agricultores com a sociedade englobante e o tema da mercantilização ganham grande relevância.

Portanto, para pensar, estudar e entender a agricultura familiar, considerando sua complexidade, concordar-se-á nesse estudo com as formulações de Ploeg (2008, 2009) e Schneider (2010). Entende-se que é necessário assumir uma abordagem conceitual da agricultura familiar, que de conta do movimento de transformação da agricultura ao longo do tempo em suas várias dimensões. Dado os objetivos deste trabalho, focar-se-á neste estudo em uma destas dimensões, que é a questão da mercantilização da agricultura, dada sua relevância, e por ser esse o contexto específico, em que se inserem os mercados institucionais e o PAA. Por isso, passa-se a discutir mais detidamente esse tema na próxima seção.

2.3 Mercantilização, mercados institucionais e canais de comercialização

Nesta seção apresentar-se-ão alguns aspectos do processo de mercantilização da agricultura e da construção social de mercados, utilizando como base algumas formulações da

Nova Sociologia Econômica - NSE³. Também pretende-se caracterizar o que são os mercados institucionais e introduzir a discussão sobre os canais de comercialização, que auxiliarão na operacionalização do nosso estudo. A importância dessa seção está associada à centralidade que atualmente os mercados possuem no processo de reprodução social dos agricultores familiares. A apreciação realizada neste trabalho vai na perspectiva apontada por Gazolla e Pelegrini (2011, p. 134) quando afirmam que “Os agricultores familiares contemporâneos encontram-se intrinsecamente ligados aos mercados e sua reprodução social depende das relações estabelecidas com estes”.

A NSE se distancia da noção de mercado preconizada pela teoria neoclássica, onde estes são compreendidos como uma esfera de maximização do lucro, como um local de trocas distanciado das relações sociais, sem papel ativo dos agentes. Além disso, o mercado aparece como uma entidade suprassocial, onde o objetivo primordial é maximizar os ganhos e rendimentos individuais. Diferente disso, a NSE se baseia nos conceitos de construção social de mercados, de redes sociais e de *embeddednes* (enraizamento) (GAZOLLA; PELEGRINI, 2011). Ela parte da ideia que a ação econômica é uma forma de ação socialmente situada, sendo as instituições econômicas construções sociais. Para Granovetter (2003), é um equívoco conceituar as ações econômicas sem enraizá-las em redes de relações interpessoais ou de forma a torná-las independentes. Por isso, é fundamental analisar os fatos econômicos em suas vinculações com os fatos sociais e para tal o autor apresenta o conceito de enraizamento. Segundo Grisa (2010), com esse conceito procura-se analisar teoricamente como a ação econômica está enraizada em relações sociais e se afirma que os mercados devem ser estudados como estruturas sociais.

Para Marsden et al. (1995, p. 293) “A mercantilização não representa um processo único e universal [...]”. A mercantilização deve ser compreendida como um amplo processo social. Ela não fica restrita apenas ao trabalho na agricultura, mas alcança as práticas sociais dos agricultores e resulta em dinâmicas diferenciadas de desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário e dinâmicas desiguais de desenvolvimento rural. A perspectiva teórica que será adotada sobre o processo de mercantilização vem nesse sentido e está alinhada com a formulação de Conterato (2004) sobre a importância de localizar a agricultura familiar no contexto de uma economia e sociedade de mercado para compreender seu desenvolvimento histórico. Concebe-se a agricultura familiar contemporânea, de acordo com Conterato (2008, p. 68), “[...] como uma forma social de trabalho e produção que se reproduz em um ambiente

³ Esta dissertação não reivindica uma ancoragem na NSE, todavia utilizará alguns conceitos a ela ligados como segue no texto.

amplamente mercantilizado.” Portanto, para compreenderem-se adequadamente as dinâmicas de desenvolvimento rural e os processos de transformação, é fundamental estudar o modo como os agricultores se inserem, constroem e se relacionam com os mercados.

Conforme demonstram Conterato et al. (2011) o tema da mercantilização possui diferentes perspectivas teóricas e pontos de vista, sendo Marx, Polanyi, Kopytoff, Appadurai e Simmel alguns dos expoentes. Dado os limites deste trabalho não se adentrará nestas diversas perspectivas analíticas e nem se explorará as diferentes implicações para o caso da agricultura familiar. Assumir-se-á a definição de mercantilização preconizada por Conterato (2004, p. 34), quando esse afirma que

A mercantilização pode ser tomada como um processo onde a produção familiar passa a ter a sua reprodução cada vez mais dependente das suas relações com o mercado. A produção e a circulação de mercadorias orientam estas relações, quebrando o isolamento desta produção familiar, passando a vincular-se com o mercado num processo gradual e contínuo.

Assim, a mercantilização se internaliza nas unidades de produção e nas dinâmicas familiares através da crescente aquisição de insumos externos utilizados diretamente nos processos de produção, compondo o que Ploeg (2009) denominou de externalização. Por outro lado, ela também se desenvolve e internaliza pela destinação dada aos diversos objetos produzidos nas atividades agropecuárias, que assumem características de mercadorias, ao serem destinados não para o consumo familiar, ou das atividades produtivas, mas sim para a venda. Por outro lado, a compra de mercadorias para o consumo familiar não produtivo também conduz a ampliação dos processos de mercantilização da agricultura familiar, ao implicar na ampliação da necessidade de moeda para a satisfação das demandas de consumo. Todavia, como adverte Niederle (2007, p. 15) “É necessário reconhecer que a mercantilização transcorre de maneiras e intensidades distintas, como um processo parcial de múltiplos efeitos.” Na seção final do Capítulo 4, serão vistos alguns dos resultados do processo histórico de mercantilização no espaço de nossa pesquisa.

Segundo Conterato (2004, p. 34), “Ao ingressar no sistema mercantil de produção e circulação de mercadorias, a forma familiar de produção passa a ser influenciada pelas relações que orientam estas práticas.” Para Niederle (2007), nos últimos trinta ou quarenta anos ocorreu a dinamização do processo de mercantilização, em função de alterações na base técnica da produção. Essas mudanças geradas pela relação mais intensa com os mercados alteram os padrões de produção, como nas formas de organização do trabalho e da gestão da

produção. Também geram mudanças significativas nos modos de viver, nos padrões de consumo, nos princípios de sociabilidade, nas percepções e nas estratégias dos agricultores.

Todavia os agricultores não são sujeitos passivos no processo de mercantilização. Aqui destaca-se a contribuição da Perspectiva Orientada ao Ator (POA)⁴, para a qual os agricultores não são vistos como sujeitos inertes, sob os quais forças estruturais externas agem e determinam unilateralmente sua conformação. Ao contrário disso, eles são ativos processadores de informações e desenvolvedores de estratégias que se estabelecem nas relações mantidas com outros atores e com instituições (LONG, 2007).

Ser ator é uma condição social conquistada, não sendo um atributo inerte. Essa condição é alcançada pelos indivíduos, ou grupos, à medida que estabelecem relações e interações sociais, construindo *agência*, ao agir, ou reagir, em contextos adversos e situações hostis, através da mobilização de recursos, capacidades e desenvolvimento de estratégias que possibilitem ‘fazer diferente’. Assim, os atores sociais podem ser agricultores individuais, grupos ou coletivos sociais (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2011). As diferentes configurações de organização social emergem e resultam das interações, negociações e lutas sociais entre os diferentes atores, incluindo as lutas imediatas e presentes, como aquelas mais distantes e não presenciais. Todas elas influenciam a configuração da organização social, afetando as ações e os resultados (LONG; PLOEG, 1994).

Neste sentido, num contexto em que a tendência à industrialização influencia de forma diversa os espaços e as dinâmicas rurais, os agricultores agem constituindo diferentes estratégias e também estilos de agricultura. Isso possibilita à agricultura familiar uma grande capacidade de adaptação aos diversos contextos históricos. Segundo Wanderley (2009), a heterogeneidade das formas sociais concretas da agricultura familiar resulta, mais do que das diferenças de renda auferidas, da diferenciação de estratégias multifacetárias adotadas por esses sujeitos, frente às diversas situações econômicas, sociais, ambientais e culturais. Portanto, a mercantilização não conduz necessariamente a um único padrão de relação dos agricultores familiares com os mercados, pois os mesmos podem adotar diferentes estratégias de relação comercial.

A composição de diferentes configurações de inserção mercantil contribui para a constituição de um quadro heterogêneo, gerando diversos estilos de agricultura. Os graus de mercantilização, conforme Schneider e Nunes (2013, p. 608), resultam

⁴ Esta dissertação não pretende estar ancorada na Perspectiva Orientada ao Ator, mas utiliza-se de elementos que compõem essa perspectiva.

[...] do afastamento ou aproximação da dependência por parte dos atores do mercado, cuja escolha pelo consumo de mais ou menos elementos externos ou internos produz movimentos que os afastam ou os aproximam de certos mercados nocivos a eles, como monopólios, oligopólios, etc.

Por outro lado, seguem esses mesmos autores, isso não significa necessariamente que os agricultores não devam se relacionar com os mercados. Devem desenvolver estratégias que os capacitem para colocá-los numa posição de maior liberdade e autonomia quando estabelecerem essas relações. Concorde-se com a perspectiva desses autores, pois não se trata da negação da relação, mas da disputa em torno dos elementos qualitativos que compõem e dão significado a essa relação.

A composição dos distintos estilos de agricultura está condicionada às estratégias desenvolvidas pelos agricultores frente às condições específicas que enfrentam. Os estilos envolvem variações em torno de um conjunto de noções estratégicas e valores que os agricultores usam como guias, das formas como estruturam as práticas produtivas e também das relações estabelecidas entre a unidade de produção e os mercados. Os estilos de agricultura são constituídos na imbricação das estruturas sociais, econômicas e culturais (NIEDERLE et al., 2014). Para Ploeg e Long (1994), essa diversidade de estilos de agricultura pode ser analisada observando-se o grau de autonomia ou dependência diante do mercado global e do fornecimento de tecnologia. Expressão disso são as mudanças de postura dos agricultores frente à produção e comercialização de fumo, observadas no caso da Cooperativa dos Agricultores Porto Vera Cruz (COOPOVEC) conforme será visto nos Capítulos 5 e 6. Elas representam uma variação substantiva na forma com que os agricultores organizam o processo de produção e a relação com o mercado, numa perspectiva de ampliação da autonomia.

Discutindo as implicações da maior ou menor inserção mercantil dos agricultores familiares nos processos de diferenciação social e ampliação, ou redução, de sua autonomia Conterato et al. (2011, p.75) argumenta que “Mercados podem se constituir em mecanismos de inserção social e econômica e resultar no fortalecimento da autonomia frente às vulnerabilidades enfrentadas, quaisquer que sejam suas origens”. Concorde-se com esta perspectiva de que não necessariamente a ampliação da inserção mercantil dos agricultores familiares represente algo indesejável, ou nefasto para sua condição de produtor, para sua qualidade de vida e para sua reprodução social.

Neste estudo também concorda-se com a perspectiva analítica de Conterato et al. (2011) no sentido de que os mercados não são estruturas rígidas e externas, mas espaços

sociais resultantes da interação de diversos atores, entre eles os agricultores familiares que tomam parte ativa nesse jogo. O processo de mercantilização implica negociação e disputas, tanto materiais como simbólicas, para o controle dos mercados, compondo processos heterogêneos, complexos e não lineares. Assim, neste estudo, em termos teóricos e analíticos, os mercados são compreendidos como construções sociais e históricas em que, conforme Conterato et al. (2011, p. 71), “[...] atores (individuais e coletivos) disputam recursos e colocam em interface diferentes valores, normas e interesses”.

Além disso, outros fatores limitantes do acesso aos mercados para os agricultores familiares podem decorrer da demanda por escala de produção, as questões relacionadas à sanidade e regularidade ambiental e às questões fiscais. Estes se materializam como requisitos mínimos de acesso que precisam ser alcançados pelos agricultores. Em conjunto, conforme argumenta Fernandes (2013), esses fatores se colocam como exigências que podem limitar, ou mesmo impedir os agricultores de acessarem determinados mercados e de utilizarem certos canais de comercialização.

A ação do Estado e das políticas públicas será analisada com mais detalhes no Capítulo 3, mas cabe destacar que o Estado é um dos agentes fundamentais que atuam, mais ou menos ativamente, no processo de configuração histórica dos mercados. Segundo Schneider (2010) e Grisa (2012), para a agricultura familiar, desde meados dos anos 1990, o Estado brasileiro tem se colocado nos espaços rurais de forma mais intensa, incidindo mais ativamente na configuração do rural contemporâneo.

As políticas públicas, como as de acesso preferencial a determinados mercados, podem cumprir papel fundamental nas estratégias de reprodução e busca de autonomia dos agricultores. Uma das expressões dessa ação estatal é a constituição de mercados institucionais, notadamente o PAA, ou na reconfiguração e potencialização, como no caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que têm no Estado o agente de promoção e sustentação.

De forma mais precisa, segundo Grisa (2010, p. 103), designa-se mercado institucional como sendo uma

[...] configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem uma estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume um papel central, notadamente através de compras públicas.

Os mercados institucionais são uma modalidade específica de relação de troca onde o Estado, no caso específico do PAA, realiza a intermediação e o financiamento das operações

de compra de alimentos dos agricultores familiares e a distribuição desses alimentos aos consumidores em situação de insegurança alimentar. Configuram-se como mais um canal de comercialização que pode ser adicionado às diferentes estratégias comerciais desenvolvidas pelos agricultores, contando para tal com a mediação do Estado.

Ao analisar os fatores que afetam os atores sociais mais vulneráveis do mundo rural e a importância do apoio a diversificação dos circuitos de comércio para a construção de novas trajetórias de desenvolvimento, Coradin e Niederle (2012, p. 5) afirmam que “[...] os novos mercados institucionais constituem uma alternativa de reprodução social face à vulnerabilidade e privação com a qual estes agricultores tem-se deparado.”

Nessa perspectiva, no Brasil, mais recentemente, tem-se intensificado a constituição do denominado mercado institucional, como mais um dos canais de comercialização para os produtos da agricultura familiar. Esse mercado é formado pelas compras contínuas, ou esporádicas, efetuadas pelo Estado (em seus diferentes níveis: federal, estadual ou municipal) para o abastecimento emergencial, em caso de calamidades, ou para o abastecimento de escolas, populações carentes, hospitais, creches, etc. O PAA e o PNAE são expressões desse tipo de mercado, constituindo-se como canais que podem ser acessados pelos agricultores familiares.

Neste estudo possui centralidade o conceito de canal de comercialização. Adotaremos a definição de Waquil et al. (2010, p. 57) para quem

Canal de comercialização ou de distribuição, ou, ainda, de *marketing*, é, por sua vez, a sequência de etapas por onde passa o produto agrícola até chegar ao consumidor final, configurando a organização dos intermediários, cada qual desempenhando uma ou mais funções de comercialização, e o arranjo institucional que viabiliza as relações de mercado nas cadeias produtivas agroindustriais.

Nesta perspectiva o mercado pode ser entendido como os diferentes espaços de encontro e negociação entre os diversos agentes da comercialização de produtos e serviços, sobretudo produtores, compradores e vendedores. Já a comercialização é entendida como o processo de intercâmbio de produtos entre os agentes, através do uso de distintos canais de comercialização em diferentes mercados (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008; WAQUIL et al., 2010).

De acordo com Wilkinson (2008), os agricultores que participam de circuitos locais de venda desenvolvem a confiabilidade do produto em função da confiança do consumidor no produtor. Muitos agricultores vendem seus produtos para os consumidores locais, através de

feiras, no pequeno comércio, ou de porta em porta. Produtor e consumidor se conhecem e se reconhecem, numa rede social que se estabelece com base em relações de confiança. Expandir os espaços de venda para além desta rede se coloca como um grande desafio aos agricultores, em função do rompimento das relações pessoais de confiança e da exigência de padronização dos produtos.

Os canais de comercialização podem ser diretos ou indiretos, dependendo da existência, ou não, de intermediários entre os produtores rurais e os consumidores no processo de comercialização, que como se viu é desenvolvido em determinados mercados. Além disso, caso existam intermediários, os canais são classificados segundo o número desses integrantes ao longo do processo de intermediação entre os produtores e os consumidores, podendo ser maiores ou menores (WAQUIL et al., 2010).

No caso de um produtor que vende diretamente ao consumidor final, tem-se um canal de nível zero. Isso se dá concretamente no caso de feiras, venda na casa dos consumidores, ou pontos de venda de cooperativas ou associações de produtores. Os canais de nível um são aqueles que possuem um intermediário varejista na comercialização dos produtos agropecuários. É o caso dos supermercados e fruteiras que compram as mercadorias dos produtores e revendem para os consumidores. Os canais de dois níveis são aqueles que possuem dois intermediários (atacadista e varejista) na comercialização dos produtos agropecuários. É o caso das centrais de distribuição, atacados, restaurantes e cozinhas industriais. Os canais de três níveis possuem três intermediários (processador de alimentos, atacadista e varejista) no processo de comercialização, sendo o caso das agroindústrias em geral e das cooperativas agropecuárias. Os canais de quatro níveis são aqueles que possuem quatro intermediários, sendo o caso de *trading* de exportação e centrais de abastecimento (WAQUIL et al., 2010, p. 59 apud KOTLER, 1998).

A formulação de Mendes (2007, p. 54) vai nessa mesma perspectiva, pois para ele o canal de comercialização “[...] é o caminho percorrido pela mercadoria desde o produtor até o consumidor final. É a sequência de mercados pelos quais passa o produto, sob a ação de diversos intermediários, até atingir a região de consumo.” Mendes (2007) também aponta que a classificação dos canais de comercialização se baseia no comprimento do canal e, apesar de apontar a complexidade como elemento a ser considerado, esta se materializaria, sobretudo, em aspectos quantitativos, como o número de operações e de pessoas envolvidas.

Em termos mais qualitativos, entende-se que os canais de nível zero possuem maiores possibilidades de controle dos agricultores, pois o processo de venda ocorre em nível mais

local e está sob maior domínio e controle desses sujeitos. À medida que se avança para os canais com mais intermediários, argumenta-se neste trabalho, esse controle do agricultor tende a ir diminuindo e, tendencialmente, ir se ampliando as possibilidades de maior controle dos canais pelos impérios alimentares, conforme viu-se na primeira seção deste capítulo. Segundo Gazolla e Pelegrini (2011), os canais mais curtos são interessantes por serem os próprios agricultores os vendedores de seus produtos, constituindo um vínculo direto entre os produtores e os consumidores, num contexto de relações sociais locais e enraizadas. Além disso, nesse canal não são necessários os atravessadores e intermediários, o que possibilita, tendencialmente, que os agricultores auferam melhores rendimentos.

Na operacionalização do nosso estudo consideram-se os seguintes canais de comercialização, que foram observados no universo empírico consultado, classificados segundo o nível de cada canal. “Feiras”, que são as vendas diretas realizadas por agricultores em espaços e períodos regulares, sendo considerado um canal de “nível zero” – N0, onde os agricultores são responsáveis por toda logística das vendas. A “entrega na casa de consumidores” e também “na casa de vizinhos” são canais em que o produtor faz o transporte, a venda e a entrega dos produtos diretamente na casa dos consumidores, sendo também considerados canais N0. A venda “para consumidores na propriedade” é feita quando os consumidores se deslocam até as propriedades dos agricultores, realizando a compra e transporte dos produtos, sendo também um canal N0. Na venda “para hospitais” os agricultores também se responsabilizam pelo transporte e entrega dos produtos, sendo considerado canal N0.

Os canais de “nível um” – N1 são aqueles em que há um atravessador. Nesse caso são sujeitos que compram os produtos dos agricultores e os revendem para os consumidores. O canal “para atravessadores na propriedade” neste estudo será considerado N1. Também as vendas feitas no “mercado da UNICOOPER – COOPERSOL” e para “outros mercados” serão considerados N1, pois são canais em que os agricultores entregam os produtos para esses intermediários que os revendem para os consumidores. O “PNAE” será considerado canal N1, visto que o Estado realiza a intermediação do negócio entre os agricultores e as Escolas. O PAA também será considerado canal N1, considerando que o Estado faz a intermediação entre os agricultores e os consumidores finais. A venda para “eventos ou festas” também será considerado N1, visto que os alimentos são comprados pelos organizadores das atividades e revendidos para os consumidores finais.

Ainda, vamos considerar neste estudo os canais que possuem dois ou mais agentes que se colocam entre os produtores e os consumidores, sendo denominados “nível dois, ou mais” – N2+. Neste caso são as vendas que os agricultores fazem para as “agroindústrias”, notadamente de leite e grãos, sobretudo soja, milho e trigo. Além deste também as vendas através de “integração com empresas”, principalmente de aves, suínos e fumo será considerado N2+.

Neste estudo serão analisadas as conexões entre o ingresso no PAA e a ampliação ou redução no nível de uso de cada um dos canais individualmente. Além disso, através da classificação dos canais nesses três grandes grupos, pretende-se verificar a influência do ingresso no PAA sobre o uso de cada um dos grupos. Considerar-se-á que o grupo N0 representa aqueles canais em que os agricultores possuem maior poder e controle, por isso argumenta-se serem esses os canais que colocam os agricultores numa posição de maior autonomia. À medida que se passa para os outros dois grupos este poder e controle vão diminuindo, sendo considerados canais em que os agricultores possuem menos autonomia os grupos N1 e N2+. Este último grupo representa os canais em que os agricultores possuem menor poder e controle sobre os mecanismos de comercialização, por isso considerados os canais em que os agricultores estão em uma posição de menor autonomia.

O que se tentará identificar são as implicações que o ingresso no PAA acarreta na dinâmica de uso dos demais canais de comercialização, sem procurar associação unilateral e exclusiva, no sentido de causa-efeito direto, que vincule exclusivamente o ingresso no PAA com a abertura ou encerramento do uso de algum canal. O que pretende-se identificar são as alterações no uso dos canais de comercialização observadas após o ingresso no PAA e se essas alterações apontam para o uso, maior ou menor, de canais que colocam os agricultores em uma posição de maior ou menor autonomia. De forma alguma se está considerando que a autonomia dos agricultores possa ser determinada apenas pelos tipos de canais de comercialização utilizados pelos agricultores. Considera-se que o caráter dos vínculos mercantis nos processos de venda da produção como uma das dimensões a ser considerada, em um conjunto mais amplo de fatores e variáveis que deveriam ser ponderados para verificar a condição de maior ou menor autonomia dos agricultores, como, por exemplo, os níveis de dependência de insumos externos nos processos de produção. O foco que se propõe está associado com a necessidade de recortes para a operacionalização do nosso estudo.

Para avançar neste estudo se realizará uma maior aproximação com o objeto de nossa análise. No próximo capítulo será discutido mais detidamente o tema da ação do Estado de

um modo geral e principalmente na agricultura, através das políticas públicas, focando especificamente o caso do PAA.

3 POLÍTICAS AGRÍCOLAS E DE COMBATE À FOME NO BRASIL

O Estado brasileiro tem atuado como importante sujeito nos processos de transformação da agricultura ao longo da história. Sua atuação tem se alterado de acordo com a correlação de forças interna entre os diferentes atores que atuam na configuração do mundo rural e por suas ações têm influenciado essa própria correlação. Também os movimentos de ordem internacional influenciam na densidade das ações do Estado, bem como nos instrumentos utilizados e no perfil do público prioritariamente beneficiado. O Estado tem papel crucial na configuração do setor rural e sua importância é evidenciada em vários estudos, como Delgado (2009), Leite (2009), Netto et al. (2010) e Tonneau e Sabourin (2007).

Em função da importância do Estado e do conjunto das políticas públicas para a agricultura é que se apresenta este capítulo, que tem por objetivo caracterizar conceitualmente o que são as políticas públicas e, especificamente, as políticas agrícolas, bem como apresentar uma breve trajetória histórica delas no Brasil. Além disso, pretende-se contextualizar a criação do PAA e apresentar especificamente seus objetivos e funcionamento, dado ser esse um programa público e o objeto de nossa análise.

A criação do PAA inaugura uma nova fase nas políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar brasileira, sobretudo nos aspectos da comercialização e sua relação com ações de abastecimento alimentar às populações que vivem em situação de insegurança alimentar⁵. Neste capítulo pretende-se apresentar uma introdução conceitual de políticas públicas para, em seguida analisar mais detidamente a agenda da fome no Brasil, centrando-se estas observações no processo de constituição do Programa Fome Zero e da constituição e características específicas do próprio PAA.

3.1 Políticas públicas e políticas agrícolas no Brasil

No Brasil, segundo Marques (2006), o estudo das políticas públicas teve seu início efetivo nos anos 1980. Para esse autor até então as formulações e análises abordavam, sobretudo, aspectos macroestruturais do papel do Estado no processo de desenvolvimento, sendo raros os casos de análises mais internas e voltadas ao estudo da constituição e processamento de políticas públicas específicas. Por outro lado, nos anos 1990, ocorre a proliferação de ampla literatura sobre casos de políticas públicas particulares, todavia estas

⁵ No Brasil a insegurança alimentar é medida de acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA, que se apresentará com mais detalhes na seção 3.3.

são marcadas fortemente pela fragmentação temática, disciplinar e analítica. Coloca-se assim o desafio da construção de pontes entre as análises macroestruturais e a análise de políticas públicas específicas, ou de suas combinações.

Apesar da relevância desse desafio, nessa dissertação fica-se restrito ao campo das políticas públicas rurais e, dentre essas, focar-se-ão as políticas direcionadas aos processos de comercialização dos agricultores familiares, analisando especificamente o PAA.

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1995, é um dos fatos mais marcantes no campo das políticas agrícolas da década de 1990 (SCHNEIDER et al., 2009). Em termos analíticos, o PAA articula-se com o PRONAF ao complementar suas ações, pela incorporação de ações públicas no campo da comercialização de produtos da agricultura familiar. Antes de adentrar especificamente na discussão das políticas agrícolas, serão apresentados, alguns elementos sobre as políticas públicas em sentido mais amplo.

Partindo da indagação sobre o que são as políticas públicas, pode-se, numa primeira aproximação, defini-las como sendo as formas modernas de ação do Estado na perspectiva de fazer frente às demandas, num ambiente de rápidas mudanças de contexto. A gênese dessa perspectiva tem sua origem no período posterior a Segunda Guerra Mundial e, segundo Saraiva (2006, p. 28), está associada aos “[...] esforços de alguns países europeus, do Japão, dos Estados Unidos e do Canadá para responder, de forma mais eficiente, às demandas e necessidades sociais.”

Nesta perspectiva, o campo de ação das políticas públicas está fortemente vinculado à ação do Estado e sua relação com as demandas sociais, inserido, portanto no espaço das disputas políticas globais, ou seja, da disputa de poder. Todavia, é necessário tornar mais precisa a diferenciação e a relação entre a política, como espaço da disputa do poder social e o espaço específico das políticas públicas. Segundo Parada (2006, p. 67), “Tanto la política como las políticas públicas tienen que ver con el poder social. Pero mientras la política es un concepto amplio, relativo al poder general, las políticas públicas corresponden a soluciones específicas de cómo manejar los asuntos públicos.”

As políticas públicas podem ser consideradas como estratégias que apontam para diversos fins, que de alguma forma são desejados pelos grupos participantes dos processos decisórios. De acordo com Saraiva (2006), elas envolvem o fluxo das decisões públicas com fins de alteração em determinada realidade, através da introdução de elementos que possibilitem a manutenção do equilíbrio ou a introdução de desequilíbrio.

Numa perspectiva mais aplicada, segundo Saraiva (2006, p. 29), as políticas públicas podem ser definidas como:

Um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou de vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

Argumenta-se nessa dissertação que as omissões expressam determinadas decisões políticas, todavia não representam necessariamente políticas públicas. Estas, além da decisão política, demandam instrumental, orçamento, pessoal, etc. Assim, as políticas agrícolas podem ser definidas como o conjunto de ações do Estado destinadas ao conjunto do espaço rural e seus diversos atores, com vistas a alcançar determinados objetivos, através da alocação de recursos e da mobilização de instrumentos públicos, ou em combinação, mais ou menos articulada, com entes não públicos. Essas ações e omissões para o espaço rural se dão em conformidade com as perspectivas mais gerais e princípios que guiam a ação dos diversos governos ao longo da história.

Exemplo disso são as conclusões do denso estudo histórico descritivo sobre a relação entre os padrões de financiamento agrícola e as políticas macroeconômicas no Brasil, no período de 1965 a 1997, desenvolvido por Massuquetti (1998). A autora argumenta que há uma integração do setor agrícola com os demais setores e as configurações dos distintos padrões de financiamento agrícola evoluem e se adaptam nos diferentes contextos, segundo os interesses políticos e econômicos em cada etapa do desenvolvimento. Assim se evidencia um vínculo entre os padrões de políticas agrícolas e a conjuntura econômica geral.

Discutindo as vinculações entre as políticas públicas destinadas especificamente ao espaço rural e as políticas públicas de caráter macroeconômico, Delgado (2009, p. 24) argumenta no mesmo sentido, ao afirmar que “[...] dado seu caráter abrangente, é evidente que a política macroeconômica afeta direta e indiretamente todos os setores da economia, inclusive o agropecuário.” Assim, a política macroeconômica, que trata das grandes variáveis da economia, pode incluir, ou não, de forma mais ou menos explícita, uma política voltada especificamente para a agricultura. Em havendo uma política explícita para a agricultura ela se denominará de política setorial e, no caso da agricultura, poderá ter uma vertente agrária, mais voltada para a estrutura da propriedade e da posse da terra e uma vertente agrícola, denominada de política agrícola.

Segundo Delgado (2009), a política agrícola envolve ações relacionadas aos mercados, aos preços, formas de comercialização, disponibilidade de crédito para o setor agropecuário e também políticas estruturais, como as questões tecnológicas, fiscal, cambial e de infraestrutura. Elas procuram incidir sobre o comportamento de curto e de longo prazo dos agricultores e dos mercados agropecuários, condicionando e regulando preços dos produtos, as condições de comercialização, de financiamento, de padrão tecnológico utilizado, influenciando de forma decisiva o grau de integração intersetorial e de internacionalização da agricultura.

As políticas agrícolas, em grandes traços, de acordo com Brum (2000), acompanham e compõem modelos mais globais de desenvolvimento. No período que vai de 1500 a 1930 constitui-se um modelo primário exportador, articulado e dependente dos centros econômicos hegemônicos mundiais, onde o poder econômico e político estiveram concentrados, de forma quase absoluta nas mãos dos latifundiários. Além destes, secundariamente também participavam do pacto de poder grandes comerciantes dedicados à exportação e importação, ou ao tráfico de escravos. A independência, a abolição da escravatura, a proclamação da República e nem as diversas revoltas populares ao longo desse período conseguiram abalar o poder e o domínio dessa aristocracia.

Neste período, segundo Massuquetti (1998), predominou um modelo de desenvolvimento denominado “agrário-exportador”, em que a atividade econômica apresentava elevado grau de dependência externa e o setor agrário da economia era o mais dinâmico. Não existiam estímulos públicos a produção para o mercado interno, sendo a política cambial e de financiamento esporádicas e limitadas, além de serem destinadas ao favorecimento da agricultura de exportação.

Este modelo estava assentado num padrão de economia primária, dependente, voltada ao atendimento das demandas externas e comandada de fora. Para Brum (2000), os pilares eram a produção primária para exportação, na forma de monoculturas, realizada em latifúndios, por trabalho escravo, ou assalariado mal remunerado. Internamente atendia aos interesses do latifúndio exportador e era comandada por uma aliança política que envolvia os latifundiários e grandes comerciantes. A margem disso, ou com função complementar, se desenvolvia a pequena produção agrícola de subsistência.

No período que vai de 1930 até o início de 1980 convencionou-se denominar que a economia brasileira foi dominada pelo modelo de industrialização via “substituição de importações”, onde se buscou internalizar no país os setores industriais típicos dos países

capitalistas avançados. De acordo com Delgado (2009) o Estado brasileiro teve participação decisiva nesse processo, atuando de diversas formas, como: financiador, articulador de capitais privados nacionais e internacionais, como agente de sustentação política, como agente produtivo e também como formulador e executor de políticas públicas impulsionadoras de uma economia urbano-industrial.

No caso brasileiro o governo promovia essa estratégia, denominada de substituição de importações, através do estímulo ao desenvolvimento da produção industrial, tendo o Estado como sujeito impulsionador desse processo. Nesse projeto a agricultura teria o papel de fornecer alimentos baratos aos operários urbanos, disponibilizar matéria-prima e mão de obra e também consumir os produtos industrializados. A modernização da agricultura, no período pós-guerra, com a alteração de sua base técnica e a utilização de insumos produzidos industrialmente, para além da introdução de tratores e fertilizantes, implicava a subordinação da agricultura a indústria (GRAZIANDO DA SILVA, 1996; WANDERLEY, 2009). Esse processo fazia parte de um movimento maior, de internacionalização do capitalismo monopolista, que visava introduzir o capital industrial e financeiro na agricultura (DEVES et al., 2007).

De acordo com Mazoyer e Roudart (2010), internacionalmente esse processo de modernização da agricultura foi denominado “Revolução Verde” e visava, segundo seu argumento, acabar com a fome no mundo, através do aumento da produção e da produtividade agrícola. Modernos centros de pesquisa selecionaram espécies com maior capacidade de resposta produtiva a insumos industriais. Esse processo implicava o estreitamento da base genética e o esforço de padronização e homogeneização dos cultivos. Isso era fundamental para permitir a máxima mecanização das atividades agropecuárias. Para combater as “pragas agrícolas” foram desenvolvidos modernos “defensivos” e para a correção da fertilidade dos solos adubos de síntese industrial. Isso compunha um conjunto de tecnologias associadas e interligadas, englobando sementes, adubos, agrotóxicos e máquinas, que eram produzidas pela indústria. Isso possibilitou o avanço capitalista no campo, tornando a agricultura dependente da indústria e do capital financeiro.

Essa política de industrialização via substituição das importações tendeu a penalizar a agricultura na América Latina e, segundo Delgado (2009, p. 33), “[...] para a grande maioria desses países a política agrícola teve uma caráter basicamente compensatório a essa situação.” No Brasil, esses efeitos não foram homogêneos no tempo e no espaço, já que a agricultura foi mais penalizada nos períodos mais intensos da industrialização e os pequenos agricultores e

trabalhadores rurais foram os principais prejudicados. A partir da década de 1970 e também nos anos 1980, ainda que a política macroeconômica tenha se voltado a impulsionar o desenvolvimento industrial, no caso brasileiro, não foram implantadas apenas políticas agrícolas compensatórias. Segundo Delgado (2009), também existiram políticas públicas ativas, com vistas a modernização do setor agropecuário, com ações no campo do financiamento, dos preços, de comercialização, difusão tecnológica, etc.

De acordo com Massuquetti (1998), com a passagem do modelo agrário exportador para o urbano industrial, a agricultura destinada ao mercado interno passa a receber estímulos públicos. É desse período a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), em 1937. Também a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), em 1943 e o Regime de Ágios e Bonificações, em 1953.

A partir de 1964 a intervenção estatal na agricultura se torna mais intensa. O objetivo era promover a modernização do campo, num contexto de forte expansão urbana, com ampliação da demanda por alimentos e matérias primas baratas. O Estado passa a incidir diretamente no processo de produção rural através de uma intensa política de crédito subsidiado, da criação de centros de pesquisa e de instituições de difusão tecnológica. A estratégia da modernização visava aumentar a produção e a produtividade rural, através do estímulo da adoção e uso de insumos modernos, como máquinas, sementes, fertilizantes industrializados, defensivos, etc. É importante destacar, como argumenta Wanderlei (2009, p. 46), que a modernização da agricultura resultou de um pacto entre o Estado e os grandes proprietários de terra do país.

Em 1965 é criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). A criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) ocorre em 1972. O rearranjo do sistema de Extensão Rural, com a criação da Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER), em 1975. Essas são algumas marcas importantes que expressam a determinação do Estado brasileiro em impulsionar a denominada modernização rural, que estava vinculada às necessidades e interesses mais amplos do desenvolvimento urbano industrial.

De acordo com Netto et al. (2010), a estratégia estatal estava bem desenhada, embora nem sempre bem executada. Os centros de pesquisa trabalhavam na adaptação e desenvolvimento de tecnologias, que seriam difundidas pelos serviços de extensão rural, com financiamento subsidiado e com garantias, originadas de um sistema de seguro agrícola e de preços mínimos. Nesse período temos um avanço considerável das relações capitalistas no

campo, tendo como consequências a marginalização e proletarização de muitos agricultores, a apropriação industrial de muitos processos produtivos agrícolas, amplas movimentações demográficas, inchando as cidades e avançando as fronteiras agrícolas, além da intensificação do comprometimento da biodiversidade nacional.

É certo que a revolução verde gerou o aumento da produção e da produtividade, mas também é verdade que trouxe sérios problemas ambientais e sociais, como a redução da biodiversidade, erosão dos solos, assoreamento dos rios, estreitamento da base genética, envenenamento alimentar, exclusão social, concentração de terras, etc. Também são apontados sérios problemas em relação à sustentabilidade do sistema atual, em função de ser fortemente dependente de insumos externos e de recursos não renováveis (CAPORAL, 2009; WANDERLEY, 2003).

A estratégia pública impulsionadora da modernização era viável num período de grande liquidez de crédito no mercado internacional e interno, o que sofre brusca mudança no início da década de 1980. A sensível diminuição da oferta de crédito e a adoção de uma política monetária contracionista, com elevação dos juros, decorre da ampliação dos níveis inflacionários e da crise da dívida externa e do balanço de pagamento vivido pelo Brasil em princípio dos anos 1980. A crise dos anos 1980 impacta e inviabiliza essa forma e intensidade de padrão de intervenção do Estado na agricultura, gerando sua retração (DELGADO, 2009; NETTO et al., 2010).

Apesar da década de 1980 ser marcada por essa retração estatal, a promulgação da Constituição Federal de 1988 constitui-se como um marco referencial importante que baliza a ação do Estado em relação a algumas dimensões da agricultura. Um exemplo marcante são os avanços no campo previdenciário e o direito dos trabalhadores rurais a aposentadoria. Além disso, as pressões dos movimentos social e sindical do final da década de 1980 compõem um vetor importante que pressiona o Estado a disponibilizar políticas agrícolas mais adequadas às demandas apresentadas.

Segundo Schneider et al. (2009), a emergência e o fortalecimento nesse período das reivindicações dos movimentos sindical e social rural força o Estado a dialogar com esses atores sociais e a produzir ações públicas para atender suas demandas. Além disso, estudos realizados conjuntamente pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), contribuem para a definição conceitual mais precisa da agricultura familiar, além de apontar

diversas diretrizes que deveriam guiar a formulação de políticas públicas específicas para esse grupo social.

Para Sabourin (2009), as reivindicações camponesas fizeram o Estado mudar de postura em meados dos anos 1990. Ao discutir as políticas agrícolas do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, Schneider et al. (2009, p. 21) argumentam que a criação do PRONAF, em 1996, foi um dos fatos mais marcantes nas políticas públicas para o meio rural brasileiro. Além disso, destacam que “O surgimento desse programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares [...]”.

Do período que vai da criação do PRONAF até o início do primeiro Governo do presidente Lula, em 2003, além de diversos ajustes nos mecanismos de operação do próprio PRONAF, não se tem grandes novidades ou mudanças substantivas relacionadas às políticas públicas destinadas ao meio rural, sobretudo aos agricultores familiares. Esse foi um período de fortes embates entre diversos movimentos sociais e sindical, cobrando do Estado ampliação e qualificação dos serviços públicos, frente a uma perspectiva de gestão pública pautada pelas teses neoliberais, que advogavam a perspectiva inversa, que era de enxugamento do Estado e liberação das forças de mercado como agentes do desenvolvimento econômico e social.

Concorda-se com a perspectiva de Saraiva (2006, p. 35), quando esse afirma que “[...] toda política pública está integrada dentro do conjunto de políticas governamentais e constitui uma contribuição setorial”. Nessa perspectiva, para adentrar no estudo das políticas públicas e agrícolas, pode-se afirmar que o problema da fome retorna a agenda pública brasileira com maior intensidade em princípio dos anos 2000. A fome foi um dos vetores que impulsionou no Brasil a política global denominada de estratégia Fome Zero. Nesse sentido, embora não exclusivamente, também se pode afirmar que ela foi geradora do próprio PAA, pois esse é uma das ações setoriais, ou específicas, que compõem o Fome Zero.

Como viu-se até aqui o Estado brasileiro tem cumprido diferentes funções em relação à agricultura, com diferentes intensidades e atendendo diferentes sujeitos ao longo da história. Todavia, ao menos de forma mais clara no período mais recente, observa-se que é um dos principais atores políticos, tendo cumprido papel muito importante na economia e na política nacional (MARQUES, 2006). Por isso, a constituição e análise de políticas públicas de combate à fome, como o Programa Fome Zero e de apoio à agricultura familiar, como o PAA,

toma dimensões altamente relevantes. Na próxima seção se analisará mais detidamente esses programas.

3.2 A estratégia Fome Zero

O Programa Fome Zero é uma expressiva ação pública de enfrentamento à miséria no Brasil. Ele é tido pelo Governo brasileiro como uma estratégia que visa, em sua essência, atacar o problema da fome e da miséria. No final de 2014, em cerimônia na sede da FAO, em Roma, a Ministra brasileira do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Tereza Campelo, recebeu prêmio dessa organização, em função da antecipação brasileira dos resultados e metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em relação à erradicação da fome, dando certo destaque internacional as ações brasileiras nesse campo.

Por outro lado, o Fome Zero não é a primeira contribuição brasileira nesse campo. No ano de 1957, Josué de Castro apresentava “O livro negro da fome”, que cumpriu importante papel no processo de desnaturalização dessa problemática. Essa obra apontava certamente os vínculos estreitos entre as desigualdades econômicas de países, regiões e grupos sociais e a fome crônica que, a época, assolava dois terços da humanidade.

Outro marco recente da construção da agenda pública relacionada ao problema da fome e da miséria foi a campanha “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, que teve o sociólogo Herbert de Souza como uma das importantes referências e foi levada a cabo no Brasil na década de 1990. Essa campanha gerou forte sensibilização e mobilização da sociedade no sentido de produzir ações de enfrentamento à fome e à miséria. Nesse período, fruto da articulação e mobilização social, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), composto por sociedade civil e governo e que atuava assessorando a Presidência da República. Por outro lado, na década de 1990, viveu-se sob a perspectiva neoliberal hegemonizando o horizonte político de ação do Estado brasileiro. Apesar de no ano de 1994 ter sido realizada a 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, no ano de 1995, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, em uma de suas primeiras medidas como presidente, dissolveu o CONSEA (IBASE, 2014).

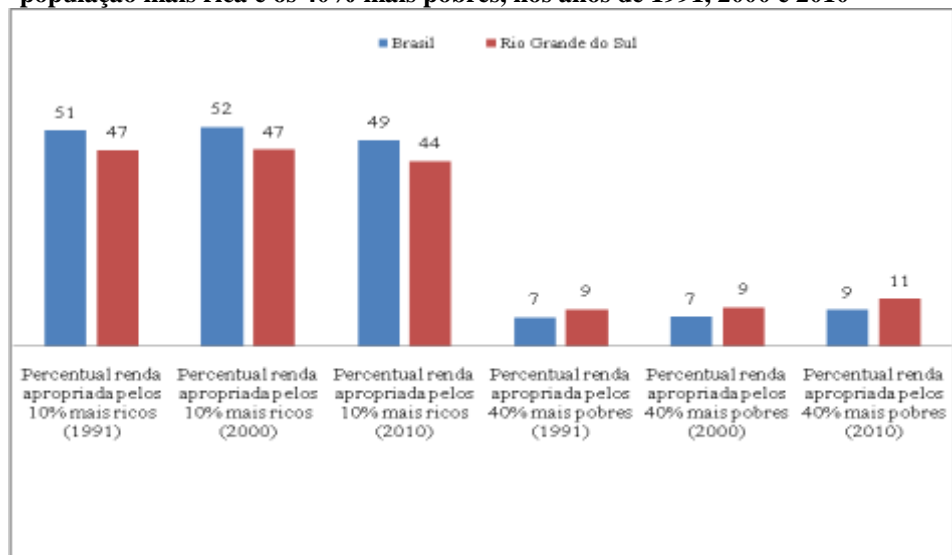
A fase final dos anos 1990 e princípios dos anos 2000 foi marcada por poucos avanços na agenda pública de combate à fome no Brasil, apesar da constituição do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), em 1998 e também do Programa Comunidade Solidária, criado em 1995 e sucedido, em termos gerais, como estratégia global de proteção social, pelo Fome Zero em 2002. Esse período foi de muitos retrocessos nas

políticas sociais, mas possibilitou a diversos setores da sociedade civil organizada o avanço na formulação conceitual sobre a temática da fome e da miséria. Essa formulação se expressou publicamente com mais força no início dos anos 2000, com a confluência e interlocução de diversos atores sociais que possibilitou a formulação do Programa Fome Zero (IBASE, 2014).

A gênese e a formulação do Programa Fome Zero se deu através de um processo de diálogo e discussões envolvendo ONGs, Organizações Populares, Movimentos Sociais e especialistas no tema da fome, promovidos pelo Instituto da Cidadania⁶, no ano de 2001. O ponto de partida das discussões era um diagnóstico que afirmava que o fenômeno da fome, no Brasil, não tinha relação com a falta da produção de alimentos e sim com a concentração da renda. Apontava-se que as causas da fome estariam relacionadas à falta de recursos, por parte significativa da população, para adquirir os alimentos em quantidade, qualidade e regularidade suficientes.

Os níveis dessa concentração podem ser observados no Gráfico 1, onde tem-se as informações sobre concentração da renda para o Brasil e o Rio Grande do Sul. Inicialmente cabe destacar que no caso brasileiro metade da renda era apropriada pelos 10% mais ricos no ano de 1991. No caso do RS esse índice era levemente inferior.

Gráfico 1 - Evolução relativa da concentração da renda no Brasil e RS, considerando os 10% da população mais rica e os 40% mais pobres, nos anos de 1991, 2000 e 2010

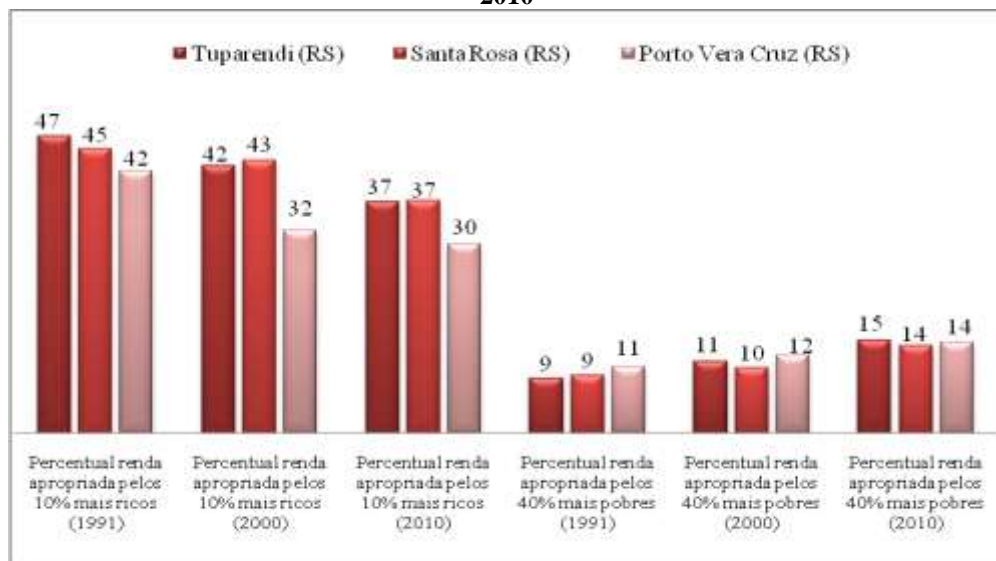


Fonte: Atlas Brasil, 2013.

⁶ Organização Não-Governamental que tem como um de seus objetivos incidir na formulação e execução de políticas públicas na perspectiva da cidadania.

No Gráfico 2 tem-se os dados para os três municípios considerados em nossa pesquisa, onde pode-se ver que para o ano de 1991, também é bastante elevada a concentração da renda, embora em níveis um pouco inferiores ao do Brasil e do RS. Observando as duas figuras pode-se perceber que, para todos os espaços considerados, ocorre, no conjunto do período, a ampliação da renda apropriada pelos 40% da população mais pobre e redução da fatia da renda apropriada pelos 10% da população mais rica, sendo levemente mais acentuada para os municípios considerados que para o Brasil e RS. Todavia, os níveis de concentração são ainda bastante elevados. No ano de 2010 tem-se que 40% da população brasileira mais pobre se apropriaram de apenas 9,2% da renda, enquanto no outro extremo os 10% mais ricos ficaram com 43,9%. Nesse mesmo ano, no Rio Grande do sul e nos municípios considerados, pôde-se perceber que essa concentração é um pouco menor, mas ainda assim a renda está distribuída de forma muito concentrada.

Gráfico 2 - Evolução relativa da concentração da renda, considerando os 10% da população mais rica e os 40% mais pobres, nos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, nos anos de 1991, 2000 e 2010



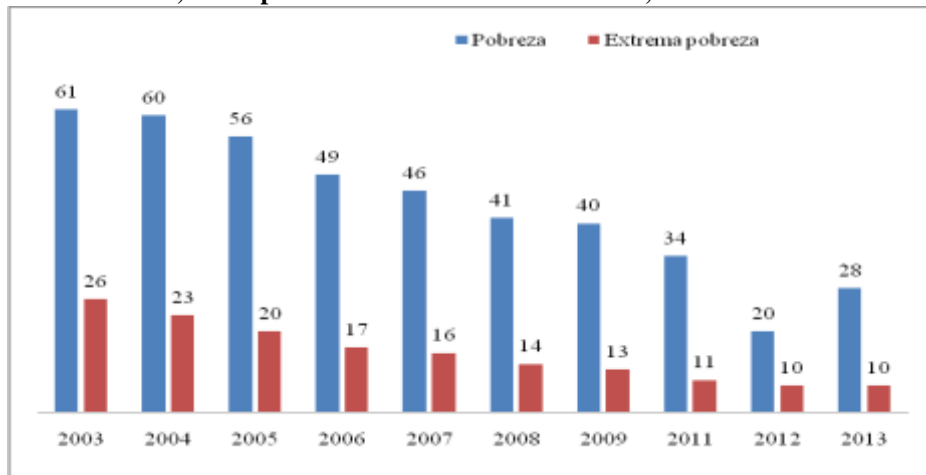
Fonte: Atlas Brasil, 2013.

Frente a esse contexto, a estratégia proposta pelo Fome Zero apontava para a necessidade de conjugar intervenções de caráter emergencial com políticas estruturais, como medida fundamental para a garantia ao direito a alimentação. Por outro lado, a época, também se apontava a necessidade de ir além das ações emergenciais, procurando atacar o modelo concentrador de renda, que era tido como elemento central da geração da pobreza. Frente a isso se propunha a redistribuição de renda, o crescimento da produção, a geração de empregos e a reforma agrária.

Com base nessas proposições se compõem o arcabouço que sustentou a formulação do Programa Fome Zero, que foi incorporado ao programa do governo Lula iniciado em 2003. Destaca-se a postulação do papel ativo do Estado em relação à garantia do direito humano a alimentação, como um dos fundamentos da cidadania e como elemento fundante de toda estratégia Fome Zero.

Conforme se observa no Gráfico 3, no Brasil, em 2003, estimava-se que existiam 61 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza e 26 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da extrema pobreza. Na época, a FAO apontava que o Brasil dispunha de 2.960 *kcal per capita*, quando o necessário seriam 1.900 *kcal* por pessoa/dia. Frente a esse contexto ganha destaque o discurso político de Lula (então Presidente da República), que sinalizava a pretensão de que, ao final de seu mandato, “Todos os brasileiros teriam garantido três refeições diárias”. Todavia, os dados apontam que em 2011, quando assume a sucessora do presidente Lula, em que pese à consistente redução absoluta e a tendência decrescente, ainda havia no Brasil 11 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza.

Gráfico 3 - Evolução do número de pessoas (milhões) vivendo em condições de pobreza⁷ e extrema pobreza⁸ no Brasil, tendo por base as necessidades calóricas, entre os anos de 2003 e 2013



Fonte: Ipeadata, 2014.

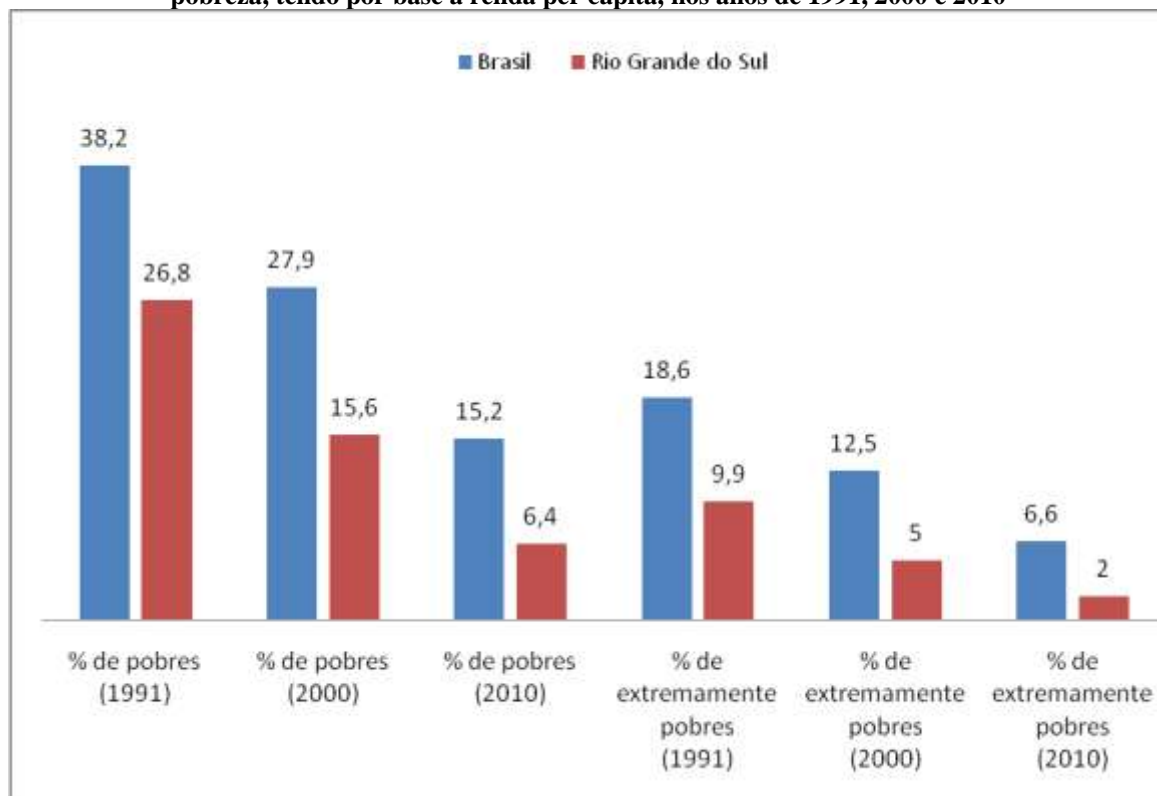
Os dados relativos da população brasileira em situação de pobreza⁹ e extrema pobreza¹⁰, referente ao período 1991, 2000 e 2010, agora considerando os níveis de renda

⁷ Número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da Organização Mundial da Saúde - OMS. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

⁸ Número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza (ou indigência, ou miséria). A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. Série calculada a partir das respostas à PNAD/IBGE.

mensal per capita, podem ser observados no Gráfico 4. Nele se pode observar que em ambos os grupos considerados tem-se tendência intensa e claramente decrescente.

Gráfico 4 - Porcentagem da população brasileira e do RS vivendo em condição de pobreza e extrema pobreza, tendo por base a renda per capita, nos anos de 1991, 2000 e 2010



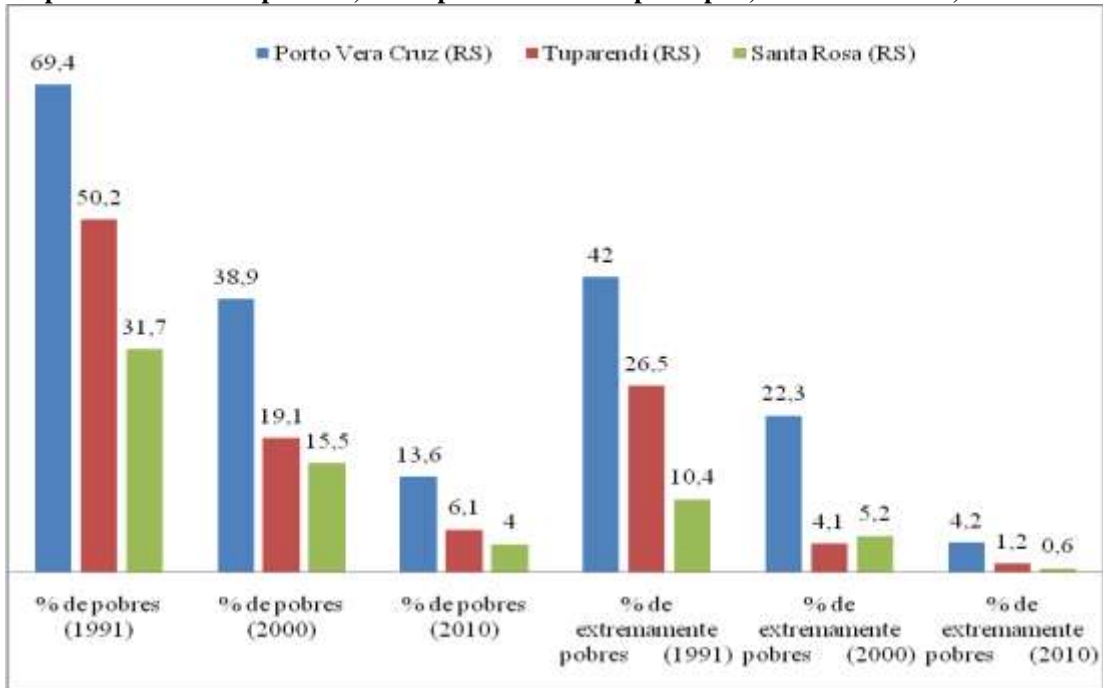
Fonte: Atlas Brasil, 2013.

No caso dos municípios pesquisados veem-se mudanças bastante significativas na proporção da população vivendo na pobreza e extrema pobreza, considerando o fator renda, entre os anos de 1991, 2000 e 2010. A evolução pode ser observada no Gráfico 5. Ela segue, em sentido geral, a mesma tendência observada para o Brasil e RS, ou seja, ocorre sensível redução.

⁹ Pessoas que vivem em domicílios particulares com renda domiciliar per capita mensal de até R\$ 140,00.

¹⁰ Pessoas que vivem em domicílios particulares com renda domiciliar per capita mensal de até R\$ 70,00.

Gráfico 5 - Porcentagem da população de Porto Vera Cruz, Tuparendi e Santa Rosa vivendo em condição de pobreza e extrema pobreza, tendo por base a renda per capita, nos anos de 1991, 2000 e 2010



Fonte: Atlas Brasil, 2013.

O Fome Zero foi uma estratégia impulsionada pelo Governo Federal, articulada também com os governos municipais e estaduais e com a sociedade civil. Mais do que um programa ele é definido como uma estratégia, que articula 52 ações e programas de 12 ministérios, estando presente em todos os 5.563 municípios brasileiros mais o Distrito Federal. O objetivo geral era assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. O Governo pretendia promover a segurança alimentar e nutricional, buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome (BRASIL, 2014b).

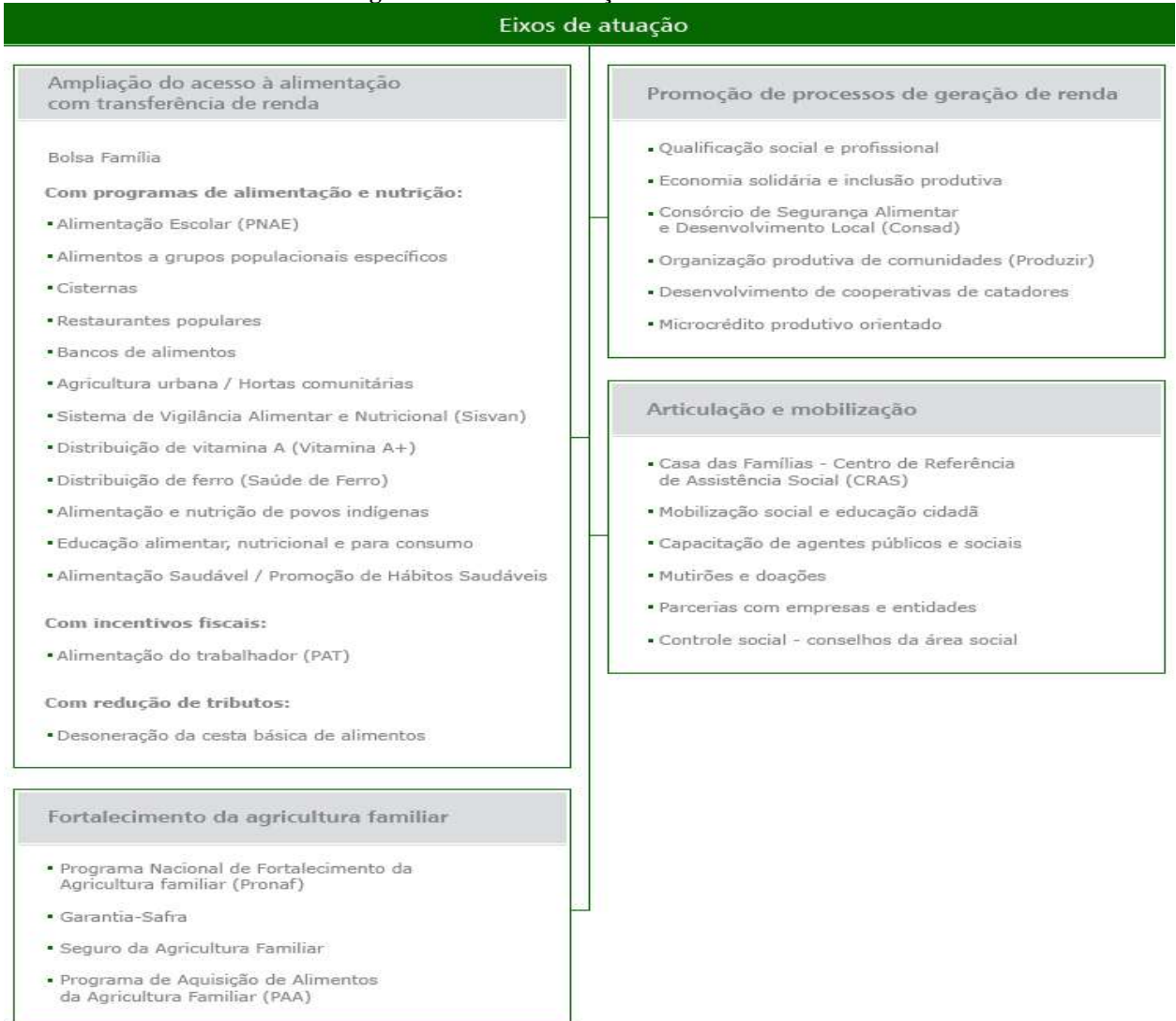
Ao caracterizar o Fome Zero, Crispim Moreira, a época Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (MDS), no ano de 2010, afirma que

A Estratégia Fome Zero se caracteriza por iniciativas que foram se consolidando desde seu lançamento, em 2003: fortalecimento da capacidade de intervenção e regulação do Estado; controle e participação social; mudança no marco legal; adoção de diretrizes de proteção do acesso à alimentação e fortalecimento da agricultura familiar; criação e adaptação de programas nacionais, buscando escala e aporte orçamentário e financeiro adequados à demanda; e articulação de políticas horizontais (intersetorialidade) e vertical (descentralização).

O Fome Zero foi estruturado sobre quatro grandes eixos de atuação, sendo: ampliação do acesso a alimentação com transferência de renda; promoção de processos de geração de

renda; articulação e mobilização; e fortalecimento da agricultura familiar. Cada um desses eixos possuía diversas ações, conforme pode-se observar no esquema que segue:

Figura 1 - Eixos de atuação do Fome Zero



Fonte: BRASIL, 2010.

Outro marco importante do avanço institucional brasileiro, na perspectiva de garantir o direito humano à alimentação adequada, foi a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por meio da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, denominada Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Esse sistema tem por objetivos formular, implementar, acompanhar, monitorar e avaliar as políticas e planos de segurança alimentar e nutricional do país. Também visa estimular e integrar os esforços entre governo e sociedade civil nessa mesma perspectiva (BRASIL, 2014b).

O SISAN é composto pela Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A Conferência é responsável pela formulação das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que são indicadas ao CONSEA e também pela avaliação do SISAN. O CONSEA compõe o SISAN, assessorando a Presidência da República e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional — CAISAN. Essa câmara é composta por 20 ministérios e é coordenada pelo MDS. Visa mobilizar e articular as diversas ações do Governo Federal relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional - SAN. Além desses também participam do SISAN entidades de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN dos Estados, Distrito Federal e Municípios, além de instituições privadas que se alinhem aos princípios do SISAN (BRASIL, 2014b).

Segundo Leão e Maluf (2012), a construção do SISAN, que articula ação governamental e da sociedade civil possibilitou a configuração desse arranjo e o estabelecimento e desenvolvimento do marco conceitual que o sustenta, que é a SAN. Também permitiu sua difusão e reconhecimento, além de servir de suporte teórico a constituição de diversas políticas públicas e importantes modificações institucionais no Brasil, como a inclusão do direito humano a alimentação na Constituição Federal, em 2010.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional é controverso, pois envolve um grande e diverso número de atores sociais que, desde seus interesses e perspectivas, opinam e disputam sobre seu sentido. Além disso, de acordo com Leão e Maluf (2012), como ele serve de suporte a formulação e proposição de políticas públicas está permanentemente envolto em disputas de significado, o que não impede a constituição de acordos e consensos mínimos para sua operacionalização, como tem ocorrido no Brasil nesta última década.

Para Leão e Maluf (2012) a referência brasileira de SAN expressa a síntese da construção de sentido que foi configurada no diálogo entre movimentos sociais e governo desde a década de 1980. Ela está fixada em Lei Orgânica, aprovada em 2006, regulamentada em 2010, pelo Decreto Presidencial nº 7.272. Sua formulação emerge do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, em 2003, tendo sido aprovada na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2004.

O conceito de SAN que embasa e guia as formulações públicas no Brasil, constitui-se como objetivo público, estratégico e permanente, sendo alçada a categoria basilar das estratégias de desenvolvimento e segundo Leão e Maluf (2012, p. 46) é assim sintetizado:

Segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Essa concepção de SAN, bem como o Programa Fome Zero, são expressões concretas de política pública produzida na confluência entre movimentos sociais e governo. Historicamente o Fome Zero marca a retomada e o fortalecimento de processos de diálogo mais intensos entre governo e sociedade, fortalecendo os processos de participação social e construção coletiva de políticas públicas. Todavia, cabe destacar que mais recentemente, sobretudo a partir do primeiro mandato da Presidente Dilma, observa-se certa redução na presença e intensidade da SAN na agenda pública brasileira.

No caso brasileiro pode-se destacar outros importantes avanços institucionais na última década, como: a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2004; a aprovação da nova Lei da Alimentação Escolar; a criação e a implementação de programas como o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (IBASE, 2014). É sobre esse último que serão apresentados mais detalhes na próxima seção.

Por último, no ano de 2011 o governo brasileiro lançou o Plano “Brasil sem Miséria”, que tem como objetivo erradicar a extrema pobreza no Brasil até 2014 e é a continuação e aprofundamento do Fome Zero. Esse plano está organizado em três grandes eixos: garantia de renda - para alívio imediato da situação de extrema pobreza; acesso a serviços públicos - para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; inclusão produtiva - para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres (BRASIL, 2014b).

O FZ possui quatro eixos de atuação, sendo: ampliação do acesso à alimentação com transferência de renda; promoção de processos de geração de renda; articulação e mobilização; e fortalecimento da agricultura familiar. Cada eixo possui diversas ações e é dentro desse contexto e estratégias gerais que o PAA está localizado, como um dos instrumentos que compõem um conjunto mais amplo de medidas de combate à fome. Ele é integrante do eixo Fortalecimento da Agricultura Familiar, que visa o desenvolvimento de ações específicas para a agricultura familiar que promovam a geração de renda no campo e o aumento da produção de alimentos. Na próxima seção analisar-se-á mais detalhadamente o PAA.

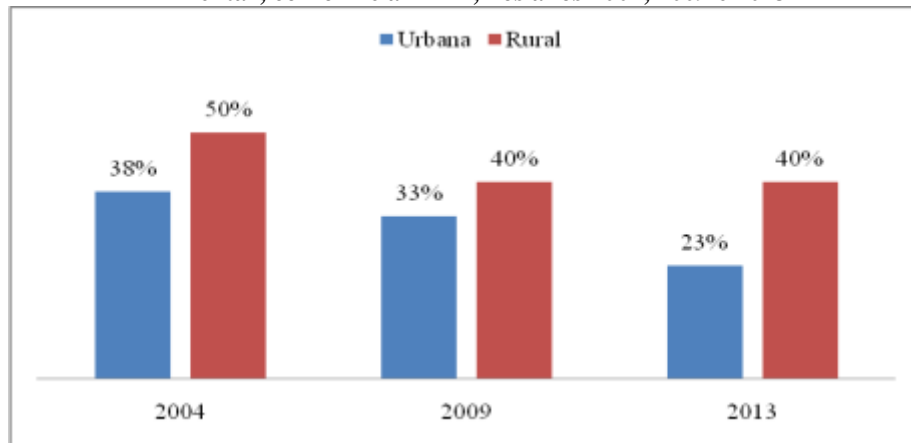
3.3 O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

O PAA foi instituído em julho de 2003. Na justificativa de sua criação argumentava-se que 46% dos potenciais beneficiários do Fome Zero, cerca de 15 milhões de pessoas, viviam na zona rural. Essa situação cobrava políticas específicas para o meio rural, pois cerca de metade das pessoas em condição de insegurança alimentar no Brasil, no ano de 2003, viviam no campo. Segundo os dados do IBGE/PNAD, que são apresentados no Gráfico 6, pode-se observar que em 2004, metade da população rural sofria de algum grau de insegurança alimentar, conforme a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar¹¹ - EBIA, enquanto esse índice para a população urbana era de 38%. Entre 2004 e 2009 esses índices foram reduzidos tanto para a população urbana como para a rural, todavia de 2009 para 2013 observa-se a continuidade da tendência de redução para a população urbana, permanecendo estável para a população rural. Isso expressa as diferentes dinâmicas entre esses grupos sociais e os efeitos diferenciais das políticas de combate à fome, reforçando a necessidade de políticas específicas para o mundo rural. Os dados do Censo 2010 confirmam essa disparidade, pois revelam que 5,39% da população urbana vivia na extrema pobreza, enquanto que para a população rural esse índice era de 25,46%.

Esse programa foi destinado a uma parcela específica dos agricultores brasileiros, denominados oficialmente de agricultores familiares, como viu-se na seção 2.2. Segundo o Censo Agropecuário de 2006 esse segmento engloba cerca de quatro milhões de estabelecimentos agrícolas. Também são priorizados nesse programa os povos e comunidades tradicionais, indígenas, pescadores artesanais, acampados e assentados da Reforma Agrária.

¹¹ A EBIA procura captar a percepção das pessoas em relação ao acesso aos alimentos e permite a classificação dos domicílios em diferentes categorias, ou graus de (in)segurança alimentar. Segundo a EBIA é considerado em Segurança Alimentar o domicílio que tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais; em Insegurança Alimentar Leve, quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro e/ou a qualidade dos alimentos torna-se inadequada em decorrência de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos; Insegurança Alimentar Moderada, em que se nota redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos; Insegurança Alimentar Grave, em que há redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças, além da ocorrência de fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos) (BRASIL, 2014).

Gráfico 6 - Porcentagem da população brasileira urbana e rural vivendo em algum grau de Insegurança Alimentar, conforme a EBIA, nos anos 2004, 2009 e 2013



Fonte: IBGE/PNAD.

A dificuldade nos processos de comercialização dos produtos da agricultura familiar, apontado como recorrente e estrutural, foi um dos problemas específicos que justificou sua criação. Além do problema dos baixos preços também havia os atravessadores nos processos de comercialização. Esses agentes econômicos intermediavam os processos comerciais entre os agricultores e os consumidores, concentrando muito poder, colocando os agricultores em uma situação de dependência e os deixando muitas vezes a mercê de suas aspirações de ganho fácil.

O PAA apresenta certo ineditismo nas políticas públicas brasileiras, pois atua no momento da produção e do consumo de alimentos. Ele promove a integração das ações públicas para enfrentar duas demandas sociais bastante fortes, que é o apoio à viabilização econômica dos agricultores familiares, através da compra institucional de sua produção e a necessidade de combate à fome com ações emergenciais, através da distribuição desses alimentos às populações necessitadas.

Através do PAA são comprados produtos alimentares da agricultura familiar, prevendo preços apropriados e dispensando licitação. Esses alimentos são doados as famílias em condição de insegurança alimentar. O principal objetivo do programa é promover o acesso aos alimentos para as populações em situação de insegurança alimentar e a inclusão social e econômica no campo, pelo incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar. Além disso, visa contribuir para a formação de estoques estratégicos de alimentos e facilitar o processo de comercialização em âmbito local, adquirindo produtos da agricultura familiar na hora oportuna e com preços adequados.

Sua constituição se deu através do diálogo do Governo Federal com o CONSEA e diversas outras organizações sociais, tendo sido instituído pela Lei N° 10.696, de 02 de julho

de 2003, regulamentado pelo Decreto N° 4.772, de 02 de julho de 2003, alterado pelo Decreto N° 5.783 de 15 de agosto de 2006. Foi apresentado publicamente em junho de 2003, pelo então presidente Lula, durante o lançamento do Plano Safra. É uma das ações da estratégia de SAN que compõem o Fome Zero.

O funcionamento ocorre através da compra que o Governo Federal faz diretamente dos produtos da agricultura familiar e sua posterior entrega às populações em condição de insegurança alimentar e que necessitam de imediato suprimento alimentar. Os recursos que viabilizam esse programa são todos oriundos do Orçamento Geral da União, canalizados através do MDA e do MDS. Do total de recursos investidos entre 2003 e 2010 o MDS participou com R\$ 3,09 bilhões (88%) e o MDA R\$ 424 milhões (12%).

O programa é constituído como um dos instrumentos da política de segurança alimentar e nutricional do país e é operado em diferentes modalidades, com diversos parâmetros de enquadramento, objetivos específicos e valores negociados. No caso da COOPERSOL e da COOPOVEC a modalidade utilizada é a Compra com Doação Simultânea (CDS). Essa modalidade possibilita a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares que são doados as entidades da rede de promoção e proteção social, que atende público em situação de insegurança alimentar. O programa é executado por meio de termos de cooperação com a CONAB e por convênios celebrados com Estados, Distrito Federal e Municípios, podendo atender a agricultores familiares diretamente ou por meio de suas organizações.

Em síntese, o programa procura conectar as dificuldades de comercialização dos produtos agrícolas da agricultura familiar e a decorrente dificuldade na obtenção de renda, com as necessidades urgentes de fornecimento de alimentos para as populações em condições de insegurança alimentar. Seu funcionamento se dá através da compra que o Governo Federal faz diretamente dos produtos da agricultura familiar, sem licitação, e sua posterior entrega às populações em condição de insegurança alimentar que necessitam de imediato suprimento de alimentos.

Os públicos alvos do programa são:

- a) fornecedores: agricultores familiares, com prioridade para povos e comunidades tradicionais, indígenas, pescadores, acampados e assentados da Reforma Agrária, agricultores familiares e suas organizações.
- b) consumidores: população em situação de insegurança alimentar e em vulnerabilidade social (crianças, gestantes, idosos, deficientes, doentes, famílias e

pessoas com insuficiência de renda); Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e pela Rede Socioassistencial, especialmente a referenciada pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Esse arranjo institucional que organiza o PAA, combinando política social e agrícola, por sua própria constituição, já apresenta o desafio da intersectorialidade na execução das políticas públicas, como parte do esforço de articulação, planejamento, coordenação e priorização das ações do Estado.

O programa é coordenado por um Conselho Gestor, do qual fazem parte: representantes do MDS (responsável pela coordenação do conselho), MDA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e também do Ministério da Fazenda. O Conselho Gestor é responsável pela fixação dos preços de compra dos produtos, dos limites máximos de compra para cada agricultor, da definição das regiões prioritárias de ação do programa, do estabelecimento das condições para a doação ou venda dos alimentos e por toda a regulamentação do programa.

A participação social se dá através da relação do Governo Federal com o CONSEA, que tem sido bastante atuante e participativo na formulação, acompanhamento e avaliação nacional do programa. Em nível estadual e municipal o controle social deve passar pelos respectivos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, ou pelos conselhos de Assistência Social e/ou de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Concretamente, a execução ocorre através da celebração de convênio ou termo de adesão entre entes do Governo Federal, Estados e Municípios, ou com os agricultores e suas organizações. Em caso de convênio com os Estados, deverá ser criada uma coordenação estadual, para articular os agentes sociais interessados e subsidiar a formulação de propostas, conforme os critérios do Conselho Gestor. Em caso de convênio com Municípios estes devem cumprir diversas obrigações para estarem aptos a receber os recursos. Para tanto, é recomendado que as propostas tenham apoio de algum conselho municipal atuante (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, de Assistência Social, CONSEA Municipal, etc.). Em caso de convênio direto da CONAB com organizações de agricultores, essas deverão apresentar ampla documentação comprovando estar em dia nos aspectos fiscais,

contábeis, trabalhistas, etc. Os procedimentos formais específicos de contratação e operação dependem de como o convênio é celebrado e da modalidade de execução.

No ano de 2012 mais de duas mil organizações de agricultores participaram do PAA. A lista de produtos adquiridos é composta por mais de três mil itens, englobando grande diversidade de produtos. Os agricultores podem participar do PAA individualmente ou através de organizações formalmente constituídas.

No Quadro 1 se apresenta uma síntese das modalidades de intervenção do PAA, com seu funcionamento, público, função, fonte de recursos e responsáveis pela execução.

No caso da modalidade Formação de Estoques e a modalidade Compra Institucional o limite individual de R\$ 8.000,00/família pode ser acumulado, alcançando R\$ 16.000,00/família. Esse por sua vez pode ainda ser acumulado uma vez mais, ou com a modalidade Compra Direta, ou com o PAA Leite, ou com a modalidade Doação Simultânea, alcançando um teto máximo entre todas as modalidades de R\$ 24.000,00/família/ano (BRASIL, 2014b).

Quadro 1 - Caracterização das diferentes modalidades do PAA

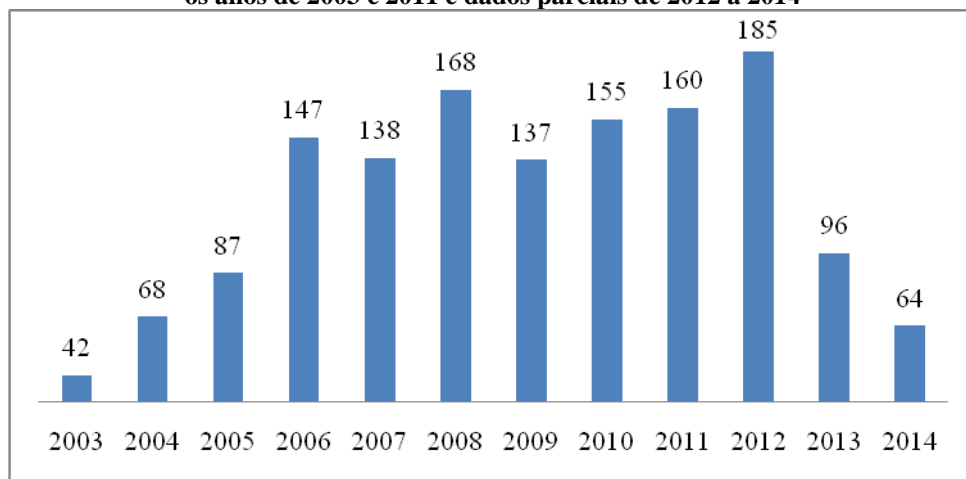
Instrumento	Caracterização	Financiamento, execução e limite por família
Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF)	Essa modalidade permite a aquisição de produtos alimentícios da agricultura familiar para formação de estoques públicos.	Desenvolvida com recursos do MDA e MDS e executado pela CONAB por meio de termos de cooperação, permite o atendimento de agricultores, organizados ou não, com limite de aquisição de R\$8.000/família por ano.
Formação de Estoque (FE)	Disponibiliza recursos para constituição de estoques públicos de alimentos da agricultura familiar.	Desenvolvida com recursos do MDA e MDS e executado pela CONAB, atende exclusivamente Agricultores Familiares organizados em Associações e Cooperativas, com um limite de aquisição de até R\$8.000/família por ano.
Compra com Doação Simultânea (CDS)	Compra alimentos para consumo <i>in natura</i> , processados, ou industrializados, produzidos por agricultores familiares, que são disponibilizados através de doação para pessoas em insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial, ou equipamentos públicos de nutrição.	Desenvolvida com recursos do MDS é executada por meio de termo de cooperação MDS-CONAB e por convênios celebrados com Estados, Distrito Federal e Municípios, ou Consórcios Públicos de Municípios. Tem limite de até R\$ 5.500,00/ família/ por ano, se acessado individualmente. Se acessado através de organização esse limite passa para R\$ 6.5000,00. Se 50% dos fornecedores estiverem cadastrados no Cadastro Único esse limite passa para R\$ 8.000,00. Esse também é o limite individual no caso de produtos exclusivamente orgânicos, agroecológicos ou da sociobiodiversidade.
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA Leite)	Essa modalidade é executada no Nordeste e norte de Minas Gerais. Compra-se exclusivamente leite de vaca e cabra, que é agroindustrializado e posteriormente distribuído.	Desenvolvida com recursos do MDS em parceria com Estados do Nordeste e Minas Gerais. São atendidos agricultores, organizados ou não, até o limite de R\$ 8.000/família.
Compra Institucional	Compra alimentos da agricultura familiar através de chamadas públicas, com dispensa de licitação, por estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta que fornecem refeições regularmente, como em hospitais, quartéis, presídios, etc.	Pode ser executado pelos órgãos públicos que fornecem refeições, com limite de R\$ 8.000/família.

Fonte: BRASIL, 2014b.

Ao longo da história do programa puderam ser observadas duas tendências relacionadas ao número de agricultores que entregam produtos, como mostra o Gráfico 7¹². Entre 2003 e 2006 a tendência é crescente, com aumento significativo no número de agricultores envolvidos, apresentando no período uma taxa de crescimento de cerca de 250%. Já no período que vai de 2006 a 2011 observa-se certa estabilidade, tendo oscilado em torno de 150 mil agricultores. Se for considerado esse número médio e o colocá-lo em relação ao total de estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, tem-se uma cobertura do programa de aproximadamente 3,6%.

Como os dados de 2012 a 2014 não estão consolidados, não se pôde analisar as tendências mais recentes, mas os dados preliminares apontam para redução significativa nos valores executados no período, como se pode observar nos gráficos 7 a 9¹³. A previsão do MDA para o ano de 2014 era beneficiar 250 mil agricultores. Segundo informação do MDS, atualmente 44% desses agricultores são do Nordeste, 24% do Sul, 20% do Sudeste, 8% do Norte e 4% do Centro Oeste.

Gráfico 7 - Número total de agricultores (milhares) no Brasil que entregaram produtos para o PAA entre os anos de 2003 e 2011 e dados parciais de 2012 a 2014



Fonte: MDS/SAGI/PAA data, 2015.

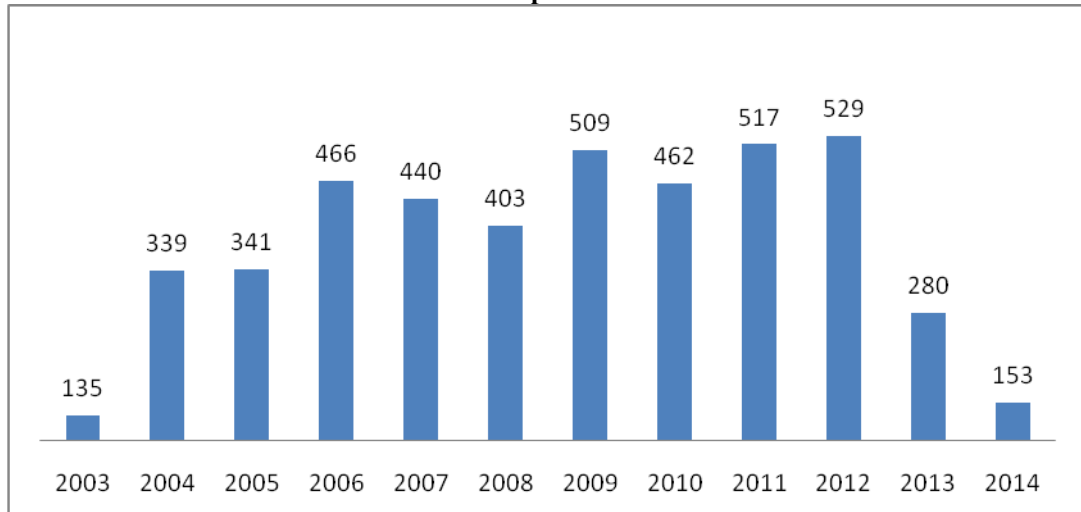
O Gráfico 8 apresenta a quantidade de alimentos adquiridos pelo programa. Nele também se pode observar certa semelhança em relação às duas tendências verificadas na

¹² Os Gráficos 7, 8 e 9 foram montados com base em dados extraídos do site do MDS/SAGI/PAA data. Cabe destacar que as informações referentes aos anos 2012, 2013 e 2014 são preliminares e podem sofrer alterações.

¹³ A análise pormenorizada das causas dessa redução extrapolaria os limites e possibilidades desse estudo, mas cabe apontar o aumento das regras e da intensidade da fiscalização da execução das mesmas, questões relacionadas as regras sanitárias, concorrência entre mercados institucionais, seca no nordeste, etc., como alguns dos possíveis fatores que poderiam compor a explicação dessa redução.

variação do número de agricultores que participam do programa, conforme o Gráfico 7 anteriormente considerado.

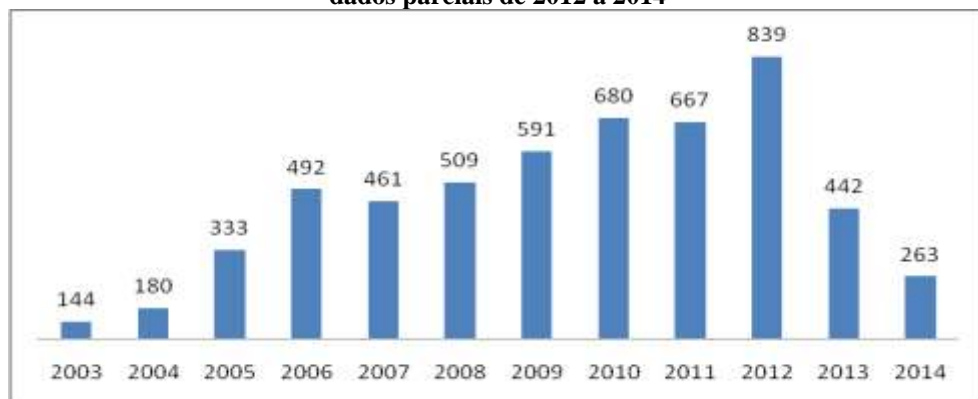
Gráfico 8 - Quantidade de alimentos adquiridos (mil toneladas) pelo PAA em todo Brasil entre os anos de 2003 e 2011 e dados parciais de 2012 a 2014



Fonte: MDS/SAGI/PAA data, 2015.

No Gráfico 9 apresentam-se os dados relacionados ao total de recursos investidos pelo PAA. Pode-se observar que há uma tendência crescente nos recursos investidos ao longo de toda a série histórica de 2003 a 2011. Nesse período o incremento de recursos foi da ordem de 360%.

Gráfico 9 - Valores aplicados pelo PAA (milhões de R\$) em todo Brasil entre os anos de 2003 e 2011 e dados parciais de 2012 a 2014

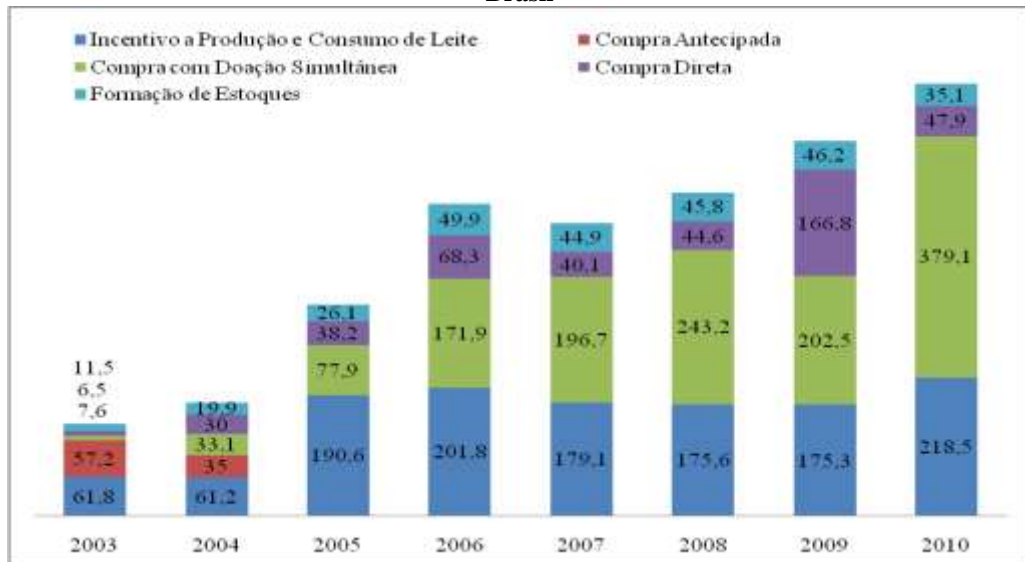


Fonte: MDS/SAGI/PAA data, 2015.

No Gráfico 10, tem-se os gastos efetuados nas diversas modalidades do PAA no período 2003 a 2010. Nele pode-se ver que as modalidades Compra com Doação Simultânea e Incentivo a Produção e Consumo de Leite são as mais importantes, em termos de volume de recursos destinados. Essa última, até o ano de 2006, era a que mais gastava os recursos do

programa. A partir de 2006 a modalidade Compra com Doação Simultânea passa a ocupar esse posto, tendo representando, em 2010, cerca de 56% dos gastos do programa. As duas cooperativas estudadas operam essa modalidade do PAA.

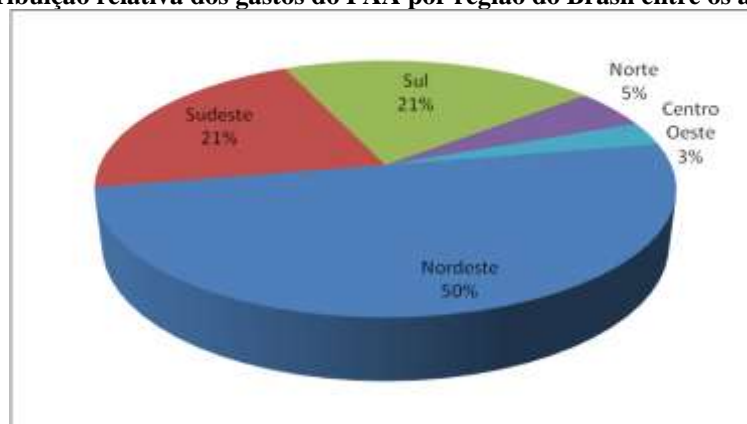
Gráfico 10 - Gastos do PAA por modalidade, em milhões de reais, entre os anos de 2003 e 2010 em todo Brasil



Fonte: MDS/SAGI/PAA data, 2015.

No Gráfico 11, tem-se a distribuição dos recursos do PAA segundo as grandes regiões do Brasil, considerando o acumulado no período de 2003 a 2010. Nele pode-se ver que a região Nordeste é a que mais executa recursos desse programa, sendo responsável por metade dos gastos. Em um segundo patamar as regiões Sul e Sudeste, gastando cada uma cerca de um quinto dos recursos. Por último e com patamares bem inferiores as regiões Norte e Centro Oeste, evidenciando certa concentração regional nos gastos dos recursos.

Gráfico 11 - Distribuição relativa dos gastos do PAA por região do Brasil entre os anos de 2003 – 2010



Fonte: MDS/SAGI/PAA data, 2015.

Por outro lado, segundo as informações do MDS/SAGI/PAA data (2015) a cobertura do programa, em 2009, em nível nacional, alcançava 3,28% do total dos agricultores. Na região sul esse índice era de 4,9%, no sudeste 4,5%, no nordeste 2,5% e no norte e centro-oeste era de 2,1%. Esses dados revelam o alcance relativamente limitado do programa, dado que em todas as regiões do país ele beneficia menos de que 5% dos agricultores. Esse efetivamente é um dos grandes limites do programa.

Apesar da restrição da cobertura do programa, afirma-se a importância do PAA como política pública específica para os agricultores familiares, pois atua em um campo de consideráveis fragilidades desses sujeitos, que é o da comercialização. Além disso, trata-se de uma política inédita, por articular produtores de alimentos e pessoas em situação de insegurança alimentar.

Antes de mergulhar no universo mais particular dos sujeitos estudados, que são os agricultores da COOPERSOL e da COOPOVEC, apresentar-se-á no próximo capítulo, uma análise de caráter intermediário entre as tendências de caráter global, discutidas no Capítulo 2, e as observações específicas dos sujeitos estudados, que serão apresentadas nos Capítulos 5 e 6. O objetivo dessa seção meso analítica é destacar alguns elementos intermediários, sobretudo de caráter histórico e ecológico, que são fundamentais para a melhor compreensão dos fenômenos estudados.

4 TRAJETÓRIA E CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DE PESQUISA

O presente capítulo tem por objetivo caracterizar o espaço de realização da pesquisa, através da apresentação da evolução e diferenciação dos sistemas agrários da região de abrangência do COREDE¹⁴ – Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste do RS, doravante denominado apenas COREDE FN. Os municípios em que foi realizada coleta da maioria dos dados para este estudo estão inseridos nesse COREDE, sendo eles: Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz.

A formulação desse capítulo se deu com base na teoria dos Sistemas Agrários. Optou-se por essa teoria por entender-se que ela se mostra adequada para caracterizar a formação e evolução da agricultura regional, que é o objetivo desta seção. Entende-se que a caracterização panorâmica e regional das dinâmicas agrárias fornecerá elementos substantivos para uma compreensão mais adequada da diversidade da agricultura familiar da região e, desde aí, nos permitirá entender mais adequadamente os sujeitos pesquisados, dado que estão inseridos e são tributários dessas transformações de caráter regional. Além disso, as características ecológicas dos municípios são bastante semelhantes e, em linhas gerais, o processo histórico de ocupação desse território segue as mesmas linhas.

A Teoria da Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários busca captar o movimento geral de transformação e diferenciação da agricultura no tempo e no espaço. Para Mazoyer e Roudart (2010), é um instrumento intelectual que, pela análise metódica da organização e funcionamento das distintas formas históricas de agricultura, possibilita a apreensão e compreensão da sua complexidade. Cada Sistema Agrário é composto por um ecossistema cultivado e um sistema social produtivo, sendo a expressão teórica de um tipo de agricultura historicamente constituída e geograficamente localizada. Um sistema agrário deve ser analisado considerando as atividades relacionais e interações que a agricultura estabelece a jusante e a montante, bem como devem ser consideradas as conexões e sua relação com outros sistemas agrários.

É na perspectiva de apontar, em grandes traços, a evolução e diferenciação dos sistemas agrários da região de estudo que elaborou-se este capítulo, que pretende apresentar o panorama histórico do espaço pesquisado. Ele é composto, além dessa introdução, por outras duas grandes seções. Na primeira apresentar-se-á uma caracterização geral da paisagem da

¹⁴ No RS existem ao todo 28 COREDES. Eles foram formalizados no ano de 1994, pelo Decreto Estadual nº 35.764 de 28/12/1994, sendo expressão de uma divisão política e administrativa do conjunto do Estado. Eles se constituem como espaços de discussão e decisão a respeito das políticas públicas e das estratégias regionais de desenvolvimento.

região delimitada para o estudo. Na segunda parte será apresentada a evolução e diferenciação dos sistemas agrários observados na região. Essa segunda seção é subdividida em quatro partes, onde são detalhados os sistemas agrários observados, sendo eles: Indígena, Caboclo, Colonial e Atual.

4.1 A região e os municípios pesquisados

A região compreendida pelo COREDE FN localiza-se no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Delimita-se a noroeste com a província de Misiones - República Argentina, ao sul com o COREDE Missões e a nordeste com o COREDE Celeiro.

A grande região noroeste foi uma das últimas regiões de expansão migratória e colonização do Rio Grande do Sul. Esse processo foi mais intenso entre 1910 e 1940, resultando na emancipação de vários municípios, sobretudo, a partir de meados dos anos 1900. As principais etnias que afluíram à região foram a alemã e italiana. É considerada uma região de colonização mista, apresentando nos dias de hoje, em menor escala, presença de indígenas, negros, poloneses e outras etnias, com crescente miscigenação.

A densidade populacional da região é de 44,3 hab./km². A cidade polo do COREDE é Santa Rosa, sendo composta também pelos municípios de Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi. A distância até a capital, Porto Alegre, varia conforme o município, mas em média é de cerca de 500 km.

Figura 2 - Mapa destacando a localização do COREDE FN no Rio Grande do Sul, identificando os 20 municípios integrantes e destacando os municípios onde foi realizada a pesquisa



Fonte: Adaptado de COREDE FN, 2010.

O município de Santa Rosa foi fundado no ano de 1931. Encontra-se a 486 km de Porto Alegre. Possui área de 489 km² e a altitude da sede municipal é de 277 metros. Seu Índice Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), em 2010, era de 0,742 ocupando a 125ª posição no Estado. As principais ligações asfálticas se dão através da BR 472, da RS 305 e da RS 344.

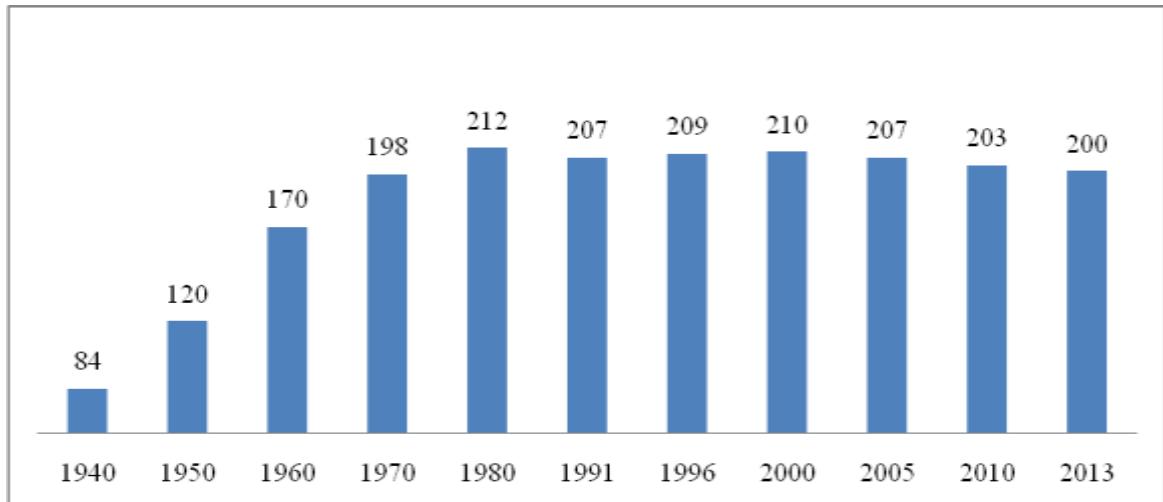
O município de Tuparendi foi fundado no ano de 1959. Encontra-se a 501 km de Porto Alegre. Possui área de 308 km² e a altitude da sede municipal é de 328 metros. Seu IDESE – FEE, em 2010, era de 0,768, ocupando a 59ª posição no Estado. A principal ligação asfáltica é pela RS 305.

O município de Porto Vera Cruz se encontra a 538 km de Porto Alegre. Possui área de 113 km² e a altitude da sede municipal é de 127 metros. O município localiza-se na margem do Rio Uruguai, fazendo fronteira fluvial com a Província de Misiones, Argentina. Foi fundado no ano de 1993, tendo como principal acesso a RS 575, que se liga a RS 272 através de 16 km de estrada não pavimentada. Seu IDESE – FEE, em 2010, era de 0,649 ocupando a 376ª posição no Estado.

No Gráfico 12 pode-se observar que de 1940 a 1980 a população da região do COREDE FN tem tendência intensamente ascendente. Já no período que vai de 1980 a 2000

se observa certa estabilidade populacional e a partir daí passa ocorrer a tendência de gradativa redução populacional.

Gráfico 12 - Evolução da população total (mil habitantes) do COREDE FN entre os anos 1940 e 2013



Fonte: FEE DADOS

A evolução populacional dos municípios pesquisados pode ser observada na Tabela 1, que segue. Nela pode-se observar a tendência crescente da população de Santa Rosa ao longo de toda série. A tendência inversa é observada para os municípios de Tuparendi e de Porto Vera Cruz, que tem tido a população sistematicamente reduzida com o passar do tempo.

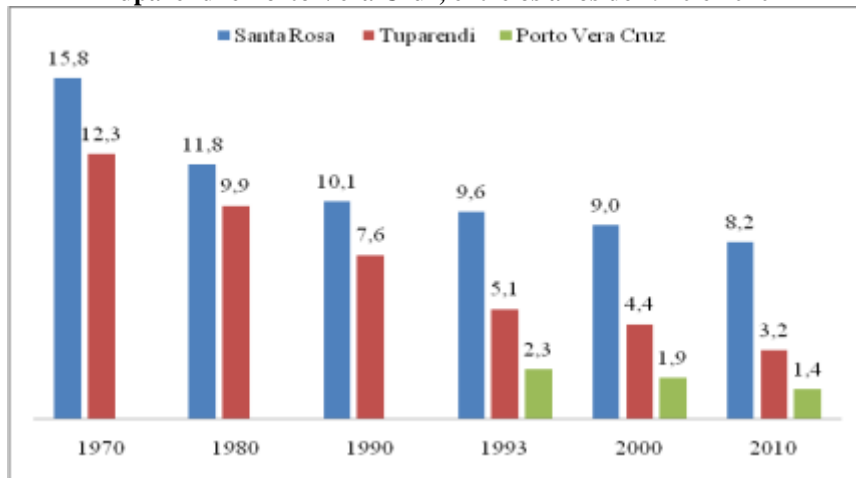
Tabela 1 - Evolução da população dos Municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, entre os anos 1970 e 2013

	Santa Rosa	Tuparendi	Porto Vera Cruz
1970	39.550	14.639	-
1975	46.358	14.242	-
1980	52.231	13.899	-
1985	54.919	13.270	-
1990	57.749	12.607	-
1995	61.724	9.684	2.775
2000	65.016	9.542	2.464
2005	66.970	9.072	2.186
2010	68.587	8.557	1.852
2013	69.708	8.378	1.727

Fonte: FEE DADOS

Já a evolução da população rural dos três municípios pesquisados pode ser observada no Gráfico 13. Nele pôde-se perceber a tendência declinante da população rural absoluta nos três municípios considerados, evidenciando um quadro de sensível redução da população rural.

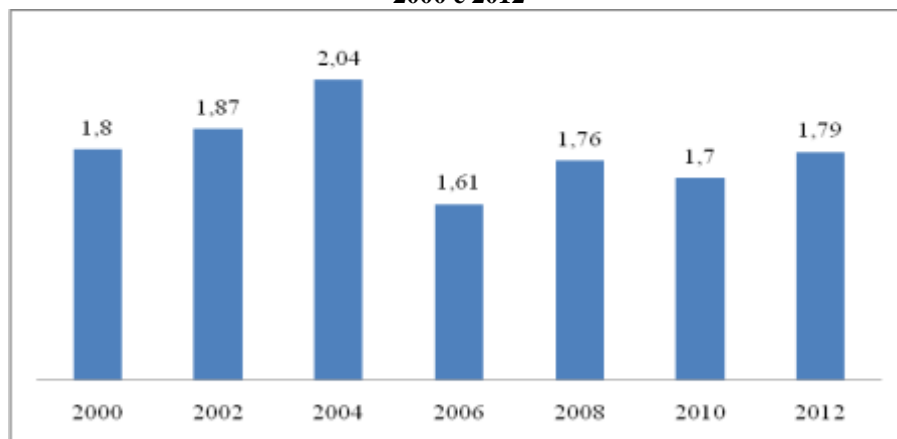
Gráfico 13 - Evolução da população rural absoluta (mil habitantes) dos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, entre os anos de 1970 e 2010



Fonte: FEE DADOS

Segundo dados da FEE, em 2012, o PIB (Produto Interno Bruto) regional era de R\$ 4,97 bilhões, representando 1,79% do PIB do RS e colocando o COREDE FN na 12ª posição entre os 28 COREDES do Estado. Os serviços contribuem com 57,5% do Valor Adicionado Bruto - VAB regional, seguido da indústria com 28% e agropecuária, com 14,5%. Em termos mais dinâmicos, no Gráfico 14 tem-se os dados relativos à participação do PIB regional no PIB total do RS. Nele pode-se observar certa estabilidade ao longo da série, oscilando, entre 2006 e 2012, na faixa de 1,61 e 1,79%.

Gráfico 14 - Evolução da participação relativa (%) do PIB regional no PIB total do RS entre os anos de 2000 e 2012

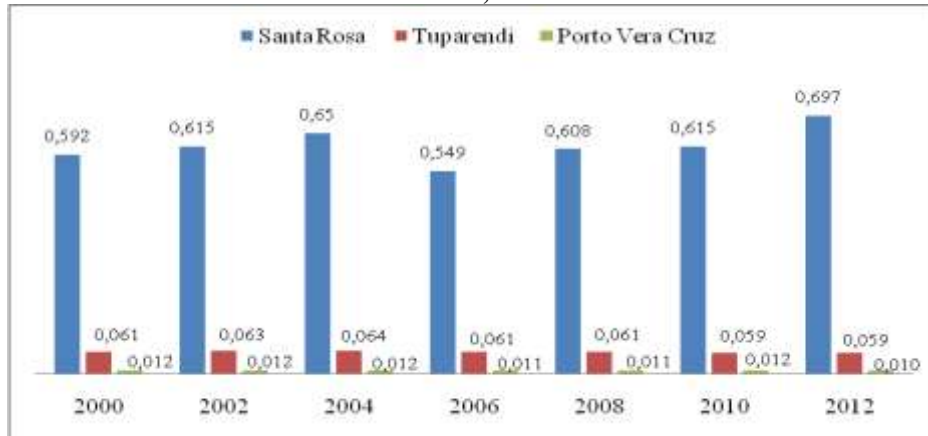


Fonte: FEE DADOS

Em relação aos municípios pesquisados temos no Gráfico 15 a evolução da participação relativa do PIB dos três municípios no PIB do RS. Nela pode-se observar que Santa Rosa marcadamente possui participação superior aos outros dois municípios, com

tendência ascendente de 2006 a 2012. Já Porto Vera Cruz e Tuparendi não apresentam maiores variações ao longo de todo o período observado.

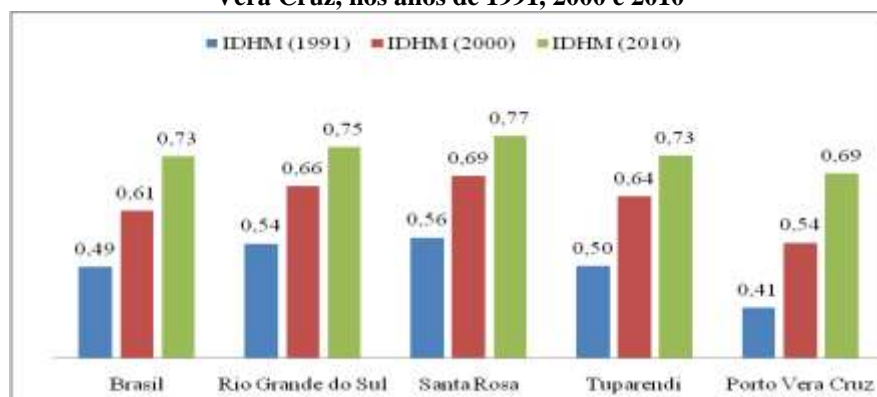
Gráfico 15 - Evolução da participação relativa (%) do PIB dos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz no PIB do RS, entre os anos de 2000 e 2012



Fonte: FEE DADOS

Em relação à evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) pode-se observar no Gráfico 16, clara alteração ascendente em todos os espaços considerados e ao longo de toda série histórica. Pode-se destacar que ao comparar os três municípios, tem-se sempre a mesma classificação, estando Santa Rosa na primeira colocação, com os melhores índices relativamente aos outros municípios. Tuparendi sempre ocupando a posição intermediária e Porto Vera Cruz com os piores índices em comparação com os demais municípios.

Gráfico 16 - Evolução do IDHM médio no Brasil, RS e nos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, nos anos de 1991, 2000 e 2010



Fonte: Atlas Brasil, 2013.

Em síntese pode-se afirmar que a região ocupa posição intermediária em relação aos demais COREDES do RS em termos econômicos, contando com participação relativa

bastante baixa e com certa estabilidade no PIB do RS. Além disso, em termos regionais observa-se forte concentração das atividades econômicas em Santa Rosa e participação majoritária dos serviços na composição do VAB regional. Em termos populacionais tem-se, mais atualmente, estabilidade na população total da região e redução histórica significativa na população rural. O IDHM dos municípios pesquisados segue, em linhas gerais, a mesma tendência observada para o Brasil e o RS.

4.2 A paisagem regional

A região está inserida na unidade de paisagem do Planalto Basáltico. Essa formação ocupa toda a metade norte do Estado do RS, tendo no extremo leste as maiores altitudes, cerca de 1.000 metros, que gradativamente vão sendo rebaixadas no sentido leste. São três subunidades de paisagem na região: Campos de Cima da Serra, Floresta e Agrícola. Essa última é a paisagem predominante na região de estudo, sendo antigamente coberta por floresta e, em menor grau, por campos sujos. Nela predominam as colinas e atividades de lavoura anuais (SUERTEGARAY; GUASSELLI apud MIGUEL 2009, p. 135).

Os solos da região foram formados por rochas basálticas, decorrentes de um grande derrame de lavas ocorrido na era Mesozoica. São solos predominantemente avermelhados e profundos, com maior presença de solos pedregosos e eventuais afloramentos de rocha nas áreas com mais declividade e nas proximidades dos cursos de água. De um modo geral são solos férteis e bem drenados, com cobertura arbórea densa e diversificada. O relevo predominante da região do COREDE FN possui ondulações que variam de leves a acentuadas, apresentando maiores ondulações à medida que se aproxima do Rio Uruguai, ou de seus afluentes.

Ao descrever o relevo do COREDE Missões, Hass (2008, p.48), argumenta no mesmo sentido, de que o relevo torna-se mais ondulado à medida que se aproxima do Rio Uruguai e do Rio Ijuí. Tesche (2007, p.39), descrevendo o relevo da região das Missões também argumenta que sua porção mais ao Norte, que confronta com o COREDE FN, possui relevo mais ondulado, com lavouras mais diversificadas, produção de leite e suínos, uso intensivo de mão de obra, onde ficavam as antigas florestas. Já mais ao Sul da região das Missões, observam-se características marcadamente de campo, com ondulações mais suaves, lavouras extensivas e mecanizadas.

Segundo o Macrozoneamento Ambiental do RS¹⁵ a paisagem do Planalto Meridional, onde se encontra a região estudada, é constituída predominantemente de áreas de campos limpos e pastagens; campos subarbusivos; florestas de encosta; florestas do Alto Uruguai. Por suas características de solo, relevo e vegetação, foi classificada como de uso agrícola intenso no inverno e no verão.

De acordo com Tonial (2003) a vegetação original predominante na paisagem do noroeste do RS integrava em sua maior parte, sobretudo nas extremidades Norte, Leste e Oeste o Bioma Mata Atlântica, integrando a Floresta Estacional Decidual, composta por grande número de espécies. Ela se desenvolveu ao longo do curso médio e superior do Rio Uruguai e seus afluentes, nas altitudes de 200 a 800 metros. Essa floresta se estabeleceu em solos propícios a agricultura, motivo que gerou sua intensa substituição por pastagens e cultivos anuais. Os remanescentes atuais da vegetação natural e seminatural na região encontram-se restritos a fragmentos da Floresta Estacional Decidual e de vegetação ripária e mata secundária, sobretudo nas posições mais íngremes.

Já na extremidade Sul, de acordo com Trennepohl e Macagnan (2008) a paisagem da região aproximava-se do Bioma Pampa e, que por isso, em traços gerais, pode-se afirmar que a mesma localiza-se em uma zona de transição entre o Bioma Mata Atlântica e o Bioma Pampa. Esse segundo Bioma é originalmente composto por campos de savana e estepes, com solos profundos, bem drenados, ácidos, de baixa fertilidade, com ocorrência de toxidez por alumínio. Inicialmente foram utilizados para a pecuária extensiva. Com a modernização agrícola e o uso de corretivos esses solos tornaram-se de boa aptidão agrícola, por terem relevo suave, o que permitiu a mecanização e a constituição de grandes lavouras de trigo, soja e milho.

Aceitou-se a ideia da existência de duas grandes unidades de paisagem na região de estudo. Essa afirmação está baseada em nossas observações empíricas e conhecimento da região estudada, além das evidências sobre sistemas agrários e estudos de paisagem encontrados na literatura, considerando tanto os estudos especificamente realizados na região (CONTI; MIGUEL, 2014; COPETTI, 2007; NETO et al., 2012) como os estudos realizados no seu entorno (HASS, 2008; MACAGNAN, 2008; MACHADO, 2001; NETO et al., 2007;

¹⁵ O *Macrozoneamento Ambiental do Rio Grande do Sul* foi elaborado com o objetivo de expressar os principais padrões de uso e ocupação do solo, de cobertura vegetal e de relevo usando como base de informações o Mosaico de Imagens do Rio Grande do Sul (Bandas 3, 4 e 5), uma composição de imagens do Satélite NOAA, de novembro e dezembro de 1999 e fevereiro de 2000, com informações de máximo índice mensal de vegetação; o mapa geomorfológico do Projeto RADAMBRASIL e o Mapa Altimétrico do Rio Grande do Sul (Fonte: Rio Grande do Sul/SEPLAG, 2012).

TESCHE, 2007; TRENNEPOHL; TONIAL, 2003). Nestes termos serão consideradas duas zonas para este estudo da região.

A primeira, que se denominará de Zona Colonial, é formada por relevos com ondulações mais acentuadas, limitando a plena mecanização, com maior presença de agricultura de tipo familiar diversificada, em pequenas unidades de produção. É uma zona de maior identidade com o bioma Mata Atlântica e tem ocorrência relativa com intensidade decrescente no sentido Nordeste – Sudoeste da região. Por outro lado, tem presença crescente à medida que se aproxima do leito do Rio Uruguai e de seus afluentes.

A segunda zona apresenta relevo menos acidentado e formações mais planas, que possibilitam maior mecanização, com presença mais intensa de agricultura especializada, sobretudo na produção de grãos, em unidades de produção maiores. É uma zona com mais identidade com o Bioma Pampa e a intensidade de sua ocorrência é crescente no sentido Nordeste – Sudoeste e à medida que se afasta do Rio Uruguai. Esta configuração e delimitação das duas zonas não é absoluta no sentido desses dois eixos, pois tem seus contornos “quebrados” e “distorcidos” ao acompanhar as oscilações dos diversos cursos naturais de água da região, sobretudo os principais afluentes do Rio Uruguai, como o Buricá, Santa Rosa, Santo Cristo, Anandaú e Comandaí.

Em função dos limites colocados neste trabalho, sobretudo para a realização de uma leitura de paisagem mais detalhada e precisa, serão tomadas como referência essas duas unidades de paisagem, como as mais marcantes no cenário regional. Focar-se-á o presente estudo sobre a evolução e diferenciação dos sistemas agrários principalmente observando a primeira zona acima estabelecida, por ser essa a zona em que, predominantemente, vivem os agricultores sujeitos da pesquisa.

4.3 Evolução e diferenciação dos sistemas agrários na região do COREDE FN

Com base nos estudos realizados, identificaram-se quatro grandes sistemas agrários na região, desde sua origem até os dias atuais. São eles: Sistema Agrário Indígena (até 1800); Sistema Agrário Caboclo (1800 – 1915), Sistema Agrário Colonial (1915 – 1965) e Sistema Agrário Atual (1965 – dias atuais).

Cabe destacar que os anos de delimitação entre os distintos sistemas agrários identificados são referências cronológicas e não representam uma mudança absoluta e imediata, visto que isso ocorre de forma diferenciada e em velocidades relativamente distintas no conjunto da região. São processos históricos, que não seguem rigorosamente as

delimitações cronológicas, todavia elas representam sinalizações de mudanças substantivas e relativamente generalizadas. Além disso, ocorrem interpenetrações e sobreposição entre os distintos sistemas. Procurou-se usar datas de eventos importantes como sinalizadores gerais da delimitação cronológica entre os sistemas.

4.3.1 Sistema Agrário Indígena

Segundo Neto e Frantz (2005), a ocupação humana do território do RS data de cerca de 6.000 anos. Os Índios Guaranis teriam sido os primeiros cultivadores na região noroeste do RS, onde teriam penetrado como conquistadores, aproximadamente no Século V dessa era, desalojando outros povos mais antigos.

As regiões noroeste e missões do RS apresentavam condições bastante favoráveis ao estabelecimento desses povos, por conjugar espaços de floresta e de campo. A floresta, com solos bastante férteis permitia aos indígenas a prática da agricultura em pequenas áreas, através da derrubada e queimada da floresta, para a constituição de roças no sistema de “coivara”. Essas lavouras eram cultivadas apenas uma vez por ano, com pequena escala de produção. Essas atividades eram desenvolvidas com instrumentos manuais de trabalho, excluindo o uso de metais, desconhecidos para esses povos nesse período (CONTI; MIGUEL, 2014; HASS, 2008; TESCHE, 2007).

O primeiro cultivo em solo de floresta recém-derrubada possui excelentes condições de desenvolvimento, pois além do húmus, oriundo da decomposição histórica da floresta, também se beneficia dos minerais, oriundos da cinza resultante da recente queimada. Todavia, a sucessão dos cultivos tem rendimentos decrescentes, pois a fertilidade desses sistemas se esgota rapidamente. Isso implicava na migração permanente para outras áreas, para a instalação de novas lavouras. Nessas áreas os guaranis cultivavam para consumo, os seguintes produtos: milho, a mandioca, o feijão, batata-doce, abóbora, algodão e fumo. Além disso, complementavam sua dieta com a coleta vegetal e produtos oriundos da caça e da pesca, nas áreas de floresta e campo (COPETTI, 2007; MACHADO, 2001; TESCHE, 2007).

De acordo com Conti e Miguel (2014), a organização social dessas comunidades guaranis era guiada pela busca da autossuficiência alimentar das aldeias e da reprodução do sistema social tribal. Essa organização estava baseada na hierarquização familiar e na divisão sexual do trabalho. Segundo Tesche (2007), aos homens cabiam as tarefas de pesca, caça, produção de armas e outros instrumentos, bem como a construção das casas. Também cabia aos homens a derrubada da mata e a queimada. O plantio, cuidado da lavoura e colheita eram

tarefas das mulheres. As mulheres também respondiam pelas tarefas domésticas, como cozinhar e cuidar das crianças, além da tecelagem e produção de vasilhames.

Na literatura consultada não se encontram elementos que apontem razões internas para a entrada em crise desse sistema agrário. Nesses termos, pode-se argumentar que se tratava de um sistema social e produtivo com elevada capacidade de reprodução e sustentabilidade. Acredita-se que isso esteja relacionado ao fato de se tratar de comunidades numericamente não muito grandes, com densidade populacional inferior aos índices atuais e maior disponibilidade territorial. Todos os autores consultados atribuem a fatores externos as razões principais da crise do sistema agrário indígena.

A dinâmica original do sistema agrário indígena começa a ser alterada com a chegada dos espanhóis a região, aproximadamente no ano de 1557. Vinham com objetivo de consolidar o domínio sobre o território e também para a captura e submissão dos indígenas ao trabalho forçado, sobretudo na extração de minérios e produção de mantimentos, no sistema denominado de *encomiendas*¹⁶. Argumenta-se neste trabalho que esse é o primeiro fator desagregador do sistema agrário indígena. O segundo fator que altera substantivamente o sistema agrário indígena foi a constituição das reduções, a partir de 1626. O terceiro e determinante fator de sua desarticulação foi a Guerra Guaranítica, entre 1756 e 1767.

De acordo com Conti e Miguel (2014), os jesuítas chegaram a Assunção, no Paraguai, no ano de 1586, e aos poucos foram se expandindo por toda bacia do Uruguai e da Prata. Os jesuítas não concordavam com o sistema de submissão dos indígenas e receberam autorização da Coroa Espanhola para constituição de reduções, com objetivo de catequizar os índios. A primeira redução no Rio Grande do Sul foi formada no ano de 1626. Até o ano de 1634 já haviam fundado 17 reduções, num território que abrangia uma ampla faixa territorial, desde a região das Missões até as margens da Lagoa dos Patos, em Tapes.

As reduções mais estruturadas contavam com fundição, escolas, hospitais, asilos, igrejas, institutos meteorológicos, pequenas indústrias e oficinas, onde fabricavam instrumentos musicais, imprimiam pequenos livros, industrializavam ferro e produziam tecidos. Os jesuítas também introduziram na região o trigo, o linho, a cana de açúcar. Também os bovinos (1629), equinos (1631) e ovinos (1636), além de diversos instrumentos

¹⁶ Com base na formulação de Nogueira (2007) Hass (2008, p. 54) argumenta que “Através das chamadas *encomiendas*, a exploração dos Guaranis pelos espanhóis, resultou na morte de mais de meio milhão de guaranis. Os homens da aldeia eram obrigados a trabalhar nas minas de minérios praticamente até a morte, além de serem requisitados para serviço militar. Já às mulheres, velhos e crianças recaía a responsabilidade pela produção de alimentos e produtos manufaturados, nas pequenas áreas que cada tribo possuía, sendo que os vilarejos dos colonizadores, na maioria das vezes, localizavam-se próximos”.

metálicos e técnicas de trabalho. O gado era criado solto e se proliferou naturalmente, tornando-se selvagem, ocupando os amplos espaços de campo e atingindo número significativo¹⁷. Conti e Miguel (2014) argumentam que as reduções apresentaram forte dinamismo econômico, exportando diversos produtos para a Espanha e outras colônias, via Buenos Aires, como a erva-mate, linho, tabaco e açúcar, demarcando com isso a maior inserção mercantil desse sistema. Esse período de expansão das reduções foi interrompido pela ação dos bandeirantes que atacaram as reduções com objetivo de aprisionamento dos indígenas e também de caça ao gado selvagem, desestruturando o sistema das reduções.

Os jesuítas retomam o trabalho das reduções em 1687, com apoio militar da Coroa Espanhola. Em 1750 os Sete Povos já estavam reconstituídos e no auge do sistema social e produtivo. Com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, o território das Missões foi transferido da Coroa Espanhola para a Portuguesa, o que deflagrou a Guerra Guaranítica (1756 – 1767), em função da determinação dos Guaranis em permanecer em seu território. Para Kern (1994, p. 53), os missionários jesuítas mantiveram seus votos de obediência e cumprindo as ordens de seus superiores abandonaram o território. Os exércitos de Portugal e Espanha dizimaram metade da população indígena e o remanescente dividiu-se entre fugir para a outra margem do Uruguai, refugiar-se na floresta, ou inserir-se como peões nas estâncias emergentes na região (CONTI; MIGUEL, 2014; TESCHE, 2007).

Para Rotta (1999, p. 26), a conquista definitiva do território dos Sete Povos das Missões pelos portugueses se deu em 1801, “[...] destruindo quase que por completo aquela civilização”. Segundo Machado (2001, p. 50), em 1820 toda área de campo do RS estava ocupada, forçando os indígenas a adentrarem na floresta.

Como a região COREDE FN fica bastante próxima a zona dos Sete Povos das Missões supõe-se que esse processo histórico tenha influenciado diretamente sua ocupação, mais intensamente na zona de campo, com a constituição das reduções e, secundariamente, na zona de floresta, com a dispersão indígena pós-guerra. Portanto, imagina-se que a zona limítrofe do COREDE FN com a região das Missões tenha sido influenciada mais intensamente, tanto pelo processo de redução dos indígenas como por sua dispersão após a Guerra Guaranítica. A porção mais ao nordeste da região COREDE FN, que se limita com o COREDE Celeiro, supõe-se, sofreu as consequências desse processo em menor intensidade, em função da maior distância e também por ser esse um território onde existia uma maior proximidade com uma zona de ocupação de indígenas da etnia Caingangue (CONTI, MIGUEL, 2014; MACHADO,

¹⁷ Bruxel apud Conti e Miguel (2014, p. 29) afirma que em 1680 existia um milhão de cabeças de gado, mas no final do Século 18 todo esse rebanho já havia sido caçado pelos bandeirantes.

2001). Todavia, cabe salientar, que não se encontram referências e estudos mais detalhados e consistentes que permitam uma delimitação mais precisa desse processo. Com base nos estudos realizados, a título de delimitação cronológica, se aponta o ano de 1800 como o marco da ruína do sistema agrário indígena.

4.3.2 Sistema Agrário Caboclo

Para Hass (2008, p. 57), “Após a dizimação dos povos Guaranis, percebe-se na região de estudo uma clara divisão: a área de campo e a área de mata, ambas separadas pelo Rio Ijuí.” Aceita-se esse argumento para o prosseguimento de nossa análise, considerando que os sistemas agrários da região apresentam a partir daí, trajetórias distintas na zona de campo e de floresta. Priorizar-se-á nesta análise a evolução dos sistemas agrários na zona de floresta, por ser aí onde predominantemente vivem os sujeitos da pesquisa.

Do período que segue a desestruturação do sistema agrário indígena até o período de início da colonização da região noroeste, sobretudo com a criação da Colônia de Ijuí, em 1890 e, principalmente a de Santa Rosa, em 1915, tem-se a constituição do Sistema Agrário Caboclo. Esse sistema também se apresentou de forma descontínua no conjunto da região estudada. Além disso, os registros históricos e estudos que se encontram são relativamente frágeis, o que dificulta uma caracterização mais precisa.

Neto e Frantz (2005) argumentam que a definição da origem dos “Caboclos” é controversa, mas genericamente pode-se afirmar que poderiam ser descendentes de bandeirantes e tropeiros paulistas com mulheres indígenas, ou de estancieiros com mulheres escravas, ou do encontro de militares com a população civil durante os períodos de guerra. Além desses, também poderia incluir: colonos açorianos que perderam suas terras; índios sobreviventes e aculturados; desempregados, seja das estâncias, das estradas de ferro, ou das charqueadas; de colonos europeus empobrecidos.

Mais do que sua ascendência, ou origem étnica, a identidade fundamental do Sistema Agrário Caboclo está associada a sua forma de organização, ao espaço ocupado e a dinâmica produtiva e de exploração dos recursos naturais.

Os caboclos ocupavam, como posseiros, pequenos lotes nas margens da floresta. Essas áreas inicialmente não eram de interesse dos estancieiros, que priorizavam a ocupação das zonas de campo. Nessas áreas praticavam a agricultura de derrubada e queimada, criavam alguns poucos animais (bovinos, equinos, porcos e cavalos) e se dedicavam a coleta de erva-

mate. Essa última tinha relevância econômica, por servir para o consumo e o comércio, constituindo o principal vínculo mercantil desse sistema. Os principais instrumentos de trabalho eram o facão, foice, machado e saraquá, utilizados na produção de milho, feijão, batata doce, abóbora e mandioca, destinadas ao consumo. A caça e a pesca complementavam a dieta. A agricultura era realizada em clareiras abertas na mata, que após o uso permaneciam em *pousio* e novas áreas eram abertas para cultivo. A derrubada da mata e a extração de erva-mate era feita usualmente de forma coletiva. A produção era destinada basicamente ao consumo próprio, mas mantinham relação com os mercados, sobretudo para a venda da erva-mate e, secundariamente, de alguns excedentes agrícolas. Eventualmente prestavam serviço aos estancieiros (CONTI; MIGUEL, 2014; HASS, 2008; MIGUEL, 2009; TESCHE, 2007).

Após a derrota dos indígenas, a largos traços, passa a existir na região dois modelos distintos: o das estâncias, vinculado às zonas de campo e o extrativista de erva mate, mais vinculado à zona de floresta. De acordo com Rotta (1999), o convívio dos modelos variava entre a complementaridade e a oposição frontal. Os estancieiros-militares possuíam o domínio político da região, ainda que a maior parte do contingente populacional estivesse envolvida no modelo extrativo e que a maior parte da arrecadação das municipalidades se originasse desse modelo. Os estancieiros buscavam preservar seus interesses e ampliar suas posses, em detrimento de uma grande parcela de peões, ex-escravos, posseiros e coletores de erva-mate, que aos poucos, eram excluídos do acesso a terra.

Segundo comenta Andreatta et al. (2009), a dinâmica do sistema agrário caboclo foi diretamente alterada com a ocupação colonial da região. A forma de trabalho e de vida dos colonos implicou a expropriação dos ocupantes das áreas de florestas, quais sejam; os indígenas, mestiços e caboclos.

No plano institucional esse processo de exclusão também é impulsionado com a constituição da Lei de Terras, em 1850, que torna acessível às terras apenas aos possuidores de títulos de propriedade. Isso tornou as terras devolutas e públicas inacessíveis aos Caboclos, limitando a coleta da erva-mate e a ocupação de novas áreas de floresta para instalação de suas lavouras. Isso solapava a base fundamental que sustentava a dinâmica desse sistema, que era baseado no livre acesso a terra, para a constituição de suas lavouras itinerantes e também o livre acesso a floresta, para a coleta da erva-mate. Além disso, o crescente preço da erva-mate e a possibilidade de ganho com a posterior venda da terra tornou as áreas de floresta atrativas aos grandes proprietários, sendo esse um dos fatores fundamentais do esgotamento do Sistema Agrário Caboclo.

Além disso, no ano de 1859, por questões de estratégia de fronteira o governo intensifica a ocupação colonial da região, criando a Comissão para as Colônias no Alto Uruguai que, segundo Zarth (1997, p. 28), “[...] percorreu a região entre abril de 1860 e outubro de 1862, fornecendo um minucioso relatório e planos de estradas e colônias”. A ocupação desse território florestal de fronteira visava fortalecer o domínio territorial brasileiro, além de ampliar a disponibilidade interna de alimentos, aumentar o número de consumidores de produtos industrializados e desafogar o excedente populacional existente nas “Colônias Velhas”.

Em 1890 é criada a Colônia de Ijuí, e em 1915 a colônia de Santa Rosa. Isso implicou no deslocamento dos caboclos mata adentro, ou sua inserção como assalariados, seja na abertura de estradas, em serrarias, para as empresas colonizadoras, nas propriedades dos colonos, ou nas cidades nascentes (CONTI; MIGUEL, 2014; HASS, 2008; MACHADO, 2001; TESCHE, 2007).

Cabe destacar que o processo de colonização da região estava alinhado a uma estratégia geopolítica do governo nacional, de maior integração dessa região. No ano de 1894 a Via Férrea chegou a Cruz Alta, em 1911 a Ijuí, em 1915 a Santo Ângelo e em Santa Rosa no ano de 1940. A dinâmica do Sistema Agrário Caboclo, sua concepção de trabalho e a forma de uso da terra, eram incompatíveis com o projeto de desenvolvimento proposto pelo governo brasileiro. Segundo Rotta (1999), assentado em um discurso ideológico de incapacidade dos caboclos para o trabalho, o governo sustentava que eles deveriam ser substituídos por agricultores imigrantes. A política de colonização procurava inserir a região nas dinâmicas de desenvolvimento nacional e tornar a região um “modelo” para outros estados, numa perspectiva marcadamente positivista.

Portanto, a Lei de Terras, em 1850, e a estratégia governamental de colonização da região são os fatores fundamentais que geraram a crise e a superação do Sistema Agrário Caboclo, por solapar a base material sobre a qual se sustentava esse sistema, que era o livre acesso a terra, sobretudo das florestas. No caso da região estudada utilizar-se-á o ano de 1915, em que foi constituída a Colônia de Santa Rosa, como marco cronológico delimitador da superação desse sistema.

4.3.3 Sistema Agrário Colonial

Segundo Andreatta et al. (2009), a dinâmica agrária rio-grandense esteve mais fortemente relacionada às áreas de campo do Estado, até meados do século XIX. Na segunda metade desse século ocorre uma metamorfose no contexto social, ambiental e econômico do RS, em função da chegada e instalação nas áreas florestais do Estado de imigrantes, sobretudo alemães e italianos. A ocupação mais sistemática dessa porção do território altera sensivelmente os padrões e dinâmicas dos sistemas agrários do conjunto do Estado. Inicialmente essa região não era de interesse dos estancieiros, pois não possuía condições adequadas para a criação de gado.

A imigração foi inicialmente estimulada e subsidiada pelo governo imperial brasileiro, ao longo do século XIX. Os primeiros imigrantes chegaram em 1824 e se instalaram no Vale do Rio dos Sinos, sendo de origem alemã. Em 1875 chegaram os italianos, se instalando na Região da Serra Gaúcha. Em menor quantidade também chegaram imigrantes poloneses, pomeranos, russos, franceses, açorianos, holandeses, ucranianos e de outras nacionalidades, ocupando diferentes regiões do Estado.

Para Maestri (2000), a Lei de Terras de 1850 compunha uma estratégia nacional que buscava sanar a dificuldade de obtenção de trabalhadores livres. Esperava-se que o imigrante alugasse sua força de trabalho até conseguir fundos para a compra de um lote de terras. Essa lei concluiu o processo de transformação da terra em mercadoria e permitiu aos latifundiários do Norte do RS, explorando as brechas da lei, formalizar a propriedade de terras florestais que haviam apropriado de nativos e caboclos, nos anos de 1860, e que, posteriormente, em 1890, foram vendidas a empresas colonizadoras privadas. A colonização privada tornou-se o mecanismo essencial de ocupação desse território quando, em 1891, a Constituição Republicana do Brasil transferiu para os Estados as terras públicas, desinteressando-se pelos processos de imigração colonial.

A colonização do norte e noroeste do Rio Grande do Sul se deu, sobretudo, com imigrantes das etnias alemã e italiana, principalmente com os descendentes de imigrantes instalados nas primeiras colônias gaúchas, dada a impossibilidade de expansão das colônias nessas zonas pioneiras. O Governo promoveu intensamente esse processo e a colonização fluiu rapidamente. Expressão disso é a emancipação político administrativa de vários municípios na região norte e noroeste do Estado, como Passo Fundo (1857), Santo Ângelo

(1873) e Palmeira das Missões (1874). De 1910 a 1940 foi intensa a chegada de colonos na região do COREDE FN.

De acordo com Bernardes (1997), os imigrantes e seus descendentes sempre se dirigiam para as áreas de matas, onde as colônias eram instaladas. Colonizar e desmatar eram sinônimos. A expansão das colônias no Alto Uruguai cessava onde iniciavam os campos. Segundo Conti e Miguel (2014), estes preferiam as terras mais escuras e de florestas, evitando as terras mais vermelhas, com capim barba de bode e presença das temidas formigas cortadeiras.

A Colônia de Santa Rosa foi criada em 05 de janeiro de 1915. Segundo Machado (2001), sua criação tinha por objetivo limitar a ocupação espontânea de terras por posseiros, ampliar o controle sobre os caboclos e promover a valorização fundiária. Para Rotta (1999), na região do COREDE FN, a colonização ocorre de forma gradativa, alcançando a plenitude em 1940. Cerca de 80% dos primeiros colonizadores provinham das Colônias Velhas e das primeiras colônias do planalto, sendo 40% descendentes de alemães, 30% de italianos, 10% de poloneses e 20% colonos nacionais. A região viveu um período de forte dinamismo econômico, entre as décadas de 1930 e 1950, fortemente impulsionado pela agropecuária, o que permitiu a emancipação de Santa Rosa no ano de 1931.

Conforme Machado (2001), o sistema agrário colonial era baseado no trabalho agrícola familiar e em mutirões para o desenvolvimento da agricultura de derrubada queimada. Após a derrubada da mata essa era queimada e posteriormente se realizava o plantio, com auxílio de “saraquás”. Os lotes eram comprados e os títulos eram liberados após o pagamento total. Geralmente possuíam área de 15 a 35 ha, distribuídos entre os divisores de água, no alto dos morros e os cursos de água, como rios e sangas, nas partes mais baixas, ou também possuíam as estradas gerais como limite. O preço pago incluía os serviços de medição e abertura da estrada geral.

Praticavam uma agricultura baseada no policultivo, para o consumo e para o comércio, englobando a produção de feijão, arroz, trigo, milho, lentilha, fumo, batata, mandioca, abóbora, cana de açúcar e diversas frutas e hortaliças. A produção animal também era muito importante no sistema, incluindo suínos, bovinos, equinos e aves. No período inicial, que envolvia a derrubada da floresta, a produção de madeira também foi bastante relevante, tanto para uso nas construções de casas e galpões, como para o comércio.

De acordo com Conti e Miguel (2014), esses colonos trouxeram a experiência da agricultura desenvolvida nas primeiras colônias do Estado, que incluía o uso de diversas

ferramentas, como machado, foice, facão, serrote, gadanha, enxada e arado “pula toco”. Nas atividades produtivas e de transporte utilizavam tração animal leve. O comércio incluía a diversidade crescente de produtos e era realizado em casas de comércio de povoados e cidades, de onde provinham os recursos para compra de bens de consumo que não eram produzidos na unidade de produção e também de equipamentos. Nesse sistema agrário ocorre a intensificação da mercantilização entre os agricultores familiares.

Segundo Rotta (1999), a derrubada da mata era feita de forma gradativa, conforme aumentava a necessidade da família, muito associada ao número de filhos, também em função de maiores possibilidades de comercialização de excedentes, ou ainda para garantir permanentemente terra nova para o cultivo. O ataque de formigas e animais silvestres era uma ameaça constante as lavouras. A colheita era manual e o produto armazenado para posterior consumo da família, dos animais, ou era comercializado.

Esses colonos preferiam as áreas com solos mais leves, pouco profundos e bem drenados, por apresentarem melhores condições de cultivo. Estes estavam localizados nas áreas de encostas, com relevo mais ondulado, e eram compostos por solos de tipo Ciríaco, mais leves e férteis, que facilitavam o cultivo após a mata ser derrubada e queimada. Após três ou quatro colheitas, quando os solos apresentavam sinais de esgotamento da fertilidade, essas áreas eram abandonadas, para formação de capoeiras, pois nessa fase inicial não havia possibilidade de fertilização com insumos externos. As fontes de fertilizantes externos eram basicamente de origem animal, mas as quantidades de esterco produzido nas unidades de produção eram insuficientes, em função do reduzido número de animais. Essa é uma das razões fundamentais da crise desse sistema agrário (COPETTI, 2007; MACHADO, 2001).

A partir da década de 1940 ocorre a intensificação desse sistema de produção e do processo de mercantilização. Isso foi gerado por diversos fatores, como a chegada da estrada de ferro a região e sua maior integração à dinâmica estadual e nacional. Além disso, o crescimento populacional¹⁸, a expansão do mercado consumidor e da demanda por alimentos, as melhores condições de transporte e circulação, a introdução de novas ferramentas e técnicas de produção e a constituição de uma rede estruturada de comércio também contribuem para a intensificação agrícola.

A derrubada das matas impulsionou na região um pujante setor composto por serrarias e, junto com o desenvolvimento da agricultura ocorre a expansão comercial e também industrial. São constituídas diversas ferrarias, carpintarias, olarias, funilarias, selarias,

¹⁸ Como viu-se na seção 4.1 desse trabalho, no ano de 1940 a população total da atual região do COREDE FN era de 84.528 mil pessoas, passando para 120.012 em 1950 e para 170.411 em 1960.

moinhos de milho e trigo, agroindústrias diversas, geradores de energia e indústrias de máquinas agrícolas, que eram alimentadas e impulsionadas pela dinâmica do comércio local e regional, que integrava sinergicamente a produção agrícola e industrial. Também a industrialização da erva-mate foi impulsionada com a colonização da região (CONTI; MIGUEL, 2014; ROTTA, 1999).

O esgotamento desse sistema tem como uma das importantes causas a incapacidade de recomposição da fertilidade dos solos, que era sustentada nos momentos iniciais de cultivo pela fertilidade natural e posteriormente por insuficientes aportes de esterco animal. A intensificação da agricultura acelera a expressão desse limite e começa ser percebido intensamente já na década de 1950. Por outro lado, contribui de forma importante para a crise do sistema a inviabilidade da subdivisão dos lotes de terra já em uso, demandado pelos filhos e filhas dos colonos, além da impossibilidade de ocupação de novas áreas florestais na região, em função do esgotamento da fronteira agrícola. Isso limitava a abertura de novas lavouras e forçava a redução e eliminação dos períodos de *pousio* nas áreas em uso, diminuindo a produtividade do sistema (CONTI; MIGUEL, 2014; MACHADO, 2001; TESCHE, 2007). A redução da produtividade de milho, segundo Kappel apud Rotta (1999, p. 71) passou de 2.100 kg/ha em 1920, para 1.200 kg/ha em 1966.

Nesse contexto, a década de 1950 coloca-se como um divisor de águas na história regional, pois o modelo de desenvolvimento baseado no sistema agrário colonial, no pequeno comércio e na indústria tradicional alcançou seu auge e entrou em forte crise, ameaçando as possibilidades de reprodução da agricultura familiar.

Além disso, Brum apud Machado (2001, p. 60) destaca que o processo de transferência de renda dos agricultores para os comerciantes e industriais também deve ser considerado como um dos fatores de explicação da generalizada estagnação e declínio da agricultura colonial na década de 1960. Os colonos recebiam preços baixos pelos produtos agrícolas vendidos no comércio e pagavam preços elevados pelos produtos que tinham que adquirir.

Como fato delimitador entre o Sistema Agrário Colonial e seu sucessor será usado a Operação Tatu¹⁹, desencadeada em 1965. Essa escolha é estimulada pelos impactos e importância que a referida operação teve na região. Também por simbolizar claramente o espírito das mudanças em curso naquele momento.

¹⁹ Apelido atribuído a operação de análise e correção da fertilidade dos solos da região de Santa Rosa, desencadeada na década de 1960 e levada a cabo por pesquisadores da UFRGS, da Universidade de Wisconsin, da Associação Rural de Santa Rosa e da EMATER.

4.3.4 Sistema Agrário Atual e características agropecuárias dos municípios pesquisados

Na década de 1960 a região do CORDE FN se encontra mais intensamente integrada às dinâmicas sociais, econômicas e políticas nacionais, sentindo diretamente os efeitos das estratégias e dos movimentos globais externos sobre as dinâmicas internas. A superação da crise do sistema agrário colonial e a configuração do sistema agrário atual só pode ser adequadamente entendida nesse contexto de mudanças, sensivelmente marcado pelo processo de modernização da agricultura e ampliação da mercantilização. Como viu-se no Capítulo 3, para viabilizar o desenvolvimento do setor agrícola, leia-se aumento da produção e produtividade, através da difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde, o Estado brasileiro atuou intensamente nas décadas de 1960 e 1970, utilizando mecanismos como a pesquisa e o fomento, o crédito agrícola, a extensão rural e a política de preços.

Num contexto de empobrecimento e estagnação da agricultura na região, muitos agricultores optaram por migrar para a cidade, outros por buscar novas terras em Santa Catarina, ou no Paraná. Todavia, aos que permaneceram na região, as ideias amplamente difundidas e estimuladas da modernização da agricultura apresentaram-se como alternativa interessante e passam a incorporá-las (DEVES et al., 2007; HASS, 2008;). Para Heidrich (2000, p. 110), “Dos anos 60 aos 80 foi notável o processo de mecanização da agricultura no Rio Grande do Sul”. Nesse período o número de tratores no RS passou de 15.169, em 1960, para 39.993 em 1970 e chegou a 120.070 em 1980 (IBGE). De acordo com Deves et al. (2007) no noroeste do RS, o sistema agrário atual, que teve início na década de 1950, é caracterizado pela motomecanização, pelo predomínio de monoculturas especializadas e uso intensivo de insumos agropecuários.

Além disso, com a modernização, a colheita e o transporte da produção de grãos passa a ser motorizada e são instaladas grandes estruturas de armazenagem e agroindustrialização. A produção de policultivos passa a ser substituída por monocultivos. A produção para o consumo familiar passa a ser substituída pela produção comercial. Ocorre especialização produtiva, com crescente presença de grandes empresas integradoras, sobretudo na produção de suínos, fumo e leite. O uso de insumos químicos industriais é fortemente expandido nos processos produtivos e de agroindustrialização. Aumenta sensivelmente a dependência dos agricultores à indústria, com redução de sua autonomia, seguindo algumas tendências apontadas no Capítulo 2.

A modernização exigia capital para investimento, ou terras para oferecer como garantia aos bancos para obtenção de crédito. Parte significativa dos pequenos agricultores não conseguiu acessar esses créditos, ou não possuía área suficiente, ou com condições adequadas para implantar de forma viável o pacote tecnológico. Assim, os efeitos da revolução verde sobre o conjunto dos agricultores foi diverso. Netto et al. (2010) argumentam que parte dos pequenos agricultores foram marginalizados, gerando concentração fundiária, e também sustenta que a agricultura tradicional teve que ceder espaço para a moderna.

Outra consequência da modernização, como destaca Hass (2008) foi a acentuação do desmatamento nas pequenas propriedades da região. O objetivo era abrir novas áreas para a implantação de lavouras de soja e trigo, mas também de milho, em função da produção de suínos. Nesse mesmo sentido Tonial (2003) argumenta que o maior comprometimento das áreas de mata foi anterior a 1984, quando restava na paisagem apenas 20% de sua área original, sobretudo em terrenos com limitações para uso agrícola, ou com mata ciliar.

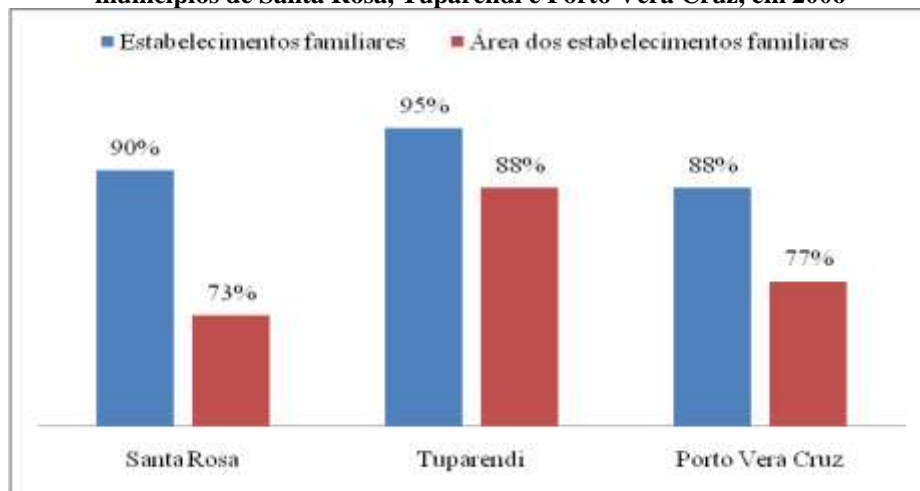
Os municípios de Santa Rosa e Tuparendi, mais vinculados ao Bioma Pampa, puderam incorporar mais intensamente a produção de lavoura moderna, sobretudo do binômio trigo e soja, em função das condições mais favoráveis a adoção do pacote tecnológico. Aproveitando os fortes estímulos do Estado foram desenvolvidas as lavouras em áreas de campo e também nas áreas de floresta com terras vermelhas, que tinham pouco valor para os colonos no sistema agrário anterior, em função de serem solos mais pesados e de baixa fertilidade. Todavia com o pacote da revolução verde o seu cultivo tornava-se viável. A motomecanização e a quimificação da agricultura no noroeste do RS e nesses dois municípios foram implantadas, principalmente, a partir dos cultivos de soja, milho e trigo.

Já no município de Porto Vera Cruz, mais vinculado ao Bioma Mata Atlântica, o processo histórico de incorporação da dinâmica da modernização ocorre de forma parcial, sobretudo em função dos limites a motomecanização impostos pelas condições topográficas, produzindo diversas configurações de sistemas nas unidades de produção agrícola, em combinações bastante variáveis nos sistemas de cultivo e de criação.

Nos dois espaços ecológicos considerados o processo de modernização foi determinante para a configuração dos padrões atuais de exploração agrícola por agricultores familiares e não familiares. Nesse quadro diversos estilos de agricultura são implementados pelos agricultores, compondo um mosaico bastante diverso de atividades produtivas na atualidade. Neste estudo, não se pretende detalhar essa complexa composição, senão apresentar o panorama histórico geral de sua constituição e suas características mais gerais.

No Gráfico 17 pode-se observar a participação relativa da agricultura familiar no número total de estabelecimentos rurais e a porcentagem de terra apropriada por esses agricultores. Como pôde-se observar, aproximadamente, 90% dos agricultores dos três municípios pesquisados são classificados como agricultores familiares. No caso de Tuparendi eles são 95% e se apropriam de 88% das terras. Já no caso de Santa Rosa e Porto Vera Cruz pôde-se ver que cerca de um quarto das terras são apropriadas por agricultores não familiares.

Gráfico 17 - Porcentagem dos estabelecimentos de agricultores familiares e área apropriada nos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, em 2006



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário: 2006.

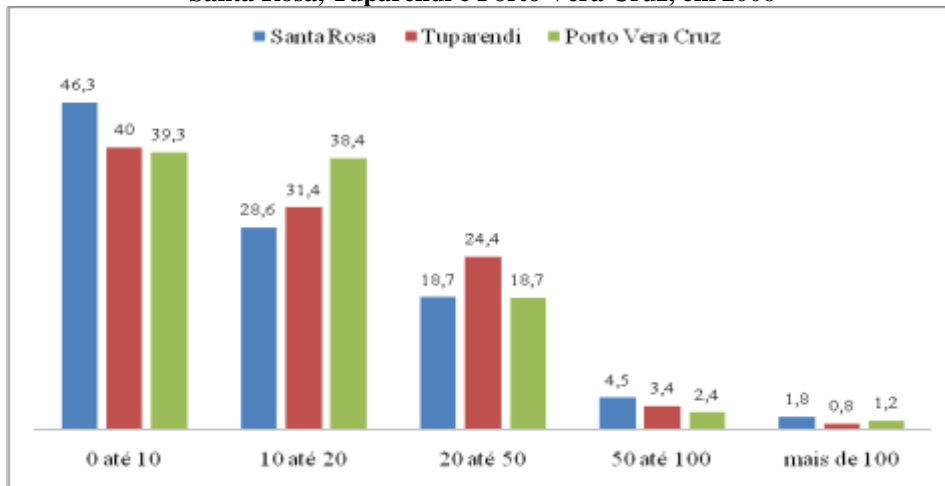
Com base nestes dados, pode-se afirmar que, nos três municípios considerados, tem-se um quadro onde predomina a agricultura familiar, seja em termos do número total de estabelecimentos, ou da maior parte da área destinada às atividades agropecuárias.

Os agricultores que conseguiram maior integração no processo de modernização e maiores níveis de mercantilização constituem-se como os modernos agricultores familiares, tendo maior inserção e dependência mercantil. Todavia, nos dias de hoje, muitos desses agricultores mantêm atividades produtivas diversificadas, mais ou menos associadas a atividades produtivas especializadas. Assim tem-se um quadro multifacetado na caracterização das unidades de produção do sistema agrário atual, evidenciando a adoção de diferentes estratégias e configuração de diferentes estilos de agricultura conforme argumentam Niederle et al. (2014), Ploeg e Long (1994) e Schneider e Nunes (2013).

Como se viu esse processo de modificações históricas levou a uma forte fragmentação das propriedades rurais. Na atualidade, como uma das expressões desse processo de modernização da agricultura, tem-se uma estrutura de distribuição da terra fortemente marcada pela fragmentação da propriedade, como pode ser observado no Gráfico 18. Nele

pode-se ver que, no caso dos três municípios pesquisados, cerca de 75% dos estabelecimentos agrícolas possuem área de até 20 hectares. Ou seja, tem-se nesses municípios uma agricultura com densa presença de minifúndios.

Gráfico 18 - Distribuição relativa (%) dos estabelecimentos rurais por estrato de área nos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, em 2006



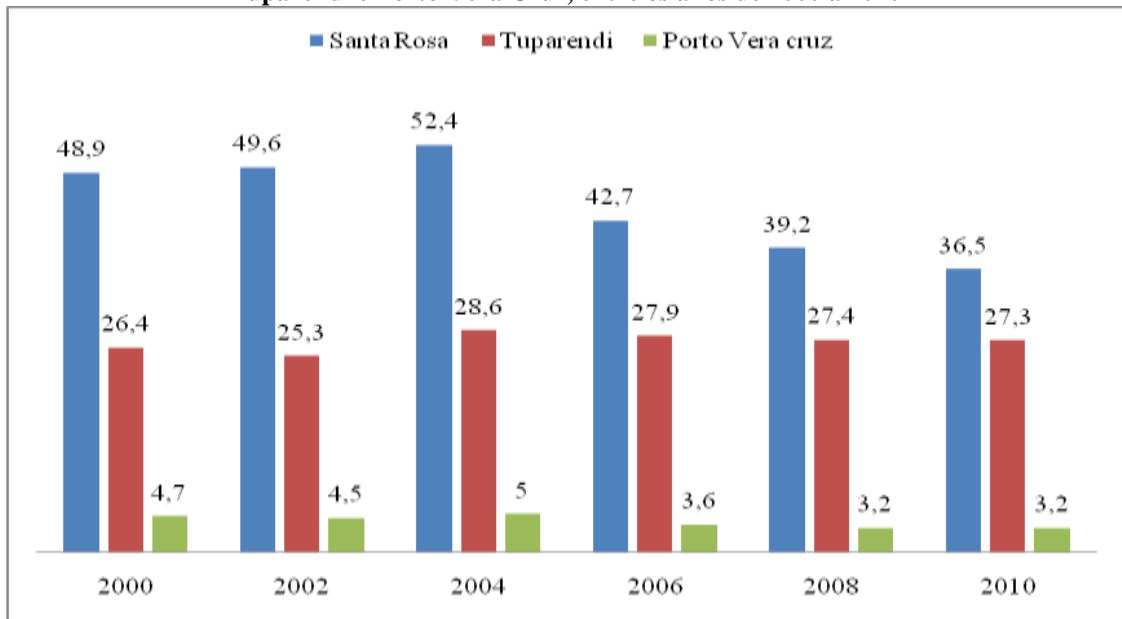
Fonte: FEE DADOS.

A situação do acesso a terra revela-se deveras preocupante, em função de um grupo amplamente minoritário, no caso das duas cooperativas pesquisadas, serem proprietários de área superior ao módulo fiscal de seus municípios, como se verá na Seção 4.3 do próximo capítulo. Por outro lado, cerca de 80% dos agricultores consultados ou não são proprietários de terras, ou são proprietários de área de terras inferiores ao módulo fiscal dos municípios. Esse quadro revela a fragilidade do acesso ao meio de produção básico dos agricultores, que é a terra, com uma das faces da realidade estudada.

Em relação à área total cultivada com culturas temporárias, conforme se pode observar no Gráfico 19, tem-se certa estabilidade no caso de Tuparendi, cultivando-se ao longo do período²⁰ cerca de 27 mil hectares. Já no caso de Santa Rosa e Porto Vera Cruz, entre o início e o fim da série, tem-se redução na área cultivada na ordem de 25% e 32% respectivamente. Certamente existem diversas variáveis que afetam essa evolução e a análise detalhada delas extrapola as possibilidades de alcance de nosso estudo. Todavia, cabe destacar, que se trata de variação significativa.

²⁰ O recorte temporal escolhido se deu em função de, após o ano de 2000, não terem mais ocorrido emancipações municipais, o que estabilizou o território total de cada municipalidade.

Gráfico 19 - Evolução da área cultivada com lavouras temporárias (mil ha) nos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, entre os anos de 2000 a 2010

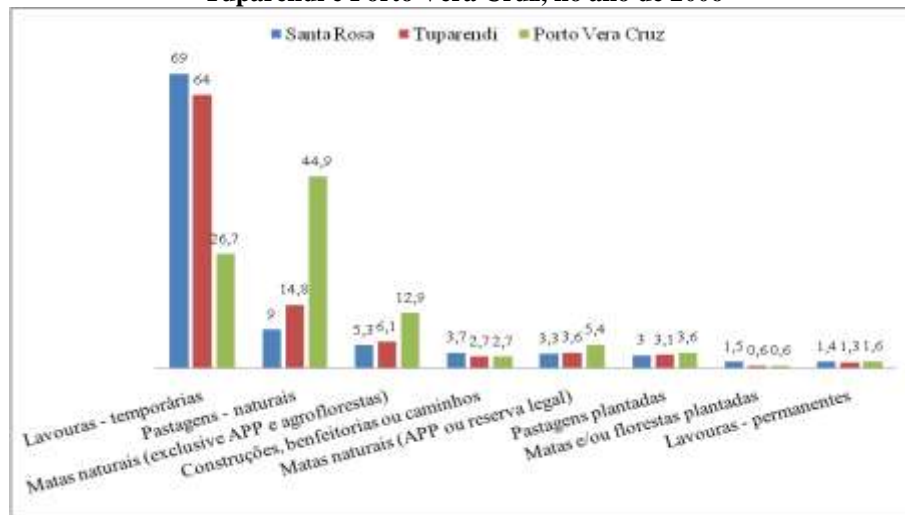


Fonte: IBGE Séries Históricas.

O uso da terra na atualidade, nos três municípios pesquisados, conforme se pode ver no Gráfico 20 é fortemente marcado pelo desenvolvimento de lavouras temporárias em Santa Rosa e Tuparendi, onde cerca de dois terços das terras são destinadas a esse fim.

No caso de Porto Vera Cruz esse uso é sensivelmente menor, alcançando cerca de um quarto das terras. No caso desse município se destaca o uso da terra para pastagens naturais. Esse é o item de maior destinação, sendo sensivelmente maior que no caso dos municípios de Santa Rosa e Tuparendi. Em Porto Vera Cruz também se destaca a destinação da terra para matas naturais, pois ao se considerar as Áreas de Preservação Permanente (APP), Reservas Legais e Agroflorestas tem-se 18,3% das terras destinadas a esse fim. Esse índice é o dobro do observado nos municípios de Santa Rosa e Tuparendi. Em relação às outras destinações e usos da terra não observam-se diferenças significativas entre os três municípios.

Gráfico 20 - Taxa relativa dos principais usos da terra dos agricultores familiares de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, no ano de 2006



Fonte: IBGE Censo Agropecuário.

Em termos de evolução da área cultivada dos principais cultivos, nos três municípios, que são soja, milho, trigo e mandioca, pode-se observar os dados no conjunto do Gráfico 21. No caso de Santa Rosa pôde-se observar que ocorre redução da área cultivada com soja e trigo de 2004 a 2010, sendo bastante expressiva no caso da soja, tendo reduzido nesse período cerca de 40% da área. Para o milho, tem-se aproximadamente a mesma taxa de redução se for considerado o início e o fim da série. Em relação à produção de mandioca a tendência é inversa, tendo aumentado cerca de 72% entre o início e o fim da série.

A diminuição da área cultivada com soja e milho, em Santa Rosa, no período de 2000 a 2010, parece contrariar tendência global de aumento desses cultivos, sobretudo soja, no último período no conjunto do Estado do Rio Grande do Sul. Esse fenômeno mereceria uma investigação pormenorizada, todavia inviável de ser realizada nesse momento no âmbito desta dissertação.

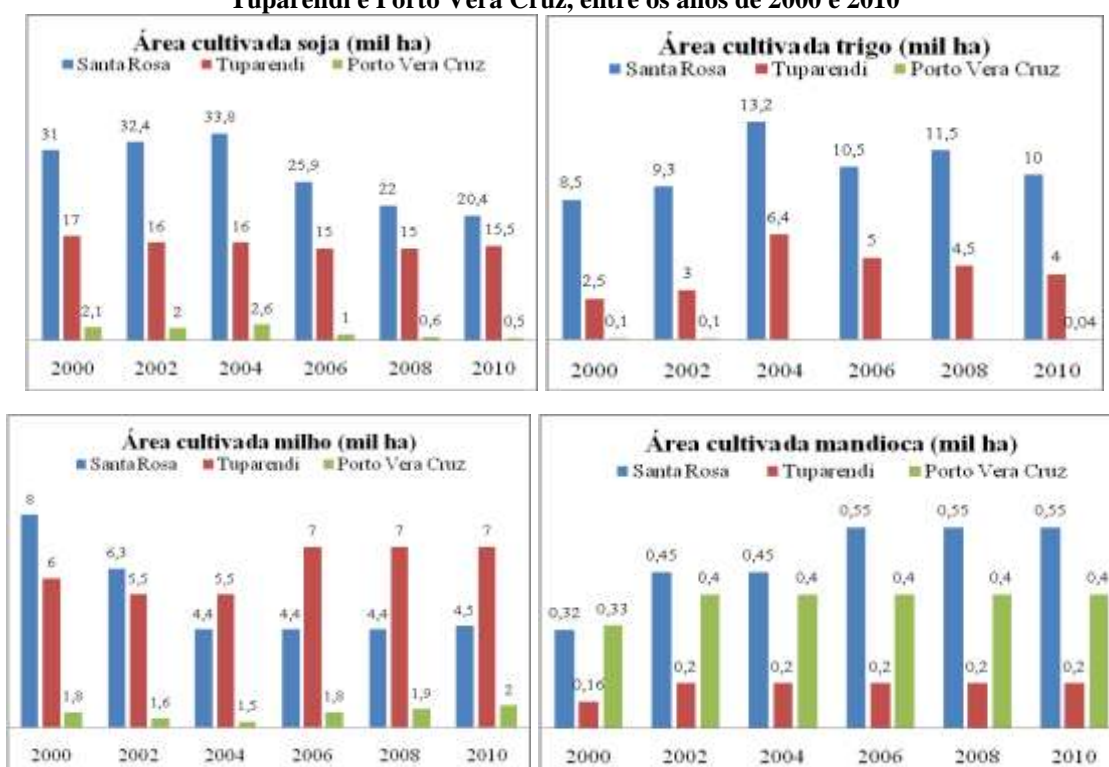
No caso de Tuparendi tem-se certa estabilidade na área cultivada com soja e mandioca, sobretudo a partir de 2002. Essa estabilidade também pode ser verificada a partir de 2006 na área destinada ao cultivo de milho. A área destinada ao cultivo de trigo tem redução de 40%, quando considerado o período de 2004 a 2010. Para o município de Porto Vera Cruz temos redução de 78% da área destinada ao cultivo de soja entre o início e o fim da série. Nesse município o cultivo de trigo não tem ocupado áreas consideráveis ao longo do tempo e no caso do cultivo de milho e mandioca tem-se certa estabilidade, com leve aumento entre o início e o fim da série.

De acordo com os dados do IBGE – Séries Históricas, no caso de Santa Rosa, no ano de 2010, os principais cultivos foram a soja, que ocupou 57% da área, o trigo com 28% o milho com 12% e a mandioca, com 1,5%. Os demais cultivos foram desenvolvidos em áreas inferiores a 1%, sendo eles: abacaxi, alho, amendoim, batata doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, girassol, melancia, melão, sorgo e tomate.

Para o caso de Tuparendi os três principais cultivos, em termos de área, no ano de 2010, são os mesmos de Santa Rosa, sendo a soja com 57%, milho com 26% e trigo com 15%. Nesse município ainda se destaca o cultivo do sorgo, com 1,1% e a mandioca 0,7%. Os demais cultivos aparecem com índices inferiores a este, sendo eles: abacaxi, alho, amendoim, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, ervilha, feijão, fumo, melancia, melão e tomate.

No caso de Porto Vera Cruz tem-se diferenças bem significativas em relação aos dois municípios anteriormente mencionados. No caso desse município, no ano de 2010, o milho ocupa 62% da área cultivada, sendo seguido pela soja, com 14% e a mandioca, com 12%. Depois aparece o fumo com 3,7%, a cana-de-açúcar com 2,5% e o trigo e feijão com 1,25% cada. Os demais cultivos aparecem com índice inferior a 1%, sendo eles: alho, amendoim, batata-doce, batata-inglesa, cebola, melancia, melão, sorgo e tomate.

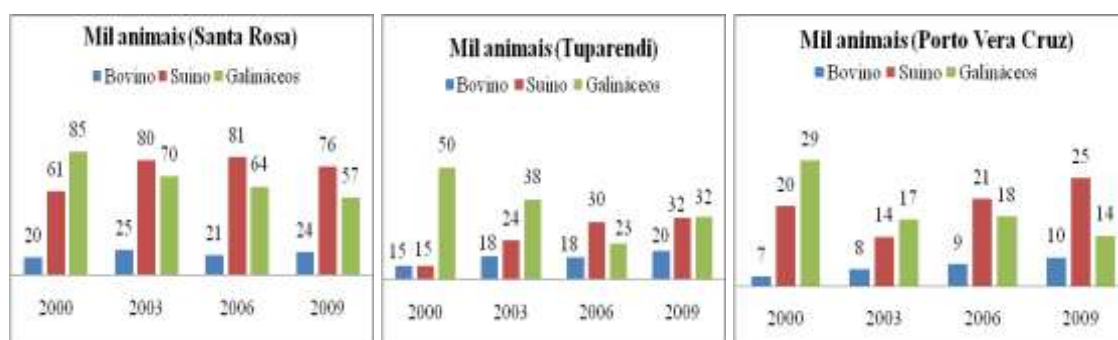
Gráfico 21 - Evoluções da área cultivada com soja, trigo, milho e mandioca nos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, entre os anos de 2000 e 2010



Fonte: IBGE – séries históricas.

Em relação à produção animal, os principais tipos rebanhos, por número de animais, nos três municípios, são os galináceos, os suínos e os bovinos. No conjunto de figuras que seguem tem-se a evolução desses rebanhos em cada um dos municípios considerados. Pode-se observar no Gráfico 22, que entre o início e o fim da série, para os bovinos, nos três municípios, a tendência é crescente, com taxa de crescimento entre os extremos de 16% em Santa Rosa, 36% em Tuparendi e 55% em Porto Vera Cruz. No caso dos suínos, mantendo a mesma lógica de raciocínio, a tendência também é crescente para os três municípios. As taxas de crescimento são 24% em Santa Rosa, 115% em Tuparendi e 26% em Porto Vera Cruz. Para o caso dos galináceos tem-se tendência de redução nos três municípios. As taxas são de 33% para Santa Rosa, 35% em Tuparendi e 49% em Porto Vera Cruz.

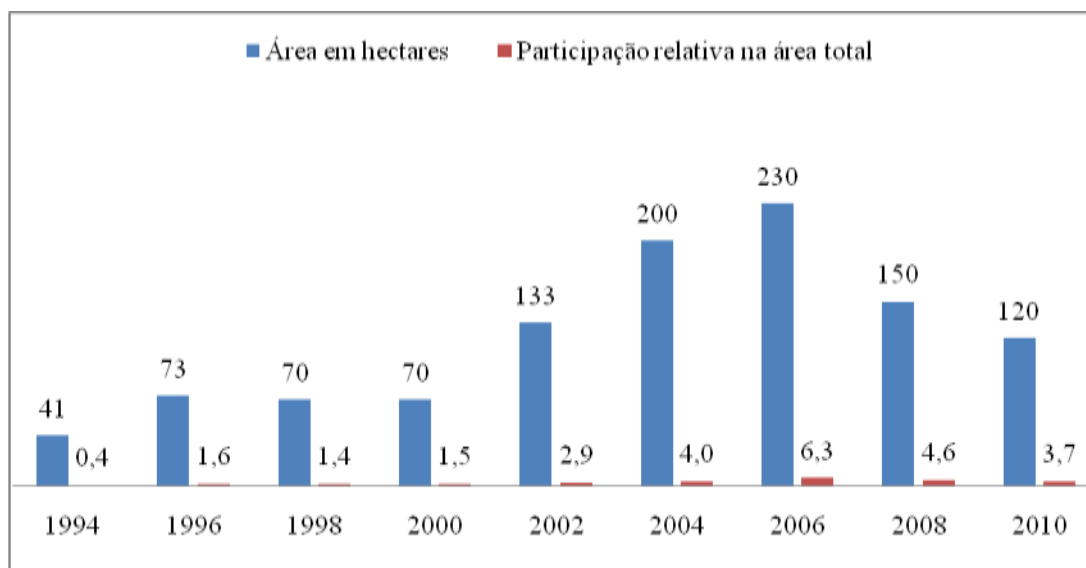
Gráfico 22 - Variações do número de animais dos principais rebanhos de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, entre os anos de 2000 e 2009



Fonte: IBGE – séries históricas.

No caso de Porto Vera Cruz destaca-se o cultivo de fumo, em função de sua importância e por ele estar diretamente associado aos objetivos de criação da COOPOVEC, como será visto no Capítulo 4. No Gráfico 28 tem-se a evolução da área total cultivada em hectares e a participação relativa do cultivo de fumo na área total de Porto Vera Cruz no período de 1994 a 2010. Pode-se ver tendência claramente ascendente entre os períodos de 1994 e 2006, tendo crescido nesse período com uma taxa total de 460%. A partir de 2006 observa-se uma tendência de diminuição, tendo encolhido cerca de 48% até o ano de 2010. No ano de 2006 ele ocupou 6,3% da área cultivada e em 2010 ocupou 3,7%.

Gráfico 23 - Evolução da área total (em ha) cultivada com fumo e a participação relativa dessa área no total da área cultivada no município de Porto Vera Cruz entre os anos de 1994 e 2010

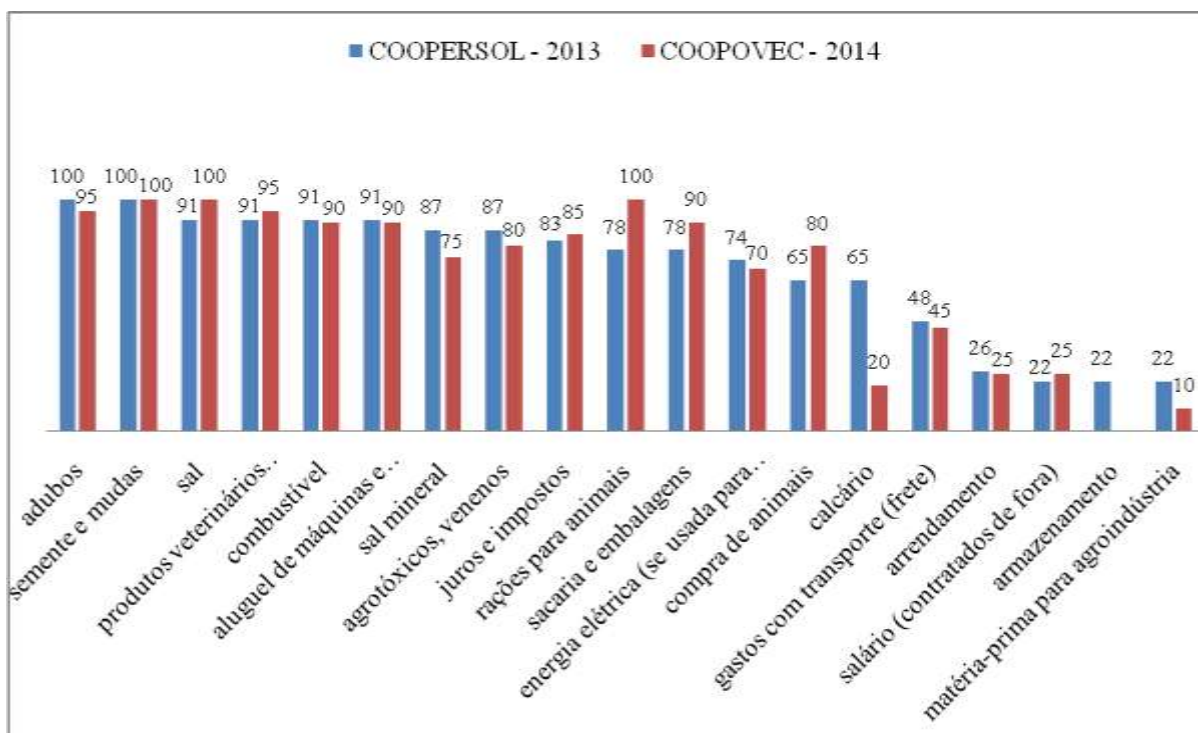


Fonte: IBGE – séries históricas.

Os diferentes estilos de agricultura, expressos nos diferentes usos da terra e nas diversas atividades produtivas, também se expressa na externalização dos processos produtivos observados na atualidade. Em relação aos insumos externos adquiridos pelas famílias pesquisadas temos índices elevados, conforme o Gráfico 24, tanto para os associados da COOPERSOL como da COOPOVEC, para adubos, sementes e mudas, sal e sal mineral, produtos veterinários, combustível, agrotóxicos, rações, embalagens e compra de animais. Além disso, são elevados os índices de famílias que pagam por serviços de máquinas de terceiros, que gastam com pagamentos de juros e impostos e que utilizam energia elétrica em atividades produtivas.

Os gastos sensivelmente superiores com calcário e em armazenamento por parte das famílias da COOPERSOL, como pôde-se observar no Gráfico 24, estão associados ao tipo de solos onde estão instalados esses agricultores e ao cultivo de grãos. Os gastos com arrendamento e salário para pessoas de fora da propriedade envolvem cerca de um quarto das famílias de ambas as cooperativas. Índice semelhante é o de famílias que adquirem matéria-prima para agroindustrialização, no caso da COOPERSOL, sendo menos expressivo para as famílias associadas da COOPOVEC.

Gráfico 24 - Taxa relativa de compra de insumos e uso de serviços das famílias associadas da COOPERSOL e da COOPOVEC



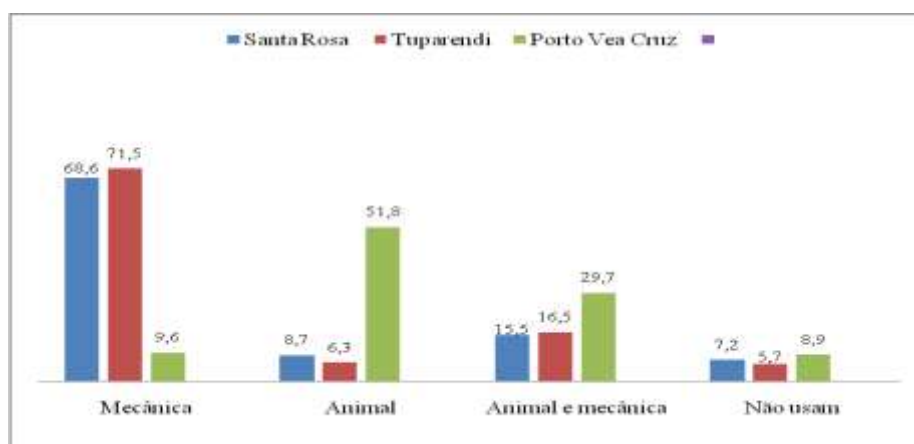
Fonte: dados da pesquisa, 2013 e 2014.

Em traços bastante largos, pode-se observar uma tendência histórica geral impulsionada pelo processo de modernização na região do COREDE FN, que vai produzir uma nova configuração nos sistemas agrários da atualidade. Ela implica na substituição da tração animal pela tração moto mecanizada, nos espaços onde isso é possível. O solo passa a ser cultivado com implementos acoplados a tratores (grades de disco, pé de pato, semeadoras em linha, capinadeiras, pulverizadores, etc.).

Conforme pode-se observar no Gráfico 30, esse processo se deu de forma bastante distinta nos municípios pesquisados. Ele ocorreu de maneira mais intensa em Santa Rosa e Tuparendi, onde cerca de 70% dos estabelecimentos utilizam tração mecanizada, enquanto que para Porto Vera Cruz esse índice é inferior a 10%. Esse uso diferencial da mecanização está associado às diferentes conformações ecológicas dos espaços pesquisados, de acordo com a divisão que propomos, onde Santa Rosa e Tuparendi têm mais identidade com o Bioma Pampa, ou zonas de transição e Porto Vera Cruz está mais associado ao Bioma Mata Atlântica. No caso de Porto Vera Cruz predomina o uso de tração animal e essa em associação com a tração mecânica.

Ainda no Gráfico 25, pode-se ver que Santa Rosa e Tuparendi apresentam níveis mais elevados de uso de tração mecanizada do que Porto Vera Cruz. Porém, em relação ao número médio de pessoas ocupadas por estabelecimento da agricultura familiar, de acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006, tem-se variações não muito grandes entre os três municípios, já que em Santa Rosa a média é de 2,97, em Tuparendi é 2,61 e em Porto Vera Cruz é de 2,76 pessoas ocupadas por estabelecimento agropecuário.

Gráfico 25 - Participação relativa dos distintos tipos de tração nos estabelecimentos rurais dos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, em 2006



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Por fim, um dos traços marcantes na região é a presença bastante densa do trabalho associativo e cooperativo. Segundo dados do Censo agropecuário de 2006, cerca de 57% dos estabelecimentos rurais possuíam vínculo com cooperativa ou entidade de classe, sendo que no RS esse índice era de cerca de 36%. Como expressão desse denso trabalho cooperativo e fruto da capacidade de agência dos agricultores, foram criadas as duas cooperativas estudadas neste trabalho e que serão apresentadas com mais detalhes no próximo capítulo, onde serão expostos mais densamente os resultados da pesquisa.

Em síntese, neste capítulo, apresenta-se o processo de transformações históricas no espaço estudado. Focou-se o processo de evolução e diferenciação dos sistemas agrários na região, dando destaque as características da agricultura da atualidade. As diferentes agriculturas e agricultores que se apresentam são expressão e síntese dos complexos processos sociais que conformaram a região, sob determinado ambiente ecológico, que também é caracterizado nesse capítulo. Argumenta-se que a configuração de diversos estilos de agricultura, com marcas bastante distintas entre os municípios de Santa Rosa e Tuparendi com o município de Porto Vera Cruz, é fruto da conjugação de amplos processos sociais com

variáveis de caráter ecológico. No caso dos aspectos sociais destaca-se a importância das disputas coloniais de ocupação do território. Além disso, os processos de colonização e modernização da agricultura contribuem fortemente para a configuração dos padrões agrícolas gerais dos dias de hoje na região.

5 TRAJETÓRIA E CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS E UNIDADES DE PRODUÇÃO

Considerando o panorama global e a trajetória regional, apresentados nos capítulos anteriores, o objetivo deste capítulo é detalhar a configuração mais específica do ambiente em que foram realizadas as observações. Nele serão apresentadas as informações obtidas nas atividades de campo, bem como as reflexões realizadas com base nas observações empíricas. Apresentar-se-á a trajetória e configuração das duas cooperativas estudadas, bem como algumas características sócio-produtivas dos domicílios e das unidades de produção dos agricultores consultados.

5.1 COOPERSOL - histórico, objetivos e vinculação com o PAA

A fundação da COOPERSOL (Cooperativa Mista Agropecuária e Economia Solidária) ocorreu em outubro de 2006. Ela foi criada e organizada por agricultores familiares de Santa Rosa, mas com pretensão de atuação na região noroeste do RS. Tem sua sede no município de Santa Rosa – RS, contando atualmente com 149 agricultores e agricultoras associados(as). A cooperativa foi fundada por agricultores familiares que predominantemente desenvolvem suas atividades em áreas pertencentes ao que denominamos de Zona Colonial, no Capítulo 4, ou em áreas de transição entre os Biomas Mata Atlântica e Pampa. Quando em local com mais identidade com o Bioma Pampa, possuem pequenas áreas de terra.

A motivação de sua criação está associada às dificuldades que os agricultores familiares da região enfrentavam nos processos de comercialização e foi fortemente influenciada e apoiada pela experiência da UNICOOPER (Cooperativa Central da Agricultura Familiar), da qual a COOPERSOL faz parte. A UNICOOPER é uma rede de 14 cooperativas singulares da Região Fronteira Noroeste e Missões, que atua como uma central de cooperativas, com vistas ao fortalecimento das cooperativas singulares e do desenvolvimento da intercooperação. Além disso, realiza a representação política dos agricultores, organizando demandas e participando dos diálogos em diversos níveis e com diversos setores do poder público e entidades privadas, com vistas à defesa e promoção dos interesses da agricultura familiar.

Essa rede de cooperativas atua na organização da produção de cereais exclusivamente agroecológicos e também na comercialização da produção em geral dos diversos produtos da

agricultura familiar regional, incluindo vendas para programas governamentais (PAA e PNAE) e em canais não governamentais, como venda direta, em feiras de produtores e em eventos.

A UNICOOPER e suas cooperativas, também fazem parte da Rede Ecovida de Agroecologia, integrando o Núcleo Missões. Mais recentemente estão atuando na perspectiva de se inserir mais ativamente nos processos de certificação de produtos orgânicos, visto que essa certificação é realizada por empresa privada. Isso é importante em função da ampliação da produção agroecológica ser um objetivo estratégico dessas organizações. A UNICOOPER também mantém um pequeno mercado na cidade de Santa Rosa, onde são comercializados produtos da agricultura familiar e produtos orgânicos da região e os provenientes de outros núcleos da Rede Ecovida.

O objetivo da COOPERSOL é servir como instrumento de apoio ao fortalecimento e desenvolvimento de estratégias e canais de comercialização mais favoráveis aos agricultores associados. Um dos eixos estruturantes da atuação da cooperativa é a economia solidária. A área de trabalho é, sobretudo, nos municípios de Santa Rosa e Tuparendi, mas também abrange, secundariamente, agricultores dos municípios de Santo Cristo, Tucunduva, Giruá, Porto Mauá e Alecrim. Mais recentemente a cooperativa está desenvolvendo um trabalho de recolhimento de óleo vegetal com vistas à reciclagem e produção de biodiesel, em uma estrutura parcialmente equipada que está sendo negociada com a Prefeitura de Santa Rosa.

Nos primeiros quatro anos de vida da cooperativa as atividades foram de menor intensidade. Nos anos mais recentes ocorre um processo de maior dinamização, em função dos aprendizados dos agricultores e dos dirigentes na condução e no desenvolvimento dos processos de cooperação. Também contribui para essa maior dinamização a inserção no PAA e no PNAE, que cobram um fluxo de discussões e deliberações coletivas mais fortes, além de exigir um intenso trabalho de organização e planejamento da produção, da logística e da comercialização.

A COOPERSOL não possui estruturas físicas próprias e têm apenas uma pessoa integralmente dedicada as tarefas administrativas da cooperativa. Não existe corpo técnico e nem dirigentes integralmente liberados para o trabalho da cooperativa. Quando necessário os dirigentes recebem diárias para cobrir parcialmente o tempo de trabalho dedicado à cooperativa. As necessidades de estrutura física, para reuniões, encontros e para o setor administrativo, são supridas através de empréstimo de espaço viabilizado pelo apoio disponibilizado a cooperativa pela UNICOOPER.

A AREDE (Associação Regional de Desenvolvimento) disponibiliza acompanhamento técnico à COOPERSOL e as demais cooperativas singulares da UNICOOPER, além de dar suporte político, pedagógico e administrativo aos trabalhos da própria rede de cooperativas. A AREDE é uma Organização Não Governamental com sede em Santa Rosa – RS, que atua assessorando processos de organização popular, principalmente na área rural, além de executar atividades de formação e pesquisa com vistas ao desenvolvimento sustentável. Os trabalhos são desenvolvidos através de projetos financiados pelo poder público, ou agências de cooperação internacional, além de parcerias com entidades como a EMBRAPA, EMATER, Prefeituras, Cooperativas e Sindicatos.

No caso da COOPERSOL, os trabalhos com o PAA foram iniciados no ano de 2011, envolvendo cerca de 90 famílias associadas. Desses agricultores, 39 residiam no município de Santa Rosa, 39 em Tuparendi, 3 em Tucunduva, 5 em Santo Cristo e 4 em Porto Mauá. Essa foi a primeira experiência da COOPERSOL com esse canal de comercialização e se deu através da Modalidade Compra com Doação Simultânea. Nessa época foram comercializados 22 produtos, sobretudo hortifrutigranjeiros, compondo cestas entregues mensalmente para 285 famílias, sendo 220 de Santa Rosa e 65 de Tuparendi. Esse trabalho contou com apoio e suporte da Pastoral da Criança da Igreja Católica. Nesse primeiro projeto o valor total foi de R\$ 207.162,00, sendo executado de janeiro a dezembro de 2012.

Observa-se que entre o final do primeiro projeto e o início do segundo, houve um lapso de tempo de seis meses, em que ocorreu quebra de continuidade em sua execução. Essa descontinuidade gerou descontentamentos e também perda de produtos entre os agricultores e foi motivado, segundo a direção da cooperativa, pelas dificuldades burocráticas inerentes ao PAA. Também pôde-se apontar como causas, as fragilidades políticas e organizativas da própria cooperativa em fazer frente às exigências legais do PAA e na própria configuração do projeto.

Além disso, as observações de campo permitiram perceber que o nível de informação dos agricultores sobre o funcionamento geral do PAA, em muitos casos, sobretudo no primeiro ano de execução do projeto, era muito frágil e em alguns casos quase inexistente. Alguns agricultores desconheciam a dinâmica de preços, prazos e volumes de entregas do PAA, o que revela prováveis equívocos e insuficiências do diálogo promovido pela cooperativa com o conjunto dos associados participantes do projeto. Ao que se percebeu, na segunda versão do projeto, esses problemas foram amenizados em função da realização de mais atividades de discussão e planejamento com os associados.

No segundo projeto (2012-2013) participaram 109 famílias. Desses agricultores, 43 eram de Santa Rosa, 43 de Tuparendi, 8 de Porto Mauá, 7 de Santo Cristo, 4 de Tucunduva e 4 de Giruá. Segundo a presidente da COOPERSOL apenas 5 agricultores do projeto anterior não quiseram participar desse novo projeto, em função dos baixos preços pagos pelo PAA. Nesse novo projeto, também na Modalidade Compra com Doação Simultânea, foram beneficiadas com a entrega de alimentos 789 famílias, sendo 500 de Santa Rosa, 115 de Tuparendi, 64 de Porto Mauá e 100 de Tucunduva. Nesse segundo projeto o valor total foi de R\$ 435.222,12, tendo execução prevista de agosto de 2013 a agosto de 2014.

Em relação a esse projeto, previsto para ser executado até agosto de 2014, a direção da COOPERSOL solicitou o cancelamento do mesmo junto a CONAB em janeiro de 2014. As últimas entregas foram realizadas em dezembro de 2013. As razões alegadas para esse pedido, por parte da cooperativa, estão associadas a mudanças na operação do programa exigidas pela CONAB, que implicavam um maior diálogo e sintonia do trabalho da cooperativa com a Prefeitura Municipal de Santa Rosa e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Esse conselho foi criado em 2003, mas formalizou sua adesão junto ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN em novembro de 2014, passando a ser instância avalizadora e reguladora da execução do PAA. Essa sintonia não ocorreu, em que pese à busca insistente alegada pela presidente da COOPERSOL, e para a cooperativa não operar o programa ilegalmente preferiu solicitar o cancelamento do projeto.

Esse fato acabou distanciando os agricultores do PAA no ano de 2014, o que fragilizou a coleta de parte dos dados realizada em outubro e novembro desse ano. Algumas questões e alguns questionários foram desconsiderados na tabulação das informações, em função da inconsistência dos dados, o que comprometeu parcialmente a análise comparativa dos dados entre os anos de 2013 e 2014. Em relação ao futuro, no mês de março de 2015 acontecerá assembléia geral da COOPERSOL onde o tema do PAA será pautado com os associados, donde sairão as diretrizes futuras para a cooperativa em relação a esse programa.

É importante assinalar que boa parte dos associados da COOPERSOL já possuía experiência individual com a comercialização de hortifrutigranjeiros em outros canais, como feira de produtores, entrega na casa de consumidores, entrega em mercados, fruteiras, padarias, etc. na cidade de Santa Rosa, além de experiência com a comercialização de grãos, sobretudo soja, milho e trigo. Nesse contexto o PAA apresentava-se como mais um canal de comercialização que poderia ser utilizado pelos agricultores, com o grande diferencial

positivo de ter a compra programada e garantida para todo o ano, além de ter o preço previamente combinado.

A segurança da venda ao longo de um ano e a garantia de compra, além da definição prévia dos preços, são destacados pelos dirigentes da cooperativa como os grandes diferenciais favoráveis do PAA e PNAE. Por outro lado, o fato das experiências de comercialização de forma cooperada estar centradas apenas no PAA e PNAE revela a necessidade do desenvolvimento de experiências cooperadas de comércio para além desses dois canais. Eventuais quebras de continuidade dessas políticas públicas podem comprometer o trabalho da cooperativa, colocando assim o desafio da necessidade da diversificação das experiências de comercialização, para além dos mercados institucionais.

Os dirigentes da cooperativa revelam que os preços praticados pelo PNAE são superiores aos preços praticados pelo PAA. Isso força a cooperativa a adotar uma estratégia de dar preferência de acesso ao PNAE aos agricultores que entregam para o PAA, para não haver um esvaziamento e inviabilização do PAA. Outro aprendizado importante, sinalizado pelos dirigentes da cooperativa, está relacionado ao planejamento do período de entrega de certos produtos para o PAA e a dinâmica de variação dos preços agrícolas no mercado regional. Planejar a entrega de produtos para o PAA quando os preços praticados no mercado regional são superiores aos do PAA acabou gerando, inicialmente, alguns tensionamentos com os associados. Atualmente a estratégia adotada, com base nos aprendizados e diálogos com os associados, é procurar programar os períodos de entrega de cada produto para o PAA quando os preços desses produtos praticados pelo PAA tenderem a ser próximos ou superiores aos preços praticados no mercado regional. Quando os preços praticados pelo PAA são inferiores busca-se compor as cestas com outros produtos, para garantir a qualidade e a diversidade das cestas entregues.

Além desses desafios a viabilidade financeira da cooperativa é um tema preocupante, em função de custos permanentes e receitas irregulares. A COOPERSOL também tem ensaiado algumas discussões sobre a cadeia produtiva do leite, discutindo e formulando ações que poderiam colocar os associados produtores numa posição mais favorável no conjunto da cadeia. Por hora ainda estão no campo das discussões. Outro campo de discussões e possibilidade de ação futura está relacionado à industrialização, sobretudo de farinhas e óleos vegetais.

A ampliação da produção orgânica também tem sido pautada constantemente pela direção da COOPERSOL. Ações têm sido desenvolvidas, no sentido de articular as atividades

desenvolvidas com processos de transição produtiva na perspectiva da agroecologia. Neste sentido, são desenvolvidas atividades em conjunto com a EMBRAPA e a EMATER, com vistas à capacitação dos agricultores, desenvolvimento, adaptação e difusão de tecnologia, sempre em diálogo com as políticas públicas. O tema da certificação da produção de orgânicos também tem sido trabalhado, desde as necessidades dos agricultores que já produzem de forma agroecológica e por estímulo da Rede Ecovida de Agroecologia.

Outro desafio que se coloca para a COOPERSOL está relacionado à grande dispersão geográfica de seus associados e as dificuldades organizativas disso decorrentes. A resposta a essa dificuldade tem sido no sentido de agrupar as famílias em núcleos, por proximidade geográfica, para viabilizar as atividades. Todavia, ao que se constatou nas atividades de campo, as ações de núcleos, ou grupos de base se mostram pouco expressivas e pouco presentes na percepção dos associados. Ao que se percebeu, a intensidade da participação política dos associados tem sido frágil. Também percebeu-se, no conjunto dos associados visitados, um sentimento de pouco pertencimento a cooperativa. Considera-se esse sentimento dos associados e a baixa intensidade funcional de espaços de encontro e discussão dos sócios como duas grandes fragilidades e vulnerabilidades da cooperativa.

Outros problemas são apontados pela direção da COOPERSOL para a execução do PAA. Um deles é a dependência existente a organizações e entidades urbanas, para a efetivação da distribuição dos produtos. Essas entidades fazem trabalhos voluntários, é o caso da Pastoral da Criança, ou muitas vezes não tem a funcionalidade necessária, como alguns Conselhos Municipais de Assistência Social. Isso fragiliza a capacidade de organização da logística para dar fluxo e dinâmica a entrega das quantidades de alimentos que precisam ser distribuídas em um curto espaço de tempo.

A logística e os custos no processo de transporte dos alimentos, das propriedades rurais até os pontos de entrega, são de responsabilidade individual de cada agricultor. A cooperativa organiza e planeja o processo em termos mais gerais, ficando a execução e os custos de transporte sob responsabilidade de cada associado.

Além disso, no caso de Santa Rosa e Tuparendi, observa-se que as condições estruturais dos ambientes de entrega dos alimentos não são totalmente adequadas, pois os alimentos são entregues em salões comunitários desprovidos de equipamentos de conservação e acomodação adequados. No caso da entrega de produtos resfriados, como carnes, leite e iogurtes, a cooperativa e os associados arcam com os custos de funcionamento de um caminhão refrigerado, que tem que ficar parado e em funcionamento durante todo o período

de entrega dos alimentos. No caso da COOPERSOL foi estabelecida a cobrança dos associados de uma taxa de 10% sobre o total vendido, para cobrir os custos operativos da cooperativa.

Ainda sobre o controle da qualidade dos alimentos, segundo apontam os dirigentes da COOPERSOL, também são complicadores e insuficientes as estruturas de apoio aos agricultores para adequarem seus processos produtivos as normas da fiscalização sanitária para determinados alimentos, sobretudo os de origem animal e os que envolvam processos de agroindustrialização. Isso acaba limitando, ou impedindo a comercialização desses produtos, além de inibir os agricultores a realizarem investimentos produtivos, muitas vezes bastante onerosos, em função da insegurança nos processos de comercialização.

No campo cultural também existem dificuldades e desafios enfrentados pela cooperativa. Um deles, relacionado aos agricultores, tem base em uma visão preconceituosa de que, como os produtos são entregues para a população urbana em situação de insegurança alimentar, eles podem estar em níveis inferiores de qualidade que os produtos entregues para venda nos supermercados. Ou seja, aceitando o risco de ser simplista, mas usando termos mais diretos para expressar o que parece ser o raciocínio não explícito de alguns agricultores, que poderia ser assim formulado: como os pobres da cidade recebem o alimento “de graça”, não há problemas em se enviar produtos de segunda qualidade.

Por outro lado, ainda no campo cultural, por parte dos consumidores urbanos, também existem compreensões que precisam ser qualificadas em relação à produção rural. O hábito do consumo de certos produtos industrializados altamente padronizados induz, como afirma Ritzer (1983), a certa cobrança de padronização dos alimentos. Além disso, o desconhecimento das dinâmicas e riscos naturais que afetam a produção agrícola, sobretudo por parte das gerações mais jovens dos beneficiários, que já nasceram no meio urbano e que nunca possuíram vínculos diretos com a produção agropecuária, leva os consumidores a cobrarem um nível de regularidade e padronização que dificilmente os agricultores conseguem alcançar.

Essas diferentes percepções, tanto dos agricultores, como dos consumidores, têm gerado em alguns momentos certos conflitos, o que leva a cooperativa a promover encontros e diálogo entre consumidores e agricultores, no sentido de produzir compreensões mais harmônicas para o prosseguimento do trabalho. Segundo argumentam os dirigentes da cooperativa, quando exclusivamente com os associados, esses diálogos, em alguns momentos, foram mais incisivos.

5.2 COOPOVEC - histórico, objetivos e vinculação com o PAA

A Cooperativa dos Agricultores Porto Vera Cruz - COOPOVEC foi fundada no ano de 2004, no município de Porto Vera Cruz, onde tem sua sede, sendo esse o território prioritário de sua ação. O objetivo fundamental que impulsionou sua constituição foi à busca de alternativas produtivas e de comercialização viáveis à produção de fumo, que na época era o carro chefe das atividades produtivas. Dos 20 sócios fundadores, 18 eram produtores de fumo. Eles buscavam, com a criação da cooperativa, constituir uma ferramenta que lhes permitisse implantar alternativas produtivas, que possibilitassem a substituição do cultivo de tabaco por outras culturas e com isso o distanciamento das empresas fumicultoras.

A cooperativa foi criada por agricultores familiares, que desenvolviam suas atividades em pequenas propriedades, localizadas em áreas de encosta, conforme os traços gerais do que denomina-se de Zona Colonial, em área com maior identidade com o Bioma Mata Atlântica, conforme argumentou-se no Capítulo 4. Além disso, os solos estavam sensivelmente degradados pelo cultivo do tabaco que durava cerca de 20 anos. Nesse período a atividade leiteira era bastante limitada e desenvolvida com o uso limitado de tecnologias modernas e o cultivo da soja já não era mais desenvolvido nas pequenas propriedades. Esse contexto também era marcado por um forte processo de êxodo rural, do conjunto das famílias de agricultores e especialmente dos jovens.

Além disso, em termos mais estratégicos, os projetos de desenvolvimento e as possibilidades de participação nas grandes cooperativas tritícolas, que atuavam fortemente na região, já não mais contemplavam as necessidades desses pequenos agricultores. Através da constituição de novas e pequenas cooperativas buscava-se fortalecimento organizativo e político, para a construção de projetos alternativos de desenvolvimento, com maior enraizamento local, com melhores possibilidades de protagonismo dos agricultores e de independência das empresas de fumo.

Nos primeiros anos de sua existência a atuação da COOPOVEC foi de baixa intensidade, pois ainda estava buscando desenhar o que poderiam ser essas alternativas ao fumo. Inicialmente foi estimulada a fruticultura e também ganhou espaço a olericultura, mas um dos grandes limitadores dessas atividades eram as dificuldades de comercialização da produção, que no cultivo do tabaco estava totalmente garantida pelas empresas integradoras.

Nesse processo inicial de constituição da cooperativa cumpriu papel importante a assistência técnica disponibilizada pela Secretaria Municipal da Agricultura e EMATER, além

do suporte da COOPERLUZ²¹. Essas entidades estimulavam e apoiavam o fortalecimento da perspectiva apontada pela COOPOVEC. A intensidade das atividades da cooperativa foi alterada significativamente nos anos mais recentes, sobretudo a partir de 2006, quando se iniciam as experiências da cooperativa com o PAA.

Ao que se constatou o PAA efetivamente cumpriu um papel transformador da dinâmica da cooperativa e da vida de muitos associados. O primeiro projeto, programado para três meses, foi realizado em 2006 e 2007, totalizando R\$ 17.000,00. A partir daí a cooperativa passou a desenvolver projetos maiores, que davam garantia de compra aos agricultores, o que impulsionou fortemente o desenvolvimento do cultivo de frutas e hortaliças. Isso estimulou a produção dos agricultores já engajados e também a participação de novos agricultores, ocorrendo o aumento do número de integrantes da cooperativa, que atualmente totaliza 102 associados.

A opção pelo PAA se deu em função desse programa se constituir como uma das primeiras alternativas que efetivamente garantia a comercialização da produção. Essa garantia de venda segue sendo apontado pela direção da cooperativa como elemento fundamental para a atual adesão dos agricultores ao programa, além da negociação e acordo prévio do preço a ser pago. Os primeiros projetos eram com duração inferior a um ano e com valores totais que foram gradativamente sendo aumentados. Todos os projetos foram através da Modalidade Compra com Doação Simultânea.

O projeto dos anos 2013 – 2014 envolveu a participação de 80 associados e um montante total contratado de R\$ 380.000,00. O projeto para os anos de 2014 – 2015 engloba 64 associados e tem um valor total de R\$ 340.000,00. A diminuição do número de agricultores envolvidos está relacionada a diferentes causas. Uma delas é o fato de parte desses agricultores terem desistido do PAA em função da quebra de continuidade entre um projeto e outro. Parte deles acabou desistindo do PAA por estarem em processo de saída da produção do fumo ou do leite e iniciando sua participação no PAA. Nesses casos alguns agricultores voltaram a investir na atividade leiteira ou do fumo, ou acabaram buscando outros mercados para as frutas e hortaliças, como as feiras, que se revelaram mais atrativos que o próprio PAA. A direção da cooperativa estima ainda que, para cerca de um terço dos

²¹ A Cooperativa de Eletrificação Rural Fronteira Noroeste LTDA foi criada em 1970 por agricultores da região noroeste do Rio Grande do Sul. Tem sede em Santa Rosa e atualmente conta com cerca de 15 mil associados, atuando na distribuição de energia elétrica em 15 municípios da região. A COOPERLUZ tem apoiado e dado suporte organizativo e financeiro a diversas ações de desenvolvimento que envolvam os agricultores familiares da região.

desistentes, a causa principal foi o avançado nível de idade dos produtores, que tinham limitações físicas para seguir na atividade produtiva e que optaram por não mais continuar.

No projeto 2013 – 2014 os alimentos eram enviados para a cidade de Santa Rosa, onde eram entregues 758 cestas e para Porto Lucena, onde se entregavam 121 cestas, totalizando 879 cestas. Com a divisão dos beneficiários em grupos menores a cooperativa realizava entregas semanais para atender toda demanda. Para as entregas a COOPOVEC contou com a parceria da Pastoral da Criança nesses dois municípios, até o ano de 2014. A partir de 2015 os Centros de Referência e Assistência Social - CRAS desses dois municípios assumiram a tarefa de organização e entrega das cestas de alimentos. No caso de Santa Rosa, a COOPOVEC vai seguir contando com o apoio do Centro Assistencial Sagrada Família na distribuição dos alimentos, não sendo mantida a parceria com a Pastoral da Criança em ambos os municípios.

Paralelo a esse crescimento do PAA a cooperativa buscou outras atividades e fontes de financiamento, conseguindo alavancar recursos para a instalação de uma microdestilaria de álcool e no presente momento está finalizando a construção de uma agroindústria. Esses equipamentos foram obtidos através de financiamento público, sendo boa parte deles a fundo perdido. Essas estruturas estão instaladas em um terreno cedido pela prefeitura no interior do município.

A microdestilaria foi inaugurada em novembro de 2010. Ela não é formalmente operada pela cooperativa, sendo utilizada diretamente pelos próprios associados no período da colheita da cana, basicamente para a produção de álcool combustível para consumo próprio e em menor proporção para produção de cachaça. A cooperativa tem realizado informalmente a produção e comercialização de cachaça, atividade essa que tem caráter experimental.

A agroindústria foi concebida para a produção de sucos, processamento de polpa de frutas e produção de conservas vegetais. A estrutura está praticamente pronta e os equipamentos já estão instalados, sendo aguardada a liberação da vigilância sanitária e ambiental para o uso ser iniciado. Ao que pôde-se perceber essa agroindústria poderá desempenhar um papel bastante relevante para a cooperativa e seus associados. Todavia, a dinâmica de uso e o papel que a mesma vai cumprir dentro das estratégias da cooperativa e para os sistemas de produção dos associados, não parece estar adequadamente clara para a direção da cooperativa e nem para o conjunto dos associados, sendo um campo importante a ser trabalhado pela COOPOVEC no próximo período.

A cooperativa goza de forte legitimidade entre os agricultores e pelo que se conseguiu observar é bastante respeitada no conjunto do município. Ainda que não possua sede própria e nem funcionário contratado especificamente para tocar suas atividades. As tarefas são realizadas pelos associados e por uma associada em tempo parcial, que recebe ajuda de custo, quando necessário, para realizar todo o gerenciamento dos projetos. A COOPOVEC pretende contratar e registrar uma pessoa que se dedique exclusivamente às tarefas da cooperativa. A cooperativa mantém uma secretaria administrativa na cidade de Porto Vera Cruz, que funciona em uma sala emprestada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município. A necessidade de outros espaços e estruturas físicas para realização de reuniões ou encontros é satisfeita através de empréstimos de outras entidades, como da Prefeitura Municipal, de comunidades rurais, ou do próprio Sindicato.

A diretoria da cooperativa mantém reuniões regulares todos os meses e são realizadas, usualmente, ao menos duas assembleias gerais por ano. Não existem grupos intermediários de participação, ou seja, ou ela se dá diretamente nos espaços de direção, ou nas assembleias. Apesar de não existirem grupos, ou núcleos de base, ao que se pôde perceber, a cooperativa possui uma dinâmica de participação política relativamente intensa, com espaços regulares de participação e diálogo, sobretudo na direção política, que tem uma dinâmica de funcionamento bastante horizontalizada. As assembleias, segundo informações da diretoria, apresentam participação de 60 a 70% dos associados.

Ainda, ao que se pôde perceber no trabalho de campo, há um fluxo relativamente bom de circulação das informações entre os membros da diretoria e com os associados. Por outro lado, não existem atividades regulares de formação realizadas pela cooperativa, que atua mais estimulando a participação dos associados em atividades de formação promovidas por outras organizações.

Em relação ao PNAE a opção da cooperativa é não participar dos editais municipais, em função do pequeno volume demandado e também pelo fato de alguns associados da cooperativa possuírem vínculos com a prefeitura²², o que impede legalmente a cooperativa de participar dos editais. Para estar apta legalmente a essa participação esses associados teriam que ser desligados da cooperativa e a opção feita é pela manutenção dos mesmos no quadro social. Por outro lado, alguns associados da cooperativa entregam produtos para o PNAE, mas fazem isso de forma individual.

²² Por exemplo, o atual Secretário Municipal de Agricultura é associado da COOPOVEC.

Um dos problemas enfrentados pela COOPOVEC na execução do PAA está relacionado ao limite financeiro que cada agricultor pode efetuar. Esse teto, estabelecido pelo programa, foi considerado insuficiente, pelos agricultores, para a garantia de um nível de renda mínimo para cada família, sobretudo nos anos de 2010 a 2012, quando não ocorreram reajustes significativos nesse limite. Nos últimos dois anos esse problema foi amenizado em função da elevação do teto, que passou de R\$ 4.800,00 por agricultor para R\$ 6.500,00 e, atualmente, é de R\$ 8.000,00 por agricultor.

A burocracia também é apontada como um dos fatores que dificultam a operação do PAA, sobretudo para as pequenas cooperativas que não possuem um setor administrativo estruturado e que contam com poucas pessoas para tocar o conjunto das atividades, entre elas as atividades de elaboração de projetos e, principalmente, de prestação de contas. Também é apontado que a insuficiência de treinamento específico disponibilizado para as cooperativas que participam desse programa, sobre a legislação que envolve a execução do PAA, os procedimentos de prestação de contas, “o que pode e o que não pode”, acaba dificultando a execução do projeto, ou leva a cooperativa a “errar sem saber que está errando”. Segundo a responsável pela prestação de contas da COOPOVEC “Quando tu acha que fez tudo certo, tu tem que provar mais ainda, tu tem que provar muito. Não precisa provar só que tu faz as coisas tudo certo. Tu tem que provar que tu não é bandido!”. Esse sentimento, notadamente preocupante, é um forte sinalizador do status da relação da cooperativa com os órgãos públicos responsáveis pelo acompanhamento e pela a fiscalização da execução do programa.

Outro problema, apontado pela direção da cooperativa, é a pouca disponibilidade de mão de obra nas famílias dos associados. Esse é apontado com um dos principais estrangulamentos enfrentados para a viabilização e ampliação das atividades produtivas. Ainda que, como será demonstrado na próxima seção, cerca de um terço dos componentes das famílias da COOPOVEC possuam até 20 anos de idade, os depoimentos dos agricultores confirmam essa percepção dos dirigentes da cooperativa, da pouca disponibilidade de mão de obra familiar para tocar as atividades produtivas.

No caso da COOPOVEC, ao que se constatou, a questão dos preços praticados pelo PAA coloca-se como um problema secundário para agricultores, aparecendo com intensidade bem menor que no caso da COOPERSOL. O tema da garantia de venda aparece como a grande vantagem do programa e parece, em certo sentido, secundarizar os eventuais descontentamentos com os preços, em função dos agricultores não contarem com tantas alternativas de comercialização.

Além do PAA os agricultores da COOPOVEC comercializam seus produtos em outros canais. Cerca de sete associados vendem individualmente sua produção em uma pequena feira semanal na cidade de Porto Vera Cruz. Além dessa feira a COOPOVEC conseguiu abrir um espaço de feira, que é gerenciada pela própria cooperativa, na cidade de Porto Lucena, onde são comercializados semanalmente os produtos de 15 associados. Quando o PAA não está funcionando os agricultores individualmente intensificam a busca por colocação de seus produtos em mercados, restaurantes locais, ou ampliam as tentativas de venda direta aos consumidores. O fato do município não possuir ligação asfáltica inibe a oferta de produtos vindos de fora do município, o que favorece a colocação dos produtos dos agricultores no mercado local.

Os principais produtos comercializados são as frutas e as hortaliças, praticamente não existindo a produção de grãos entre os associados. A produção leiteira passou por um processo de modernização técnica, permanecendo na atividade apenas aqueles agricultores que optaram por maior especialização produtiva e que tinham as condições necessárias para tal, sobretudo disponibilidade de área adequada e de mão de obra. Todavia, os agricultores que permaneceram nessa atividade também desenvolvem a produção de frutas e hortaliças. O fumo, que era produzido por cerca de 90% dos associados no período de criação da cooperativa, segundo estimativa da atual direção, hoje é desenvolvido por cerca de 10% dos associados. O PAA cumpriu papel fundamental nesse processo de substituição do fumo, como será mostrado mais detalhadamente no capítulo 6, ao oferecer, como já argumentamos, garantia de compra das frutas e das hortaliças.

A Prefeitura Municipal de Porto Vera Cruz e outras entidades promovem na mídia o consumo dos produtos do município, o que potencializa as possibilidades da venda local, apesar de se tratar de um mercado consumidor relativamente pequeno. Além disso, essa promoção alcança os municípios do entorno, o que favorece venda em nível microrregional e que, especialmente para as frutas, apresenta grande aceitação dos consumidores, em função da associação da imagem das “Frutas do Porto” a um diferencial de qualidade. Entende-se que esse diferencial da qualidade é um campo de ação estratégico que poderia ser melhor explorado pela cooperativa.

A COOPOVEC reconhece e valoriza a importância do apoio da Prefeitura Municipal ao desenvolvimento do seu trabalho. Exemplo disso é que todos os anos, no mês de dezembro, é promovida pela Prefeitura Municipal a “Festa das Frutas”. Nesse evento a cooperativa tem forte protagonismo e ele tem contribuído significativamente para a promoção

regional das “Frutas do Porto” e da COOPOVEC, além de possibilitar um momento importante para a comercialização da produção. Atualmente a direção da cooperativa tem a percepção que a demanda é maior que a produção e que, além de não estar ocorrendo a expansão dos pomares, observa-se a diminuição da produção dos pomares instalados, o que se coloca também como um tema prioritário para a ação da COOPOVEC.

Em termos logísticos a COOPOVEC paga frete para um caminhão recolher a produção destinada ao PAA e levar até os pontos de entrega. Duas pessoas remuneradas pela Cooperativa acompanham e executam essa tarefa durante cinco vezes por mês, quando são entregues os alimentos. Os produtos são agrupados pelos agricultores em pontos de coleta nas comunidades, por onde o caminhão passa para fazer o recolhimento, em datas e horários previamente estipulados. Os custos de transporte, bem como os demais custos da COOPOVEC são cobertos por uma taxa de administração de 20%, cobrada sobre os ganhos de todos os agricultores que participam do projeto.

5.3 Os domicílios e as unidades de produção consultadas

Dos associados da COOPERSOL consultados todas as residências possuem energia elétrica, proveniente de rede geral e todas elas possuem fossa séptica como destino dos dejetos humanos. Das 23 famílias visitadas, a água para consumo humano provem de poço artesiano em 19 domicílios, de cacimba em 5, de córrego ou açude em 2 e de outra forma em 3 domicílios. Todas as famílias entrevistadas possuem celular na Unidade de Produção (UP), 52% delas possuem internet em casa e uma possui linha de telefone convencional.

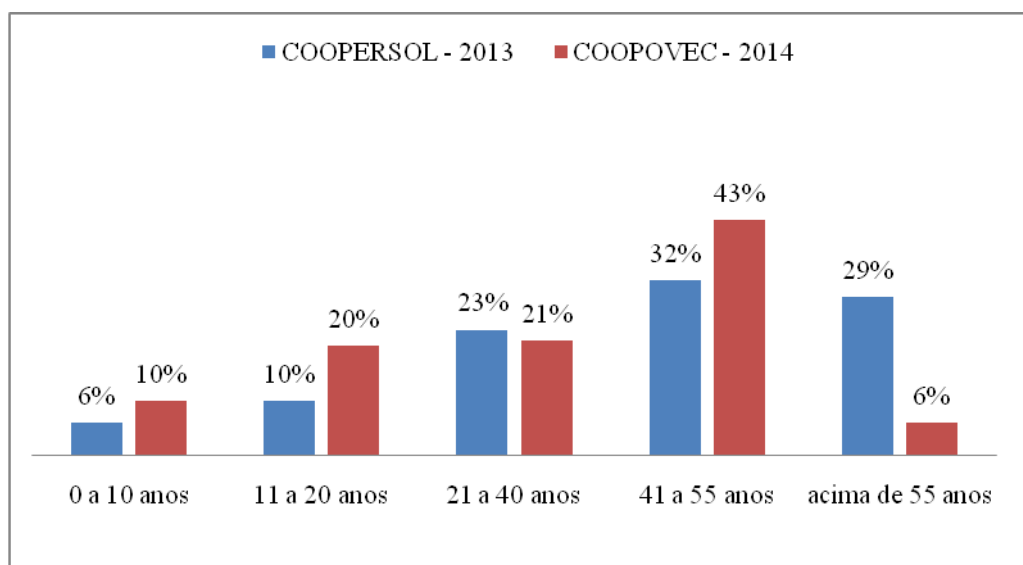
No caso das famílias associadas à COOPOVEC que foram consultadas, todos os domicílios possuem energia elétrica, proveniente de rede geral e todos possuem fossa séptica como destino dos dejetos humanos. Todas as famílias possuem acesso à água proveniente de poço artesiano, através de rede pública. Todas as famílias possuem aparelho celular na UP e 40% possuem internet em casa.

Em todas as UP dos agricultores que participam da COOPOERSOL existem hortas. Apenas em uma UP não existem animais de criação. Apenas uma UP não possui pomar. Das 23 UP consultadas 70% possuem trator, sendo que destes 71% tem mais que 20 anos de idade e 93% possuem menos que 80 HP. Além disso, 61% das UP possuem caminhão ou utilitário, sendo que destes 50% são com mais de 20 anos de idade. Em 48% das UP observou-se o uso da irrigação, sendo que todas já utilizavam essa técnica antes do PAA.

No caso da COOPOVEC todas as UP possuem horta, pomar e animais de criação. Das 20 UP consultadas, 15% possuem trator, sendo que desses 66% tem mais que 20 anos de idade e todos possuem menos que 80 HP. Metade das UP possui caminhão ou utilitário, sendo que destes 70% são com menos de 20 anos de idade. Em 65% das UP se faz uso da irrigação, sendo que em 54% delas esse uso iniciou em função ou está associado ao ingresso no PAA. No próximo capítulo retomaremos essa questão do uso da irrigação.

Em relação ao perfil etário das famílias de ambas cooperativas temos, no Gráfico 26, a composição relativa das famílias por faixa de idade. Observa-se uma maior participação relativa do grupo com até 20 anos nas famílias da COOPOVEC, que totaliza 30%, representando praticamente o dobro do índice observado nessa faixa para as famílias da COOPERSOL. No outro extremo, observa-se maior concentração de pessoas acima dos 55 anos nas famílias da COOPERSOL. Destaca-se, portanto, uma presença mais intensa de jovens entre as famílias associadas da COOPOVEC e mais intensa de idosos nas famílias da COOPERSOL.

Gráfico 26 - Composição relativa por faixa etária das famílias associadas à COOPERSOL e a COOPOVEC

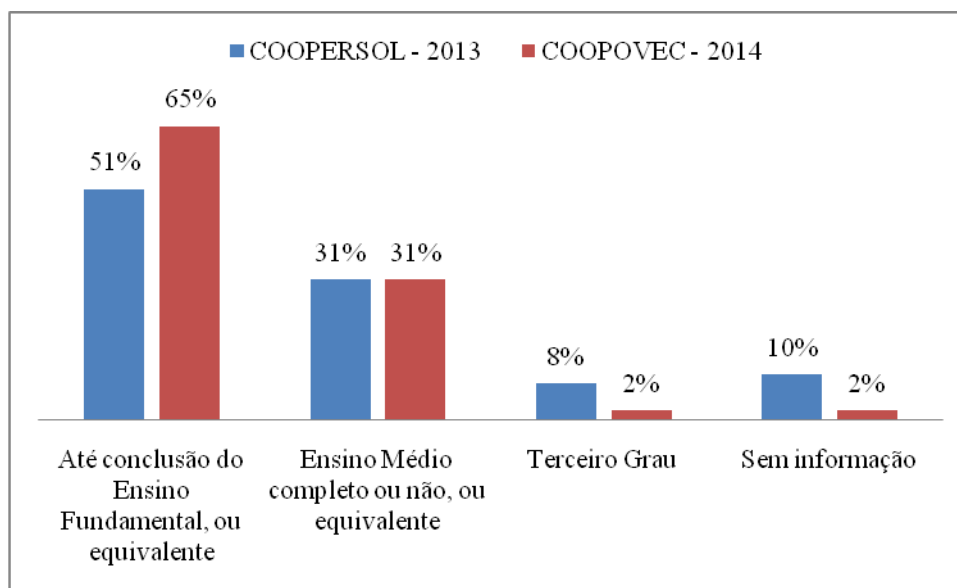


Fonte: dados da pesquisa, 2013 e 2014.

No Gráfico 27 que segue pode-se observar a composição das famílias segundo o grau de instrução. Em ambos os casos não houve declaração de analfabetismo entre os integrantes das famílias. Destaca-se no Gráfico 32, como grupo predominante no caso da COOPERSOL e especialmente da COOPOVEC, as pessoas que estudaram até a conclusão do Ensino

Fundamental, ou equivalente. Em segundo plano, com o mesmo índice nas famílias das duas cooperativas, as pessoas com Ensino Médio completo ou não, ou equivalente. Com Terceiro Grau temos uma participação mais significativa entre os familiares associados da COOPERSOL.

Gráfico 27 - Composição das famílias da COOPOERSOL e da COOPOVEC por grau de instrução



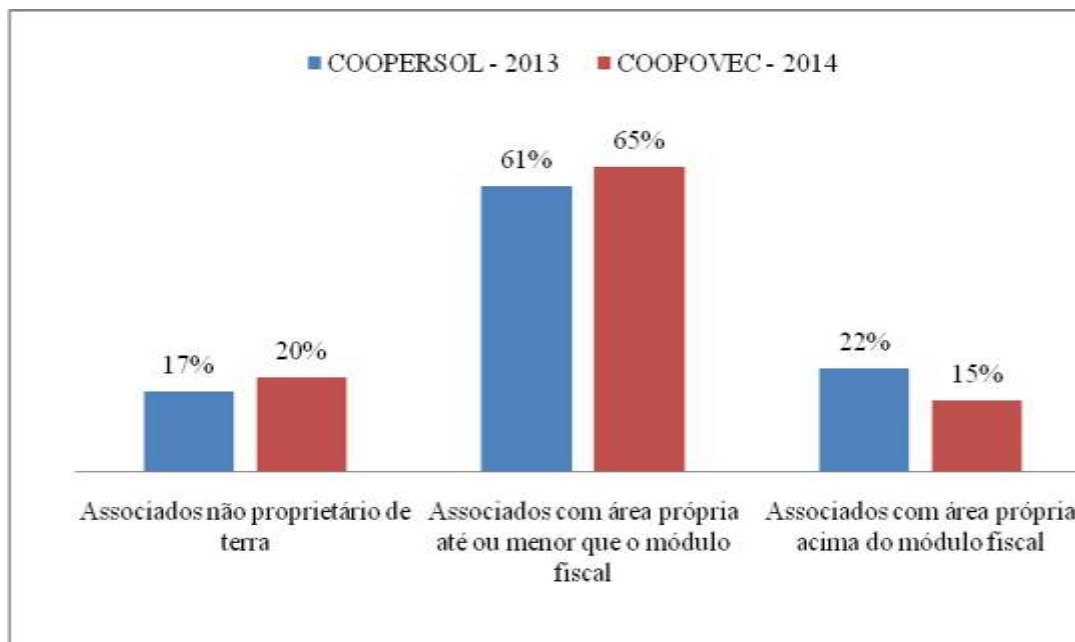
Fonte: dados da pesquisa, 2013 e 2014.

Em relação à condição dos entrevistados pertencentes à COOPERSOL, pode-se observar no Gráfico 28 que 61% deles são proprietários de áreas de terra inferiores ao módulo fiscal dos municípios de Santa Rosa e Tuparendi, que é de 20 ha. Outros 17% não são proprietários de terra e apenas 22% são proprietários de áreas superiores ao módulo fiscal. A maior propriedade possui 39 ha. Do conjunto da amostra, 35% dos agricultores arrendam terras e 61% dos integrantes da amostra possuem área total disponível (área própria mais área arrendada) inferior ao módulo fiscal dos municípios. A área média disponível é de 17,4 ha. O total de área disponível dos 23 membros da amostra é de 412,7 ha, sendo 113 ha arrendados, ou seja, 27,4% da área disponível provêm de arrendamento.

Já em relação aos agricultores da COOPOVEC, conforme o Gráfico 28, observou-se que 65% deles são proprietários de áreas de terra inferiores ao módulo fiscal do município, que é de 20 ha. Outros 20% não são proprietários de terra e apenas 15% são proprietários de áreas superiores ao módulo fiscal. A propriedade de maior tamanho possui 30 ha. Do conjunto da amostra, 15% dos agricultores arrendam terras. 60% dos integrantes da amostra possuem área total disponível (área própria mais área arrendada) inferior ao módulo fiscal dos

municípios. A área média disponível é de 20,2 ha. O total de área disponível dos 20 membros da amostra é de 403,9 ha, sendo 23,5 ha arrendados, ou seja, 5,8% da área.

Gráfico 28 - Condição dos associados da COOPERSOL e da COOPOVEC em relação ao acesso à terra



Fonte: dados da pesquisa, 2013 e 2014.

Em relação ao tipo de trabalho, no caso da COOPERSOL, tem-se que a forma predominante, com 53% dos membros das famílias consultadas, é o trabalho em tempo integral na UP. Em seguida temos 16% que trabalham em tempo parcial na UP. Somente 6% estudam e com esse mesmo índice temos os que trabalham em tempo integral fora da UP e idosos acima de 65 anos. Com 4% tem-se os que trabalham e estudam, os que trabalham domesticamente em tempo parcial e as crianças com menos de 08 anos.

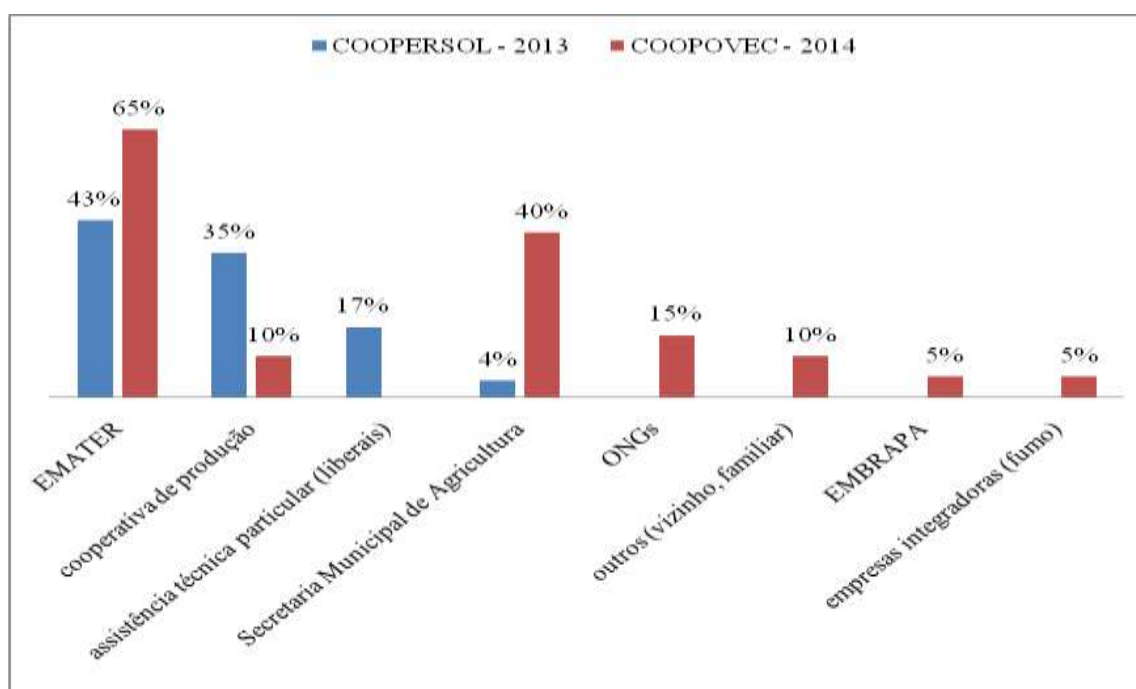
No caso da COOPOVEC, tem-se que a forma predominante de trabalho, com 46%, é o trabalho em tempo integral na UP. Em seguida tem-se 13% que somente estudam e 11,5% trabalham em tempo parcial na UP. 10% possuem idade superior aos 65 anos, 7% são crianças com menos de 08 anos e com esse mesmo índice temos pessoas que não trabalham em função de deficiência ou invalidez. Trabalham em tempo integral fora da UP 3,3% da amostra e com esse mesmo índice pessoas que desenvolvem trabalho doméstico em tempo integral.

Em relação à assistência técnica observa-se no Gráfico 28 que 70% dos associados tanto da COOPERSOL, em 2013, como da COOPOVEC, em 2014, receberam esse serviço. As entidades que forneceram esses serviços e a taxa relativa de famílias que foram atendidas por cada entidade podem ser observadas.

Destaca-se a EMATER como entidade que prestou assistência técnica para o maior número de famílias de ambas as cooperativas, sendo mais expressivo o nível de cobertura para os associados da COOPOVEC. No caso dessa cooperativa também se destaca a Secretaria Municipal de Agricultura, com presença bastante significativa na disponibilização de assistência técnica aos agricultores. No caso da COOPERSOL se destacam a assistência técnica oferecida por cooperativas e por profissionais liberais.

Ainda em relação à assistência técnica, cabe destacar que apenas 70% dos agricultores da amostra de ambas as cooperativas receberam acompanhamento técnico. É importante contextualizar esse dado, lembrando que esses agricultores, por estarem organizados em cooperativa e participarem do PAA, possuem maior visibilidade pública e capacidade de geração de demanda organizada, o que em tese deveria gerar maior presença dos órgãos oficiais de assistência técnica junto a esses grupos. Todavia, mesmo dentro desse grupo, tem-se 30% de agricultores que não receberam nenhum serviço, público, ou privado, de assistência técnica.

Gráfico 29 - Taxa relativa de recebimento de assistência técnica por família, por cooperativa e por entidade fornecedora



Fonte: dados da pesquisa, 2013 e 2014.

Há aposentados ou pensionistas vivendo em 52% das UP das famílias da COOPERSOL e, do total das famílias 9% são, ou já foram, beneficiárias do Programa Bolsa

Família. No caso da COOPOVEC existem aposentados ou pensionistas vivendo em 40% das UP e 45% das famílias são, ou já foram, beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Em síntese, sobre o perfil das famílias estudadas pode-se argumentar que em termos estruturais, quando se considera acesso a energia elétrica, água, comunicação e saneamento, essas famílias se encontram em situação relativamente boa, em função da maioria dos domicílios terem supridos esses itens de forma adequada. Em termos etários os associados da COOPOVEC, em sua totalidade, possuem um perfil um pouco mais jovem que os associados da COOPERSOL. Observou-se presença de aposentados e pensionistas em número bastante expressivo de UP. Para as duas cooperativas observa-se baixa escolaridade dos associados consultados. Em termos produtivos praticamente todas as UP possuem horta, pomar e pequenos animais. Destaca-se a presença mais intensa de tratores entre os associados da COOPERSOL, embora em sua maioria sejam tratores velhos e de baixa potência relativa. Ainda em termos produtivos evidenciou-se o tema do acesso a terra como problemática relevante nas duas cooperativas estudadas. As formas predominantes de trabalho nas duas cooperativas são o trabalho em tempo parcial e integral nas UP. Destaca-se o poder público como o principal fornecedor de assistência técnica para essas famílias, ainda que cerca de um terço das famílias não recebam esse serviço. Por fim, no caso da COOPOVEC se observa uma maior vulnerabilidade social e econômica entre os agricultores consultados.

6 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NOS MUNICÍPIOS DE SANTA ROSA, TUPARENDI E PORTO VERA CRUZ – RS

Neste último capítulo serão exploradas as dimensões do universo empírico que estão mais associadas à temática específica deste estudo. Nele apresentar-se-ão os elementos fundamentais para responder aos objetivos do estudo e verificar as hipóteses de trabalho. Serão apresentados e discutidos os dados relativos à dinâmica comercial dos agricultores, procurando identificar, conforme os objetivos da pesquisa, as vinculações entre o ingresso no PAA e mudanças no uso dos demais canais de comercialização, para desde aí verificar se as alterações ocorridas apontam no sentido da ampliação, ou diminuição da autonomia comercial dos agricultores.

Este capítulo está organizado em quatro seções. Na primeira serão apresentadas algumas percepções dos agricultores sobre o programa. Essas percepções são bastante relevantes, pois ajudam entender o significado que o PAA representa para as famílias dos agricultores e no conjunto da dinâmica comercial. Na segunda seção serão apresentadas as mudanças de caráter mais geral observadas no conjunto das UP e para a dinâmica das famílias. Nesta seção serão destacadas as mudanças que não tenham vínculos tão diretos com as questões comerciais, que serão tratadas nas seções seguintes. Na terceira seção serão discutidas as alterações observadas nas dinâmicas comerciais dos agricultores. A análise está focada nas variações das taxas de uso dos canais de comercialização, procurando verificar as possíveis associações entre essas mudanças e o ingresso no PAA. Na última seção se analisa as alterações observadas na taxa de uso dos diferentes níveis dos canais de comercialização. Por fim, nesta última seção, relacionam-se essas alterações com possíveis variações na autonomia comercial dos agricultores.

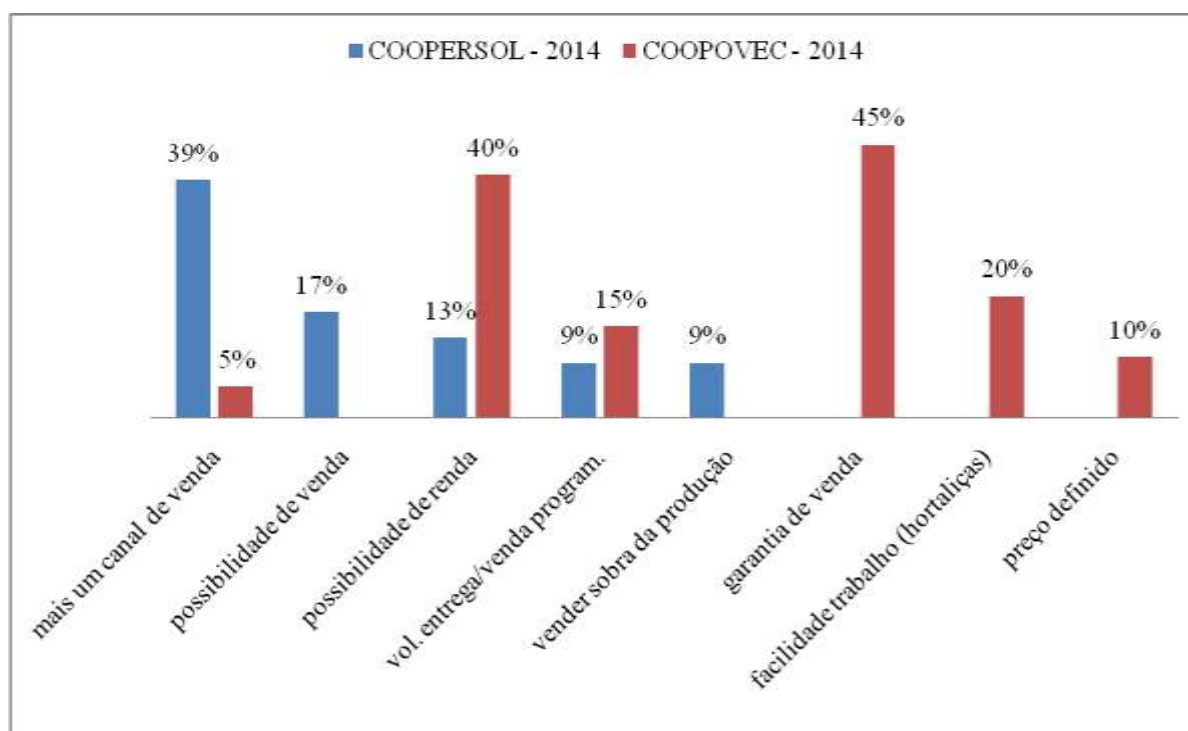
6.1 Percepção dos agricultores sobre o PAA

Nesta seção serão discutidas algumas percepções dos agricultores sobre o PAA, como as motivações para a entrada, o nível de importância, os impactos na renda das famílias, na autonomia comercial, se recomendariam para outros agricultores a participação no programa e o grau de satisfação dos participantes.

Em relação às principais razões, declaradas pelos agricultores da COOPOVEC e da COOPOERSOL, para a entrada no PAA pode-se ver a síntese das respostas no Gráfico 35. No

caso da COOPERSOL fica bastante evidente que o motivo que aparece com maior frequência é a constituição de “mais um” canal de comercialização. Num segundo nível, bem mais abaixo, razões relacionadas à possibilidade de venda e de obtenção de renda. Depois disso a entrega de grande volume de produtos e de vender a sobra da produção. Essa última razão, associada à facilidade para entregar a carne de vacas leiteiras de descarte, pouco valorizadas no mercado aberto em função da qualidade da carne, estão ligadas a questões culturais, as diferentes percepções e os tensionamentos entre agricultores e consumidores que se discutiram na Seção 5.1 deste capítulo. Por último, todas ao nível de 5%, embora não constem no Gráfico 30 por razões estéticas, aparecem as motivações relacionadas à garantia da venda, aos preços, a diversidade dos produtos comprados e as facilidades logísticas da venda.

Gráfico 30 - Principais motivos declarados pelos agricultores para a entrada no PAA: COOPERSOL - 2014 e COOPOVEC - 2014



Fonte: dados da pesquisa, 2014.

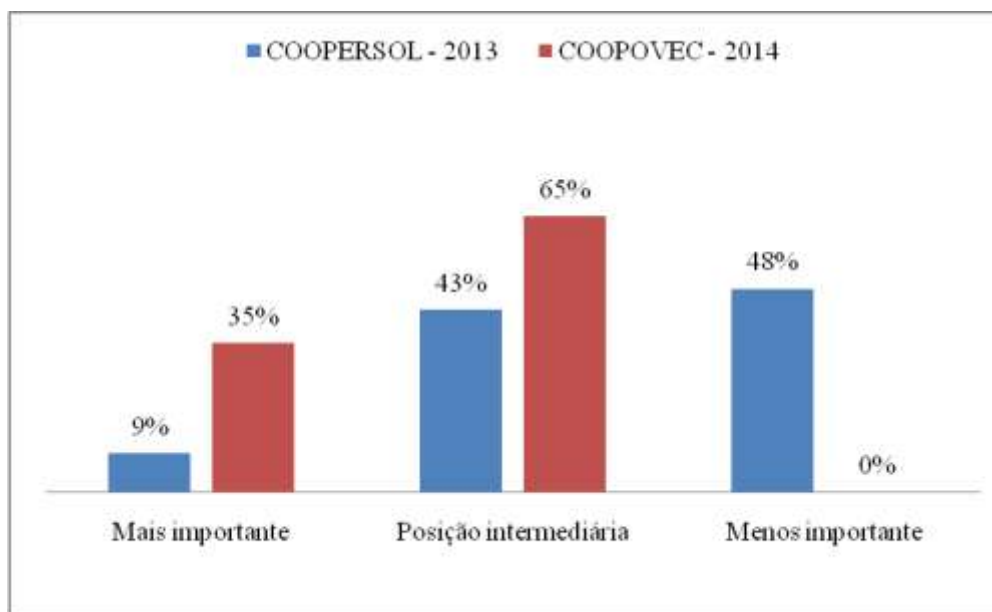
No caso da COOPOVEC as principais motivações são bastante distintas. As duas mais importantes estão relacionadas à obtenção de renda e a garantia de venda oferecida pelo PAA. Elas estão relacionadas às condições de maior vulnerabilidade econômica das famílias e a busca de alternativas ao fumo. Em um segundo nível, as respostas se relacionam à facilidade do trabalho com hortifrutigranjeiros, tendo o cultivo do tabaco como referência comparativa e ao volume entregue e a venda ser planejada com antecedência, existindo um cronograma de

entrega dos produtos ao longo do ano. Depois disso, aparece a busca de mais um canal de comercialização e o fato de no PAA os preços serem previamente definidos. Por último, todos ao nível de 5%, ainda que não constem no Gráfico 35 por questões estéticas, aparecem diversos outros motivos para o ingresso no programa, como: volume entregue, facilidades logísticas da venda, a diversidade dos produtos comprados, a venda em cooperativa ser facilitada, a alternativa que o programa representou ao fumo, a procura pela melhoria da qualidade de vida e também da saúde da família.

O Gráfico 31 apresenta os dados em relação ao nível de importância atribuído pelos agricultores ao PAA. No caso da COOPERSOL, tem-se que para 9% dos agricultores, o PAA foi considerado o canal de comercialização mais importante e para 48% o canal menos importante. Para os demais o programa se insere no conjunto de canais utilizados pelos agricultores, não sendo considerado nem o mais, nem o menos importante. Já para 35% dos agricultores associados da COOPOVEC o PAA foi considerado como o canal de comercialização mais importante e nenhum agricultor o considerou como o canal menos importante. Para os demais o PAA se insere no conjunto de canais utilizados pelos agricultores em uma posição intermediária, não sendo considerado nem o mais, nem o menos importante. Fica evidente que, para as famílias da COOPOVEC, o PAA possui um nível de importância bem superior em comparação ao nível de importância atribuído pelas famílias da COOPERSOL.

O nível de importância atribuído pelos agricultores ao PAA, como mecanismo de comercialização, também foi estudado por Freitas e Niederle (2012) no município de Tunas do Paraná. Neste estudo foi constatado que o PAA foi considerado pelos agricultores como o melhor instrumento de comercialização disponível no município. Apesar dos riscos da comparação entre os diferentes estudos, pôde-se perceber que os agricultores atribuem valores com ampla margem de variação sobre o grau de importância desse canal de comercialização. No caso do Paraná, ele foi considerado o melhor instrumento. No caso da COOPOVEC, cerca de um terço dos agricultores considera-lhe o mais importante e no caso da COOPERSOL apenas 9% dos agricultores têm essa mesma avaliação.

Gráfico 31 - Nível de importância atribuído ao PAA pelos agricultores da COOPERSOL e da COOPOVEC



Fonte: dados da pesquisa, 2013 e 2014.

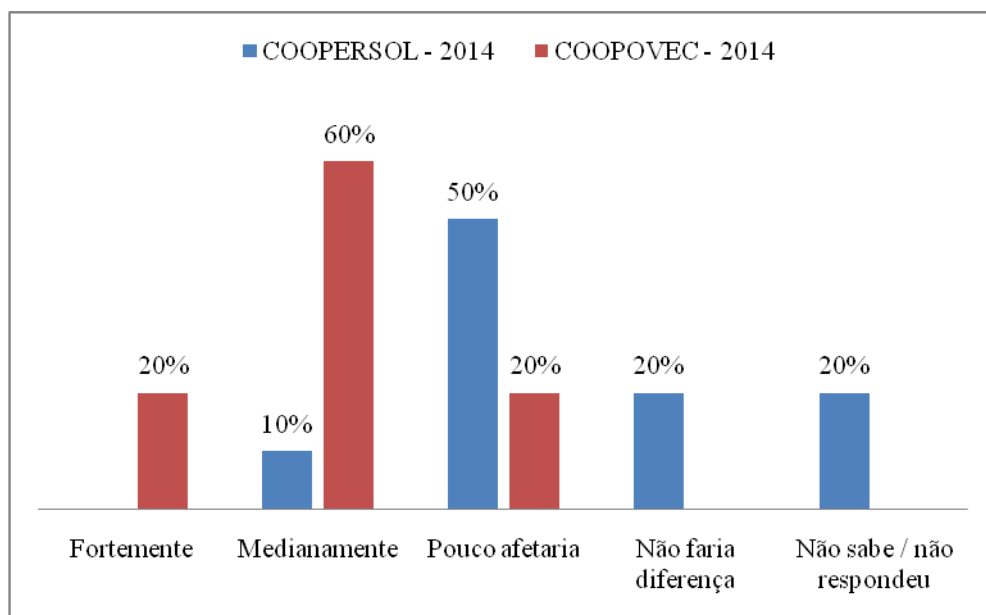
No Gráfico 32, tem-se a percepção dos agricultores sobre o nível de impacto que a ausência do PAA teria na renda das famílias²³. Se forem tomados os extremos, serão constadas diferenças bastante significativas, pois para 20% dos agricultores da COOPOVEC a ausência desse programa impactaria fortemente a renda das famílias e nesse mesmo patamar, no caso da COOPERSOL, ter-se-ão famílias que a ausência do programa não faria diferença. No campo intermediário também tem-se diferenças importantes. Enquanto que, para a maioria (60%) dos agricultores da COOPOVEC, a ausência do PAA impactaria medianamente a renda, para a COOPERSOL esse nível de impacto alcançaria apenas 10% dos agricultores. Para metade dos agricultores da COOPERSOL a ausência do programa pouco afetaria a renda dos agricultores e esse grau de impacto alcançaria 20% dos agricultores da COOPOVEC.

Juntando os níveis de impacto, atribuídos pelos agricultores, do Gráfico 37, pode-se ver que para os agricultores da COOPOVEC a ausência do PAA impactaria forte ou medianamente a renda de 80% dos agricultores, enquanto que para 70% dos agricultores da COOPERSOL essa ausência pouco afetaria ou não faria diferença. Isso revela que nos dois casos estudados os níveis de importância do PAA para a renda das famílias apresenta fortes

²³ É importante destacar que não propomos nesse estudo realizar o cálculo da renda dos agricultores para verificar a contribuição do PAA sobre essa variável. O que estamos considerando como renda é a percepção que os agricultores possuem, desde sua perspectiva, capacidade de cálculo e sensibilidade, sobre as variações de renda geradas pelo PAA. Consideramos relevantes essas percepções, mesmo sem um cálculo detalhado, por serem sinalizadoras de como os agricultores percebem a contribuição do PAA para a geração de renda.

variações, sendo mais expressivas no caso da COOPOVEC, onde os impactos seriam sensivelmente mais elevados.

Gráfico 32 - Percepção dos agricultores da COOPERSOL e da COOPOVEC sobre o nível de impacto na renda das famílias na eventual ausência do PAA - 2014



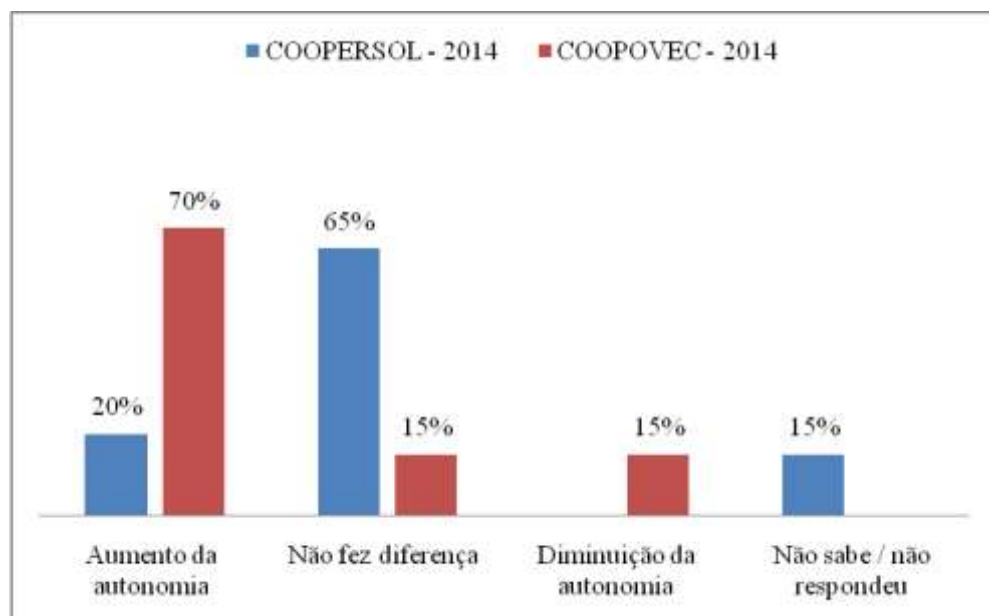
Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Sobre possíveis variações na autonomia comercial apresentou-se uma questão aos agricultores que procurava identificar se eles relacionavam essas variações com a entrada no PAA. No Gráfico 33 tem-se a síntese das observações. Para a resposta dessa pergunta a autonomia comercial foi apresentada como o controle, maior ou menor, que o agricultor possui no momento da comercialização de seus produtos, considerando toda a produção, de toda a propriedade e em todos os canais utilizados. Se maior o controle, maior a autonomia. Se menor o controle, menor a autonomia.

No Gráfico 33 pode-se observar que a grande maioria dos associados da COOPOVEC relaciona o ingresso no PAA com o aumento da sua autonomia comercial. Essa percepção provavelmente está associada à desvinculação e abandono da integração com as empresas fumageiras, que foi facilitada pelo ingresso no PAA. Para um grupo minoritário entrar no programa não fez diferença e para outro grupo isso gerou diminuição da autonomia. Ao que se percebeu nas atividades de campo, essa diminuição da autonomia é apontada pelos agricultores da COOPOVEC em função da obrigatoriedade da entrega de produtos que existe no PAA após a adesão do agricultor. No caso da COOPERSOL, para a maioria dos

agricultores o ingresso no programa não fez diferença para a autonomia comercial e para um quinto essa autonomia foi aumentada.

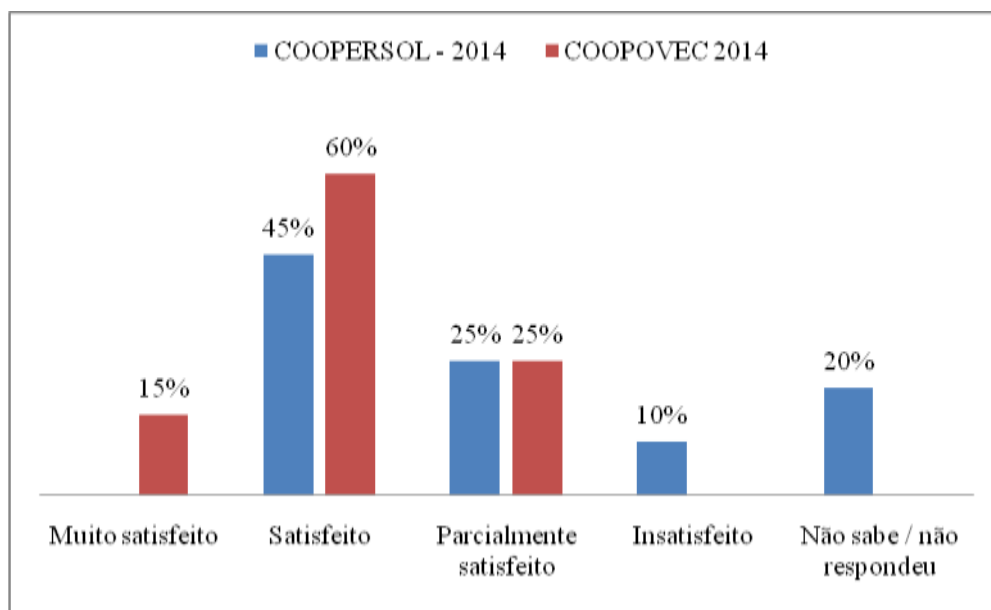
Gráfico 33 - Percepção dos agricultores em relação à variação em sua autonomia comercial após o ingresso no PAA: COOPERSOL e COOPOVEC - 2014



Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Uma das questões apresentadas aos agricultores buscava identificar o grau de satisfação deles com o programa. No Gráfico 34 pode-se perceber que um quarto dos associados de ambas as cooperativas estão parcialmente satisfeitos. No caso da COOPOVEC, a maioria dos agricultores se considera satisfeitos, enquanto que para a COOPERSOL cerca de metade dos agricultores tem essa mesma opinião. Quando observa-se os extremos do gráfico de satisfação importantes diferenças se evidenciam, pois 15% dos associados da COOPOVEC se consideram muito satisfeitos com o programa e, no caso da COOPERSOL, 10% dos agricultores estão insatisfeitos com o programa. Nenhum agricultor se declarou muito insatisfeito com o PAA, o que é um sinalizador importante da percepção dos agricultores sobre o programa.

Gráfico 34 - Grau de satisfação dos agricultores com o PAA: COOPERSOL e COOPOVEC - 2014



Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Os agricultores das cooperativas estudadas também foram questionados se recomendariam para outros agricultores familiares a participação no programa. No caso da COOPERSOL metade dos agricultores respondeu que “com certeza” recomendaria e no caso da COOPOVEC 75% dos consultados opinaram no mesmo sentido. Um quarto dos associados de ambas cooperativas respondeu que essa recomendação dependeria e estaria condicionada à situação específica de cada agricultor. Por fim, 5% dos agricultores da COOPERSOL responderam que “não recomendariam” para outros agricultores a participação no programa.

Em síntese, essa seção sobre a percepção dos agricultores aponta no sentido que o PAA cumpre papéis significativamente diferentes entre os agricultores das duas cooperativas estudadas. No caso da COOPERSOL ele parece cumprir uma função complementar aos demais canais já em uso, ocupando uma posição relativa de baixa importância. No caso da COOPOVEC ele passa ocupar um lugar de maior centralidade nas dinâmicas comerciais, representando importantes possibilidades de garantia de venda e obtenção de renda. Tanto é que para a maioria dos agricultores dessa cooperativa a ausência do PAA afetaria mediana ou fortemente a renda da família. Além disso, no caso da COOPOVEC observa-se que a maioria dos agricultores associam o ingresso no PAA com o aumento em sua autonomia comercial. Já os agricultores associados a COOPERSOL, em sua maioria, consideram que o ingresso no PAA não gerou alterações em sua autonomia comercial. Por fim, os diferentes significados que o PAA possui para os agricultores e os diferentes papéis desempenhados por ele nos

sistemas produtivos se expressa no maior grau de satisfação observado entre os Associados da COOPOVEC em relação aos da COOPERSOL.

6.2 Alterações gerais nas UP

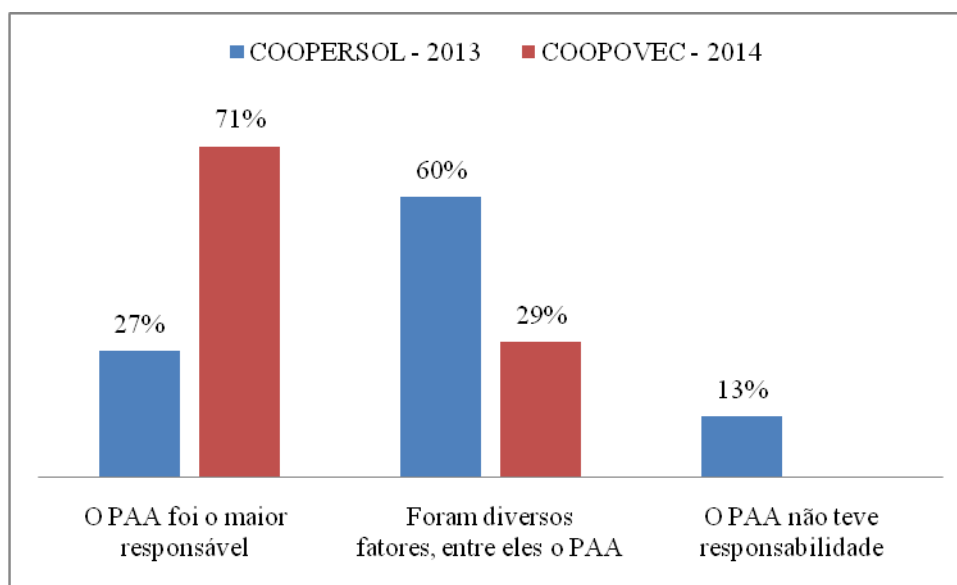
Nessa seção discutir-se-ão as mudanças de caráter mais geral ocorridas nas UP após o ingresso no PAA. Será dedicada atenção apenas às alterações que não estejam tão fortemente vinculadas a dinâmica que envolve diretamente os canais de comercialização. Todavia, são mudanças muito importantes para a totalidade do funcionamento das UP e a vida das famílias. Serão destacados possíveis vínculos entre a participação no PAA e alterações nas seguintes variáveis: área cultivada para venda e consumo familiar, incorporação tecnológica, busca de financiamento, contratação de força de trabalho externa e destino da produção em caso de dissolução do PAA.

No caso da COOPERSOL a entrada no PAA, segundo opinião dos agricultores entrevistados, gerou “aumento da área cultivada” para a venda em 65% dos casos. Nesse caso considera-se a área total cultivada para comercialização. No caso da COOPOVEC essa variação foi mais expressiva, pois para 90% dos casos consultados a entrada no PAA gerou “aumento da área cultivada” para a venda. Isso representa uma alteração importante no volume de produtos comercializados e provavelmente implica em aumento de renda para a maioria desses agricultores. Embora não tenha sido analisada especificamente a variável renda, acredita-se que a entrada no PAA e a variação positiva na área cultivada com produtos para a venda, sinalizem na mesma perspectiva que diversos outros estudos (CORADIN, NIEDERLE, 2012; GRISA et al., 2009; HOLANDA et al., 2013; OLIVEIRA et al., 2013; SALGADO et al., 2013) que associam a participação no PAA com o incremento na renda dos agricultores.

Por outro lado, para 10% dos agricultores da COOPOVEC a entrada no PAA não gerou aumento na área cultivada para a venda. No caso da COOPERSOL, para 35% dos agricultores “não houve alteração da área cultivada” para venda. Esse nível de alteração vem na mesma perspectiva apontada por Andrade et al. (2012), em estudo realizado com famílias assentadas em Araras SP, onde para cerca de um terço dos entrevistados não foram observadas alterações na área cultivada para venda após a entrada no PAA. Por fim, para nenhum dos agricultores consultados, nas duas cooperativas, houve “diminuição da área cultivada” para venda após o ingresso no PAA.

No Gráfico 35 pode-se observar a associação que os agricultores fazem entre a entrada no PAA e o aumento da área cultivada para venda. Os dados se referem aos casos onde ocorreu aumento após a entrada no PAA e busca evidenciar se esse aumento está associado ao PAA, ou não. No caso da COOPERSOL pode-se observar que, para 87% dos agricultores, a entrada no PAA se associa, seja com o fator principal, ou como mais um fator, com o aumento da área cultivada para venda. No caso dessa cooperativa, para 13% dos agricultores o aumento da área cultivada para venda não tem associação com o PAA. No caso da COOPOVEC todos os agricultores, onde houve aumento na área cultivada para venda após a entrada no PAA, associam positivamente a entrada no PAA, seja com o fator principal, ou como mais um fator, com o aumento da área cultivada para venda. Além disso, cabe destacar que, nesse caso, para 71% dos agricultores, o PAA se apresenta como o maior responsável por esse aumento na área cultivada para venda. Em conjunto esses dados evidenciam uma associação positiva entre o ingresso no programa e o aumento da área cultivada para comercialização.

Gráfico 35 - Contribuição do PAA no aumento da área cultivada para venda das famílias da COOPERSOL - 2013 e da COOPOVEC - 2014



Fonte: dados da pesquisa, 2013 e 2014.

Já em relação à área cultivada para o consumo da família, no caso dos associados da COOPERSOL, ocorreu “aumento da área cultivada” para 13% dos casos consultados. Para 87% “não houve alteração da área cultivada” e para nenhum houve “diminuição da área cultivada” para consumo da família. Nos casos em que ocorreu esse aumento, todos

consideraram que essa alteração se deu em função de “diversos fatores, entre eles o PAA” apontando, para uma contribuição positiva, ainda que para um grupo minoritário de agricultores, entre a participação no programa e o aumento da área cultivada para consumo familiar.

No caso da COOPOVEC, esse índice é mais expressivo, pois após a entrada no PAA ocorreu “aumento da área cultivada” para o consumo da família em 32% dos casos consultados. Para 68% “não houve alteração da área cultivada” e para nenhum houve “diminuição da área cultivada” para consumo da família. Nos casos em que ocorreu esse aumento, 83% dos agricultores consideraram que o “PAA foi o maior responsável” e 17% consideraram que essa alteração ocorreu em função de “diversos fatores, entre eles o PAA”. Isso aponta para uma contribuição positiva e significativa entre a participação no programa e o aumento da área cultivada para consumo familiar.

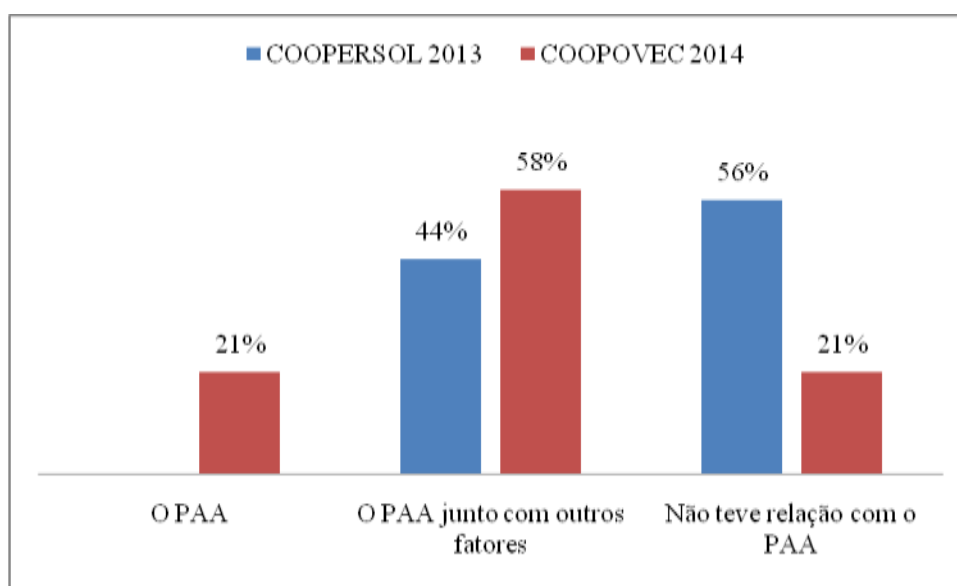
A participação no PAA e o aumento da área cultivada também é apontada por Grisa et al. (2009), embora não seja especificado a finalidade desse cultivo, se para venda ou consumo familiar. Cabe destacar, em termos de segurança alimentar isso é muito importante, que em nenhum dos casos observados, tanto da COOPERSOL, como da COOPOVEC, o ingresso no programa se associa com a redução da área cultivada para o consumo das próprias famílias.

Em relação à incorporação tecnológica observa-se que, no caso da COOPOVEC, de 65% das UP que atualmente fazem uso da irrigação, praticamente metade delas (54%) iniciaram o uso, ou passaram a usar essa técnica em função do ingresso no PAA. No caso da produção de hortaliças o uso regular e estruturado de irrigação é um diferencial produtivo importante, sobretudo para a produção comercial, em função da maior segurança do processo e de incrementos na produtividade. No caso da COOPERSOL não se observou essa associação entre a participação no PAA e aumento no uso da irrigação, pois todos os agricultores que utilizam irrigação já usavam essa técnica antes do ingresso no PAA.

No ano de 2012 – 2013 (até outubro), no caso da COOPERSOL, 78% das famílias tomaram empréstimo ou algum financiamento público. Desses agricultores que obtiveram financiamento, 88% acessaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e 22% acessaram o Programa Mais Alimentos. No caso da COOPOVEC, nos anos de 2013 - 2014 (até outubro), tem-se que 70% das UP tomaram empréstimo ou algum financiamento público. Assim, entre as cooperativas não tem-se diferenças muito significativas no nível de uso de financiamento. No caso dos agricultores da COOPOVEC que obtiveram financiamento, 71% foi via PRONAF, 50% acessou o Programa Mais Alimentos,

14% acessou crédito emergencial e 7% acessou o Programa Mais Leite, Mais Renda²⁴. O PRONAF é a linha de crédito mais acessada e, no caso da COOPOVEC, o “Mais Alimentos” também ganha destaque, pois metade dos agricultores utilizaram essa fonte de financiamento. No Gráfico 41 apresentam-se os dados sobre o principal motivo para a busca de financiamento das atividades produtivas e as possíveis vinculações disso com PAA.

Gráfico 36 - Relação entre o PAA e o principal motivo para buscar financiamento público conforme declaração das famílias da COOPERSOL - 2013 e da COOPOVEC - 2014



Fonte: dados da pesquisa, 2013 e 2014.

Destaca-se na figura anterior o dado que para, aproximadamente, metade dos agricultores, de ambas as cooperativas, o PAA junto com outros fatores, servir como elemento motivador para a tomada de financiamento. Por outro lado, para a outra parte dos agricultores da COOPERSOL e para um quinto dos agricultores da COOPOVEC a tomada de financiamento não esteve relacionada ao PAA. No caso dos agricultores da COOPERSOL, possivelmente esse índice alcança essa magnitude em função de se tratar de agricultores mais estruturados produtivamente e com maior tempo de experiência e articulação com outros canais de comercialização, desde antes do PAA.

Ainda sobre a relação entre o PAA e a tomada de financiamento, no caso da COOPOVEC, destaca-se a informação de que para cerca de um quinto dos agricultores o PAA é apontado como o principal fator que motivou a tomada de financiamento. Isso evidencia a relevância do PAA como fator indutor da tomada de empréstimos e a realização

²⁴ Trata-se de programa desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Porto Vera Cruz, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. O objetivo é estimular a qualificação da produção leiteira com disponibilização de capacitação e outros serviços e incentivos.

de investimentos produtivos para esse grupo de agricultores. Possivelmente essa associação se dá em função da atividade produtiva de hortifrutigranjeiros ter sido sensivelmente impulsionada pelo PAA, estimulando e exigindo investimentos produtivos para a estruturação e qualificação produtiva. No caso da COOPOVEC, como pode-se observar no Gráfico 41, ao juntarem-se as categorias “o PAA” “o PAA junto com outros fatores”, evidencia-se que para 79% dos agricultores o PAA é associado positivamente à busca de financiamento para as atividades produtivas, seja como o fator principal, ou junto com outros fatores.

Por outro lado, no caso da COOPERSOL, nenhum agricultor aponta o PAA como o principal fator motivador para a tomada de financiamento. Em conjunto essas informações evidenciam que em relação a esse quesito o PAA parece cumprir papéis diferenciados. Para alguns agricultores, no caso estudado, os menos estruturados produtivamente para os produtos demandados pelo PAA, ele atua como impulsionador da tomada de financiamento, mas não desempenha o mesmo papel em outro grupo, no caso estudado, para agricultores já estruturados produtivamente e que já vendiam, antes do PAA, em outros canais de comercialização, os produtos demandados pelo PAA.

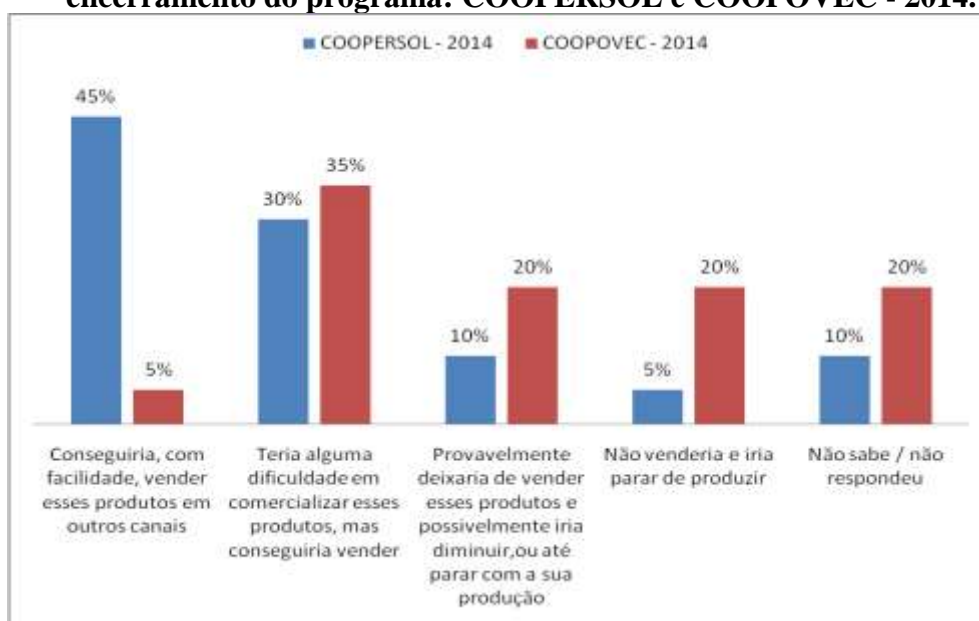
Antes do PAA 74% das UP dos associados da COOPERSOL não contratavam pessoas de fora da propriedade para atividades agrícolas. Destas, 6% passaram a contratar “apenas eventualmente” pessoas de fora da propriedade para atividades agrícolas após a entrada no PAA. Nas outras UP (26%), em que eram contratadas pessoas de fora da propriedade para atividades agrícolas antes do PAA, após a entrada no PAA, ocorreu aumento dessas contratações em 50% delas.

Das famílias associadas à COOPOVEC, antes do PAA, 70% não contratavam pessoas de fora da propriedade para atividades agrícolas. Destas, 14% passaram a contratar “apenas eventualmente” pessoas de fora da propriedade para atividades agrícolas após a entrada no PAA. Nas outras UP (30%), em que eram contratadas pessoas de fora da propriedade para atividades agrícolas antes do PAA, em nenhum caso ocorreu aumento nessas contratações. Assim, em ambos os casos estudados, observa-se que a contribuição do PAA para o aumento da demanda por trabalho externo as UP é pouco significativa, revelando que, o eventual aumento da demanda por trabalho gerado pelo ingresso no PAA, parece ser suprido pela oferta de trabalho interna a própria UP.

Por fim, também apresentou-se uma questão aos agricultores procurando identificar o que eles fariam com os produtos produzidos para serem entregues no PAA em caso de ocorrer alguma eventualidade que gerasse o encerramento do programa. No Gráfico 42 tem-se os

resultados e nele pode-se ver que cerca de metade dos agricultores da COOPERSOL não teriam dificuldades em recolocar e vender esses produtos em outros canais. Aproximadamente um terço dos agricultores dessa cooperativa teria alguma dificuldade em vender esses produtos, mas conseguiriam vendê-los e um grupo menor provavelmente não venderia, ou acredita que efetivamente não venderia e possível ou decididamente iria interromper a produção.

Gráfico 42: Destino dos produtos produzidos para o PAA em caso de eventual encerramento do programa: COOPERSOL e COOPOVEC - 2014.



Fonte: dados da pesquisa, 2014.

No caso da COOPOVEC as dificuldades de recolocação desses produtos em outros canais são mais evidentes, pois apenas a fração minoritária conseguiu fazer isso com facilidade. Um terço dos agricultores acredita que teria dificuldades em vender esses produtos, mas conseguiria fazê-lo. Por outro lado, ao agruparem-se as duas últimas categorias, temos que 40% dos agricultores dessa cooperativa acreditam que provavelmente não venderia, ou que, efetivamente não venderia e possível ou decididamente iria interromper a produção.

Em síntese, argumenta-se nessa seção que, nas duas cooperativas estudadas, o PAA se associa positivamente com a ampliação da área total cultivada pelos agricultores para venda. Todavia esse aumento é mais expressivo para o caso do COOPOVEC, onde, além desse aumento ser observado para a grande maioria das UP, a principal razão dessa ampliação é, segundo opinião dos agricultores, o ingresso no PAA. No caso da COOPERSOL, para cerca

de um terço dos agricultores não ocorre alteração na área cultivada para venda após o ingresso no PAA. Considera-se importante destacar que em nenhum caso observou-se a diminuição da área cultivada para venda e também em nenhum caso observou-se redução na área cultivada para consumo da família. Isso revela uma associação positiva entre o PAA e a produção de alimentos para o consumo da família, pois em nenhum caso observa-se que o ingresso no programa implicou na redução da área total cultivada para a alimentação familiar. No caso da COOPOVEC, também é importante destacar, que para cerca de um terço dos agricultores o ingresso no PAA se associa positivamente com o aumento da área cultivada para consumo familiar, sendo esse programa considerado pela maioria desses agricultores como o maior responsável por esse aumento.

Além disso, no caso da COOPOVEC o PAA também contribui para a incorporação tecnológica, notadamente o uso de irrigação, o que não se observa no caso da COOPERSOL. Considera-se que essa diferença ocorre em função da reestruturação produtiva gerada pela inserção dos agricultores da COOPOVEC no PAA. No caso da COOPERSOL isso não se observa em função dos produtos destinados ao PAA serem os que já eram produzidos nas UP antes do ingresso no programa. Em relação ao financiamento das atividades agrícolas o que se observa é que a maioria dos agricultores são tomadores de crédito agrícola, principalmente do PRONAF e do Programa Mais Alimentos. No caso das duas cooperativas, para aproximadamente metade dos agricultores, o PAA é apontado junto com outros fatores como motivo para a busca de financiamento. Por outro lado, no caso do crédito, mais uma vez se evidencia as diferentes implicações que o ingresso no PAA representou para os agricultores das duas cooperativas. No caso da COOPOVEC o PAA é apontado como o principal motivo para a busca desses financiamentos para cerca de um quinto dos agricultores, enquanto que no caso da COOPERSOL a busca de financiamento não tem associação com o PAA para cerca de metade dos agricultores.

No caso da destinação dos produtos produzidos para serem comercializados através do PAA, em caso de solvência desse programa, também revela, como mostrou-se nesta seção, os diferentes papéis desempenhados pelo programa nos diferentes sistemas produtivos dos agricultores das duas cooperativas. Pode-se argumentar, em termos de síntese geral, que os agricultores da COOPERSOL, em função dos estilos de agricultura desenvolvidos, possuem maior capacidade de realocação comercial de seus produtos, revelando um grau menor de dependência em relação ao próprio PAA. No caso da COOPOVEC, tem uma situação bastante distinta. Pode-se argumentar em termos de síntese geral, que nesse caso se observou

um maior grau de dependência comercial em relação ao próprio PAA, em função da menor capacidade de realocação comercial da produção em caso de solvência do programa.

6.3 Participação no PAA e a dinâmica de comercialização

Nesta seção apresentar-se-ão mais detidamente as observações de campo relacionadas à inserção no PAA e alterações verificadas na dinâmica de comercialização dos agricultores, procurando verificar possíveis vinculações entre os dois processos. Ela fornecerá os dados fundamentais para responder às questões e hipóteses de nosso estudo.

Inicia-se analisando o número médio de canais de comercialização utilizados. No caso da COOPERSOL tem-se que os agricultores usavam em média 4,2 canais de comercialização antes do PAA. Essa média passou para 4,8 após o ingresso no PAA, representando um incremento de 14% no número médio de canais utilizados por cada agricultor. No caso da COOPOVEC a média foi de 4,7 canais, antes do PAA, para 5, após o ingresso no PAA. A taxa de crescimento foi de 6%.

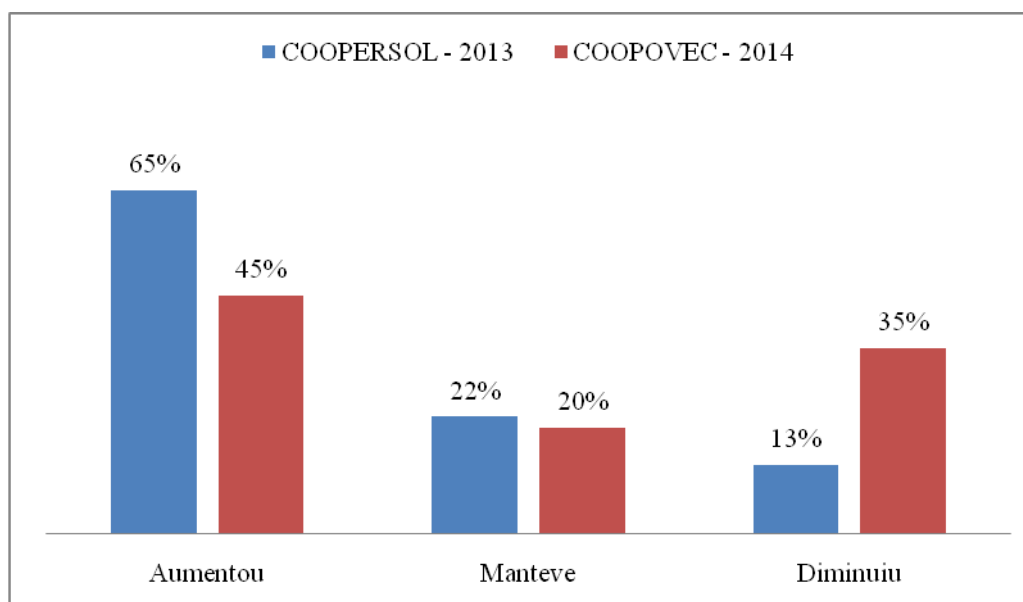
Acredita-se que, no caso da COOPOVEC, a taxa de crescimento tenha sido menor em função de reorganização interna da dinâmica comercial e produtiva das UP, ficando evidente, como ver-se-á mais adiante, forte abandono do cultivo e venda de fumo e também redução das vendas para agroindústrias. No caso da COOPERSOL acredita-se que o incremento foi maior em função de não ocorrer substituição, ou abandono de outros canais após o ingresso no PAA, sendo que esse programa se agrega aos demais canais em uso, como “mais um canal”. Cabe lembrar que no caso dessa cooperativa, para praticamente 40% dos associados, como mostra-se na Seção 6.1, o principal motivo de ingresso no programa foi a incorporação de “mais um” canal de comercialização.

No caso da COOPOVEC observou-se, antes do PAA, o uso mínimo de 2 e máximo de 7 canais de comercialização entre os agricultores. Depois do PAA o mínimo foi 1 e o máximo 7. No caso da COOPERSOL a faixa de variação de número de canais usados, antes do PAA, foi de 1 a 7 e, depois do PAA, o mínimo foi 2 e o máximo 7. Portanto, no caso das duas cooperativas não houve alterações significativas tanto na média de canais utilizados como na faixa mínima e máxima de número de canais utilizados. Em ambos os casos constata-se que cerca de 60% dos agricultores utilizam de 4 a 6 canais de comercialização, tanto antes como depois do PAA, sendo essa a faixa de número de canais mais densamente utilizada.

A comparação entre o número total de canais de comercialização utilizados antes da participação no PAA e o número total de canais utilizados após o ingresso no programa,

sendo esse incluído nessa contagem, permitiu verificar o número de casos em que houve aumento²⁵, manutenção²⁶ ou diminuição no número total de canais de comercialização utilizados pelos agricultores da COOPERSOL e da COOPOVEC. Os dados relativos são apresentados no Gráfico 37.

Gráfico 37 - Tipo de variação no número total de canais de comercialização utilizados após a entrada no PAA pelos agricultores da COOPERSOL – 2013 e da COOPOVEC - 2014



Fonte: dados da pesquisa, 2013 e 2014.

Segundo Grisa et al. (2009) o ingresso no PAA tem contribuído para o fortalecimento ou criação de novos mercados para os agricultores familiares, possibilitando o aumento do número de canais de comercialização utilizados. Essa mesma tendência, conforme o Gráfico 43 pode ser observado no caso da COOPERSOL, em que ocorreu aumento no número total de canais utilizados para a maioria dos agricultores. Por outro lado, no caso dessa cooperativa, para um grupo menor (13%) de agricultores ocorreu diminuição no número total de canais de comercialização utilizados. Isso significa que, após o ingresso no PAA, ao menos dois outros canais de comercialização tiveram seu uso interrompido.

No caso da COOPOVEC observa-se que houve aumento no número de canais de comercialização utilizados para cerca de metade dos agricultores, após o ingresso no PAA.

²⁵ Quando o número total de canais utilizados pelo agricultor após o ingresso no PAA for superior ao número total de canais utilizados antes do ingresso no PAA.

²⁶ Quando o número total de canais utilizados pelo agricultor antes e após o ingresso no PAA for igual. Para isso ocorrer, o agricultor terá que, necessariamente, interromper o uso de um canal após o ingresso no PAA. Se interromper o uso de dois ou mais canais, ocorrerá diminuição no número total de canais utilizados.

Por outro lado, para essa cooperativa observa-se que para cerca de um terço (35%) dos agricultores ocorreu diminuição nesse número. Ao juntarmos os casos em que se observou diminuição (35%), com manutenção (20%) no número total de canais utilizados, teremos que para cerca de metade dos agricultores dessa cooperativa o ingresso no PAA não se associa com o aumento do número total de canais utilizados. Ou seja, no caso da COOPOVEC, o ingresso no PAA se associa com o aumento no número de canais de comercialização utilizados para metade dos agricultores e para outra metade isso não se observa.

Uma das variáveis observadas no presente estudo foi a taxa relativa de uso dos distintos canais de comercialização. Trata-se da taxa relativa de uso pelos agricultores de cada um dos canais, considerando o uso antes e depois do ingresso no PAA, ou seja, quantos agricultores utilizavam cada um dos referidos canais, antes de entrar no PAA, e quantos seguiram utilizando esse canal após o ingresso no programa. Será adicionado nessa análise a variável pretensão dos agricultores de uso futuro do canal. Ou seja, quantos agricultores pretendem, ou não pretendem usar, no futuro, o referido canal. Acredita-se que ela nos fornece uma perspectiva das pretensões futuras dos agricultores, o que é um sinalizador interessante a ser considerado.

No caso da COOPERSOL, os dados revelam que não ocorreram alterações na taxa de uso de três canais de comercialização, ou seja, o número de agricultores que utilizavam esses canais antes e depois do PAA foi o mesmo, sendo eles: para agroindústrias (leite ou grãos – milho, soja, trigo), que se manteve em 61%; a venda em feiras, que ficou em 52%; e as entregas feitas em hospitais, que ficou em 4%. Em relação ao uso de canais de comercialização através da integração dos agricultores com empresas (suínos, aves e fumo), constatou-se que nenhum agricultor utilizava esses canais antes e nem depois de iniciar sua participação no PAA. Ao considerar as perspectivas de uso futuro desses canais, não se observam variações para o caso da feira e da entrega em hospitais. No caso da entrega para agroindústrias observa-se uma pequena variação negativa, sendo que no futuro 56% dos consultados pretendem utilizar esse canal.

Ainda no caso da COOPERSOL, agora considerando os canais onde foram observadas variações na taxa relativa de uso de cada canal, antes e depois do PAA, tem-se os resultados na Tabela 2. Nesta tabela pode-se observar que ocorreram variações negativas, após a entrada no PAA, no uso dos seguintes canais de comercialização: outros mercados; entrega na casa de consumidores; para atravessadores – na propriedade; para consumidores na propriedade;

ponto de venda UNICOOPER – mercado da COOPERSOL. Essa tabela também apresenta os dados da pretensão de uso futuro de cada canal.

Tabela 2 - Taxa de uso de canais de comercialização antes do PAA, com o PAA e pretensão de uso futuro, onde ocorreram alterações negativas nessas taxas antes e depois da entrada no PAA – COOPOERSOL, 2013

Canais de comercialização	Antes do PAA	Com o PAA	Usar no futuro
Outros mercados	78%	70%	61%
Entrega na casa de consumidores	48%	39%	35%
Para atravessadores – na propriedade	43%	26%	17%
Para consumidores na propriedade	39%	35%	35%
Ponto venda UNICOOPER - mercado COOPERSOL	39%	30%	35%

Fonte: dados da pesquisa, 2013.

Ao observar-se a tendência geral de variação desses canais, tem-se que a venda para consumidores na propriedade apresenta uma pequena variação negativa. Esse decréscimo é um pouco mais acentuado no caso da venda em outros mercados, venda no ponto da UNICOOPER e entrega na casa de consumidores. A variação é bem mais expressiva no caso da venda para atravessadores na propriedade, onde passa de uma taxa de uso de 43% antes do PAA, para 26% com o PAA e apresenta uma taxa de pretensão de uso futuro de 17%. Neste caso, tem-se um canal em forte decréscimo de uso.

Em relação à perspectiva futura tem-se uma tendência decrescente de uso dos seguintes canais: outros mercados; entrega na casa de consumidores; e para atravessadores. A venda para consumidores na propriedade não apresenta variação entre o uso com o PAA e a pretensão futura, sendo um canal com certa estabilidade. A venda no mercado da UNICOOPER também apresenta certa estabilidade, pois tem elevação da pretensão de uso futuro, mas mesmo com esse aumento se mantém inferior ao patamar de uso de antes do PAA.

Para os agricultores da COOPERSOL o PNAE foi o único canal de comercialização que apresentou variação positiva, ou seja, aumento de agricultores que utilizam esse canal após a entrada no PAA. Antes do PAA 52% dos agricultores consultados utilizavam esse canal e, após o ingresso no PAA, 61% dos agricultores passaram a utilizar o PNAE, revelando um movimento de pequeno incremento na taxa de uso. A perspectiva futura de uso desse canal se mantém no mesmo patamar, ou seja, 61% dos agricultores declararam que pretendem seguir trabalhando com ele no futuro.

Em relação à taxa de uso dos diversos canais, para o caso da COOPOVEC, observa-se que não ocorreu alteração na taxa relativa de uso de apenas um canal de comercialização, que

foi a “venda para vizinhos no interior”. Esse canal era utilizado por 10% dos agricultores antes do ingresso no PAA e seguiu nesse mesmo patamar após o início da participação nesse programa. No futuro, 5% dos agricultores pretendem seguir usando esse canal.

Na tabela que segue apresenta-se a taxa relativa de uso, pelas famílias da COOPOVEC, dos distintos canais de comercialização, antes do PAA, com o PAA e a pretensão de uso futuro. Nesta tabela apresentam-se os canais onde foram observadas variações positivas na taxa relativa de uso de cada canal, antes do PAA e com o PAA. Ou seja, onde, após o ingresso no PAA, mais agricultores passaram a utilizar o referido canal.

Na Tabela 3 pode-se ver que a taxa de uso antes do PAA e com o PAA apresentou crescimento mais expressivo para os seguintes canais: feira, eventos ou festas e PNAE. O uso desses canais dobrou no período referido. A perspectiva de uso futuro se mantém estável para eventos ou festas e apresenta redução para feira e PNAE. Para os canais venda para consumidores na propriedade e outros mercados têm-se certa estabilidade ao considerar a taxa de uso do período antes do PAA, com o PAA e perspectiva futura de uso de cada canal. Interessante observar que, a exceção do canal eventos ou festas, todos os demais apresentam tendência de queda na taxa de uso ao ser considerado o período com o PAA e a pretensão futura.

Tabela 3 - Taxa de uso de canais de comercialização antes do PAA, com o PAA e pretensão de uso futuro, onde ocorreram alterações positivas nessas taxas antes e depois da entrada no PAA – COOPOVEC, 2014

Canais de comercialização	Antes do PAA	Com o PAA	Usar no futuro
Para consumidores na propriedade	65%	70%	60%
Outros mercados	45%	55%	45%
Feira	25%	55%	50%
Eventos ou festas	10%	20%	20%
PNAE	10%	25%	15%

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Já na Tabela 4 tem-se os casos dos canais onde ocorreram variações negativas no uso dos respectivos canais, antes e depois do ingresso no PAA, por associados da COOPOVEC. Nesta tabela também se apresentam os dados de pretensão futura de uso desses canais. Nela pode-se observar uma pequena redução no uso do canal de venda para atravessadores na propriedade antes do PAA e com o PAA, permanecendo, no caso da pretensão de uso futuro, nesse mesmo nível. Nos outros canais têm-se mudanças mais significativas.

Tabela 4 - Canais de comercialização utilizados pelos agricultores antes e depois do PAA e taxas relativas de uso de cada canal onde ocorreu variação negativa – COOPOVEC, 2014

Canais de comercialização	Antes do PAA	Com o PAA	Usar no futuro
Para agroindústrias (leite ou grãos – soja, milho, trigo)	80%	40%	25%
Integração com empresas (fumo)	75%	10%	0%
Para atravessadores – na propriedade	65%	60%	60%
Entrega na casa de consumidores	60%	55%	35%
Ponto de venda UNICOOPOER - mercado COOPERSOL	25%	5%	5%

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

A mudança mais substantiva é observada na taxa de uso do canal integração com empresas. No caso da COOPOVEC todos os casos consultados se referem à integração com empresas produtoras de fumo. Nesse canal observa-se um forte decréscimo na taxa de uso entre o período antes do PAA e com o PAA. Se considerar a perspectiva de uso futuro desse canal tem-se um decréscimo de 100%. Ou seja, além de ter diminuída significativamente o uso desse canal após os agricultores se inserirem no PAA, entre os que continuaram vendendo fumo após a entrada no PAA, nenhum agricultor pretende continuar trabalhando com esse canal no futuro.

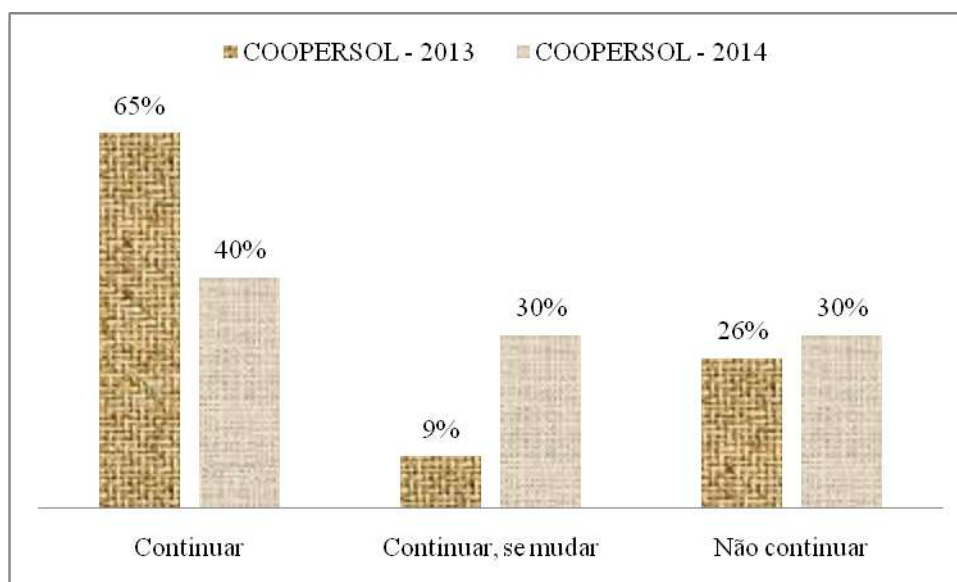
Certa semelhança de tendência é observada em relação à venda para agroindústrias, no caso da COOPOVEC, notadamente a venda de leite e grãos (soja e milho). Observa-se uma queda de 50% entre o período anterior ao ingresso no PAA e o período em que os agricultores participam do programa. Todavia, no caso desse canal, um quarto dos agricultores pretende futuramente seguir utilizando esse canal.

A venda de produtos na casa de consumidores tem uma pequena redução após o ingresso no PAA, mas tem uma redução mais significativa em relação às pretensões futuras dos agricultores usarem esse canal. Segundo as opiniões coletadas, cerca de um terço dos agricultores pretendem futuramente seguir usando esse canal de venda, o que representa quase metade dos agricultores que usavam esse canal antes do ingresso no PAA. O ponto de venda da UNICOOPER também sofre uma redução de uso significativa após a entrada no PAA. Cerca de um quarto dos agricultores usavam esse canal antes do ingresso no PAA. Após o ingresso nesse programa apenas 5% dos agricultores seguiram usando. Essa taxa se mantém igual quando considera-se a pretensão de uso futuro desse canal.

No Gráfico 38 tem-se as informações referentes às pretensões de uso futuro dos agricultores da COOPERSOL especificamente em relação ao PAA, nos anos de 2013 e 2014. No primeiro ano, a maioria dos agricultores declarou pretender continuar participando do

programa sem nenhum tipo de condicionamento. Por outro lado, nesse primeiro ano, um quarto dos agricultores declararam não pretender seguir usando esse canal e 9% condicionaram à continuidade a melhoria dos preços praticados pelo programa. Já no ano de 2014, ocorre uma queda significativa entre os agricultores que afirmaram pretender seguir participando do programa, alcançando 40% dos consultados. Já 30% declararam não pretender seguir usando esse canal, revelando um pequeno aumento na pretensão de abandono do canal em relação ao ano anterior. Por outro lado, considerando os que condicionam a continuidade futura a mudanças no programa, principalmente em relação aos preços ofertados, mas também aos prazos de pagamento e momento de entrega dos produtos, tem-se crescimento significativo, pois cerca de um terço dos agricultores fizeram essa afirmação nesse segundo ano de coleta de dados. Juntos, nesse segundo ano, os que declaradamente não pretendem seguir no programa, mais os que condicionam a participação futura a mudanças na sua operação, esses dois grupos representam dois terços dos agricultores da COOPERSOL. Isso evidencia um cenário pouco favorável à manutenção do programa em caso de não ocorrerem mudanças.

Gráfico 38 - Pretensão futura dos associados da COOPERSOL, em 2013 e 2014, de continuar, ou não continuar participando do PAA



Fonte: dados da pesquisa, 2013 e 2014.

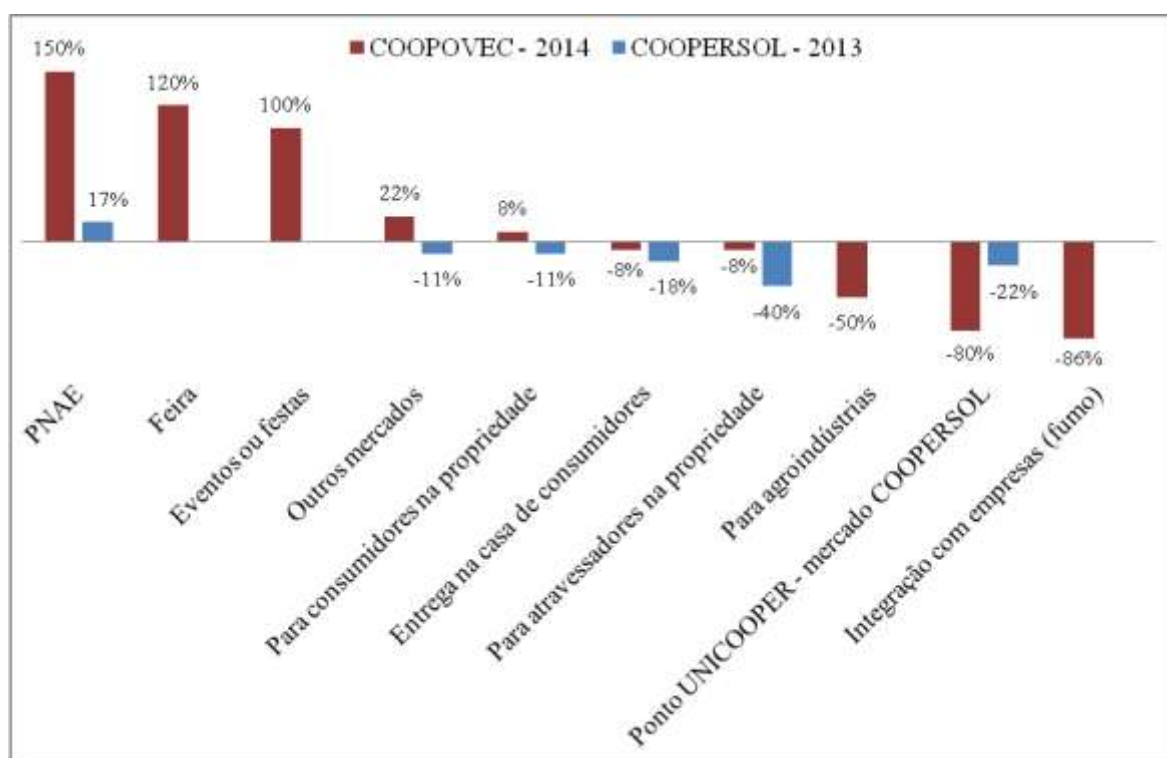
Em relação à pretensão futura de continuar participando do PAA, no caso da COOPOVEC, tem-se um panorama bastante distinto, já que todos os agricultores consultados em 2014 declararam que pretendem futuramente manter a participação no referido programa. Isso expressa uma consistente adesão desses agricultores a essa política pública e também

expressa a forma distinta que o PAA se insere nos sistemas produtivos dos agricultores das duas cooperativas estudadas.

No Gráfico 39 apresentam-se as informações comparativas da taxa relativa de variação do nível de uso de todos os canais considerados na pesquisa, antes e após a entrada no PAA, para cada uma das cooperativas, considerando o ano de 2013 para a COOPERSOL e 2014 para a COOPOVEC. Essa variável expressa o tipo de mudança, se positiva ou negativa e a magnitude da mudança no nível de uso de cada canal. Com ela pode-se verificar mais claramente como varia o nível de uso dos canais de comercialização após o ingresso no PAA.

No caso das entregas de produtos feitas em hospitais (como vimos, realizada por 4% dos agricultores da COOPERSOL, tanto antes como depois do ingresso no PAA) e da venda para vizinhos no interior (feita por 10% dos agricultores da COOPOVEC, tanto antes como depois do ingresso no PAA) não observa-se alteração na taxa de uso desses canais. Portanto, nesses casos, a taxa de crescimento foi zero, razão pela qual preferimos não incluí-los na figura que segue, para maior clareza na apreciação dos demais dados.

Gráfico 39 - Taxa de crescimento no uso dos canais de comercialização antes e após o ingresso no PAA - COOPERSOL 2013 e COOPOVEC 2014



Fonte: dados da pesquisa, 2013 e 2014.

As taxas de crescimento positivas e mais expressivas foram observadas nos canais PNAE, feira e eventos ou festas, todas entre os associados da COOPOVEC, sendo

respectivamente de 150%, 120% e 100%. Portanto, para esses três canais, no caso da COOPOVEC, tem-se uma associação entre a entrada no PAA e o crescimento bastante significativo no uso desses canais. No caso da COOPERSOL não se observam agricultores que fazem entregas em eventos ou festas e entre os que participam de feiras não houve variação no nível de uso desse canal, como viu-se anteriormente.

O caso do PNAE é o único canal, de todos os que foram considerados neste estudo, em que se observou variação positiva no uso desse canal nas duas cooperativas estudadas, sendo bem mais expressivo esse crescimento entre os agricultores da COOPOVEC. Portanto, ao que pôde-se perceber o uso desse canal de comercialização se associa sinergicamente com o ingresso no PAA, ainda que em níveis bem distintos entre as duas cooperativas.

Já em relação à venda em outros mercados e para consumidores na propriedade também se observa no Gráfico 39 taxas de crescimento positivas entre os associados da COOPOVEC, sendo de 22% e 8%, respectivamente. Todavia, para esses mesmos canais, no caso da COOPERSOL, observa-se taxa de crescimento negativa, na ordem de 11%. Portanto, para esses dois canais, o ingresso no PAA se associa de forma diferente nos dois casos estudados, observando-se aumento no uso dos canais, no caso da COOPOVEC, e diminuição no uso dos canais, no caso da COOPERSOL.

Para as entregas nas casas dos consumidores e vendas para atravessadores na propriedade, no caso da COOPOVEC, observa-se redução de 8% para ambos. No caso da COOPERSOL, o primeiro canal teve redução de 18% e o segundo, de forma mais significativa, teve redução de 40%. Portanto, nas duas cooperativas estudadas, o ingresso no PAA, ainda que com taxas distintas, se associa negativamente ao uso desses dois canais.

No caso dos canais entrega para agroindústrias (leite ou grãos – milho, soja, trigo) e a venda para empresas integradoras, notadamente de fumo, no caso específico da COOPOVEC, tem-se taxas de redução bastante expressivas. No caso da venda para agroindústrias, que era usada por 80% dos agricultores antes do PAA, ocorre uma redução na ordem de 50% após o ingresso no PAA. No caso da venda para empresas integradoras, que era usado por 75% dos agricultores antes do PAA, ocorre redução de 86% após o ingresso no PAA. Isso significa que eram dois canais usados pela maioria dos agricultores associados da COOPOVEC, que tiveram sensível redução em seu uso após o ingresso dos agricultores no PAA, revelando, nesse caso, uma associação negativa.

Entre os associados da COOPERSOL nenhum utilizava o canal integração com empresas, nem antes e ou depois do ingresso no PAA. No caso da venda para agroindústrias,

utilizada por 61% dos agricultores da COOPERSOL antes do ingresso no PAA, não ocorreu variação no nível desse uso após o ingresso dos agricultores no programa. Portanto, no caso da COOPERSOL, o ingresso no PAA não se associa a alterações no nível de uso do canal entregas para agroindústrias.

Por fim, em relação ao canal ponto de venda da UNICOOPER – mercado da COOPERSOL observa-se que, após o ingresso dos agricultores no PAA, ocorreu variação negativa em seu uso, entre os associados das duas cooperativas. No caso da COOPOVEC, observou-se taxa de redução de 80% no uso desse canal, que era usado por 25% dos agricultores antes do PAA, representando uma redução bastante significativa após o ingresso dos agricultores no programa. Esse canal segue sendo usado apenas por 5% dos agricultores da COOPOVEC, estando esse baixo índice associado à forma de ocupação desse canal, que é individualizada e aos altos custos de transporte da produção, que saem do município de Porto Vera Cruz e precisam ser levados até a cidade de Santa Rosa. Além disso, o pagamento não é a vista e em caso de não vender os produtos eles são devolvidos aos agricultores. No caso dos associados da COOPERSOL, ocorre redução a uma taxa de 22% no uso desse canal, mas ainda assim cerca de um terço dos associados seguem usando-o após o ingresso no PAA.

Em síntese, nesta seção consideramos os dados relativos as variações observadas nas taxas de uso dos diversos canais de comercialização considerados nesse estudo. Na seção seguinte vamos retomar a apreciação desses dados, organizando-os de forma distinta, para permitir uma análise mais qualitativa da relação entre as variações nas taxas de uso desses canais, observadas após o ingresso no PAA e a autonomia comercial dos agricultores.

6.4 Participação no PAA e autonomia comercial

Resgata-se, de forma esquemática no quadro que segue, o argumento de classificação dos canais por nível apresentado na Seção 2.3 deste trabalho. Além disso, adiciona-se no quadro uma coluna que vincula os diferentes níveis dos canais com a maior ou menor autonomia comercial dos agricultores, também em conformidade com a argumentação da referida seção. Em síntese e em termos operacionais, argumenta-se que os canais N0 são aqueles em que os agricultores possuem maior poder e controle no processo de comercialização da sua produção, por isso considera-se com autonomia alta. À medida que se avança para N1 e $N \geq 2$ esse poder e controle dos agricultores vai diminuindo, por isso considera-se que sua autonomia passa para média e baixa respectivamente.

Quadro 2 - Classificação dos canais por nível e vinculação com diferentes graus de autonomia comercial dos agricultores

NIVEL	CANAIS	AUTONOMIA COMERCIAL DOS AGRICULTORES
N0	Feiras; Entrega na casa de consumidores; Entrega na casa de vizinhos; Venda para consumidores na propriedade; Venda para hospitais.	ALTA
N1	Para atravessadores na propriedade; Mercado da UNICOOPER – COOPERSOL; Outros mercados; PNAE; Eventos ou festas; PAA.	MÉDIA
N≥2	Para agroindústrias; Integração com empresas.	BAIXA

Fonte: elaboração do autor.

Argumenta-se nesse estudo que essa tipificação dos canais, segundo os diferentes níveis, permitirá a verificação das variações na taxas de uso de cada nível, antes e depois do ingresso dos agricultores no PAA. Isso permitirá verificar se esses níveis de canais se associam positivamente ou negativamente com o PAA, ou seja, se após o ingresso no PAA ocorre aumento ou diminuição do uso de cada nível de canal. Essa análise nos permitirá verificar a relação entre o ingresso no PAA e o aumento ou diminuição da autonomia comercial dos agricultores.

Inicia-se a análise com a consideração do número total de ocorrências. Esse número representa o somatório de todas as observações de uso pelos agricultores dos diversos canais integrantes do referido nível, antes e depois do ingresso no PAA. Assim, para o caso da COOPERSOL temos os dados na Tabela 5, que segue.

Tabela 5 - Número total de ocorrências de uso dos canais, segundo seus níveis e taxa de crescimento, antes e depois do PAA, para os associados da COOPERSOL - 2013

	Número total de ocorrências		Taxa crescimento
	Antes PAA	Após o PAA	
Canais Nível zero - N0	33	30	- 9%
Canais Nível um - N1	49	66	35%
Canais Nível N≥2	14	14	0
Total	96	110	14%

Fonte: dados da pesquisa, 2013.

Inicialmente serão analisados os dados dessa tabela observando o comportamento em cada linha, ou seja, analisar-se-á a variação nas taxas de uso de cada nível de canal. Pôde-se perceber na Tabela 5 que, no caso dos associados da COOPERSOL, o ingresso no PAA se

associa com a redução dos canais N0, a uma taxa relativamente baixa, com magnitude negativa de 9%. Já em relação aos canais $N \geq 2$ não se observam variações no uso dos canais desse nível. No caso dos canais N1, após o ingresso no PAA, observa-se uma ampliação na ordem de 35% no uso desse tipo de canal. Isso significa uma associação positiva entre o ingresso no programa e a ampliação do uso de canais desse nível.

Em síntese, no caso da COOPERSOL, pôde-se apontar que o ingresso no PAA se associa com alterações negativas, embora não muito expressivas, na taxa de uso dos canais N0 e não se observam alterações nos canais $N \geq 2$. Considera-se também que a elevação no uso de canais N1 se da fundamentalmente em função do PAA se enquadrar nesse grupo.

Além disso, pôde-se observar um aumento de 14% no número total de canais utilizados, que passa de 96 para 110 conforme apontado na Tabela 5, indicando que o PAA se associa positivamente com o aumento da mercantilização dos agricultores dessa cooperativa. Cabe destacar, como viu-se na Seção 6.3, vide Gráfico 43, que esse aumento no número total de canais utilizados não ocorre em todas as UP. Todavia, por ter ocorrido crescimento para um grupo amplamente majoritário (65%) e ter ocorrido diminuição do número total de canais utilizados para um grupo amplamente minoritário (13%), considerar-se-á que o PAA se associa positivamente com a ampliação da mercantilização dos agricultores dessa cooperativa.

Agora será analisada a evolução da participação relativa de cada nível de canal em relação ao total de canais utilizados, tanto antes como depois do PAA. Ou seja, considerar-se-á a participação relativa de cada nível no total de canais utilizados tanto antes, como depois do PAA. Isso permitirá calcular a taxa de crescimento da participação relativa de cada grupo de canais. Para isso, será apresentada a Tabela 6 onde se encontram os dados de participação proporcional de cada nível de canal.

No caso da COOPERSOL, conforme se verifica na Tabela 6, pode-se observar que os canais N0, antes do PAA, representavam 34% do total de canais utilizados e após o PAA passam para 27%, ocorrendo redução a uma taxa de 20%. No caso dos canais N1, antes do PAA, eles representavam 51% do total de canais utilizados e após o PAA representam 60%, ocorrendo incremento a uma taxa de 18%. Em relação aos canais $N \geq 2$ eles representavam 15% do total de canais utilizados antes do PAA e após o PAA passaram para 13%, representando um decréscimo a uma taxa de 13%.

Tabela 6 - Participação proporcional dos diferentes níveis de canais e respectivas taxas de crescimento, antes e depois do PAA, para os associados da COOPERSOL - 2013

	Participação proporcional		Taxa crescimento
	Antes PAA	Após o PAA	
Canais Nível zero - N0	34%	27%	-20%
Canais Nível um - N1	51%	60%	18%
Canais Nível $N \geq 2$	15%	13%	-13%
Total	100%	100%	-

Fonte: dados da pesquisa, 2013.

Em função disso, em termos de participação proporcional dos diferentes níveis, ou em termos da totalidade dos canais usados nas UP dos associados dessa cooperativa, considera-se que não se observam alterações substantivas, pois as alterações proporcionais se dão basicamente em função da adição do PAA nos canais N1. No caso da COOPOVEC ter-se-á uma situação distinta. As informações dessa cooperativa são apresentadas na Tabela 7, onde se apresenta o número total de ocorrências em cada nível de canal.

Tabela 7 - Número total de ocorrências de uso dos canais, segundo seus níveis e taxa de crescimento, antes e depois do PAA, para os associados da COOPOVEC - 2014

	Número total de ocorrências		Taxa crescimento
	Antes PAA	Após o PAA	
Canais Nível zero - N0	32	38	18%
Canais Nível um - N1	31	53	71%
Canais Nível $N \geq 2$	31	10	- 67%
Total	94	101	7%

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Em relação aos canais N0, no caso da COOPOVEC, tem-se uma associação positiva com o PAA, visto que após o ingresso no programa ocorreu crescimento de 18% no uso dos canais desse nível, conforme pode-se ver na Tabela 7. Isso significa uma associação positiva entre o ingresso no programa e a ampliação do uso de canais desse nível.

Considerando os canais N1, após ingresso no PAA, observa-se uma ampliação significativa no uso desse tipo de canal, com um crescimento na ordem de 71%. Isso significa, da mesma forma que para os canais N0, uma associação positiva entre o ingresso no programa e a ampliação do uso de canais desse nível.

Em relação aos canais $N \geq 2$, observa-se que, após o ingresso no PAA, ocorreu decréscimo significativo no uso desse nível de canal, a uma magnitude de 67%, conforme a Tabela 7. Isso significa variação inversa da observada nos canais N0 e N1, representando uma associação negativa entre o ingresso no programa e o uso de canais desse nível.

Além disso, em termos globais, ainda observando a Tabela 7, pode ser verificado um aumento de 7% no número total de canais utilizados pelo conjunto dos associados dessa cooperativa, que passou de 94 para 101, indicando que o PAA se associa positivamente com o aumento desse número. Por outro lado cabe destacar, como viu-se na Seção 6.3, vide Gráfico 43, esse aumento no número de canais de comercialização ocorre para um pouco menos da metade dos agricultores. Para outros 35% ocorre diminuição do número de canais utilizados. Em função disso considerar-se-á que a participação no PAA, no caso dessa cooperativa, não se associa com a ampliação da mercantilização dos agricultores. Passar-se-á agora a observar as variações proporcionais nas taxas de uso dos diferentes grupos de canais verificadas no caso da COOPOVEC.

No caso da COOPOVEC, na Tabela 8 pode-se ver que os canais N0 representavam 34% do total de canais utilizados antes do PAA e, após o PAA, passam para 38%, ocorrendo variação positiva a uma taxa de 12%. Os canais N1 representavam 33% do total de canais usados antes do PAA e, após o PAA, passam para 52%, ocorrendo variação positiva a uma taxa de 57%. Os canais $N \geq 2$, antes do PAA, representavam 33% do total de canais utilizados e após o PAA passaram a representar 10%, revelando variação negativa a uma taxa de 70%.

Tabela 8 - Participação proporcional dos diferentes níveis de canais e respectivas taxas de crescimento, antes e depois do PAA, para os associados da COOPOVEC - 2014

	Participação proporcional		Taxa crescimento
	Antes PAA	Após o PAA	
Canais Nível zero - N0	34%	38%	12%
Canais Nível um - N1	33%	52%	57%
Canais Nível $N \geq 2$	33%	10%	-70%
Total	100%	100%	-

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Em síntese, no caso da COOPOVEC, pode-se apontar que o ingresso no PAA se associa positivamente com alterações na composição proporcional de uso dos distintos níveis de canais, ocorrendo aumento no uso proporcional dos canais N0 e N1 e redução significativa no uso proporcional dos canais $N \geq 2$. Essas alterações proporcionais não podem ser apenas explicadas pela adição do PAA nos canais N1, revelando alterações significativas na magnitude da proporção de uso de cada nível de canal, com incremento modesto nos canais N0, aumento substantivo nos canais N1 e decréscimo substantivo nos canais $N \geq 2$.

Para as duas cooperativas estudadas, a síntese das variações observadas no uso de cada nível de canal, após o ingresso no PAA, é apresentada no quadro que segue. Pode-se observar no Quadro 3 que a participação no PAA se associa de forma diferente nas duas cooperativas,

com a ampliação e diminuição do uso dos diferentes níveis de canais após o ingresso no programa. Para os canais N0, no caso da COOPERSOL, a participação no programa implica redução do uso desse nível de canal e para o caso da COOPOVEC, ocorre o aumento. Para os canais N1 ocorre aumento em ambas cooperativas. Esse aumento, em certo sentido, era previsível, em função do PAA se inserir nesse grupo. No caso dos canais $N \geq 2$ o ingresso no programa se associa de forma diferente nas duas cooperativas. No caso da COOPOVEC ocorre redução significativa do uso de canais desse nível. No caso da COOPERSOL não ocorrem alterações.

Quadro 3 - Tipo de variação²⁷ no uso dos diferentes níveis de canais para a COOPERSOL – 2013 e a COOPOVEC – 2014

	N0	N1	N\geq2
COOPERSOL	-	+	Sem variação
COOPOVEC	+	+	-

Fonte: dados da pesquisa, 2013 e 2014.

De acordo com os argumentos apresentados na Seção 2.3, os canais N0 são aqueles em que os agricultores possuem maior controle e poder, por isso considera-se que são os canais em que os agricultores possuem “alta” autonomia, por estarem numa posição mais favorável na gestão dos canais e pela posição de maior privilégio para a tomada de decisões nos processos de comercialização. Por outro lado e em outro extremo, o nível $N \geq 2$ agrupa os canais em que os agricultores se encontram em uma posição menos favorável, por isso considera-se esses canais como aqueles em que os agricultores possuem “baixa” autonomia. Os canais N1 serão considerados de “média” autonomia, por estarem em posição intermediária.

Tomando essa classificação dos graus de autonomia como instrumento analítico, no Quadro 4, tem-se a síntese das observações feitas nas duas cooperativas sobre o tipo de variação nos graus de autonomia de cada cooperativa.

Quadro 4 - Tipo de variação nos diferentes graus de autonomia após o ingresso no PAA para a COOPERSOL – 2013 e a COOPOVEC – 2014

	Alta	Média	Baixa
COOPERSOL	Diminui	Aumenta	Não altera
COOPOVEC	Aumenta	Aumenta	Diminui

Fonte: dados da pesquisa, 2013 e 2014.

²⁷ Se positiva (+) e se negativa (-).

Considerando as informações do Quadro 4 e considerando os dois extremos da classificação dos graus de autonomia, pode-se afirmar que, no caso da COOPOVEC, o ingresso no PAA se associa favoravelmente ao aumento da autonomia dos agricultores, visto que o mesmo concorre positivamente com o aumento no uso de canais de alta autonomia e com a redução no uso de canais de baixa autonomia. No caso da COOPERSOL não se verifica esse aumento da autonomia comercial, em função da diminuição no uso de canais de alta autonomia e da não alteração no nível de uso de canais de baixa autonomia.

O que se pode concluir é que o PAA se insere de modo diverso nas duas cooperativas consideradas. Numa das cooperativas o ingresso no programa se associa positivamente com o aumento no uso de canais pertencentes ao nível em que os agricultores possuem maior autonomia, donde se conclui que o ingresso no PAA contribui positivamente para a ampliação da autonomia comercial dos agricultores. No caso da outra cooperativa estudada não se observa esse mesmo fenômeno, donde se conclui que o ingresso no PAA não se associa com a ampliação da autonomia comercial dos agricultores.

Também se pode concluir, considerando o conjunto das observações realizadas, que os diferentes estilos de agricultura condicionam os distintos papéis que o PAA vai cumprir junto as duas cooperativas estudadas. Considera-se que os diferentes estilos de agricultura são decorrentes do processo social e histórico de constituição da região. Também contribuem para sua constituição as condições ecológicas e, sobretudo, as estratégias e ações dos agricultores, como sujeitos ativos no processo de configuração dos seus sistemas produtivos e sociais, frente às variáveis de ordem global, como consideramos no capítulo inicial deste trabalho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como tema os mercados institucionais. Nosso objeto específico de análise foi o PAA. Nosso objetivo foi identificar possíveis associações entre o ingresso no PAA e alterações nos níveis de uso dos distintos tipos de canais de comercialização para, desde aí, analisar a relação entre a inserção no PAA e a variação na autonomia comercial dos agricultores.

Inicia-se esta análise com a caracterização dos movimentos de ordem global que envolvem a agricultura e a alimentação, por entender-se que esses processos, quando observados em escala local, como fez-se no presente estudo, não são isolados das dinâmicas gerais, sendo em maior ou menor medida, influenciados, ou condicionados por eles. Não se trata de dualizar analiticamente o global e o local, para colocá-los em pólos opostos e incomunicáveis. Pensou-se em termos mais dinâmicos, onde os vetores de ordem global incidem sobre o local, embora não ocorra determinação unilateral. Procurou-se demonstrar a capacidade de assimilação e de criação das forças e agentes locais frente às variáveis globais. Trata-se não de entender como o global determina o local, mas sim como os movimentos de ordem global são internalizados e assimilados localmente e, sobretudo, como os sujeitos e as dinâmicas previamente existentes no local reagem a esses vetores globais.

Considera-se que é através dos mercados que muitas dessas relações se estabelecem, entre os agricultores familiares e seu entorno. A agricultura familiar, como argumentou-se ainda no capítulo inicial, ainda que não exclusivamente, tem na relação com os mercados uma das variáveis determinantes de sua conformação e da sua reprodução social. Neste estudo os mercados são compreendidos como construções sociais. Além disso, procurou-se destacar a capacidade de agência dos atores, como elemento fundamental para o entendimento das dinâmicas que envolvem a agricultura familiar. Os agricultores são ativos processadores de informação e desenvolvedores de estratégias e, através delas, conformam seus sistemas produtivos, tendo por base determinados recursos naturais, configurando diferentes estilos de agricultura, que implicam em diferentes dinâmicas e trajetórias de desenvolvimento. Procurou-se evidenciar esses diversos estilos destacando as diferenças entre as agriculturas praticadas em Santa Rosa e Tuparandi, com as de Porto Vera Cruz.

Nesse processo de configuração das trajetórias de desenvolvimento o Estado possui papel fundamental, através das diversas políticas públicas e mais especificamente das políticas agrícolas, como demonstrou-se no terceiro capítulo dessa dissertação. Nele também

argumentou-se que os mercados institucionais, como uma das ações do Estado, se colocam como alternativas comerciais aos agricultores familiares, que podem inseri-los em suas estratégias de reprodução social. Embora tenham alcançado pequena proporção dos agricultores, estão ganhando destaque como importante elemento impulsionador das estratégias de desenvolvimento rural, cumprindo diferentes papéis para os diferentes tipos de agricultores e estilos de agricultura, conforme as observações que se fez nas duas cooperativas pesquisadas.

Procurou-se demonstrar, sobretudo no capítulo 4, como se deu o processo de formação e de mercantilização da agricultura no espaço geral de pesquisa. Argumentou-se que nesse espaço existem dinâmicas agrícolas diferenciadas em função das distintas condições naturais, notadamente os Biomas Pampa e Mata atlântica e em suas zonas de transição, embora essas diferenças não sejam determinadas exclusivamente por fatores naturais. No conjunto do espaço regional, do período que vai da derrocada indígena até a chegada dos imigrantes, houve uma agricultura fortemente centrada na produção para o autoconsumo e com baixos níveis de mercantilização. Esse padrão é profundamente alterado com a chegada dos imigrantes, que se instalam, sobretudo, nas zonas de floresta, onde passam a desenvolver uma agricultura intensa e diversificada, ficando a zona de campos secundarizada. Essa agricultura colonial apresentou expressivo aumento da mercantilização, estabelecendo relações com mercados locais, regionais e nacionais. A redução da fertilidade dos sistemas produtivos, associado ao crescimento populacional e a fragmentação das propriedades gerou a crise desse sistema e, em meados do século XX, desembocou na introdução da modernização da agricultura, que implicou no aumento significativo da externalização produtiva e da mercantilização. Esse processo contou com fortes estímulos estatais, tendo se dado de forma diferenciada nos dois ambientes ecológicos da região, sendo implantada com maior intensidade nas zonas de campo e parcialmente nas zonas de floresta, demarcando duas trajetórias de desenvolvimento, definindo os traços gerais da agricultura atual na região.

Assim, argumentou-se que os dois espaços ecológicos influenciaram na configuração de diferentes trajetórias de desenvolvimento da região, embora não pautados exclusivamente pelas questões naturais, aceitou-se sua influência na conformação dos diferentes sistemas agrários. Especificamente em relação aos municípios pesquisados pode-se afirmar, em traços bem largos, que os agricultores de Santa Rosa e Tuparendi, apresentam estilos de agricultura mais identificados com a forma empresarial de agricultura (Ploeg, 2008, 2009), com maior presença de lavouras temporárias de soja, trigo e milho, na forma de monocultivos, com

elevadas taxas de tração mecanizada e produção mais vinculada à lógica das grandes cadeias agroindustriais. Já os agricultores de Porto Vera Cruz apresentam estilos mais identificados com a forma camponesa de agricultura (Ploeg, 2008, 2009), com presença pouco intensa do binômio soja-trigo e reduzido índice de tração mecanizada. Embora essa identificação diferenciada entre os agricultores dos distintos municípios com as diferentes formas de agricultura, como argumentamos, nas duas cooperativas pesquisadas os sujeitos estudados são agricultores familiares. Esses são a maioria dos agricultores da região e desenvolvem a agricultura em pequenas propriedades, onde o acesso limitado a terra é uma das problemáticas destacadas.

Os agricultores estudados estão mais vinculados aos espaços do Bioma Mata Atlântica e suas zonas de transição para o Bioma Pampa, onde o processo de modernização se deu de forma parcial, gerando diferentes estilos de agricultura entre os associados da COOPOVEC e da COOPERSOL, embora com alguns traços semelhantes. Como mostrou-se, em termos de externalização do processo produtivo, quando observa-se a aquisição de insumos externos, tem-se índices semelhantes entre os associados das duas cooperativas, evidenciando a penetração homogênea da modernização em relação a essa dimensão. Por outro lado, a diferença de intensidade da tração mecanizada entre os associados das duas cooperativas é uma das expressões dessa diferenciação. Além disso, têm-se experiências diferenciadas entre os associados das duas cooperativas quando se trata dos processos de comercialização, sobretudo de hortifrutigranjeiros, sendo os associados da COOPERSOL, em termos gerais, mais experimentados nesse campo. Isso se expressa na capacidade de recolocação da produção em caso de solvência do PAA e na motivação para o ingresso no programa.

Nos dois capítulos finais adentrou-se no universo específico da pesquisa. Neles apresentam-se os dados que permitem a verificação de nossas hipóteses de estudo. A primeira hipótese afirmava que a inserção no PAA implicaria na ampliação dos processos de mercantilização. Esse processo de ampliação da mercantilização foi operacionalizado, em termos de pesquisa, como o aumento no número de canais de comercialização utilizados pelos agricultores. Segundo esta apreciação, para o caso da COOPERSOL, essa hipótese é verdadeira, pois tem-se uma clara tendência de aumento no número de canais utilizados para a maioria dos agricultores consultados. No caso da COOPOVEC esta hipótese não pode ser aceita como verdadeira, em função de termos aumento no número total de canais utilizados para uma parte dos agricultores e para outra parte expressiva dos agricultores observa-se diminuição nesse número.

A segunda hipótese de trabalho preconizava que o ingresso no PAA concorreria com outros canais de comercialização dos agricultores produzindo mudanças em suas dinâmicas comerciais, gerando alterações substantivas nos tipos de canais utilizados e na magnitude de utilização desses canais. Segundo esta apreciação, para o caso da COOPERSOL essa hipótese não é verdadeira, pois não ocorreram alterações substantivas na dinâmica comercial, em função do PAA se agregar a um conjunto de canais já em uso, sendo considerado como “mais um canal”, de menor importância, não tendo muita relevância para a renda das famílias e não se associando com mudanças significativas nas taxas de uso dos canais já utilizados antes do ingresso no PAA. No caso da COOPOVEC essa segunda hipótese foi confirmada, em função de observarem-se mudanças substantivas nos tipos de canais utilizados e alterações significativas na proporção de uso dos diferentes tipos de canais.

Considerando as duas primeiras hipóteses pode-se afirmar que as alterações na dinâmica comercial ocorridas após o ingresso no PAA, no caso da COOPERSOL, são de caráter mais quantitativo e no caso da COOPOVEC também possuem caráter qualitativo. Isso fica mais evidente ao analisar-se a última hipótese de estudo.

A terceira hipótese apresentada em nossa pesquisa afirmava que ocorreria aumento na autonomia comercial dos agricultores após ingresso no PAA, com aumento no uso de canais de comercialização onde os agricultores possuem maior poder e controle e diminuição do uso de canais onde os agricultores apresentam menor poder e controle. Segundo nossa apreciação, no caso da COOPERSOL, essa hipótese não é verdadeira, pois o ingresso no PAA se associa negativamente com o uso de canais em que os agricultores possuem maior poder e controle e não gera alterações no uso de canais em que os agricultores possuem menor poder e controle. Ou seja, no caso dessa cooperativa, o ingresso no PAA não gera alterações no grau de autonomia comercial dos agricultores. No caso da COOPOVEC considera-se que essa hipótese foi confirmada, pois observa-se que o ingresso no PAA se associa positivamente com o crescimento no uso de canais onde os agricultores possuem maior poder e controle e negativamente com o uso de canais onde os agricultores possuem menor poder e controle. Ou seja, no caso dessa cooperativa considera-se que o ingresso no PAA se associa positivamente com o aumento da autonomia comercial dos agricultores.

No caso da COOPERSOL, o ingresso no PAA não implica alterações qualitativas na dinâmica comercial. O que ocorre é uma alteração de caráter mais quantitativo, pois se observa a ampliação do processo de mercantilização, em função do aumento no número dos canais de comercialização utilizados pela maioria dos agricultores, sem variações

significativas na proporção de uso dos diferentes níveis de canais. No caso dessa cooperativa, nos níveis dos canais em que ocorreram alterações nas taxas de uso, observa-se que essas variações não foram tão altas, o que significa a manutenção de certa estabilidade no uso dos demais canais, aos quais o PAA é agregado, sem gerar exclusão de outros canais. O único canal que tem ampliação do uso, após o ingresso no PAA, é o de vendas para o PNAE. Nesses termos e considerando o conjunto dessas observações, pôde-se concluir que a inserção no PAA não implica a ampliação da autonomia comercial desses agricultores.

Já no caso da COOPOVEC, o ingresso no PAA implica em alterações significativas na dinâmica comercial dos agricultores. Em termos quantitativos não houve alterações tão significativas, não se observando ampliação da mercantilização. O que se observou foram mudanças de caráter mais qualitativo, com alterações substantivas em relação aos níveis dos canais utilizados. Neste sentido, observa-se aumento no uso de canais onde os agricultores têm mais poder e controle e diminuição significativa no uso de canais em que os agricultores possuem menor poder e controle. Por isso, considera-se que o PAA se associa positivamente em relação ao aumento da autonomia comercial desses agricultores. Em relação ao PNAE se observa um incremento significativo no uso desse canal após o ingresso no PAA.

Em termos de qualificação dessa política pública acredita-se que a associação encontrada, no município de Porto Vera Cruz, entre o ingresso no PAA e a redução da área cultivada com fumo, seja um indicador importante a ser considerado pelo Estado na configuração de suas estratégias de desenvolvimento rural. Além disso, embora não se tenha dedicado especificamente ao estudo desse tema nesta dissertação, cabe sinalizar o entendimento sobre a necessidade da manutenção do rigor no acompanhamento da utilização dos recursos públicos efetuados pelo PAA. Por outro lado, também cabe apontar, como desafio público, a necessidade de combinar esse rigor com a configuração de um conjunto de regras que embasam a execução do PAA que sejam mais adequadas à realidade das organizações dos agricultores. A importância disso, em termos estratégicos para o desenvolvimento rural, se sustenta ao menos por duas razões. A primeira está associada ao desafio da ampliação da cobertura do programa. A segunda razão está associada à importância das políticas públicas para o fortalecimento das organizações dos agricultores familiares.

Por fim, ao encerrar-se esta pesquisa, algumas questões de estudo se colocam. Destaca-se a necessidade da verificação do alcance do resultado que associa o ingresso no PAA com a redução da área cultivada com fumo, se é restrita ao caso dos associados da COOPOVEC, ou se é verdadeira para outros casos. Além disso, é necessário elucidar as

razões da diminuição da área cultivada com fumo, para identificar todas as variáveis envolvidas e também para qualificar adequadamente a contribuição do PAA nesse processo. Essas questões de estudo provavelmente serão enfrentadas no curso de doutorado. Também seria importante manter uma regularidade de observações sobre a dinâmica comercial desses agricultores, no sentido de constituir uma base de dados de maior alcance temporal, para identificar, em espaços de tempo mais largos, os tipos de combinações de canais de comercialização que mais e que menos se associam com o PAA. Finalmente, seria relevante a replicação desse estudo junto a outros sujeitos e espaços, para verificar, de forma mais ampla, as relações entre o ingresso no PAA e a autonomia comercial dos agricultores.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ANDRADE, F. R. P. de. et al. Implicações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos assentamentos rurais de Araras/SP. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 50., Vitória. **Anais...** Vitória: SOBER, 2012.

ANDREATTA, T. et al. Origens da formação agrária sul rio-grandense no contexto brasileiro. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 47., Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

ATLAS BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano do Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: dez. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB . **Manual de crédito rural**. 2014. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/>>. Acesso em: dez. de 2014.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

BRASIL. **Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>. Acesso em: dez. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006**. Brasília: [2012?].

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Secretaria da Agricultura Familiar - MDA/SAF. **Manual do agente emissor de declaração de aptidão ao PRONAF**. Brasília, 2014a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**: manual de orientação ao proponente. Brasília: [s.n.], 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS. **Segurança alimentar**. 2014b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: set. 2010 e nov. 2014.

BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BUAINAIN, A. et. al. Pobreza rural: pontos para agenda de políticas públicas. In: **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional**. Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 17).

BURSCHE, D.; LAWRENCE, G. **Towards a third food regime: behind the transformation**. Amsterdam: Agriculture and Human Values, 2009. v. 26.

CAPORAL, F. R. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. 2009. Manuscrito.

CASTRO, J. de. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1960.

CIRINO, J. F. et al. Dificuldades das organizações proponentes para o cumprimento do prazo de projetos PAA - DS em Minas Gerais, 2009-2011. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51., Belém, 2013. **Anais...** Belém: SOBER, 2013.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO FRONTEIRA NOROESTE – COREDE FN. **Plano estratégico de desenvolvimento Região Fronteira Noroeste 2010-2030**. Três de Maio: Gráfica Sul, 2010.

CONTERATO, M. A. et al. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 67-89.

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso do município de Três Palmeiras**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CONTI, I. L.; MIGUEL, L. A. Evolução e diferenciação dos sistemas agrários na bacia hidrográfica do Rio Buricá, Região Noroeste do Rio Grande do Sul. In: CONTI, D. T.; CONTI, I. L.. **Horizontalina: caminhos cruzados na agricultura e migração**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2014. p. 15 - 49.

COPETTI, L.D. **Compreendendo as metamorfoses da agricultura alegriense através da abordagem dos sistemas agrários**. [2007?]. Manuscrito.

CORADIN, C.; NIEDERLE, P. A. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nas comunidades quilombolas: dimensões econômicas e sociais da construção de autonomia na agricultura do Vale do Ribeira, PR. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 50., Vitória, 2012. **Anais...** Vitória: SOBER, 2012.

COSTA, F. B.; VIEIRA, D. D. **Limites e potencialidades para inserção dos agricultores familiares no PAA/Leite do RN.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., Porto Alegre, 2009. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro a economia do agronegócio.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. (Série Estudos Rurais).

DEVES, O. D. **Fortalecimento da agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: o caso do município de São Pedro do Butiá - RS.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DEVES, O. D. et al. **A mesorregião grande fronteira do MERCOSUL: uma análise dos sistemas agrários e das políticas de desenvolvimento neste território.** [2007?]. Manuscrito.

FERNANDES, P. F. **Identificação da demanda para a inserção de produtos da agricultura familiar no Programa de Alimentação Escolar do Rio Grande do Sul.** 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FERREIRA, B. Reforma agrária: assentamentos rurais e segurança alimentar. **Revista Política Social e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 6-20, dez. 2014.

FREITAS, M. F.; NIEDERLE, P. A. **Agricultura familiar e políticas de redução da pobreza rural: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Tunas do Paraná, PR.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 50., Vitória, 2012. **Anais...** Vitória: SOBER, 2012.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER - FEE. FEE dados. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/>>. Acesso em: dez. 2014.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G. Novos mercados da agricultura familiar: o caso das pequenas unidades agroindustriais produtoras de alimentos. In.: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. p. 133-150.

GOODMAN, D. The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 19, p. 1-7, 2003.

GOODMAN, D. et al. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRANOVETTER, M. Acção económica e estrutura social: o problema da incrustação. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Org.). **A nova sociologia económica: uma antologia**. Oeiras: Celta, 2003. p. 69 - 102.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 6, n. 2, p. 97 - 129, 2010.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C. et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate**. Rio de Janeiro, 2009. Relatório OPPA.

GRUPO GESTOR. **Balço de avaliação da execução do programa de aquisição de alimentos: PAA 2003 a 2010**. Brasília: [s.n.], dez. 2010.

HAAS, J. M. **As diferenciações e transformações sócio-territoriais no espaço agrário das Missões/RS**. 2008. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

HARVEY, M. et al. **Qualities of food: alternative empirical and theoretical approaches**. Manchester: Manchester University Press, 2004.

HEIDRICH, Á. L. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

HOLANDA, D. R. et al. **Desenvolvimento rural sustentável: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu – CE**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51., Belém, 2013. **Anais...** Belém: SOBER, 2013.

ILBERY, B. et al. Product, process and place: an examination of food marketing and labelling schemes in Europe and North America. **European Urban and Regional Studies**, London, v. 12, n. 2, p. 116 - 132, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: dez. 2014 e jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: dez. 2014 e jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Séries históricas**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: dez. 2014 e jan. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Ipeadata**. 2014. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: dez. de 2014.

KERN, A. A. **Utopia e missões jesuíticas**. Síntese Universitária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

LEÃO, M.; MALUF, R. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional**: a experiência brasileira. Brasília: ABRANDH, 2012.

LEITE, S. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. (Série Estudos Rurais).

LONG, N. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. México: Ciesas, 2007.

MACHADO, R. T. **Análise sócio econômica e perspectivas de desenvolvimento para os produtores de leite do município de Crissiumal – RS**. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

MAESTRI, M. **Os senhores da serra**: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875 – 1914. Passo Fundo: UPF, 2000.

MARINHO, M. de M.; FIALHO, M. A. V. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e a ampliação de mercados regionais: o caso da Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra Ltda. – COPERTERRA – RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 50., Vitória, 2012. **Anais...** Vitória: SOBER, 2012.

MARQUES, E. C. Redes sociais e poder no estado brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 16 - 41, 2006.

MARSDEN, T. et al. Beyond agriculture? regulating the new rural spaces. **Jornal of Rural Studies**, London, v. 11, n. 3, p. 285 - 296, 1995.

MASSUQUETTI, A. **A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período 1965-97**. 1998. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

MATTEI, L. Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no estado de Santa Catarina. **Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1 - 31, 2007.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MENDES, J. T. G. **Comercialização agrícola**. Pato Branco: UTFPR, 2007.

MENEZES, F.; SANTARELLI, M. **Da estratégia “fome zero” ao plano “Brasil sem miséria”**: elementos da seguridade social no Brasil. 2013. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/wpcontent/uploads/2013/02/proj-fomezero.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

MIGUEL, L. de A. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Educação a Distância).

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MÜLLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do programa de aquisição de alimentos**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NESTLE, M. **Food Politics: how the food industry influences nutrition and health**. Berkeley: University of California Press, 2013.

NETO, S. C. et al. **Nuances das estratégias de diversificação produtiva no município de Novo Machado-RS: um estudo à luz da análise-diagnóstico de sistemas agrários**. [2012?]. Manuscrito.

NETO, B. S. et al. Dinâmica do sistema agrário e transformações da agricultura familiar do município de Santo Antônio das Missões, RS. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 24, n. 1/3, p. 77 - 114, jan./dez. 2007.

NETO, B. S.; FRANTZ, T. R. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. In: NETO, B. S.; BASSO, D. (Coord.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. p. 17 - 23.

NETTO, C. G. A. M. et al. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. (Série Educação a Distância).

NIEDERLE, P. A. et al. Estilos de agricultura: capturando a diversidade do rural contemporâneo. In: CONTERATO, M. et al. (Org.). **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p. 205 - 225.

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

OLIVEIRA, A. L. A. de et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51., Belém, 2013. **Anais...** Belém: SOBER, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção-quadro para o controle do tabaco**. 2003. Disponível em: <
<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/5a3abd004eb68a22a09bb2f11fae00ee/Conven%C3%A7%C3%A3o-Quadro+para+o+Controle+do+Tabaco+em+portugu%C3%AAs.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=5a3abd004eb68a22a09bb2f11fae00ee> >. Acesso em: nov. 2014.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN - FAO. **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo**. Roma: FAO, 2009.

PARADA, E. Política y Políticas Públicas. In: SARAVIA, H.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. p. 67 - 95.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social**. Frederico Westphalen: Editora da URI, 2008.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 15 - 56.

PLOEG, J. D. van der.; LONG, N. **Born from within: practice and perspectives of endogenous rural development**. Assen: Van Gorcun, 1994.

PRETTY, J. N. et al. Farm costs and food miles: an assessment of the full cost of the UK weekly food basket. **Food Policy**, Amsterdam, n. 30, p. 1 - 19, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã - SEPLAG. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul**. 2012. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=791&cod_menu=790&tipo_menu=APRESENTACAO&cod_conteudo=1328>. Acesso em: 23 jul. 2014.

RITZER, G. F. The McDonaldization of society. **Journal of American Culture**, Bowling Green , v.6, n.1, p. 100 - 107, 1983.

ROTTA, E. **A construção do desenvolvimento**: a experiência da Grande Santa Rosa. Ijuí: Editora da UNIJUI, 1999.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALGADO, R. dos S. F. et al. Análise da influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre a qualidade de vida de agricultores familiares do município de Viçosa/MG. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51., Belém, 2013. **Anais...** Belém: SOBER, 2013.

SARAVIA, E. Introdução à Teoria de Política Pública. In: SARAVIA, H.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. p. 21 - 40.

SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 14, n. 2, p. 78 - 88, 2005.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. (Coleção Estudos Rurais).

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 85 - 132, 2010.

SCHNEIDER, S. et al. Histórico, caracterização e dinâmica do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1995 – 2003). In: SCHNEIDER, S. et al (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 21 - 49. (Série Estudos Rurais)

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Porto Alegre: RIMISP/FIDA, 2013.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. El concepto de agricultura familiar en América Latina. In: CRAVIOTTI, C. (Org.). **Agricultura familiar en Latinoamérica**: continuidad, transformaciones y controversias. Buenos Aires: CICCUS, 2014. p. 25 - 56.

SCHNEIDER, S.; NUNES, E. M.; Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no nordeste: a diversificação da agricultura familiar do Polo Açu-Mossoró (RN). **Revista Economia NE**, Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 601 - 626, 2013.

TESCHE, R. W. **As relações de reciprocidade e redes de cooperação no desempenho socioeconômico da agricultura familiar**: o caso dos produtores de leite do município de Sete de Setembro/RS. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TONIAL, T. M. **Dinâmica da Paisagem na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. **Agricultura familiar**: integração entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

TRENNEPOHL, D.; MACAGNAN, R. Impactos ambientais da dinâmica de desenvolvimento da região noroeste colonial do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 4, n. 1, p. 195-220, jan./abr. 2008.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Reconstruindo o “elo perdido”: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do programa de alimentação escolar no município de Dois Irmãos (RS). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, n. 17, p. 1 – 15. 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2012.

United Nations Development Programme - PNUD. **Structured demand and smallholder farmers in Brazil**: the case of PAA and PNAE. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCTechnicalPaper7.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

VOGT, S. P. C.; SOUZA, R. S. de. **Mercados institucionais locais como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar**: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Ceilero – RS. In: 47° Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, 2009.

WAQUIL, P. D. et al. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

WARD, P. et al. A sociology of food and eating: Why now? **Journal of Sociology**, Melbourne, n. 46, p. 346 - 351, 2010.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003.

WANDERLEY, M. de N. B. Camponês, um trabalhador para o capital. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.2, n.1, p. 13-78, jan./abr. 1985.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. (Série Estudos Rurais).

ZARTH, P. A. **História agrária do Planalto Gaúcho 1850 – 1920**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 1997.

ZIMMERMANN, S. A. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e reflexos na agricultura familiar brasileira. **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 1 – 3, out. 2007.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA DE DIRIGENTES DA COOPERSOL E COOPOVEC

EIXOS DA ENTREVISTA

1 – surgimento da cooperativa

- Contexto da criação da cooperativa?
- Quais os problemas enfrentados?
- processo de criação da cooperativa?
- Por quais razões foi criada a cooperativa?
- Quem criou?
- Quais entidades apoiaram?
- Houve assessoria?

2 - objetivos e dinâmica de funcionamento

- Quais os objetivos no período da criação? Objetivos atuais?
- Como é o funcionamento da cooperativa? Assembléias, grupos, reuniões, etc...
- Principais atividades desenvolvidas (gerais e no campo específico da comercialização)?
- Principais problemas da cooperativa?
- Desafios atuais?

3 - relação com PAA

- Razões para buscar o PAA?
- Como foi o processo de entrada no programa?
- Quais os principais problemas no trabalho com o PAA?
- Que avaliação faz do PAA? Limites e potencialidades?
- A cooperativa tem uma avaliação sistematizada do programa? O que tem discutido nas instâncias sobre o PAA?
- O que os agricultores falam do PAA? (limites e potencialidades)
- Por que renovar o projeto?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO COOPERSOL 2013

QUESTIONÁRIO COOPERSOL 2013

DATA:

ENTREVISTADOR:

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO:

MUNICÍPIO:

LOCALIDADE:

DISTÂNCIA DA CIDADE SEDE:

NOME ENTREVISTADO:

DISTÂNCIA CIDADE POLO (Sta Rosa):

A - CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO

1 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Área total disponível (ha)	Própria (ha)	Arrendada (ha)		Outra forma (ha)
		De outros (ha)	Para outros (ha)	

2 - COMPOSIÇÃO FAMILIAR E TRABALHO

Nome	Idade	Estado civil	escolaridade	Relação com responsável pela família - (A)	Tipo de Trabalho (B)

A		B	
1 - Trabalha tempo integral na UP	7 – neto	1 – Responsável – chefe	7 - Trabalho doméstico – tempo parcial
2 – cônjuge	8 – avô	2 - Trabalha tempo parcial na UP	8 – criança menor de 8 anos
3 – filho	9 – avó	3 - Trabalha e estuda	9 – idoso maior de 65 anos
4 – filha	10 – irmão	4 - Somente estuda	10 - não trabalha porque deficiente ou inválido
5 – genro	11 – irmã	5 - Trabalha tempo integral fora da UP	11 – desempregado
6 – Nora	12 – outros	6 - Trabalho doméstico – tempo integral	12 – outro

2.1 Antes do PAA eram contratadas pessoas de fora da propriedade para atividades agrícolas? () sim () não (pular para 2.2)

SE SIM, () empregado fixo (assalariado permanente) () apenas temporariamente () apenas eventualmente

SE SIM, Com a entrada no PAA houve aumento nessas contratações? () sim () não

2.2 Com a entrada no PAA passou a contratar pessoas de fora da propriedade para atividades agrícolas? () sim () não (pular para 3)

SE SIM, () empregado fixo (assalariado permanente) () apenas temporariamente () apenas eventualmente

3 – INFRAESTRUTURA DOMÉSTICA

3.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA	3.2 DESTINO DEJETOS HUMANOS	3.3 ENERGIA ELÉTRICA	3.4 COMUNICAÇÃO
Poço artesiano()	Fossa simples (seca)()	() rede geral	Celular ()
Cacimba()	Fossa séptica-poço absorvente()	() gerador próprio	Linha telefone ()
Córrego – açude()	Direto no solo()	() não tem	internet ()
Água de vizinho()	Direto curso d'água()	() outra fonte. Qual?	
Outra forma()	Não tem()		
	Outro destino()		

4 – COMPOSIÇÃO PRODUTIVA

4.1 Possui horta? () sim () não **4.2 Possui pomar?** () sim () não

4.3 Possui animais na UP? () sim () não

Espécie	Número aproximado	Espécie	Número aproximado

4.4 Insumos externos adquiridos (marcar todos os gastos com)

- () rações para animais () compra de animais () sal mineral () sal () adubos () calcário
- () produtos veterinários (vacinas, carrapaticida, antibiótico, vermífugo, desinfetantes, etc.) () agrotóxicos, venenos () semente e mudas
- () arrendamento () salário (contratados de fora) () sacaria e embalagens () armazenamento () gastos com transporte (frete)
- () combustível () juros e impostos () energia elétrica (apenas se utilizada para a produção),
- () compra de matéria prima para agroindústria () aluguel de máquinas e equipamentos.

5 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

5.1 Possui trator? () sim **SE SIM** () mais 20 anos idade () mais 80 HP
 () não () menos 20 anos idade () menos 80 HP

5.2 Possui caminhão, utilitário? () sim **SE SIM** () mais 20 anos idade
 () não () menos 20 anos idade Ano\marca\modelo.....

5.3 Possui automóvel? () sim Ano\marca\modelo.....

() não

5.4 Faz uso de irrigação? () sim () não

SE SIM, Já usava irrigação antes do PAA () Passou a usar em função do PAA () Passou a usar mas não em função do PAA ()

6 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1 Recebeu assistência técnica nesse ano? (marcar todas)

() não recebeu () EMATER () Sindicato () empresas integradoras () secretaria municipal da agricultura
 () cooperativa de produção () assistência técnica particular (liberais) () ONGs () secretaria estadual da agricultura

7 – POLÍTICAS PÚBLICAS

Obteve financiamentos ou empréstimos em 2012 - 2013? () sim **SE SIM** () PRONAF
 () não () outro.... Qual:.....

SE SIM () custeio () investimento
SE SIM **o principal motivo para a tomada desse financiamento foi?**
 () o PAA
 () o PAA junto com outros fatores
 () não teve relação com o PAA

Há aposentados ou pensionistas vivendo na Unidade de Produção? () sim () não

A família é ou já foi beneficiária do Programa Bolsa Família? () sim () não
SE SIM Qual período?

8 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA NA COMUNIDADE LOCAL, OU NO MUNICÍPIO?

Especificação	Participa?
Associação comunitária de agricultores	() sim () não
Cooperativa (crédito, produção, eletrificação, etc)	() sim () não
Sindicato de trabalhadores	() sim () não
Associação de mulheres\clube de mães	() sim () não
Associação vinculada a igreja (canto, pastoral, etc.)	() sim () não
Clube de futebol, bocha, etc. (lazer)	() sim () não
Outro tipo de entidade (especificar)	
	() sim () não
	() sim () não

B) CARACTERIZAÇÃO DOS MECANISMOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

9 – PRODUÇÃO E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

9.1 Participou do PAA 1? () sim () não **9.2 Participa do PAA 2?** () sim () não

9.3 Em relação a produção PARA A VENDA, a entrada no PAA gerou?

() aumento na área cultivada () diminuição na área cultivada () não alterou a área cultivada (pular para 9.4)

SE HOUVE ALTERAÇÃO, Vc considera que, para essa alteração ocorrer?

o PAA foi o maior responsável foram diversos fatores, entre eles o PAA o PAA não teve responsabilidade

9.4 Em relação a produção PARA O CONSUMO DA FAMÍLIA, a entrada no PAA gerou?

aumento na área cultivada diminuição na área cultivada não alterou a área cultivada (pular para 9.5)

SE HOUVE ALTERAÇÃO, Vc considera que, para essa alteração ocorrer?

o PAA foi o maior responsável foram diversos fatores, entre eles o PAA o PAA não teve responsabilidade

9.5 ANTES de participar do PAA havia venda de produção? sim **Quais produtos ?** _____
 não (passar para questão 9.8)

9.6 APÓS a entrada no PAA PAROU de vender algum produto? sim não **QUAIS?** _____

9.7 APÓS a entrada no PAA PASSOU a vender novos produtos? sim não **QUAIS?** _____

9.8 QUAIS produtos são entregues no PAA?

9.9 Canais de comercialização usados e sua ordem de importância (em função do volume vendido)

ANTES DO PAA	COM O PAA
<input type="checkbox"/> feira <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> feira <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> entrega na casa de consumidores <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> entrega na casa de consumidores <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> ponto venda UNICOOPER-mercado da COOPERSOL <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> ponto venda UNICOOPER-mercado da COOPERSOL <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> outros mercados <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> outros mercados <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> para atravessadores – na propriedade <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> para atravessadores – na propriedade <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> para agroindústrias (leite ou grãos – milho, soja, trigo...) <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> para agroindústrias (leite ou grãos – milho, soja, trigo...) <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> integração com empresas (suínos, aves, fumo) <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> integração com empresas (suínos, aves, fumo) <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> PNAE (merenda escolar) <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> PNAE (merenda escolar) <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> outras. Qual? _____ <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> outras. Qual? _____ <input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/> PAA <input type="checkbox"/>

9.10 FUTURAMENTE pretende trabalhar com quais canais de comercialização?

PAA	Feira	entrega na casa de consumidores	mercado UNICOOPER COOPERSOL	outros mercados	atravessadores - na propriedade	agroindústrias (leite, grãos - milho, soja, trigo)	integração empresas (suínos, aves, fumo)	PNAE (merenda escolar)	outros. Quais?
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9.11 QUAIS AS VANTAGENS DO PAA EM RELAÇÃO AOS OUTROS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO?

9.12 QUAIS AS DESVANTAGENS DO PAA EM RELAÇÃO AOS OUTROS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO GERAL – COOPERSOL 2014

QUESTIONÁRIO GERAL – COOPERSOL 2014

DATA:

ENTREVISTADOR:

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO:

NOME ENTREVISTADO:

Há quanto tempo participa do PAA?

- 1. Como ficou sabendo do PAA?** cooperativa vizinhos prefeitura rádio EMATER Sindicato
 Outras. Quais? _____
- 2. O que o motivou a participar do PAA?** (não apresentar as alternativas)
 Não tinha onde vender a produção mais um canal de comercialização possibilidade de renda
 OUTROS: _____
- 3. Com base em sua experiência, recomendaria para outros agricultores familiares que participassem do PAA?**
 com certeza depende da situação do agricultor não recomendaria não sabe / não respondeu
- 4. Sobre a dinâmica de venda da sua produção, a entrada no PAA gerou mudanças?**
 muito significativas medianamente significativas pouco significativas não sabe / não respondeu
- 5. Sem o PAA, a renda anual da família seria afetada?**
 fortemente medianamente pouco afetaria não faria diferença não sabe / não respondeu

6. Canais de comercialização usados (antes do PAA, em 2013 e em 2014) e sua ordem de importância (em função do volume vendido)

ANTES DO PAA	EM 2013	EM 2014
<input type="checkbox"/> feira ()	<input type="checkbox"/> feira ()	<input type="checkbox"/> feira ()
<input type="checkbox"/> entrega na casa de consumidores ()	<input type="checkbox"/> entrega na casa de consumidores ()	<input type="checkbox"/> entrega na casa de consumidores ()
<input type="checkbox"/> ponto venda UNICOOPER-mercado da COOPERSOL ()	<input type="checkbox"/> ponto venda UNICOOPER-mercado da COOPERSOL ()	<input type="checkbox"/> ponto venda UNICOOPER-mercado da COOPERSOL ()
<input type="checkbox"/> outros mercados ()	<input type="checkbox"/> outros mercados ()	<input type="checkbox"/> outros mercados ()
<input type="checkbox"/> para atravessadores – na propriedade ()	<input type="checkbox"/> para atravessadores – na propriedade ()	<input type="checkbox"/> para atravessadores – na propriedade ()
<input type="checkbox"/> para agroindústrias (leite ou grãos – milho, soja, trigo) ()	<input type="checkbox"/> para agroindústrias (leite ou grãos – milho, soja, trigo) ()	<input type="checkbox"/> para agroindústrias (leite ou grãos – milho, soja, trigo) ()
<input type="checkbox"/> integração com empresas (suínos, aves, fumo) ()	<input type="checkbox"/> integração com empresas (suínos, aves, fumo) ()	<input type="checkbox"/> integração com empresas (suínos, aves, fumo) ()
<input type="checkbox"/> PNAE (merenda escolar) ()	<input type="checkbox"/> PNAE (merenda escolar) ()	<input type="checkbox"/> PNAE (merenda escolar) ()

<input type="checkbox"/> outras. Qual? _____ ()	<input type="checkbox"/> outras. Qual? _____ ()	<input type="checkbox"/> outras. Qual? _____ ()
<input type="checkbox"/> PAA ()	<input type="checkbox"/> PAA ()	<input type="checkbox"/> PAA ()

7. A busca e abertura de novos canais de comercialização está associada ao PAA? (aos que abriram novos canais)

fortemente medianamente pouco associada não tem associação não sabe / não respondeu

8. A interrupção do uso de algum canal de comercialização está associada ao PAA? (aos que abandonaram algum canal)

fortemente medianamente pouco associada não tem associação não sabe / não respondeu

9. Sem o PAA o que faria com a produção destinada para ele?

Conseguiria, com facilidade, vender esses produtos em outros canais

Teria alguma dificuldade em comercializar esses produtos, mas conseguiria vender

Provavelmente deixaria de vender esses produtos e possivelmente iria diminuir, ou até parar com a sua produção

Não venderia e iria parar de produzir

não sabe / não respondeu

10. Futuramente pretende trabalhar com quais canais de comercialização?

	PAA	Feira	entrega na casa de consumidores	mercado UNICOOPER COOPERSOL	outros mercados	atravessadores - na propriedade	agroindústrias (leite, grãos - milho, soja, trigo)	integração empresas (suínos, aves, fumo)	PNAE (merenda escolar)	outros. Quais?
2013	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2014	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11. Em relação a sua autonomia comercial, ou seja, o controle que o senhor tem da venda de toda a produção da propriedade, em todos os canais, a entrada no PAA gerou?

aumento da autonomia não fez diferença diminuição da autonomia não sabe / não respondeu

12. Seu grau de satisfação com o PAA é:

Muito satisfeito Satisfeito Parcialmente satisfeito Insatisfeito Muito insatisfeito não sabe / não respondeu

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO APROFUNDAMENTO – COOPERSOL 2014

QUESTIONÁRIO APROFUNDAMENTO – COOPERSOL 2014

DATA:

ENTREVISTADOR:

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO:

NOME ENTREVISTADO:

Há quanto tempo participa do PAA?

1. Como ficou sabendo do PAA? cooperativa vizinhos prefeitura rádio EMATER Sindicato
 Outras. Quais? _____

2. O que o motivou à participar do PAA? (não apresentar as alternativas)

Não tinha onde vender a produção mais um canal de comercialização possibilidade de renda

OUTROS: _____

3. Com base em sua experiência, recomendaria para outros agricultores familiares que participassem do PAA?

com certeza depende da situação do agricultor não recomendaria não sabe / não respondeu

4. Sobre a dinâmica de venda da sua produção, a entrada no PAA gerou mudanças?

muito significativas medianamente significativas pouco significativas não sabe / não respondeu

5. Sem o PAA, a renda anual da família seria afetada?

fortemente medianamente pouco afetaria não faria diferença não sabe / não respondeu

6. Canais de comercialização usados (antes do PAA, em 2013 e 2014) e sua ordem de importância (em função do volume vendido)

ANTES DO PAA	EM 2013	EM 2014
<input type="checkbox"/> feira ()	<input type="checkbox"/> feira ()	<input type="checkbox"/> feira ()
<input type="checkbox"/> entrega na casa de consumidores ()	<input type="checkbox"/> entrega na casa de consumidores ()	<input type="checkbox"/> entrega na casa de consumidores ()
<input type="checkbox"/> ponto venda UNICOOPER-mercado da COOPERSOL ()	<input type="checkbox"/> ponto venda UNICOOPER-mercado da COOPERSOL ()	<input type="checkbox"/> ponto venda UNICOOPER-mercado da COOPERSOL ()
<input type="checkbox"/> outros mercados ()	<input type="checkbox"/> outros mercados ()	<input type="checkbox"/> outros mercados ()
<input type="checkbox"/> para atravessadores – na propriedade ()	<input type="checkbox"/> para atravessadores – na propriedade ()	<input type="checkbox"/> para atravessadores – na propriedade ()
<input type="checkbox"/> para agroindústrias (leite ou grãos – milho, soja, trigo) ()	<input type="checkbox"/> para agroindústrias (leite ou grãos – milho, soja, trigo) ()	<input type="checkbox"/> para agroindústrias (leite ou grãos – milho, soja, trigo) ()
<input type="checkbox"/> integração com empresas (suínos, aves, fumo) ()	<input type="checkbox"/> integração com empresas (suínos, aves, fumo) ()	<input type="checkbox"/> integração com empresas (suínos, aves, fumo) ()
<input type="checkbox"/> PNAE (merenda escolar) ()	<input type="checkbox"/> PNAE (merenda escolar) ()	<input type="checkbox"/> PNAE (merenda escolar) ()
<input type="checkbox"/> outras. Qual? _____ ()	<input type="checkbox"/> outras. Qual? _____ ()	<input type="checkbox"/> outras. Qual? _____ ()

15. COM O PAA, NO FUTURO, POR QUE SEGUIR, OU POR QUE PARAR? SE HOUE MUDANÇA NA PERSPECTIVA DE USO FUTURO DO PAA DE 2013 PARA 2014, POR QUE?

16. Em relação a sua autonomia comercial, ou seja, o controle que o senhor tem da venda de toda a produção da propriedade, em todos os canais, a entrada no PAA gerou?

aumento da autonomia não fez diferença diminuição da autonomia não sabe / não respondeu

16.1 Por que?

17. Seu grau de satisfação com o PAA é:

Muito satisfeito Satisfeito Parcialmente satisfeito Insatisfeito Muito insatisfeito

18. QUAL A PRINCIPAL CONTRIBUIÇÃO DO PAA PARA A FAMÍLIA E A PROPRIEDADE FAMILIAR?

19. A ENTRADA NO PAA AJUDOU A ENFRENTAR SITUAÇÕES DESFAVORÁVEIS, COMO SECAS, PERDA DE PRODUÇÃO, VARIAÇÃO DE PREÇOS?

20. O COMPROMISSO E A RESPONSABILIDADE COM A REGULARIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO OFERTADO É UM PROBLEMA? () SIM () NÃO

COMO LIDA COM ISSO?

21. QUAIS AS VANTAGENS DO PAA EM RELAÇÃO AOS OUTROS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO?

22. QUAIS AS DESVANTAGENS DO PAA EM RELAÇÃO AOS OUTROS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO?

23. QUAIS APRENDIZADOS A PARTICIPAÇÃO NO PAA LHE TROUXE?

24. QUE OUTROS BENEFÍCIOS A PARTICIPAÇÃO NO PAA LHE TROUXE?

25. O QUE PRECISARIA MELHORAR NO PAA PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA?

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO COOPOVEC 2014

QUESTIONÁRIO COOPOVEC 2014

DATA:

ENTREVISTADOR:

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO:

MUNICÍPIO:

LOCALIDADE:

DISTÂNCIA DA CIDADE SEDE:

NOME ENTREVISTADO:

DISTÂNCIA CIDADE POLO (Sta Rosa):

A - CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO

1 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Área total disponível (ha)	Própria (ha)	Arrendada (ha)		Outra forma (ha)
		De outros (ha)	Para outros (ha)	

2 - COMPOSIÇÃO FAMILIAR E TRABALHO

Nome	Idade	Estado civil	escolaridade	Relação com responsável pela família - (A)	Tipo de Trabalho (B)

A		B	
1 – Responsável – chefe	7 – neto	1 - Trabalha tempo integral na UP	7 - Trabalho doméstico – tempo parcial
2 – cônjuge	8 – avô	2 - Trabalha tempo parcial na UP	8 – criança menor de 8 anos
3 – filho	9 – avó	3 - Trabalha e estuda	9 – idoso maior de 65 anos
4 – filha	10 – irmão	4 - Somente estuda	10 - não trabalha porque deficiente ou inválido
5 – genro	11 – irmã	5 - Trabalha tempo integral fora da UP	11 – desempregado
6 – Nora	12 – outros	6 - Trabalho doméstico – tempo integral	12 – outro

3 – INFRAESTRUTURA DOMÉSTICA

3.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA	3.2 DESTINO DEJETOS HUMANOS	3.3 ENERGIA ELÉTRICA	3.4 COMUNICAÇÃO
----------------------------------	------------------------------------	-----------------------------	------------------------

Poço artesiano()	Fossa simples (seca)()	() rede geral	Celular ()
Cacimba()	Fossa séptica-poço absorvente()	() gerador próprio	Linha telefone ()
Córrego – açude()	Direto no solo()	() não tem	internet ()
Água de vizinho()	Direto curso d'água()	() outra fonte. Qual?	
Outra forma()	Não tem()		
	Outro destino()		

4 – COMPOSIÇÃO PRODUTIVA

4.1 Possui horta? () sim () não **4.2 Possui pomar?** () sim () não

4.3 Possui animais na UP? () sim () não

Espécie	Número aproximado	Espécie	Número aproximado

4.4 Insumos externos adquiridos (marcar todos os gastos com)

() rações para animais () compra de animais () sal mineral () sal () adubos () calcário
 () produtos veterinários (vacinas, carrapaticida, antibiótico, vermífugo, desinfetantes, etc.) () agrotóxicos, venenos () semente e mudas
 () arrendamento () salário (contratados de fora) () sacaria e embalagens () armazenamento () gastos com transporte (frete)
 () combustível () juros e impostos () energia elétrica (apenas se utilizada para a produção),
 () compra de matéria prima para agroindústria () aluguel de máquinas e equipamentos.

5 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

5.1 Possui trator? () sim **SE SIM** () mais 20 anos idade () mais 80 HP

() não () menos 20 anos idade () menos 80 HP

5.2 Possui caminhão, utilitário? () sim **SE SIM** () mais 20 anos idade
 () não () menos 20 anos idade Ano\marca\modelo.....

5.3 Possui automóvel? () sim Ano\marca\modelo.....
 () não

5.4 Faz uso de irrigação? () sim () não

SE SIM, Já usava irrigação antes do PAA () Passou a usar em função do PAA () Passou a usar mas não em função do PAA ()

6 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1 Recebeu assistência técnica nesse ano? (marcar todas)

não recebeu EMATER Sindicato empresas integradoras secretaria municipal da agricultura
 cooperativa de produção assistência técnica particular (liberais) ONGs secretaria estadual da agricultura

7 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA NA COMUNIDADE LOCAL, OU NO MUNICÍPIO?

Especificação	Participa?
Associação comunitária de agricultores	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Cooperativa (crédito, produção, eletrificação, etc)	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Sindicato de trabalhadores	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Associação de mulheres\clube de mães	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Associação vinculada a igreja (canto, pastoral, etc.)	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Clube de futebol, bocha, etc. (lazer)	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Outro tipo de entidade (especificar)	
	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não

8 – POLÍTICAS PÚBLICAS

Obteve financiamentos ou empréstimos em 2013? sim **SE SIM**
 não

SE SIM**SE SIM** PRONAF outro..... Qual:..... custeio investimento**o principal motivo para a tomada desse financiamento foi?** o PAA o PAA junto com outros fatores não teve relação com o PAA**Há aposentados ou pensionistas vivendo na Unidade de Produção?** sim não**A família é ou já foi beneficiária do Programa Bolsa Família?** sim não**SE SIM**

Qual período?

B) CARACTERIZAÇÃO DOS MECANISMOS DE COMERCIALIZAÇÃO.**9 – PRODUÇÃO E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO****9.1 Participa do PAA desde que ano?**

9.2 Como ficou sabendo do PAA? cooperativa vizinhos prefeitura rádio EMATER Sindicato
 Outras. Quais? _____

9.3 O que o motivou à participar do PAA? (não apresentar as alternativas)

Não tinha onde vender a produção mais um canal de comercialização possibilidade de renda

OUTROS: _____

9.4 Com base em sua experiência, recomendaria para outros agricultores familiares que participassem do PAA?

com certeza depende da situação do agricultor não recomendaria não sabe / não respondeu

9.5 Sobre a dinâmica de venda da sua produção, a entrada no PAA gerou mudanças?

muito significativas medianamente significativas pouco significativas não sabe / não respondeu

9.6 Sem o PAA, a renda anual da família seria afetada?

fortemente medianamente pouco afetaria não faria diferença não sabe / não respondeu

9.7 Antes do PAA eram contratadas pessoas de fora da propriedade para atividades agrícolas? sim não (pular para 9.8)

SE SIM, empregado fixo (assalariado permanente) apenas temporariamente apenas eventualmente

SE SIM, Com a entrada no PAA houve aumento nessas contratações? sim não

9.8 Com a entrada no PAA passou a contratar pessoas de fora da propriedade para atividades agrícolas? sim não (pular para 9.9)

SE SIM, empregado fixo (assalariado permanente) apenas temporariamente apenas eventualmente

9.9 Em relação a produção PARA A VENDA, a entrada no PAA gerou?

aumento na área cultivada diminuição na área cultivada não alterou a área cultivada (pular para 9.10)

SE HOUVE ALTERAÇÃO, você considera que, para essa alteração ocorrer?

o PAA foi o maior responsável foram diversos fatores, entre eles o PAA o PAA não teve responsabilidade

9.10 Em relação a produção PARA O CONSUMO DA FAMÍLIA, a entrada no PAA gerou?

aumento na área cultivada diminuição na área cultivada não alterou a área cultivada (pular para 9.11)

SE HOUVE ALTERAÇÃO, você considera que, para essa alteração ocorrer?

o PAA foi o maior responsável foram diversos fatores, entre eles o PAA o PAA não teve responsabilidade

9.11 ANTES de participar do PAA havia venda de produção? sim **Quais produtos ?** _____

não (passar para questão 9.12)

SE SIM, após a entrada no PAA PAROU de vender algum produto? sim não **QUAIS?** _____

SE SIM, após a entrada no PAA PASSOU a vender novos produtos? sim não **QUAIS?** _____

9.12 QUAIS produtos são entregues no PAA?

9.13 Canais de comercialização usados e sua ordem de importância (em função do volume vendido)

ANTES DO PAA	COM O PAA
<input type="checkbox"/> feira ()	<input type="checkbox"/> feira ()
<input type="checkbox"/> entrega na casa de consumidores ()	<input type="checkbox"/> entrega na casa de consumidores ()
<input type="checkbox"/> ponto venda UNICOOPER ()	<input type="checkbox"/> ponto venda UNICOOPER ()
<input type="checkbox"/> outros mercados ()	<input type="checkbox"/> outros mercados ()
<input type="checkbox"/> para atravessadores – na propriedade ()	<input type="checkbox"/> para atravessadores – na propriedade ()
<input type="checkbox"/> para agroindústrias (leite ou grãos – milho, soja, trigo...) ()	<input type="checkbox"/> para agroindústrias (leite ou grãos – milho, soja, trigo...) ()
<input type="checkbox"/> integração com empresas (suínos, aves, fumo) ()	<input type="checkbox"/> integração com empresas (suínos, aves, fumo) ()
<input type="checkbox"/> PNAE (merenda escolar) ()	<input type="checkbox"/> PNAE (merenda escolar) ()
<input type="checkbox"/> outras. Qual? _____ ()	<input type="checkbox"/> outras. Qual? _____ ()
	<input type="checkbox"/> PAA ()

SE ABRIU NOVOS CANAIS: A busca e abertura de novos canais de comercialização está associada ao PAA? (aos que abriram novos canais)

fortemente medianamente pouco associada não tem associação não sabe / não respondeu

SE ENCERROU ALGUM CANAL: A interrupção do uso de algum canal de comercialização está associada ao PAA? (aos que abandonaram algum canal)

fortemente medianamente pouco associada não tem associação não sabe / não respondeu

9.14 FUTURAMENTE pretende trabalhar com quais canais de comercialização?

PAA	Feira	entrega na casa de consumidores	mercado UNICOOPER	outros mercados	atravessadores - na propriedade	agroindústrias (leite, grãos - milho, soja, trigo)	integração empresas (suínos, aves, fumo)	PNAE (merenda escolar)	outros. Quais?
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9.15 Sem o PAA o que faria com a produção destinada para ele?

- Conseguiria, com facilidade, vender esses produtos em outros canais
 Teria alguma dificuldade em comercializar esses produtos, mas conseguiria vender
 Provavelmente deixaria de vender esses produtos e possivelmente iria diminuir, ou até parar com a sua produção
 Não venderia e iria parar de produzir

não sabe / não respondeu

9.16 QUAIS AS VANTAGENS DO PAA EM RELAÇÃO AOS OUTROS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO?

9.17 QUAIS AS DESVANTAGENS DO PAA EM RELAÇÃO AOS OUTROS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO?

9.18 Em relação a sua autonomia comercial, ou seja, o controle que o senhor tem da venda de toda a produção da propriedade, em todos os canais, a entrada no PAA gerou?

aumento da autonomia não fez diferença diminuição da autonomia não sabe / não respondeu

9.19 Seu grau de satisfação com o PAA é:

Muito satisfeito Satisfeito Parcialmente satisfeito Insatisfeito Muito insatisfeito